



VALDERÍ DE CASTRO ALCÂNTARA

**MUNDO-DA-VIDA E SISTEMA: O LOCUS DA
GESTÃO SOCIAL SOB A ABORDAGEM
HABERMASIANA**

**LAVRAS - MG
2015**

VALDERÍ DE CASTRO ALCÂNTARA

**MUNDO-DA-VIDA E SISTEMA: O LOCUS DA GESTÃO SOCIAL SOB A
ABORDAGEM HABERMASIANA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências do Programa de
Pós-Graduação em Administração, área de
concentração em Organizações, Gestão e Sociedade

Orientador
Dr. José Roberto Pereira

**LAVRAS - MG
2015**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Alcântara, Valderi de Castro.

Mundo-da-vida e sistema: o locus da gestão social sob a
abordagem habermasiana / Valderi de Castro Alcântara. – Lavras:
UFLA, 2015.

421 p. : il.

Dissertação (mestrado acadêmico)–Universidade Federal de
Lavras, 2015.

Orientador(a): José Roberto Pereira.

Bibliografia.

1. Gestão Social. 2. Mundo-da-vida. 3. Sistema. 4. Fato e
Valor. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

VALDERÍ DE CASTRO ALCÂNTARA

**MUNDO-DA-VIDA E SISTEMA: O LOCUS DA GESTÃO SOCIAL SOB A
ABORDAGEM HABERMASIANA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de
Lavras, como parte das exigências do programa de
Pós-graduação em Administração, área de
concentração em Organizações, Gestão e Sociedade

APROVADA em 26 de fevereiro de 2015

Dr. Fernando Guilherme Tenório	EBAPE / FGV
Dra. Eloisa Helena de Souza Cabral	UFLA
Dra. Ana Alice Vilas Boas	UFLA
Dr. Dany Flavio Tonelli	UFLA

Dr. José Roberto Pereira
Orientador

**LAVRAS - MG
2015**

Dedico a todos que acreditaram em mim e contribuíram com este caminho que nasceu de um sonho de quase uma década de prazeres e sofrimentos. Em especial, dedico àqueles cujos questionamentos, conselhos e conversas cotidianas se materializam neste texto.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e força em todos os momentos e a minha família pelo apoio. *Maria Lúcia riu: "filho, você só precisa do seu violão e da sua imagem de Santa Cecília para ser alguém na vida, para honrar a sua família, para me deixar orgulhosa"* (Jair Naves).

Agradeço imensamente a minha namorada, Kelly Carvalho Vieira, uma grande amiga que conheci no mestrado. Até aqui foram quase dois anos de companheirismo e carinho. Obrigado por me ajudar neste caminho e por aceitar dividir seu tempo com os livros, mesmo que às vezes reclamasse um pouquinho. *É comum, professor, Valderí ser nome de mulher, eu mesmo conheço uma* (Kelly, primeiro dia de aula).

Agradeço ao meu orientador, José Roberto Pereira, pela atenção dedicada e pelo apoio incondicional nestes dois anos. Fui orientando de um orientando seu de doutorado e tive a mesma oportunidade.

Agradeço a professora Eloisa Helena de Souza Cabral por todo apoio e dedicação. Suas contribuições foram fundamentais para esta dissertação. Agradeço igualmente ao professor Paulo de Tarso Muzy, principalmente pelos interessantes desafios colocados. *O que nos resta de comum? Acredito que as incertezas e as dúvidas sejam um bom começo.*

Agradeço ao professor Fernando Guilherme Tenório por aceitar participar da banca de defesa e pelas indicações de leitura na qualificação. Além disso, por ter aberto portas para uma forma comunicativa de pensar a gestão.

Agradeço a professora Ana Alice Vilas Boas que mesmo com todos os contratempos aceitou participar e contribuir com o meu trabalho.

Agradeço a Érica Silva pela parceria e disposição em ajudar sempre. Com certeza você fará um excelente mestrado.

Agradeço ao professor Dany Flavio Tonelli, principalmente por me proporcionar a experiência de ser docente voluntário.

Agradeço a professora Júlia Amâncio Moretto pelas preciosas indicações de leitura.

Agradeço ao Alex Macedo pela dedicação e companheirismo que sempre demonstrou. Capaz das questões mais difíceis e das respostas mais simples e honestas. *Você citou este autor aqui? Desculpa estranho ... nem me apresentei.*

Agradeço ao José Willer sem o qual esta dissertação não teria alcançado seus objetivos. O seu *existencialismo* muitas vezes me fez entender através de exemplos e palavras que as escolhas são feitas por nós e, por isso mesmo somos responsáveis por elas. A sua disposição em ajudar é notável.

Agradeço ao Luis Fernando pelos anos de república e Josiel Valadares pelas horas de academia discutindo Guerreiro Ramos e Habermas.

Agradeço aos companheiros e companheiras de mestrado, Fábio Antonialli, Magno Aqo, Elisa Narciso, em especial, Bruna Cavazza e Helga Andrade, pelas conversas, risos, caronas e cafés (*mesmo que eu preferisse com açúcar*). Enfim, aos amigos e amigas que me acompanharam neste mestrado.

Agradeço ao Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (NEAPEGS), especialmente aos professores José de Arimatéia e Gustavo Costa de Souza por ocasião do projeto de qualificação.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA-UFLA). Em especial, Flávia Luciana Naves Mafra, Mônica Carvalho Alves Cappelle, Luiz Marcelo Antonialli e Cléria Donizete da Silva Lourenço. Agradeço também aos professores Edgard Alencar, Marco Antonio Villarta Neder e Patrícia Aparecida Ferreira.

Agradeço a Deila pela atenção proporcionada desde o processo seletivo. Agradeço também aos demais servidores que nos proporcionam esse momento de aprendizagem.

Agradeço à Universidade Federal de Lavras (UFLA), ao Departamento de Administração e Economia (DAE) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração, pela oportunidade para a realização do mestrado e pelo apoio. E a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos.

ENIGMAS

Me tendes perguntado que fia o crustáceo entre
as suas patas de ouro e vos respondo: O mar o sabe.
Me dizeis o que espera a ascídia em seu sino transparente?
Que espera? Eu vos digo, espera como vós, o tempo.
Me perguntais a quem alcança o abraço da alga *Macrocostis*?
Indagai-o, indagai-o a certa hora, em certo mar que eu conheço.

Sem dúvida me perguntareis pelo marfim maldito
do narval, para que eu vos responda
de que modo o unicórnio marinho agoniza arpoado.
Me perguntais talvez pelas plumas alcionárias que tremem
nas puras origens da maré astral?
E sobre a construção cristalina do pólipó tereis
embaralhado, sem dúvida
uma pergunta a mais, debulhando-a agora?
Quereis saber a eléctrica matéria das puas do fundo?
A armada estalactita que caminha se quebrando?
O anzol do peixe pescador, a música estendida
na profundidade como um fio na água?

Eu quero dizer-vos que isto o sabe o mar,
que a vida em suas arcas
é vasta como a areia, inumerável e pura
e entre as uvas sanguinárias o tempo poliu
a dureza dum pétala, a luz da medusa
e debulhou o ramo de suas fibras corais

de uma cornucópia de nácar infinito.

Eu não sou mais do que a rede vazia que mostra
olhos humanos, mortos naquelas trevas,
dedos acostumados ao triângulo, medidas
de um tímido hemisfério de laranja.

Andei como vós escarvando
a estrela interminável,
e na minha rede, à noite, acordei nu,
única presa, peixe encerrado no vento

(Pablo Neruda)

RESUMO

Objetivamos comunicar onde se situa a gestão social na relação mundo-da-vida (*lebenswelt*) e sistema (*system*) na concepção da sociedade proposta por Jürgen Habermas. No primeiro artigo *Caminhos e perspectivas de diálogos da gestão social com as obras de Jürgen Habermas* apresentamos, que mesmo com a influência de Habermas na concepção do conceito de gestão social, seu arcabouço teórico ainda é pouco abordado pelo campo. São poucas as obras do autor exploradas pelo campo da gestão social e que uma gama de trabalhos fazem referência por meio de leituras realizadas por outros autores. Percebemos, além disso, uma grande carência de referências a autores que realizam diálogos críticos com Habermas e indicamos que o autor ainda tem muito a contribuir com o desenvolvimento e consolidação do campo da gestão social. No artigo 2 *No Mundo-da-vida (Lebenswelt) e no Sistema (System): Refletindo sobre o Locus da Gestão Social e suas Tensões* buscamos situar e problematizar o *locus* da gestão social nas relações entre o mundo-da-vida e o sistema estabelecidas por Habermas. Apresentamos que as possibilidades (*locus* institucional) da gestão social se encontram em um *continuum* entre o mundo-da-vida e o sistema, todavia, argumentamos que não se pode afastar do horizonte do mundo-da-vida (*locus* epistemológico) mesmo que se considerem as possibilidades dos pontos de vista do participante e do observador, isto é, sejamos capazes de tensionar as relações e visões do mundo-da-vida e do sistema. Argumentamos com Habermas que os conceitos de mundo-da-vida e sistema (em conjunto) representam uma chave de leitura sociológica e epistemológica do *locus* das ações gerenciais dialógicas defendidas pela gestão social. Essa visão permite problematizar diversas tensões da gestão social que se materializam entre Estado, mercado e sociedade civil; agir comunicativo e agir estratégico, público e privado; coerção e espaço livre de fala; fato e valor; dominação e emancipação. Por fim, o artigo três *O Retorno ao Mundo-da-vida: um Argumento Comunicativo para a Avaliação em Gestão Social* exemplifica um processo de avaliação em gestão social num *locus* (sociológico e epistemológico) que considera as tensões entre o mundo-da-vida e o sistema. Argumentamos que na direção apresentada um processo avaliativo que supere a dicotomia fato *versus* valor precisa recuperar o mundo-da-vida, dimensão solapada de suas práticas pelas pesquisas desenvolvidas sob a égide do positivismo lógico e, além disso, precisam das dimensões da linguagem e da comunicação capazes de estabelecer diálogos entre os atores sociais, fatos, valores e normas. A adjetivação e substantivação de *social* possibilitam que a

gestão social supere dialogicamente a incomunicabilidade entre os interesses técnico, prático e emancipatório e as lacunas teóricas e relacionais entre o mundo-da-vida e sistema, somente possível com uma *face de Janus*.

Palavras-chave: Gestão Social. Mundo-da-vida. Sistema. Fato e Valor.

ABSTRACT

We aim to inform where the social management within the relationship between the lifeworld (lebenswelt) and system in the society's conception proposed by Jürgen Habermas lays in. In the first article, "Caminhos e perspectivas de diálogos da gestão social com as obras de Jürgen Habermas", we showed, that even Habermas has influenced on the conception of social management concept, his theoretical framework is still little approached by the area. Little of his work is explored by the social management area and a range of work makes reference to Habermas by the reading accomplished through other authors. Furthermore, we notice a great lack of reference to authors who talk critically to Habermas, and point out that the author has much more to contribute to the social management area development and consolidation. In the second article, "No mundo- da- vida (Lebenswelt) e no Sistema (System): Refletindo sobre o Locus da Gestão Social e suas Tensões", we search for situating and questioning the social management locus within the relation between the lifeworld and system established by Habermas. We show that the social management possibilities (institutional locus) are found to be in a continuum between the lifeworld and system. However, we argue that we cannot step away from the lifeworld horizon (epistemological locus) even considering the possibilities from the participant's and observer's viewpoint, that is, we shall be able to confront the relationships and views between the lifeworld and system. We reasoned with Habermas that the lifeworld and system concepts (jointly) represent a sociological and epistemological reading key of the locus of dialogic management actions defended by the social management. This view allows us to problematize several social management conflicts which materialize between state, market and civil society; communicative action and strategic action; public and private; coercion and free space for speaking, fact and value; domination and emancipation. Finally, the third article "O Retorno ao mundo-da-vida: um argument comunicativo para a avaliação em gestão social" exemplifies an evaluation process in social management in a locus (sociological and epistemological) that concerns the conflicts between the lifeworld and system. We argue that an evaluation process which overcome the dichotomy between fact and value as it was showed, needs to recover the lifeworld, a dimension undermined for its practices by research developed under the aegis of logical positivism; furthermore, it needs the dimensions of language and communication to be able to establish a dialogue between social actors, facts, values and norms. The social adjectivising and substantivation allow the social management to overcome dialogically the

incommunicado between the technical, practical and emancipator interests and the theoretical and relational blanks between the lifeworld and system, only possible with a Janus face.

Keywords: Social management. Lifeworld. System. Fact and value.

LISTA DE FIGURAS

ARTIGO 1

Figura 1	Processos de refinamento da pesquisa	159
Figura 2	Periódicos com menção a Habermas (acima de dois artigos).....	161
Figura 3	Ano dos periódicos com menção a Habermas.....	163
Figura 4	Ano dos periódicos - Habermas como referência.....	171

ARTIGO 2

Figura 1	Ações comunicativas e ações estratégicas.....	235
Figura 2	Relações sistema econômico, político e sociocultural - citando Luhmann	244
Figura 3	Nova relação mundo-da-vida e sistema	251
Figura 4	Relações entre sistema político e mundo-da-vida.....	253
Figura 5	Relações teóricas entre as abordagens da Gestão Social.....	259
Figura 6	Sistematização do locus da Gestão Social.....	262
Figura 7	Relações entre Estado, mercado e sociedade civil - Cohen e Arato.	268
Figura 8	Esfera pública - Tenório (2005) e Terceiro setor - Cabral (2006; 2008; 2011)	285
Figura 9	Esferas sociais segundo Janoski	287
Figura 10	Relações entre Estado, mercado e sociedade civil.....	289
Figura 11	Gestão Social - a esfera pública como lócus	290

ARTIGO 3

Figura 1	Avaliação na gestão social entre o mundo-da-vida e o sistema.....	387
----------	-------------------------------------------------------------------	-----

REFLEXÕES FINAIS

Figura 1 A gestão social e sua face de Janus.....413

LISTA DE QUADROS

PRIMEIRA PARTE

Quadro 1	Análise comparativa entre gestão estratégica e gestão social.....	147
Quadro 2	Índice do artigo 1 e principais referências.....	78
Quadro 3	Índice do artigo 2 e principais referências.....	80
Quadro 4	Índice do artigo 3 e principais referências.....	81
Quadro 5	Categorias de análise dos artigos.....	104
Quadro 6	Síntese dos textos de Habermas consultadas	105

ARTIGO 1

Quadro 1	Obras de Jürgen Habermas.....	151
Quadro 2	Principais críticas às obras de Habermas	156
Quadro 3	Referência indireta à Habermas.....	163
Quadro 4	Obras de Habermas referenciadas.....	172
Quadro 5	Habermas como referência bibliográfica	174

ARTIGO 2

Quadro 1	Tipos de ação.....	232
Quadro 2	Relações entre os subsistemas e o mundo-da-vida	242
Quadro 3	Manifestações de crise e distúrbios da reprodução (patologias)....	244
Quadro 4	Relação público/privado e Mundo-da-vida e sistema	265
Quadro 5	Ampliação dos aspectos da gestão social	280

ARTIGO 3

Quadro 1	Tipologia descritiva de comparação de gêneros de avaliação democrática	340
Quadro 2	Ações sociais, pretensões de validade e referência aos mundos....	360

Quadro 3	Cidadania deliberativa: critérios de análise.....	374
Quadro 4	Mapa de Bens Públicos.....	379
Quadro 5	Mapa de Bens Públicos e Mapa Semântico das ENCIR.....	380

LISTA DE TABELAS

PRIMEIRA PARTE

Tabela 1	Número de artigos selecionados em cada etapa	97
Tabela 2	Quantidade de artigos por filtro.....	101

ARTIGO 1

Tabela 1	Resumo geral das categorias analíticas.....	193
----------	---------------------------------------------	-----

SUMÁRIO

	PRIMEIRA PARTE	22
1	INTRODUÇÃO GERAL	23
1.1	Trajetória do pesquisador	26
1.2	Contexto teórico da pesquisa e problemática	31
1.3	Justificativa e relevância da pesquisa	63
1.4	Objetivos da pesquisa	78
1.4.1	Objetivo geral	78
1.4.2	Objetivos específicos	78
1.5	Organização da dissertação	79
1.6	Considerações gerais	84
2	PERCURSO METODOLÓGICO	87
2.1	A natureza teórica da dissertação	87
2.2	Ensaio como forma	92
2.3	Procedimentos de revisão bibliográfica	96
2.3.1	Procedimentos de análise da revisão bibliográfica	103
2.4	Quadro teórico de análise das obras de Habermas	107
	REFERÊNCIAS	109
	SEGUNDA PARTE - ARTIGOS	134
	ARTIGO 1 Caminhos e perspectivas de diálogos da gestão social com as obras de Jürgen Habermas	135
1	INTRODUÇÃO	136
2	JÜRGEN HABERMAS: DA FILOSOFIA, PELA SOCIOLOGIA À GESTÃO SOCIAL	140
3	HABERMAS E O CAMPO DA GESTÃO SOCIAL: DELIMITANDO AS REFERÊNCIAS E AS CATEGORIAS	159

3.1.1	Artigos que fazem menção indiretamente à Habermas	163
3.1.2	Artigos que possuem Habermas como referências bibliográficas.....	171
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS OU SOBRE OS CAMINHOS E PERSPECTIVAS DOS DIÁLOGOS DA GESTÃO SOCIAL COM AS OBRAS DE JÜRGEN HABERMAS.....	197
	REFERÊNCIAS.....	206
	ARTIGO 2 No Mundo-da-vida (Lebenswelt) e no Sistema (System): Refletindo sobre o Locus da Gestão Social e suas Tensões.....	223
1	INTRODUÇÃO	224
2	DOIS MOMENTOS DA RELAÇÃO MUNDO-DA-VIDA↔SISTEMA EM HABERMAS	230
2.1	Mundo-da-vida, Sistema e tese da colonização	230
2.1	Mundo-da-vida, sistema e a política deliberativa	249
3	IDENTIFICANDO O LOCUS DA GESTÃO SOCIAL.....	257
4	O LOCUS DA GESTÃO SOCIAL SOB A ÓTICA MUNDO-DA-VIDA↔SISTEMA	264
4.1	Onde se situa a gestão social na relação mundo-da-vida↔sistema e suas tensões?.....	264
4.2	O locus da gestão social como a Face de Janus	292
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	297
	REFERÊNCIAS.....	304
	ARTIGO 3 Entre o Mundo-da-vida e o Sistema: um Argumento Comunicativo para a Avaliação em Gestão Social	322
1	INTRODUÇÃO	323
2	AVALIAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL E A DICOTOMIA FATO X VALOR.....	332

3	LINGUAGEM, COMUNICAÇÃO E	
	INTERSUBJETIVIDADE: A VOLTA AO MUNDO-DA-	
	VIDA (<i>LEBENSWELT</i>)	346
4	A AVALIAÇÃO NA BUSCA DO OLHAR DE JANUS	361
4.1	Argumentos do mundo-da-vida para a avaliação	361
4.2	Contribuições da ética da discussão para a avaliação	365
4.3	Fatos, valores e o <i>locus</i> da avaliação entre o mundo-da-vida e	
	o sistema	375
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	394
	REFERÊNCIAS	399
	REFLEXÕES FINAIS	412
	REFERÊNCIAS	421

PRIMEIRA PARTE

1 INTRODUÇÃO GERAL

Esta dissertação procura contribuir para a consolidação do campo de estudos da gestão social, fundamentando-se nos debates teóricos e conceituais, especificamente no que diz respeito ao seu *locus* (onde se situa). Para isso, nosso esforço delimita as relações entre o mundo-da-vida (*Lebenswelt*) e sistema (*System*) propostas por Jürgen Habermas. (Re) visitando diversas obras do filósofo alemão buscamos expandir conceitualmente os debates sobre gestão social mediante reflexões teóricas que podem indicar novos caminhos conceituais e empíricos.

Utilizamos a grafia ‘mundo-da-vida’ para a expressão em alemão *lebenswelt*. Na literatura nacional e internacional encontramos diversas utilizações que se diferenciam em decorrência de opções linguísticas e significações conferidas ao termo, como exemplo: *life-world* ou *lifeworld* (em inglês); mundo vivido; mundo da experiência/da vivência e mundo do cotidiano (em português). No Brasil, as acepções mais significativas são ‘mundo vivido’ (STEIN, 2004) e ‘mundo da vida’ conforme traduções brasileiras das obras de Habermas (HABERMAS, 1997a; 1997b; 2012a; 2012b). Além disso, quando quisermos indicar que existe relação entre mundo-da-vida e sistema grafaremos estas expressões por ‘mundo-da-vida↔sistema’, afinal, conforme leitura conjunta de *Teoria do Agir Comunicativo* (1981) e *Direito e Democracia – entre facticidade e validade* (1992) indicamos que os fluxos existentes entre as duas esferas são bidirecionais e contínuos. Para isso alguns trabalhos na literatura norte-americana utiliza a grafia *system-lifeworld* (FLYNN, 2014).

Concomitantemente, lançamos as seguintes questões norteadoras: Onde se situa a gestão social na relação mundo-da-vida (*Lebenswelt*) e sistema (*System*) na concepção da sociedade proposta por Jürgen Habermas? (Questão central), e especificamente, a) Como o campo da gestão social está lendo e

debatendo as obras de Habermas, em especial no que se refere à relação mundo-da-vida↔sistema?; b) quais os *loci* da gestão social estão presentes na produção acadêmica nacional e como estes *loci* estão situados e podem ser problematizados na relação mundo-da-vida↔sistema?, e; c) como o conceito de mundo-da-vida pode contribuir para esclarecer as práticas da gestão social (especificamente processos de avaliação¹) que considerem as tensões de um *locus* (sociológico e epistemológico) compartilhado pelo mundo-da-vida e pelo sistema? Essas três questões relacionadas entre si vão compor os três artigos da dissertação. A organização desta forma consiste em contribuir com o ponto de vista teórico e conceitual, além disso, nesse processo revisamos a produção acadêmica em gestão social sobre a temática em destaque e argumentamos sobre as possibilidades de nortear práticas sociais a partir desta perspectiva. Nesse sentido, a gestão social é apresentada como uma ciência social empírica, normativa e aplicada (CANÇADO, 2011; VANDENBERGHE, 2014).

Com isso, buscamos em última instância uma integração dos interesses e conhecimentos na tentativa de superar as incompletudes que ocorrem quando reduzimos "a ciência a único tipo de interesse [...] pactuando com uma cegueira cognitiva" (PAES DE PAULA, 2014, p. 9). Argumentamos, também, que a gestão social possui potencial de fazer essas pontes entre os interesses técnico, prático e emancipatório, tendo o interesse emancipatório como orientação normativa capaz de se comunicar com os demais e ser guia destes. Neste sentido, é pela linguagem e pela comunicação baseada na relação mundo-da-vida e sistema de Jürgen Habermas que isso se faz possível, afinal "[...] as matrizes [de conhecimento] não são incomunicáveis, apenas requerem que sua linguagem seja traduzida para que haja possibilidade de diálogo e trânsito entre os espaços" (PAES DE PAULA, 2014, p. 13).

¹ Agradecemos a professora Eloisa Cabral e ao professor Paulo Muzy por ter nos indicado esta possibilidade.

Destacamos, ainda, a importância de enfrentar o problema abstrato proposto como possibilidade de colaborar com a construção teórica e conceitual da gestão social, de seu *locus*, suas tensões e possibilidades analíticas que decorrem da problematização dele na relação mundo-da-vida↔sistema. Adiante, a dissertação comunica que a reflexão e autorreflexão teóricas nos permite pensar os elementos contraditórios e delinear as forças críticas e emancipatórias da gestão social (TENÓRIO 1998; 2012b; SANTOS, 1999; MENEGHETTI, 2011a; 2011b; ALCÂNTARA et al., 2014). Com isso, esse posicionamento é coerente com a abordagem reconstrutiva realizada por Habermas (NOBRE; REPA, 2012; REPA 2012; BANNWART JUNIOR, 2012; SILVA; MELO, 2012) e com a construção de uma dissertação teórica que possui ensaios como forma (MENEGHETTI, 2011a; 2011b; NOBRE, 2011).

Chamamos a atenção do leitor para a possibilidade desta dissertação ser lida metaforicamente² pela *face de Janus*. Lembramos, que "na mitologia romana a personagem Janus representa um ente sobrenatural ou uma divindade que é apresentada como possuindo duas faces, essa divindade era responsável pela abertura e fechamento do ano" (PAULO NETO, 2009, p. 126).

Como "não se combate a cegueira com visão monocular" (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a, p. 249), é preciso ter (buscar) uma visão da totalidade da sociedade e dos fenômenos da gestão (TENÓRIO, 2013a; 2013b; 2014a; 2014b). A coerência interna da utilização desta metáfora se faz pelo fato que ela é utilizada por Habermas em algumas de suas obras (HABERMAS, 1997a; 1997c; 2000; 2001) e no campo da gestão social pelo professor F. G. Tenório, em especial no artigo *The Janus Look of Administration. Wich Look?* (TENÓRIO, 2012) e no livro organizado pelo

² Por metáfora entendemos uma forma mais livre de ampliar os pensamentos organizacionais (MORGAN, 1996; 2005; VERGARA, 2005), ou, ainda, um discurso dotado de um sentido socialmente construído (PIMENTEL et al., 2011).

mesmo autor *O Pensamento Organizacional sob o Olhar de Janus: Ensaios Críticos* (TENÓRIO, 2013b). Ainda nesta introdução indicaremos a pertinência dessa leitura simbólica da dissertação. Chamamos o leitor para conferir a Figura *A gestão social e sua face de Janus* na parte final que pode servir de apreciação da visão apresentada durante todo este trabalho.

Finalmente, optamos pela dissertação teórica devido à especificidade da contribuição pretendida, dividida em três artigos, cada um referente a um objetivo específico. Inicialmente, nesta introdução, apresentamos uma breve trajetória do pesquisador, caminho necessário para colocá-la como produto da ação individual e coletiva na relação com o campo da gestão social. Em seguida, abordamos a problemática central, os objetivos, o escopo teórico e, por fim, esboçamos a sua organização.

1.1 Trajetória do pesquisador

Ao visitar as obras de metodologia de pesquisa e textos sobre a produção e escrita científica encontramos a indicação de que o pesquisador deve ter cuidado com a viabilidade do estudo que propõe (SEVERINO, 2007; ECO, 2007), isto é, ter consciência das limitações e restrições teóricas, metodológicas, das demandas acadêmicas, enfim, do seu mundo vivido e dos diversos sistemas sociais sobre a sua contribuição. Assim, diante de uma gama de conceitos, teorias, debates, leituras diárias, abordagens, enfim, possibilidades, fez-se presente a necessidade de delimitação teórico-conceitual e metodológica. Para destacar isso volto brevemente à minha graduação (tomando a liberdade de utilizar a primeira pessoa do singular).

Minha graduação em Administração, apesar de uma grade fechada, possibilitou-me cursar disciplinas que ampliaram meus horizontes na direção de temas relacionados à Administração Pública e do que hoje se entende por

Gestão Social, dentre elas: Sociologia, Autogestão e Desenvolvimento, Teoria Política e Filosofia da Ciência. No entanto, minha visão como um todo da graduação (e das disciplinas específicas do *corpus* da Administração) é que foi voltada para um conhecimento eminentemente acrítico. Fica como análise uma concepção de ensino *ingênua* e que foi preponderantemente pré-reflexiva, pensando aqui nas colocações de Ramos (1981). Concomitantemente, minha identificação posterior foi imediata com textos como *Acerto de contas com a administração: uma reflexão a partir de Tragtenberg, Motta e Guerreiro Ramos* (FLORES, 2007) e *Voltando para casa: (re) encontrando Guerreiro Ramos, Tragtenberg e Prestes Motta* (OLIVEIRA; FERREIRA, 2007) e, ainda, os livros *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da Riqueza das Nações* (RAMOS, 1981) e *Tem razão a administração? Ensaio de teoria organizacional* (TENÓRIO, 2008).

Não sendo oportuna uma reflexão mais ampla, resalto apenas que estudos/perspectivas críticas em administração e diversas discussões colocadas pela gestão social não fizeram parte do meu campo de aprendizagem na graduação. Neste sentido, corroboro a afirmação de Tenório (2008, p. 169): "[...] fui submetido durante alguns anos a acreditar exclusivamente na perspectiva tradicional (positivista), nos estudos e práticas da Administração". Uma concepção de Administração que atende, predominantemente, o enclave do mercado e não dialoga com outros tipos de organização, perspectivas teóricas e práticas. Neste sentido, gestão dialógica, gestão do terceiro setor, associações, empreendimentos da economia solidária e outras abarcadas pela gestão social não fizeram parte do campo de conhecimento a que tive acesso na graduação - em sala de aula.

Mesmo assim, além do conteúdo disciplinar, durante a graduação minhas atividades de pesquisa e extensão envolveram temáticas diversas como desenvolvimento sustentável, responsabilidade ambiental, economia solidária,

assimetria de informação e cultura organizacional. No entanto, foi a participação em pesquisa voltada para as interfaces entre administração pública, capital social e institucionalismo (SILVA; PEREIRA; ALCÂNTARA, 2012) que me direcionou para questões voltadas ao *campo de públicas* (PIRES et al., 2014). Posteriormente, no Trabalho de Conclusão de Curso trabalhei a temática de serviços públicos em um município mineiro e levantei, neste âmbito, a questão da participação e da deliberação. Nessa ocasião recebi de um de meus professores, cientista político, duas indicações de leitura: Hannah Arendt (filósofa alemã que eu conhecia alguns textos) e Jürgen Habermas (filósofo alemão que desconhecia a existência). Foi exatamente por este último que me interessei mais pelos trabalhos e que nesta dissertação delimito algumas de suas contribuições ao campo da gestão social como discussão central.

Destaco, também, que após meu ingresso no mestrado, na construção da dissertação os temas se centraram na análise da formação de esferas públicas e no debate da sociedade civil no Brasil e sua relação com o interesse público não estatal, bem como as contribuições da Teoria da Ação Comunicativa para a gestão social do ponto de vista apenas epistemológico. Entre várias conversas, leituras e reflexões os temas foram se configurando. Nesse caminho, Jürgen Habermas foi sempre um autor fundamental.

Uma experiência que inspirou o tema central desta dissertação foi minha participação no VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) que aconteceu entre os dias 28 e 30 de abril de 2014 em Cachoeira, Estado da Bahia. O encontro "reúne anualmente pesquisadores, estudantes e gestores para discutir temáticas em torno deste emergente campo de saberes e práticas interdisciplinares em gestão [social voltada para] [...] processos dialógicos, inclusivistas, democráticos e emancipadores" (ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES E GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS, 2014, p. 1).

Sinteticamente, o VIII ENAPEGS com suas rodas de diálogo, atividades, debates e apresentações, foi fundamental para que *novas pontes* fossem construídas e diversas lacunas preenchidas (outras abertas) em relação ao tema da dissertação. Na ocasião, na “Roda de diálogo 3” da qual participaram os professores Frederic Vandenbergue (UERJ), Paulo Henrique Martins (UFPE) e Genauto Carvalho França Filho (UFBA), o professor Frederic Vandenbergue levantou a possibilidade de pensar a gestão social na relação mundo-da-vida e sistema de Habermas em sentido próximo ao que nós vínhamos trabalhando. A apresentação realizada por ele é aqui referenciada como Vandenberghe (2014). Além deste momento, a "Roda de diálogo 5: Da gerência social à gestão social" foi fundamental para delimitar uma noção de gestão social e sua importância no tempo presente. Na mesa estavam os professores Fabian Repetto (CIPPEC – Buenos Aires – Argentina), Tânia Fischer (UFBA), Fernando Guilherme Tenório (FGV-SP) e Luciano Junqueira (PUC/SP). Alguns questionamentos levantados neste debate serão problematizados ao longo da introdução.

Destaco, também, que algumas questões colocadas durante o evento se aproximam da presente proposta: "Quais as diferentes formas de materialização e instrumentalidades da gestão social?" e "Quais as fronteiras que podem avançar na compreensão sobre o que é e não é gestão social?" (ENAPEGS, 2014). Por fim, no evento foi possível constatar que existe possibilidade (até demandas) não somente de trabalhos empíricos, mas também teóricos. Uma das possibilidades, como constatamos, é a discussão do *locus* da gestão social na relação mundo-da-vida e sistema na concepção da sociedade apresentada por Habermas, principalmente na obra *Teoria do Agir Comunicativo: Sobre a Crítica da Razão Funcionalista*³ publicada originalmente em 1981. Como

³ Utilizaremos *Teoria da Ação Comunicativa* (TAC) para nos referirmos ao seu arcabouço teórico que está presente em diversas obras e *Teoria do Agir Comunicativo*

constatamos a tese da ação comunicativa e sua relação mundo-da-vida↔sistema emerge nas obras de Habermas desde a década de 1960 e 1970: *A Lógica das Ciências Sociais* [1967], *Conhecimento e Interesse* [1968], *Técnica e Ciência como Ideologia* [1968], *Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio* [1973] e *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico* [1976]; sendo uma possibilidade ímpar de pensar o *locus* da gestão social, sua forma de produzir conhecimento e suas práticas sociais, como a avaliação.

Para a construção desta dissertação foi fundamental também a participação de diversos professores e colegas pesquisadores do Núcleo de Estudos em Administração Pública e Gestão Social (Neapegs). Os debates, críticas e direcionamentos colocados pelo grupo foram apreciados com gratidão, afinal, o "[...] espaço para a discussão possibilita a crítica permanente ao mesmo tempo em que permite aos integrantes do grupo se aproximar uns dos outros para se entenderem melhor e se aceitarem em suas limitações e qualidades" (PAES DE PAULA; GONTIJO, 2013, p. 7) - de onde surgiram, além de parcerias acadêmicas, amizades. Da mesma forma foram fundamentais na etapa da qualificação os questionamentos e direcionamentos da banca - mesmo que não tenham sido atendidos em sua completude serviram de reflexão para esta versão. É importante também destacar, como lembra Meneghetti (2011b), que um ensaio é uma construção científica coletiva, mesmo que a responsabilidade pelo *dito* seja do autor.

Por fim, destaco como importante em termos ontológicos e epistemológicos a publicação do artigo *A Saída pela Práxis? Reflexões Sobre a Metáfora da Torre de Marfim e a Indissociabilidade Entre a Teoria e a Prática* (ALCÂNTARA et al., 2014), no qual defendemos para os estudos em

(edição nacional) para o seu livro *Theorie des Kommunikativen Handelns* (publicado originalmente em 1981). O livro é composto por dois volumes, subtitulados respectivamente de *Sobre a Crítica da Razão Funcionalista* e *Racionalidade da Ação e Racionalização Social*.

Administração um posicionamento crítico e apresentamos a reflexividade e a emancipação como categorias centrais. As discussões desse ensaio foram fundamentais para formar uma visão mais ampla da teoria. Além disso, em conjunto com meu orientador, outros professores e colegas de trabalho foram publicados artigos diretamente relacionados à gestão social e ao arcabouço teórico habermasiano, a saber: *A formação de esferas públicas e a gestão social no Brasil: uma leitura a partir dos movimentos sociais (junho e julho - 2013)* (ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2014) e *Categorias analíticas para o estudo dos movimentos sociais no Brasil a partir da literatura em democracia deliberativa* (ALCÂNTARA et al., 2014), ambos publicados no VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) e *Gestão Social e Governança Pública: Aproximações e (De)limitações Teórico- Conceituais* (ALCÂNTARA; SILVA; PEREIRA, 2014) publicado no VI Encontro de Administração Pública da ANPAD - EnAPG. Esses trabalhos foram importantes para direcionar os estudos dentro das categorias e lentes da gestão social.

Aqui, procurei brevemente apresentar como meus caminhos acadêmicos me guiaram a uma dissertação teórica no âmbito da gestão social com foco nas contribuições do filósofo alemão Jürgen Habermas. Acredito que este caminho foi importante para destacar esta construção como síntese de diálogos em uma trajetória de vida.

1.2 Contexto teórico da pesquisa e problemática

Nesta subseção focaremos em uma ampla apresentação do campo da gestão social, da questão do seu *locus* e das possibilidades de discussão sob a lente da relação mundo-da-vida e sistema de Habermas. Iniciamos pelas concepções conceituais acerca da gestão social.

O campo⁴ da gestão social pode ser delineado, inicialmente, como um campo emergente de saberes e práticas em gestão que busca processos dialógicos, democráticos e emancipadores (ENAPEGS, 2014). Além disso, através de vasta literatura (TENÓRIO, 1998; 2005; FRANÇA FILHO, 2008; BOULOSSA; SCHOMMER, 2008; CABRAL, 2006; 2011; ARAÚJO, 2012; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013) partimos da concepção de que a gestão social visa uma ação gerencial dialógica que produza bens (fatos) e reproduza (valores) públicos por meio de ações comunicativas, voltadas para o interesse público não estatal e com o compartilhamento das decisões pelos diferentes sujeitos sociais em diversos espaços.

Sobre o entendimento que se tem dos limites do campo, Araújo (2012) defende a concepção da gestão social como campo interdisciplinar e em construção (*in progress*), enquanto Cançado (2011) defende que gestão social já alcançou muito progresso e possui um corpo teórico consistente, se aproximando do seu primeiro paradigma (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Nesta linha, defende-se, também, a aproximação da gestão social com o paradigma Humanista Radical de Burrell e Morgan (CANÇADO, 2011;

⁴ Utilizamos o vocábulo campo de forma genérica: campo de conhecimentos e práticas (ENAPEGS, 2014), pois não é objetivo da dissertação problematizar se a gestão social se aproxima mais do conceito de campo científico de Pierre Bourdieu ou comunidade científica de Thomas Kuhn. Isso pode ser visto em outros trabalhos. Acrescenta-se apenas que em Kuhn (1997, p. 220) "uma comunidade científica é formada pelos praticantes de uma especialidade científica [...]. Normalmente as fronteiras dessa literatura-padrão marcam os limites de um objeto de estudo científico e em geral cada comunidade possui um objeto de estudo próprio" e para Bourdieu (1983, p. 122 *apud* PINHO; FIGUEIREDO, 2002, p. 192) o campo científico é "um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida de maneira inseparável como capacidade técnica e poder social". A construção do campo e do paradigma da gestão social foi discutido recentemente em *Gestão Social: epistemologia de um paradigma* de Cançado, Pereira e Tenório (2013) e em *(In)consistência da gestão social e seus processos de formação: um campo em construção* de Araújo (2012).

CANÇADO et al., 2015), localizando-a dentro do campo da Administração (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Seguindo essa ideia, Cançado et al. (2015) afirmam que a gestão social constitui um campo do conhecimento científico em construção e que está estabelecendo sua própria ontologia, epistemologia e metodologia.

Nesta dissertação argumentamos que a gestão social é um campo de conhecimento com relativa consolidação (TENÓRIO, 1998; 2005; BOULLOSA; SCHOMMER, 2008; FRANÇA FILHO, 2008; ARAÚJO, 2012; CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Corroboramos com essa posição o aumento significativo nas publicações sobre gestão social de 1999 a 2010 (CANÇADO, 2011), bem como de 2010 a 2014 (BORGES et al., 2013; MOURA; FERREIRA; SOUSA, 2014). Adiante, diversos artigos também destacam o crescimento e o desenvolvimento conceitual e empírico da gestão social (CANÇADO et al., 2011; MENDONÇA; GONÇALVES-DIAS; JUNQUEIRA, 2012; BORGES et al., 2013; IIZUKA; JUNQUEIRA, 2013; PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014).

Dentro do contexto econômico, social e político a emergência da gestão social se relaciona no sentido de uma possível *causalidade coletiva*⁵ com os fenômenos da flexibilização organizacional, da democratização do Brasil, dos movimentos sociais, do fortalecimento do terceiro setor, das reformas da administração pública e das políticas públicas de desenvolvimento, dentre outros.

⁵ Aludimos aqui ao conceito desenvolvido pelo sociólogo José Maurício Domingues. Para o autor não devemos pensar em causa e efeito em relação aos sistemas sociais, pois elas envolvem conseqüências intencionais e não intencionais (DOMINGUES, 1999). Nesse sentido, aludimos que não existe uma causa para a origem da gestão social, mas somente causalidades coletivas.

Além disso, são vários os elementos que animam este repto, entre os quais destacamos que, à semelhança de outras, a sociedade brasileira, desde os anos 1990, e inspirada na Constituição de 1988, tem exigido mudanças no modo como a sua relação ocorre com o Estado e o mercado (TENÓRIO, 2013a, p. 2).

O contexto teórico da origem dos estudos em gestão social destaca-se pela busca de formas alternativas e mais democráticas de gestão e de conhecimentos sobre a gestão que sejam também voltados para outros sistemas sociais além do mercado (TENÓRIO, 2005; CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). Este contexto pode ser aludido pela citação abaixo que revela a disposição do campo de estudar e fomentar práticas contra-hegemônicas, solidárias e sociais, pois,

[...] as discussões tradicionais enfatizam a racionalidade econômica e o desempenho competitivo. Uma análise histórica até mesmo superficial mostra que predominam abordagens sobre estratégia, sobre liderança, sobre estrutura e processos organizacionais. Prescrições sobre como planejar, organizar, comandar e controlar, para citar as quatro funções básicas são voltadas para a empresa e, em grande parte, para a geração de lucros (SOUZA; BIGNETTI, 2013, p. 14).

Para diversos pesquisadores a gestão social cultiva uma alternativa teórico-prática (indissociavelmente) à hegemonia do pensamento utilitarista (TENÓRIO, 1998; 2005; PAES DE PAULA 2005a; 2005b; GARRIDO; JUSTEN, 2014; VANDENBERGHE, 2014) ou, ainda, surge como uma "dissidência dentro do campo da ciência da administração" (VANDENBERGHE, 2014, p. 1).

E, no sentido comum ao campo dos estudos organizacionais, se insere como uma Ciência Contra-Normal⁶ pautada na crítica da Teoria Tradicional⁷. Portanto, em termos epistemológicos no interior dos estudos de gestão/administração, se relaciona com o surgimento de formas alternativas ao positivismo e a emergência de novas perspectivas teóricas e das relações com as práticas sociais. Ver debates mais gerais no campo da gestão em Ramos (1981), Reed (1999), Marsden e Townley, (2001), Aktouf (2004) e Gaulejac (2007).

Essa questão é apresentada por Cançado, Tenório e Pereira (2011) ao afirmarem que a gestão social surge como uma forma diferenciada de gestão:

Nunca foi tão latente na academia a busca por alternativas teóricas no campo da Administração. O esgotamento das teorias organizacionais tradicionais, que desde a década de 1980 vem sendo anunciado por Guerreiro Ramos, Tragtenberg, Prestes Motta, dentre outros, nos mostra que a literatura anglo-saxônica na área pouco tem feito além de reeditar em novas embalagens os mesmos preceitos do taylorismo-fordismo (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 682).

Tenório (2014b) destaca o papel da gestão social neste âmbito e o seu desenvolvimento desde a década de 1990.

[...] desde os anos 1990, professores e/ou pesquisadores tentam sair dessa autodeterminação no ensino, pesquisa e prática da administração por meio de um conceito gerencial

⁶ A Ciência Normal possui as seguintes características: positivista; objetiva; epistemologicamente realista; voltada para a eficácia e para a eficiência; modelo sustentado apenas por cálculos (MARSDEN; TOWNLEY, 2001). Uma abordagem ampla em Reed (1999) e Marsden e Townley (2001).

⁷ Para Horkheimer (1975), a Teoria Tradicional alimenta a ordem existente e impede a emancipação: "o cientista e sua ciência estão atrelados ao aparelho social, suas realizações constituem um momento de autopreservação e da reprodução contínua do existente" (HORKHEIMER, 1975, p. 131). Ver também Tenório (1998) e Alcântara et al. (2014).

que, se ainda não é transdisciplinar, pelo menos intenta se acoplar. Tal conceito tem sido preferido à questão social e preterido à questão econômica. O conceito ao qual nos referimos é o de gestão social que, ao longo desses últimos anos, tem procurado uma definição que não só incorpore de maneira interdisciplinar outros saberes aos fundamentos epistemológicos dos processos gerenciais, como também tem difundido, por meio de encontros nacionais, pesquisas e publicações, a esperança de que outro modo de administrar é possível, que não aquele hegemônico até a contemporaneidade, o modo do cálculo utilitário das consequências (TENÓRIO, 2014b, p. 18).

No âmbito da administração pública emerge também uma visão da necessidade de processos decisórios compartilhados com a sociedade civil e os cidadãos como membros de uma sociedade/comunidade. No Brasil, essa ideia surge com a participação das organizações da sociedade civil, dos movimentos sociais e a emergência de experiências participativas e deliberativas como os conselhos gestores e o orçamento participativo (COSTA, 1994; LAVALLE, 1999; LÜCHMANN, 2002; PAES DE PAULA, 2005a; GOHN, 2010; AVRITZER, 2012).

Essa dinâmica é revelada, dentre outros, pelo trabalho de Paes de Paula (2005a; 2005b). Para a autora, o modelo oriundo de reformas administrativas, *New Public Management*, no Brasil, Administração Pública Gerencial (BRESSER-PEREIRA, 1998), não conseguiu efetivar uma dimensão política e social da gestão pública, tendo sido pautada apenas por práticas empresariais. Para Paes de Paula (2005a) esse modelo limitou a participação social. Ela apresenta diante disso um modelo Societal que busca “a promoção de iniciativas voltadas a maior participação popular nas decisões governamentais” (SILVA; PEREIRA; ALCÂNTARA, 2012, p. 36).

Segundo a autora, "o modelo [societal] de desenvolvimento apoia-se nas noções de expansão de capacidades humanas e de sustentabilidade, ressignificando a ideia convencional de desenvolvimento" (PAES DE PAULA,

2010, p. 493) e, com isso, "a estrutura aparelho do Estado é pensada de forma a admitir a participação social; e o paradigma adotado é o da gestão social" (PAES DE PAULA, 2010, p. 493). Portanto, para a autora a gestão social "ênfatiza a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo, incluindo questões culturais e participativas" (PAES DE PAULA, 2005b, p. 41) e com base em Tenório (1998) afirma que "essa gestão social é entendida como uma ação política deliberativa, na qual o indivíduo participa decidindo seu destino como pessoa, eleitor, trabalhador ou consumidor" (PAES DE PAULA, 2005b, p. 45). Neste sentido a gestão social se revela também como possibilidade de uma administração pública mais participativa e deliberativa no Brasil. Perto disso, Tenório (2005) se refere a uma administração pública ampliada na qual diversos atores sociais interagem na esfera pública.

Sobre a expressão "gestão social" existem diversas discussões (TENÓRIO, 2009; PINHO, 2010; CANÇADO, 2011). Afinal, qual gestão não é social? (como já considerou França Filho, 2008). Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 683) e Cançado (2011) relatam que não encontraram a origem exata da terminologia. Assim, "a principal pista vem dos textos de Tenório, que desde 1990 está à frente do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), vinculado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)" (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 683). Esclarecendo, os autores narram alguns caminhos trilhados.

Tenório (2010) relata que em 1992, ao participar do *Seminário Iberoamericano de Desarrollo de Profesores en Gerencia Social* (Santa Cruz de La Sierra, Bolívia), o conceito foi tratado como referente a questões relativas a políticas públicas e ao terceiro setor, porém, neste evento foram despertadas outras expectativas, fruto dos debates no evento. Em seguida é lançado o livro *Pobreza: un tema impostergable – Nuevas respuestas a nivel mundial*

compilado por Bernardo Kliksberg (KLIKSBERG, 1994a), provavelmente, o primeiro texto latino-americano que trata do tema gestão social (TENÓRIO et al., 2010). Neste texto, a gestão social é entendida como gestão de políticas públicas sociais (KLIKSBERG, 1994b). Assim, o “[...] o termo gestão social tem sido confundido quase exclusivamente com gestão de políticas e/ou programas sociais” (TENÓRIO; SARAIVA, 2006, p. 124). Esta confusão começou nos anos 1990 no Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento – CLAD e continuou no Instituto de Desenvolvimento Social do Banco Interamericano de Desenvolvimento (TENÓRIO; SARAIVA, 2006). [...] Em 1997, ao participar do *Curso de Directivos em Diseño y Gestión de Políticas y Programas Sociales*, promovido pelo Instituto Interamericano para o Desenvolvimento Social (INDES) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington D.C., nos Estados Unidos, o pesquisador ampliou sua percepção acerca da gestão social e, em 1998 publicou na Revista de Administração Pública (RAP) o artigo “Gestão social: uma perspectiva conceitual”, possivelmente o primeiro texto nacional que tratava do assunto (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 683).

Tenório (2012) enfatiza que foi em 1992⁸ que ouviu pela primeira vez institucionalmente a expressão. O autor relata, também, ter encontrado a expressão em outros contextos e textos anteriores a esta data como na Rússia e Espanha (TENÓRIO, 2012). Uma forma de estender essa discussão é compreender o processo da *gerência social* à gestão social, tendo em vista que o que mais se ampliou foi a visão do social como referente à sociedade e não

⁸ "Esta preocupação [colocarem à disposição dos movimentos sociais tecnologias gerenciais para melhorar a sua capacidade de negociação] foi confirmada em agosto de 1992 no Seminário Iberoamericano de Desarrollo de Profesores Em Gerência Social, promovido pelo Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento CLAD, na cidade de Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, onde se criou a Rede Iberoamericana em Gestão Social" (TENÓRIO, 1993, p. 1).

apenas aos programas sociais⁹. Repetto (2014) relata que na década de 1990 a gestão social até o momento tinha a ver exclusivamente com redução da pobreza. Para ele tornou-se preciso uma visão mais ampla que incorporasse uma dimensão política e que se pudesse também pensar os vínculos entre o social e o econômico. Tenório (2014a) destaca que a noção adotada buscou romper com a visão neoliberal e limitante da gestão social, acima citada. Relata também que a nova percepção remete ao social enquanto 'povo' e 'coletividade' - destacando experiências já existentes no século XIX. No caso brasileiro, o mesmo relata que a ideia era tirar a gestão social da mão de tecnocratas em prol de uma visão democrática ampla.

Neste sentido podemos qualificar de forma ampla à que se refere o adjetivo social. Para tanto, seguindo a concepção apresentada por Tenório (2013a) que se refere à sociedade, ao público e à coletividade.

Não estamos falando do *social* referente à assistência social, assistencialismo, filantropia, política social, previdência social, responsabilidade social e semelhantes. Falamos do social quando desejamos falar daquilo que é “concernente à sociedade” [...] quando falamos em *gestão social* não estamos fazendo referência a processos gerenciais exclusivos dos agentes públicos, dos agentes econômicos ou dos agentes públicos não governamentais [...] Fazemos referência à possibilidade de uma atitude gerencial compartilhada entre os diversos atores, quer no interior das organizações (dirigentes e funcionários), quer entre organizações (poder público, mercado e sociedade civil), na qual o processo de tomada de decisão deve ser compartilhado em direção ao bem comum, ao bem-estar da sociedade. Portanto, aqui expressamos que os atores não devem ser identificados pela posição que ocupam na hierarquia dos sistemas sociais (subordinados e superiores) ou que devem ser reconhecidos com o apodo de cliente,

⁹ Informações orais na ocasião em que participei da "Roda de diálogo 5" do ENAPEGS 2014. Elas serão referenciadas da seguinte forma: Tenório (2014a), Repetto (2014) e Fischer (2014).

colaborador, consumidor, destinatário, público-alvo, usuário ou assemelhados. Referimo-nos a cidadãos que não só devem cumprir as normas da boa convivência na sociedade, mas também como sujeitos com direito a exercer o controle social (acompanhar, avaliar, fiscalizar, perguntar, propor) sobre as práticas do Estado, dos agentes econômicos e não econômicos, assim como exercer a sua práxis em consonância com a justiça social em todos os âmbitos (alimentação, educação, habitação, política, produção, saúde, segurança, trabalho etc.) (TENÓRIO, 2013a, p. 15-16).

Essas especificidades indicam que a expressão gestão social apesar de parecer um pleonasma indica a negatividade da gestão atual que se afasta do social enquanto delimitado desta forma (FRANÇA FILHO, 2008; TENÓRIO, 2012; 2013a). Tenório (2014a; 2014b) destacou, também, a necessidade de discutir a totalidade, tendo em vista a noção da gestão social e seus desafios, diferentemente do "[mercado que] desconecta-se da sociedade pensando ser, ele mesmo, esta totalidade" (TENÓRIO, 2013a, p. 2). Sobre isso a presente dissertação espera não negligenciar essa totalidade tendo por noção a ideia de mundo-da-vida e sistema, observador e participante, fato e valor e outras instâncias de compreensão da sociedade e da gestão.

No que se refere ainda aos debates relatados na Roda de diálogo no ENAPEGS, destacamos que Fischer (2014) abordou a ideia de que cada época tem seus temas, sendo a gestão social um tema atual. Seu principal questionamento foi: "em 2024 o adjetivo social vai ter sentido"? Nas palavras de Tenório (2014a), o conceito de gestão social é necessário, hoje, por fazer o contraponto com a visão dominante de gestão, sendo histórico ele pode ser ressignificado ou deixar de ter importância em outra época, dialeticamente: "[...] a gestão social é um conceito aberto a ser atualizado de acordo com o caminhar da história, ou seja, de acordo com as contradições por ela apresentadas" (TENÓRIO, 2013a, p. 14). Neste sentido, para ele a identidade dos conceitos e

das teorias é coerente enquanto as contradições não surgem para questionar o próprio conceito. O caminho necessário indicado pelo autor é em direção a um cotidiano republicano. Pois, "o conceito de gestão social seria desnecessário se tanto o agente público quanto o econômico praticassem uma gestão republicana: uma gestão preocupada com a justiça social, com o interesse pelo bem comum e não com interesses privados" (TENÓRIO, 2009, p. 3).

Nessa direção, a sociedade é entendida como uma totalidade, formada por todos os cidadãos.

A sociedade exige que os atores que a compõem, o Estado, o sistema empresarial privado e a sociedade civil organizada, assim como o cidadão de uma maneira geral, interatuem através de processos de tomada de decisão que a partir de conquistas ou patologias do passado permitam a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e política, presente e futura (TENÓRIO, 2013a, p. 2).

Vandenberghe (2014) faz uma leitura, como ele mesmo define de observador (o mesmo é sociológico e não faz pesquisas utilizando deste conceito) em *Gestão social: Um campo de práticas em busca de teorias*. Neste, o autor observa que a gestão social é uma ciência humana empírica, normativa e aplicada, que tenta "estabelecer uma nova posição, de oposição, dentro do campo brasileiro da gestão e da administração" (VANDENBERGHE, 2014, p. 1), voltada para fins públicos. Ele também apresenta uma concepção do adjetivo social.

O social qualifica a gestão de três maneiras as quais têm a ver com o fato de que a população é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto das práticas de intervenção dos pesquisadores. Ela é de uma só vez o sujeito da gestão e sujeita a gestão. A gestão social não se pratica na perspectiva estratégica do *management* (a população como recurso ou capital humano, i.e., como objeto), mas na perspectiva comunicativa e participativa (a população como

parceira, i.e., como sujeito e coprodutor) de uma gestão em comum do bem público pelos agentes que são diretamente interessados. Esta gestão ainda pode ser dita social porque não visa o lucro, mas o bem comum. Ele não se faz *for profit*, para fins lucrativos de uma minoria de proprietários e acionistas (*shareholders*) de uma empresa privada, mas *for benefit*, a proveito de uma maioria (*stakeholders*) em nome de quem faz a gestão e de quem tem interesse ativo no sucesso da gestão. Esse interesse público compartilhado explica porque a gestão, como atividade, processo e organização é social. Finalmente, a gestão é social porque a população beneficiada é, em geral, de baixa renda. As comunidades da gestão social são “carentes”. Toda a atividade dos gestores, trabalhadores e incubadores sociais consiste num esforço coordenado e concentrado para dar a comunidade o poder de se transformar e de se emancipar por si mesmo (VANDENBERGHE, 2014, p. 3-4).

Constata-se que sendo amplo o sentido da gestão social não despreza a concepção voltada ao benefício social, mas agrega dimensões organizacionais, econômicas, políticas e culturais. Neste sentido, Vandenberghe (2014, p. 3) afirma que "o campo da gestão se substantiva e se adjetiva pelo social". O mesmo indica a relação da gestão social com o mundo-da-vida e o sistema: "[...] proponho pensar a gestão social não só com adjetivo (cfr. infra), mas também como substantivo, i.e., como organização mista que se situa no cruzamento do sistema administrativo e do mundo da vida" (VANDENBERGHE, 2014, p. 3-4). Voltamos em breve a esta questão.

Finalmente, o termo social qualifica coerentemente a proposta da gestão enquanto voltada para a sociedade - em sentido republicano, deliberativo (salvo as diferenças entre as duas concepções), democrático e normativamente direciona a construção de concepções teóricas e práticas. Concomitantemente à crítica de Pinho (2010, p. 30) que "o social é um termo muito fraco, indefinido, abrangente, ambíguo e anódino" não nos parece consistente em frente à

concepção de social apresentada. Não obstante, outras críticas do autor são bastante oportunas.

Continuando a discussão, podemos afirmar que "[...] existe um movimento de pesquisadores no país que desde a década de 1990 vem se debruçando sobre esta temática" (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 682). Semelhantemente, o início dos debates sobre gestão social na década de 1990 é destacada por diversos autores (IIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2012; CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011; TENÓRIO, 2013a; 2014b).

Os trabalhos acadêmicos¹⁰ em gestão social envolvem hoje um conjunto de artigos científicos, livros, dissertações, teses e outros materiais bibliográficos que são produzidos em diferenciadas instituições de ensino e pesquisa, com diferentes abordagens teóricas e *loci* empíricos. A institucionalização do campo se destaca pela existência de congressos científicos, periódicos e cursos de pós-graduação que mobilizam agências de financiamento, professores, alunos e outros diversos profissionais (CANÇADO, 2011; ARAÚJO, 2012).

Mesmo com os avanços, o campo ainda se mantém aberto e demanda diversas contribuições teóricas e, por isso, procura dialogar com uma miríade de conceitos (CANÇADO, 2011; ARAÚJO, 2012; PERES JUNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013; BOULOSSA, 2014), tais como, esfera pública, esfera social, territórios, cidadania, desenvolvimento territorial, economia solidária, tecnologia social, políticas públicas, movimentos sociais, avaliação valorativa,

¹⁰ Lembramos, ao nível institucional do Grupo Temático de Institucionalidade para Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF, onde a gestão social é um "processo de autonomização das comunidades e integração dos atores sociais (poder público e sociedade), que passam a gerir o processo de desenvolvimento territorial, co-responsabilizando-se pelo planejamento, execução e avaliação das ações no território" (BRASIL, 2015). Tenório (2013a) relata o Programa Territórios da Cidadania.

democracia deliberativa, racionalidade, problemas sociais, participação social e outras¹¹ que abrangem áreas de estudos da Administração, Administração Pública, Serviço Social, Ciência Política e Sociologia. Por isso, segundo Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013, p. 21) "a Gestão Social encontra-se em fase de busca de consolidação conceitual e teórica, absorvendo conceitos interdisciplinares de diversas perspectivas teóricas" e almejando a transdisciplinaridade (TENÓRIO, 2014b).

Especificamente, Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013), destacam a importância da Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas para o campo - outros autores também destacam isso (TENÓRIO, 1998; 2005; 2006; 2008; 2013; OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010; COSTA, 2011; JUSTEN; MORETTO NETO, 2012; PEREIRA, 2012; ANGÉLICO; TEIXEIRA, 2012; CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013; TENÓRIO; BRULON; ZARCONI, 2013; KRONEMBERGER; GUEDES, 2014; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a; 2014b; GARRIDO; JUSTEN, 2014). Posteriormente, problematizaremos a influência de Habermas no campo da gestão social, foco central desta dissertação. Por ora, acrescentamos outras referências como Alberto Guerreiro Ramos, Boaventura de Sousa Santos e Bernardo Kliksberg (TENÓRIO, 2008; FRANÇA FILHO, 2003; 2008), Anthony Giddens (PERES JUNIOR, 2013; PERES JUNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013), Paulo Freire (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010; CANÇADO; PINHEIRO, 2014; TENÓRIO; KRONEMBERGER; LAVINAS, 2014); Hilary Putnam e Amartya Sen (CABRAL, 2006; 2008; 2011), Hannah Arendt (PIMENTEL; PIMENTEL, 2010; CANÇADO, 2011; ARAÚJO; BOULLOSA, 2013; OLIVEIRA;

¹¹ Podemos destacar como principais categorias teóricas na formação da gestão social: interesse bem compreendido, comunidades de prática, democracia deliberativa, dialogicidade, emancipação, interorganizações, intersubjetividade, racionalidade, esfera pública, solidariedade e sustentabilidade (CANÇADO, 2011).

CANÇADO, 2015), e, recentemente, são discutidas as contribuições de autores latino-americanos como Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Fernando Coronil, Walter Mignolo e Enrique Dussel (MARTINS; CARRION, 2012; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a). Dentro do próprio campo e em suas margens são referenciados constantemente, Fernando Guilherme Tenório, Genauto França Filho, Tânia Fisher e Ana Paula Paes de Paula (CANÇADO, 2011; ARAÚJO, 2012; PERES JUNIOR, 2013; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a).

Essa diversidade de referências, autores e conceitos interdisciplinares coaduna em perspectivas plurais, divergências conceituais, inconsistências¹² e críticas (CANÇADO, 2011; ARAÚJO, 2012; PINHO; SANTOS, 2013; TEODÓSIO, 2014; DIAS, 2014; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a). Por outro lado, proporciona dinamicidade e movimento ao campo - fundamentais para os ideais/valores que o mesmo advoga principalmente a pluralidade e o diálogo. Afinal, "sendo consciência de outra gestão possível, uma gestão-problema, não uma gestão-resposta, deve desenvolver a capacidade de autoproblematizar-se, de sentir-se como um problema e de refletir acerca de suas próprias questões não explicitadas" (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a, p. 247) ou um manual de solução de problemas (TENÓRIO, 2013a). Posto isso, a pluralidade é entendida nesta dissertação como importante para o campo [ou o conjunto de pesquisadores que utilizam do conceito de gestão social] - afinal, se busca uma visão mais democrática (na qual a

¹² "[...] existem (in)consistências nas plurais concepções de gestão social que são manifestadas nos processos de formação, influenciando discursos e práticas dos gestores sociais, eminentemente voltados para a ampliação do público e defesa dos direitos de cidadania, porém prevalecendo lógicas e ideologias ambíguas e ambivalentes. Muitas vezes são voltadas para as lógicas do privado e para a instrumentalidade gerencial, caminhando para lógicas de ampliação da esfera pública e de racionalidades substantivas" (ARAÚJO, 2012, p. 230).

pluralidade¹³ é condição fundamental), não prescritiva e que busca se distanciar da ideia de um *pensamento único/unidimensional*.

Acerca das concepções plurais, uma imersão breve na literatura nos proporciona este entendimento. Recentemente Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 17) apresentaram a gestão social como um "campo do conhecimento científico, de uma ação gerencial dialógica própria da sociedade, do interesse público não estatal e voltado para o bem comum". Em sentido próximo, na década de 1990, Tenório (1998, p. 16) apresentou que ela "contrapõe-se à gestão estratégica na medida em que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento mais participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais" e, posteriormente, a definiu como um "processo gerencial dialógico no qual a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais)" (TENÓRIO, 2005, p. 102). Segundo França Filho (2003; 2008) a gestão social é o modo da sociedade se auto-organizar. Para o autor é um deslocamento da administração pública e da administração privada que se mantém em uma lógica individualista e instrumental. Para Fischer (2002, p. 9) a gestão social (do desenvolvimento) busca um "[...] poder compartilhado ou ação coletiva gerenciada", em uma tentativa de equilibrar as racionalidades instrumental e substantiva. Por sua vez, Cabral (2006; 2008; 2011) apresenta a gestão social como reprodutora de valores e produtora de

¹³ Tendo em mente Hannah Arendt: "a pluralidade possibilita aos seres humanos constituírem um âmbito de ação no qual cada um pode se revelar em atos e palavras, o que não faria sentido de modo isolado, mas ganha sua relevância numa esfera que se estabelece entre as pessoas. É com suas ações que as pessoas constantemente criam e recriam o "espaço-entre" e, assim, estabelecem um mundo comum" (ALMEIDA, 2008, p. 468). Nesse sentido, a ação comunicativa de Habermas pressupõe também a pluralidade, pois necessita de pelos menos dois sujeitos (HABERMAS, 2012a).

bens públicos. Com outras especificidades, mas com diversas semelhanças, para Araújo (2014),

A gestão social é um campo de saberes e práticas referentes aos modos de gerir interorganizações, territórios e relações sociais, sendo orientado por uma ideologia social e do interesse público, orquestrando diferentes escalas e tipos de poder. Prevalece a lógica humanitária, do interesse público e social em detrimento dos interesses privados, individuais e monetário (ARAÚJO, 2014, p. 88).

Essa breve revisão nos permite constatar a multiplicidade conceitual acerca da gestão social, ademais outras referências são Fischer e Melo (2003), Boullosa (2009), Boullosa e Schommer (2008, 2009), Cançado, Pereira e Tenório (2013), Teodósio (2008; 2014), Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a). Destacando que diversas teses já revisaram estes conceitos: Cançado (2011), Araújo (2012) e Peres Junior (2013). As categorias identificadas por Cançado (2011) e as abordagens delineadas por Peres Junior (2013) também revelam a pluralidade do campo da gestão social. Neste trabalho acabamos por focar mais os trabalhos inseridos na área da Administração e Administração Pública, mas é preciso destacar um grande número de trabalhos no Serviço Social. Assim, adotamos a Gestão Social como um campo interdisciplinar de conhecimentos.

Buscando os elementos comuns Cançado, Tenório e Pereira (2011, p. 697) sintetizam através do seguinte conceito: "a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação enquanto fim último". No mesmo sentido, Peres Junior e Pereira (2014, p. 232) entendem que a "contraposição entre gestão social e gestão estratégica, o terceiro setor como um espaço de ocorrência da gestão social, a proeminência de conceitos

como participação, diálogo e busca do bem comum" são elementos comuns de diversas abordagens da gestão social. E, também para Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2012, p. 749), "[...] parece haver uma convergência entre alguns teóricos sobre a necessidade de um processo de gestão que seja dialógico e transparente, no qual as pessoas se comuniquem livremente [...]". Por fim, "apesar das diferentes interpretações, parece haver um frequente denominador nessas diferenças: a promoção da solidariedade em busca do bem comum, da justiça social" (TENÓRIO, 2013a, p. 2). Essas considerações mostram elementos convergentes em várias publicações sobre gestão social, dentre os quais a participação, o diálogo, a transparência e o interesse público.

No Quadro 1 é apresentada uma síntese de algumas características da gestão social em contraposição à gestão estratégica.

A tese defendida neste trabalho adiciona o mundo do trabalho, os sistemas do Estado e do mercado além do mundo-da-vida como relação presente e importante para a gestão social. Ou seja, ela não deve focar apenas o mundo-da-vida, mas ambas as instâncias e suas relações sejam cooperativas ou conflitantes. Por ora, voltamos aos debates conceituais.

Quadro 1 Análise comparativa entre gestão estratégica e gestão social

Dimensão	Gestão Estratégica	Gestão Social
Ponto de partida	Melhoria do desempenho	Participação / Bem viver
Racionalidade	Utilitária / formal / instrumental / monológica	Comunicativa/dialógica
Tomada de decisão	Baseada em planejamento e num sistema de alinhamento organizacional a partir dos objetivos da organização	Tomada de decisão coletiva, balizada pelo interesse bem compreendido/bem comum
Transparência	Informações constantes nos relatórios técnicos e nas avaliações sistemáticas com acesso limitado	Informações disponíveis baseadas na intersubjetividade, tornando possível a dialogicidade
Espaço	Esfera privada	Esfera pública
Finalidade da gestão	Minimização de custos e maximização de resultados (Minimax)	Interesse bem compreendido/bem comum
Método	Positivismo lógico	Teoria crítica
Estrutura organizacional	Hierarquia/heterogestão	Heterarquia
Premissas teóricas	Individualismo metodológico	Socialização
<i>Modus operandi</i>	Competitividade	Cooperação
Benefícios	Lucros e resultados empresariais	Melhoria na qualidade de vida
Dimensão temporal	Preferencialmente curto prazo; médio e longo prazos baseados em planejamento	Sustentabilidade - longo prazo
Amplitude da ação	Preocupação apenas com o que lhe é concernente	Preocupação geral com o contexto
Visão	Linear/Objetiva	Complexidade / intersubjetividade
Foco	Mercadocêntrico	Sociocêntrico
Consequências	Reificação	Emancipação
Relação	Mundo do trabalho	Mundo da vida

Fonte: Cançado, Sausen e Villela (2013, p. 85).

Mesmo com os elementos em comum, tudo posto, revela que "[...] a Gestão Social não é uma narrativa uniforme e homogênea, como se pressupõe à primeira vista, mas um campo socialmente construído a partir da diversidade e da heterogeneidade sociocultural presente na realidade nacional" (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a, p. 240). Considerando isso argumentamos que a solução extrema proposta por Pfeffer (1993) para os estudos organizacionais da formação de um campo com visão unificada não é coerente com o próprio pressuposto da dialogicidade e da pluralidade na gestão social. Isto é, um consenso (aparente) não comunicativo, não fortalece os estudos e não gera conhecimento: a gestão social não *deve ser* prescritiva (CANÇADO, 2011; TENÓRIO, 2012b; ASSIS; PAES DE PAULA, 2014). E, assim, o campo deve conviver com a pluralidade e debater com as diversas críticas e concepções vigentes.

Sobre as críticas, as principais se referem às inconsistências, imprecisões conceituais, dilemas teóricos e políticos, excessiva endogenia e precoce institucionalização (PINHO, 2010; BOULOSSA; SCHOMMER, 2008; 2009; PIMENTEL; PIMENTEL, 2010; MARTINS; CARRION, 2012; ARAÚJO, 2012; TEODÓSIO, 2008; 2013; PINHO; SANTOS, 2013; ARAÚJO; BOULOSSA, 2013; DIAS, 2014; FISCHER, 2014; JUSTEN, 2014; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a). Destacamos que conhecer as críticas endógenas e exógenas ao campo é importante para que não se perca a noção das contradições. No momento, não vamos debater todas as críticas, as quais já foram foco de outros textos (TENÓRIO, 2009; CANÇADO, 2011; 2013; OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013) - nos capítulos desta dissertação elas serão problematizadas, principalmente aquelas relacionadas à abordagem que possui em Habermas seu principal referencial, concordando, por enquanto, que a orientação da gestão

social vinculada à ação comunicativa "se sujeita às críticas tecidas ao trabalho de Habermas" (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a, p. 242).

É inegável que ainda existem diversas lacunas e necessidade de delimitação conceitual, afinal, o próprio evento do campo colocou como uma das questões centrais para a edição de 2014: "Quais as fronteiras que podem avançar na compreensão sobre o que é e não é gestão social?" (ENAPEGS, 2014, p. 1). Neste sentido, a questão do *locus* é uma das possibilidades de debate e desenvolvimento teórico e empírico da gestão social. É exatamente em relação a essa categoria teórico-empírica [*locus*] que esta dissertação se volta, no entanto, é importante destacar que ao tratar especificamente do *locus* da gestão social e das suas possibilidades não buscamos unificar o campo, mas problematizá-lo e, na medida do possível, indicar alguma síntese provisória que nos possibilite pensar os elementos contraditórios e delinear suas forças críticas através da relação mundo-da-vida e sistema. Não é tampouco encontrar um *locus* ideal para a gestão social. Sobre isso vale uma passagem de Tenório (2009).

Neste artigo [*Gestão social: uma perspectiva conceitual*] a minha pretensão foi destacar a diferença entre os conceitos de gestão social e de gestão estratégica, significando o primeiro um processo de tomada de decisão dialógico e o segundo um processo monológico. Neste mesmo texto, idealizava que o terceiro setor seria o espaço organizacional possível para práticas de gestão social. Esta minha fantasia de encontrar um locus ideal à gestão social mais tarde foi minimizada ao escrever o artigo "Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado". E, dando sequência a estas reflexões, publico em 2005 o texto "(Re) visitando o conceito de gestão social" (TENÓRIO, 2009, p. 3).

Mesmo com estas considerações, a questão do *locus* está presente em diversos debates na gestão social. Utilizamos a seguir a sistematização realizada

por Peres Junior e Pereira (2014) para destacar a diversidade de *loci* e adicionalmente os trabalhos de Pimentel e Pimentel (2010), Maia (2005), Cançado (2011), Araújo (2012), Peres Junior e Pereira (2014) e Guerra e Teodósio (2012).

A sistematização de Peres Junior e Pereira (2014) mostra a heterogeneidade do campo da gestão social ao destacar a existência de quatro abordagens centrais¹⁴, a saber: Abordagem crítica frankfurteana (TENÓRIO; SARAVIA, 2006; TENÓRIO, 1998; 2002; 2005; 2006; 2008; 2009; FRANÇA FILHO, 2003; 2008; PEREIRA; RIGATTO, 2011; OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010; CANÇADO, 2011; CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011), Abordagem da gestão do desenvolvimento social interorganizacional (FISCHER, 2002; GONDIM; FISCHER; MELO, 2006), Abordagem puquiara (DOWBOR, 1999; RICO; RAICHELLIS, 1999; WANDERLEY; RAICHELLIS, 2001; JUNQUEIRA, 2004; 2006; ALVES SOBRINHO; INOJOSA, 2005; JUNQUEIRA, 2006; WANDERLEY, 1999; 2006; CARVALHO, 1999; CAVALCANTI; NOGUEIRA, 2006; CABRAL, 2006; 2008; 2011) e Abordagem da administração pública societal (PAES DE PAULA, 2005a; 2005b; 2010). Para nós, essa sistematização interessa por carregar também concepções de *locus* (convergentes e divergentes)¹⁵.

¹⁴ Não ignoramos que temos uma ligação mais direta com os trabalhos desenvolvidos na Abordagem crítica frankfurteana, na qual já desenvolvemos alguns trabalhos, a saber Alcântara, Pereira e Silva (2014), Alcântara et al. (2014) e Alcântara, Silva e Pereira (2014). Não desconsideramos nenhuma das abordagens, no entanto, esta perspectiva (viés) teórica precisa ser reconhecida.

¹⁵ Apesar de ser um trabalho amplo, é coerente destacar que a busca foi delimitada ao Google Acadêmico como ferramenta de suporte e, ainda, refinada pelo número de citações (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014). Com isso foi possível ter uma ampla visão do campo e de suas abordagens, no entanto, sem pretensão de generalização. Alguns trabalhos foram acrescentados por nós nas abordagens tendo por base os critérios utilizados pelos autores.

A Abordagem crítica frankfurteana destaca a sociedade civil (espaço não estatal) como *locus* da gestão social (FRANÇA FILHO, 2003; 2008), o terceiro setor (TENÓRIO, 1998), qualquer esfera/espaço social - público, privado ou não governamental (TENÓRIO, 2005; 2008; 2012a; 2012b; 2013a), estrutura intermediária entre Estado, mercado e sociedade civil - *locus* compartilhado (PEREIRA, 2012; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013), a esfera pública (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010; CANÇADO, 2011). A Abordagem da gestão do desenvolvimento social interorganizacional destaca como *locus* da gestão social o espaço local, o território e as interorganizações (FISCHER, 2004; 2012; FISCHER; MELO, 2003; FISCHER; MELO; CODES, 2004).

A Abordagem pública societal destaca conselhos gestores, orçamento participativo e, em geral, as experiências locais participativas como *loci* importantes para a gestão social enquanto abordagem da gestão dentro do modelo societal (PAES DE PAULA, 2005a; 2005b; 2010). Por fim, a Abordagem puquiana destaca o espaço público, o terceiro setor, as organizações não governamentais e os movimentos sociais (RICO; RAICHELIS, 1999; CABRAL, 2006; 2008; 2011; JUNQUEIRA, 2004; CARVALHO, 1999; CAVALCANTI; NOGUEIRA, 2006). Contudo, há especificidades, a exemplo, Cabral (2008; 2011) que concebe o terceiro setor como espaço compartilhado das lógicas do Estado, mercado e comunidade e aborda a gestão social neste *locus*. Por sua vez, Teodósio (2008) destaca as parcerias trissetoriais, Dowbor (1999) não delimita a esfera de ação da gestão social (qualquer esfera), Junqueira (2004; 2006) focam em políticas públicas e organizações sem fins lucrativos e Wanderley (1999; 2006) no espaço público não estatal.

Além destes existem outros *loci* que aparecem na literatura. Recentemente, emerge como locus privilegiado a categoria teórico-empírica território mediante lentes do desenvolvimento territorial, desenvolvimento

regional, cidadania deliberativa e gestão social do desenvolvimento (IIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2011; ZANI; TENÓRIO, 2011; 2014a; FISHER, 2012). Aparecem, também, empreendimentos da economia solidária (COSTA, 2011); conselhos municipais (ALMEIDA; CABRAL, 2013; VILLELA; VIDAL; MACEDO, 2014); sistema deliberativo (PERES JUNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013); programas governamentais (IIZUKA, GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2012); políticas públicas (FREITAS; DIAS, 2012; VILLELA; COSTA; CANÇADO, 2014); Programa Territórios da Cidadania (KRONEMBERGER; GUEDES, 2014; BENSON; ALLEBRANDT, 2014; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014b), incubadoras (GARRIDO e JUSTEN, 2014), arranjos produtivos locais (VILLELA; PINTO, 2009); cooperativas (ZWICK, 2014), unidades de conservação (BURKOWSKI; VILAS BOAS, 2014) e outros. No mais, para entendermos a multiplicidade de *loci* da gestão social podemos visitar o *Dicionário para a Formação em Gestão Social* (BOULLOSA; RODRIGUES, 2014) e os Anais do Enapegs dos anos de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 e outros congressos e periódicos que publicam sobre/em gestão social.

Em se tratando de trabalhos que sistematizaram o *locus* da gestão social, Maia (2005, p. 14) informa que os *locos*, espaços ou campos de viabilização são "identificados nas *organizações*, tanto do *Estado* quanto do *mercado* e da *sociedade civil*" e, ainda, "está nas *políticas públicas, econômicas e sociais*. Outros campos da gestão são as *redes*, as *interorganizações* e o *espaço local*" (MAIA, 2005, p. 14). Isso indica também a presença do *locus* nos diversos sistemas sociais (Estado, mercado e sociedade civil).

Finalmente, a questão do *locus* desperta debates acadêmicos e diversidade conceitual, afinal a multiplicidade de sentidos e conceitos de gestão

social se apresenta e se exterioriza na busca pelo seu *locus*¹⁶. Como exemplo, Araújo e Boullosa (2013) e Pimentel e Pimentel (2010) criticam a noção de esfera pública como *locus* da gestão social, Dias (2013) a utilização do conceito de terceiro setor, Cabral (2006; 2008; 2011) problematiza a concepção de terceiro setor como autônomo e apresenta uma concepção de espaço compartilhado, Teodósio (2008; 2014) a carência de estudo em parcerias trissetoriais e Tenório (2005) problematiza o atrelamento da gestão social às políticas públicas, dentre outras questões. Um dos grandes questionamentos ao *locus* da gestão social se refere ao sistema social em que ela adere ou em que ela é possível, como visto em Peres Junior e Pereira (2014):

É a Gestão Social um fenômeno restrito à administração pública, como propõe a primeira vertente [administração pública societal [Paes de Paula, 2005a; 2005b), gestão do desenvolvimento social (Fischer, 2002) ou gestão do social (Dowbor, 1999)], ou ações gerenciais dialógicas desenvolvidas em outros domínios, como as organizações privadas ou as não governamentais, também podem ser classificadas como pertencentes a esse mesmo fenômeno, como preconiza a segunda [(Tenório, 2005; França-Filho, 2008)]? (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014, p. 233).

Argumentamos neste ponto, para fazer uma relação direta com o Artigo três desta dissertação que as especificidades dos *loci* da gestão social proporcionam também análises sobre processos específicos de gestão como planejamento, liderança, controle, qualidade das decisões, efetividade das práticas, avaliação e outras. Isto é, como estes processos (práticas da gestão

¹⁶ Cançado (2011) ao levantar a ampla literatura em gestão social encontra como sinônimo a gestão emancipatória, gestão participativa, gestão do desenvolvimento social e gestão de organizações sem fins lucrativos, gestão participativa de políticas públicas, gestão democrática do terceiro setor, gestão democrática do desenvolvimento territorial e outras. Estes sinônimos apresentam *loci* diversos, alguns comuns outros divergentes e contrastantes.

social) são pensados e efetivados nos diferentes *loci*. Nesta dissertação, pela sua especificidade no que se refere a um espaço compartilhado pelas relações e visões do mundo-da-vida e do sistema e atenção dada pelo campo (TENÓRIO et al., 2008; 2010; CABRAL, 2011; ALLEBRANDT; SIEDENBERG; SAUSEN, 2011; VILLELA; COSTA, 2012; FARIA, 2012; DIAS, 2012, VILLELA, 2013; BOULLOSA; RODRIGUES, 2014; CABRAL; MUZY, 2014) dedicamos atenção à questão da avaliação¹⁷ dentro da problemática do *locus* da gestão social.

Argumentamos desta forma que a ideia do *locus* tenciona a avaliação em gestão social: como avaliar experiências no espaço local? Em interorganizações? Como avaliar experiências participativas e deliberativas? Como avaliar projetos sociais que resultem na produção de bens públicos e impactem a qualidade de vida dos cidadãos? Como avaliar práticas desenvolvidas em um espaço compartilhado por atores, lógicas e interesses do mercado, do Estado e da sociedade civil? Como avaliar organizações que se situam (no espaço e na esfera) no cruzamento do mundo-da-vida e dos sistemas especializados? Por ora, deixamos destacado que existe uma literatura que já se atentou em parte para essas especificidades que são abarcadas pela gestão social ou próxima a elas (ROWE; FREWER, 2000; HOWE; ASHCRAFT, 2005;

¹⁷ Essa temática, além de ser uma escolha intencional do pesquisador levando em consideração os desenvolvimentos teóricos alcançados, ela se expressa como 'caso limite' interessante para pensar a relevância do *locus* da gestão social quando consideramos tanto o mundo-da-vida quanto o sistema - do ponto de vista sociológico (relações Estado, mercado e sociedade civil) e também epistemológico (perspectiva do participante e do observador). Na verdade, o mundo-da-vida comumente é solapado das experiências avaliativas que se focam nos fatos, no sistema. Desta forma, diante da especificidade dos valores democráticos defendidos (*dever ser*) pela gestão social surge a necessidade de considerar também o mundo-da-vida como elemento essencial do processo avaliativo e, além disso, que se possa superar a dicotomia fato x valor, no que tange às contribuições que Habermas nos oferece para isso em debate com outros autores, principalmente o filósofo Hilary Putnam.

HOUSE; HOWE, 2001; PAPADOPOULOS; WARRIN, 2007; TENÓRIO, et al., 2008; 2010; CABRAL, 2006; 2008; 2011; ALMEIDA; CABRAL, 2013; CASTELLÀ; PARÉS, 2012; VILLELA; COSTA, 2012; CABRAL; MUZY, 2014).

Buscamos demonstrar acima que apesar dos avanços, ainda permanece no campo a problemática do *locus* de atuação e desenvolvimento da gestão social (onde se situa/viabiliza) bem como do *locus* epistemológico de desenvolvimento. Para esclarecer nossa problemática, entendemos *locus* como território ou campo de viabilização da gestão social na direção apresentada por Maia (2005) ou pela expressão ‘onde se situa’ utilizada por Pereira (2012). Devido a isso, se aproxima também da forma utilizada por Keinert (2007, p. 30) como sendo "o local institucional do campo" - mas não consideramos necessariamente que precise ser institucional no sentido organizacional, podendo ser pensado também como práticas e relações.

Posto isso, sintetizamos as diversas concepções sobre o *locus* da gestão social nos seguintes contrastes: esfera social ou esfera pública? Esfera ou espaço? Setor privado, público, público-privado? Primeiro, segundo ou terceiro setor? Utopia ou realidade histórica? Institucionalizado (arranjos institucionais) ou influência comunicacional? Ou combinações, tensões, interseções e momentos dialéticos entre essas possibilidades? Neste sentido, sociologicamente se refere ao sistema social a qual ela se adere ou no qual ela se potencializa incluindo, assim, as diversas organizações e seus atores. Assim, nesta dissertação vamos visitar e problematizar essas possibilidades através da relação mundo-da-vida e sistema em Habermas.

Destacamos, também, que essas discussões nos possibilitam analisar o *locus* epistemológico¹⁸ da gestão social, na direção da relação mundo-da-

¹⁸ Logo, não estamos nos referindo a questão se a gestão social é disciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar. Considerações sobre o *locus*, enquanto área do

vida↔sistema, ou seja, na perspectiva do participante ou do observador conforme estabelecido por Habermas (2012a; 2012b).

Acreditamos que a relação mundo-da-vida↔sistema da concepção da sociedade estabelecida pelo filósofo alemão Jürgen Habermas nos permite avançar em diversos pontos. Na parte seguinte esclarecemos os motivos para a escolha dessa lente teórica.

Antes, é preciso considerar que alguns autores (PINHO, 2010; PINHO; SANTOS, 2013; MARTINS; CARRION, 2012; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a) afirmam que a visão de Habermas marcada pelo contexto europeu (e uma *episteme eurocêntrica*) difere em diversos âmbitos do contexto brasileiro¹⁹; em especial, das condições históricas da nossa sociedade (PINHO, 2010; PINHO; SANTOS, 2013), sendo, portanto, inadequada. Para Martins e Carrion (2012, p. 11) deve-se "[...] abrir a oportunidade para uma construção que leve em conta o mundo não europeu". E, de forma mais incisiva Pinho (2010, p. 33) coloca: "[...] a Alemanha de Habermas não é definitivamente aqui! Todas as condições requeridas pelo referencial habermasiano nos faltam, ainda que estejam em (lenta) construção".

Existem considerações sobre essas afirmativas (TENÓRIO, 2009; CANÇADO, 2011; CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011). Com foco na

conhecimento em Cançado (2011; 2013) e Araújo (2012), dentre outros. Aqui, vamos focar nas relações entre a visão da sociedade como mundo-da-vida e como sistema e na relação apresentada por Habermas entre conhecimento e interesse. Mesmo assim, consideramos com Tenório (2014, p. 17) que "[...] o ensino, a pesquisa e a prática da administração não podem ser implementados como se ela fosse um conhecimento isolado, monodisciplinar, mas como um saber interdisciplinar na medida em que a interação de saberes é o fundamento epistemológico indispensável para compreender a complexidade da sociedade".

¹⁹ Sobre o Brasil, segue uma fala de Habermas: "[...] eu tive também a impressão de que o Brasil é intelectualmente enorme e diverso, muito mais complexo do que um país europeu homogêneo. E, também, infinitamente vivo! Posso imaginar que viver num país assim estimula, mais do que na Europa, a emergência de novas ideias" - *Conversa com Habermas em Starnberg* (FREITAG, 2005, p. 287-288).

presente dissertação destacamos que o Brasil apresenta diversas práticas democráticas que se tornaram exemplo em outros países (WAMPLER; AVRITZER, 2006; WAMPLER, 2008), além de que o referencial habermasiano foi utilizado por diversos autores para compreender práticas de participação social e gestão democrática no Brasil há mais de 20 anos, principalmente desde a década de 1990 (COSTA, 1994; AVRITZER; COSTA, 2004; AVRITZER, 2000; 2012; LUBENOW, 2012), bem como nos estudos das organizações (TENÓRIO, 1998; 2008; PAES DE PAULA, 2008; 2013, SERVA. 1997a; 1997b; VIZEU, 2005; 2006).

Além disso, destacamos como fonte dessas possibilidades as edições (2008; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014) do Colóquio Habermas (<https://coloquiohabermas.wordpress.com>) que destaca as contribuições do autor em diversas temáticas como direito, meios de comunicação, publicidade, ética, moral, cidadania, teoria do discurso, legitimidade, sociedade civil, democracia, relação público e privado, secularismo, educação, liberdade, direitos humanos, justiça, religião, dentre outras. Claro que reconhecemos as limitações e várias delas serão apresentadas nesta dissertação (ANDERSON, 1985; BENHABIB, 1996; SANDERS, 1997; LAVALLE, 1999; MOUFFE, 1999; SHAPIRO, 1999; KAPOOR, 2000; CHAMBERS, 2003; 2009; FRASER, 1999; YOUNG, 2001; PUTNAM, 2008; MIGUEL, 2014).

Adiante, destacamos mais duas importantes questões. O fato de um arcabouço teórico ou empírico ser desenvolvido em determinado país e contexto não inviabiliza a sua contribuição em outros contextos - mesmo que imponha dificuldades e limitações. Tenório (1999) reconheceu isso:

Embora os contextos sócio-político-econômicos, tanto o estadunidense quanto o habermaseano, sejam diferentes do brasileiro, primeiro mundo – EUA e Alemanha, do terceiro mundo – Brasil, a proposta de J. Habermas enquanto teoria social, isto é, enquanto referência conceitual à semelhança

de outras, também estimula a discussão [...] (TENÓRIO 1999, p. 155).

Assim, não podemos esquecer-nos do *caráter subsidiário da produção científica estrangeira* de Ramos (1965). Não é nossa intenção aqui por motivos de ordem epistemológica²⁰ abrir mão do conceito de Redução Sociológica (TENÓRIO et al., 2008; FARIA, 2009; BERGUE, 2011), que permite a *transposição de conhecimentos* e "é ditada não somente pelo imperativo de conhecer, mas também pela necessidade social de uma comunidade que, na realização de seu projeto de existência histórica tem de servir-se da experiência de outras comunidades" (RAMOS, 1965, p. 81-82), mas apenas indicar que podemos adotar, considerando sempre o cuidado também com a *colocação inapropriada dos conceitos* (RAMOS, 1981), o referencial habermasiano para análises em outros contextos que não o europeu, pelo menos nas sociedades em que sistema e mundo-da-vida se desacoplaram²¹. Isto é, sociedades dessacralizadas e desencantadas (em termos de Weber), onde as esferas de valor (a esfera da ciência e da técnica, a esfera da arte e a esfera da moral se separaram - na verdade não em oposição, mas se tornam esferas da atuação humana com variados níveis de autonomia). Para ficar claro ele mesmo esclarece no primeiro volume de *Direito e Democracia* de 1992.

Nas páginas seguintes [de *Direito e Democracia*, 1992] vou tomar como ponto de partida a situação de uma sociedade profanizada onde as ordens normativas têm que ser mantidas sem garantias meta-sociais. E as certezas do

²⁰ Refiro-me especialmente às discussões subjetividade e intersubjetividade, racionalidade comunicativa e substantiva que podem ser pensadas em relação aos dois autores (Ver: SERVA, 1997a; 1997b; ANDREWS, 2000).

²¹ Mesmo assim, uma breve busca nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus* encontramos artigos que abordam as contribuições de Habermas também em países da Ásia e África, tanto de regimes ainda centralizadores quanto teocráticos (sistema e mundo-da-vida não se constituem esferas separadas).

mundo-da-vida, já pluralizadas e cada vez mais diferenciadas, não fornecem uma compensação suficiente para esse *déficit*. Por isso, o fardo da integração social se transfere cada vez mais para as realizações de entendimento de atores para os quais a facticidade (coaçoão de sanções exteriores) e a validade (força ligadora de convicções racionalmente motivadas) são incompatíveis, ao menos fora dos domínios de ação regulados pela tradição e pelos costumes (HABERMAS, 1997, p. 45).

Por fim, as construções de Habermas principalmente as ligadas à filosofia possui um caráter de abstração conceitual muito elevado (HABERMAS, 2007) que permite a possibilidade de ser pensadas em diversos contextos. Além de tudo, a inclusão de suas obras fomentou discussões e críticas que contribuíram significativamente para a democracia brasileira e as formas de gestão. Portanto, ao focar nas obras de Habermas fazemos correspondência aos argumentos de diversos pesquisadores em gestão social que encontram no mesmo Habermas e no seu vasto repositório de discussões sobre ação comunicativa, esfera pública e democracia deliberativa sustentação para um modo específico de gestão (TENÓRIO, 1998; 2005; 2013a; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013; ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2014).

Jürgen Habermas é um filósofo (e sociólogo) alemão e sua trajetória é marcada como herdeiro e renovador da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt (segunda geração) (LUBENOW, 2007; NOBRE; TERRA, 2008). Um dos mais importantes autores do movimento denominado virada linguística (*linguistic turn*) e por ter realizado também uma *virada pragmática*. Sendo assim, é conhecido pela sua virada *pragmático-linguística* (HERDY, 2009), a partir da qual temas como linguagem, comunicação, discurso, coordenação das ações, mundo-da-vida e sistema, racionalização, modernização, direito, e até religião se tornaram frequentes nas suas obras (VANDENBERGHE, 2011).

As contribuições de Habermas mais citadas se referem, conceitualmente, à ação comunicativa, esfera pública, democracia deliberativa (política deliberativa) e a ética do discurso. Especialmente, a obra *Teoria do Agir Comunicativo* é singular pela Reconstrução (NOBRE; REPA, 2012) realizada dentro da Teoria Crítica. É nessa obra que o autor vai apresentar de forma mais ampla a sociedade vista como mundo-da-vida (*lebenswelt*) e sistema (*system*), bem como a racionalidade comunicativa e a fundamentação da teoria social em uma teoria da comunicação (HABERMAS, 2012a; 2012b). Especialmente, o conceito de mundo-da-vida e ação comunicativa (complementares) acompanha Habermas em formas ainda menos desenvolvidas, desde a década de 1960 e continua nas décadas seguintes de suas obras (HABERMAS, 1989; 1990; 1999; 2000; 2003; 2005; 2012a; 2012b).

Apresentado o referencial central desta dissertação e a problemática do *locus* na gestão social, destacamos que os estudos na elaboração do projeto e da dissertação convergiram para duas grandes questões teóricas. A primeira indagava qual o *locus* da gestão social (onde se situa), respondida parcialmente em Pereira (2012) e Cançado, Pereira e Tenório (2013). A segunda buscava saber como a Teoria da Ação Comunicativa de Jürgen Habermas pode ainda contribuir para a epistemologia da gestão social [e para a possível construção de sua Matriz Epistemológica] e com ela os autores pretendem (re) visitar e ampliar a leitura das obras de Jürgen Habermas. Ambas as questões fazem parte de projetos mais amplos e em desenvolvimento. Contudo, buscando caminhar neste norte, lançando a seguinte questão norteadora desta dissertação: Onde se situa a gestão social na relação mundo-da-vida (*lebenswelt*) e sistema (*system*) na concepção da sociedade proposta por Jürgen Habermas? (Questão central) e especificamente: a) Como o campo da gestão social está lendo e debatendo as obras de Habermas, em especial, no que se refere à relação mundo-da-vida↔sistema? b) Como os *loci* da gestão social presentes na produção

acadêmica nacional estão situados e podem ser problematizados na relação mundo-da-vida↔sistema? c) Como o conceito de mundo-da-vida pode contribuir para esclarecer as práticas da gestão social (especificamente processos de avaliação) que considerem as tensões de um *locus* (sociológico e epistemológico) compartilhado pelo mundo-da-vida e pelo sistema?

Neste sentido, argumentamos que essas questões procuram comunicar-se com os conhecimentos/interesses (teórico, prático e crítico), entendendo a gestão social como um saber/prática capaz de integrar o *ser* e o *dever ser*, de outra forma, fatos (especialmente bens de apropriação social) e valores (especialmente valores públicos democráticos); e desenvolver suas ações fazendo referência reflexiva aos mundos objetivo, social e subjetivo, isto é, direcionado pela ação comunicativa.

1.3 Justificativa e relevância da pesquisa

A relação mundo-da-vida e sistema é um dos pontos centrais de *Teoria do Agir Comunicativo* (HABERMAS, 2012a; 2012b) e também é fundamental (mesmo com modificações) em *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*, publicada originalmente em 1992 (HABERMAS, 1997a; 1997b) e outras várias obras (HABERMAS, 1989; 1990; 1999; 2000; 2003; 2005; 2012a 2012b). Este conceito está presente na tradição filosófica do século XX. Ele foi cunhado por Edmund Husserl e utilizado por Martin Heidegger, Alfred Schütz, Thomas Luckmann, Peter L. Berger, Maurice Merleau-Ponty, Hans-Georg Gadamer, Karl-Otto Apel, Paul Ricoeur e Jürgen Habermas (ZILLES, 2002). De forma geral, é um conceito fundamental em diversas abordagens da fenomenologia, da hermenêutica e da filosofia analítica (DOMINGUES, 1999).

Segundo Domingues (1999) e Vandenberghe (2011) o conceito de mundo-da-vida foi consolidado em Habermas em uma mistura da

fenomenologia, do interacionismo simbólico e filosofia linguística. Para isso, Habermas (2012b) concebe a sociedade através de um modelo dual (não dicotômico): a esfera sistêmica e a esfera do mundo-da-vida. Ele entende isso a partir das teorias sociais, enquanto as teorias sociológicas de Talcott Parsons e Niklas Luhmann focam na esfera sistêmica, os trabalhos de Dilthey, Simmel, George Herbert Mead, Alfred Schütz e Erving Goffman destacam o mundo-da-vida. Logo, os conceitos de mundo-da-vida e sistema se inserem na metodologia dual (SIEBENEICHLER, 2012) com que Habermas concebe a sociedade na perspectiva do participante e do observador: "[...] proponho que a sociedade seja concebida, ao mesmo tempo, como mundo-da-vida e como sistema" (HABERMAS, 2012b, p. 220). Do ponto de vista sociológico, sistemas funcionais (Estado e mercado) e mundo-da-vida, regidos por códigos, racionalidades, lógicas, demandas e procedimentos específicos. Neste processo, Habermas (2012a; 2012b) procura romper com a filosofia da consciência (relação sujeito-objeto) em direção à intersubjetividade (paradigma da comunicação - relação sujeito-sujeito), possibilitando novas discussões sobre a importância da linguagem e da comunicação para as democracias avançadas e, como aqui, argumentamos para a gestão social.

Destacamos que esse modelo (mundo-da-vida e sistema) é utilizado por Cohen e Arato na obra *Civil Society and Political Theory* de 1992 para delinear um dos conceitos mais influentes de sociedade civil que também pode ser entendido como base da concepção tripartite, Estado, mercado e sociedade civil (LÜCHMANN, 2002; KRITSCH, 2014). A relação mundo-da-vida e sistema está relacionada também com o conceito de esfera pública (SILVA, 2001; LUBENOW, 2007; 2012), é inerente a concepção de ação comunicativa e ação estratégica (NOBRE, 2008; HABERMAS, 2012b) e fundamenta as discussões realizadas por Habermas acerca da relação direito e democracia, facticidade e validade (HABERMAS, 1997a; 1997b); a concepção da comunicação como

fundamento das relações sociais (HABERMAS, 1989; 2004; 2012a; 2012b); a relação entre agir comunicativo e consciência moral (HABERMAS, 1989); a forma dos novos movimentos sociais (HABERMAS, 2012b); da relação naturalismo e religião (HABERMAS, 2005) e os desafios enfrentados pela União Européia (HABERMAS, 2002; 2012). Enfim, dentre outras diversas questões atuais sobre as democracias avançadas e seus desafios.

Outro ponto fundamental da obra é da relevância da linguagem²² e da comunicação, especialmente quando o autor se propõe a fundamentar as ciências sociais em uma teoria da comunicação (HABERMAS, 2012a; 2012b). Neste sentido, mundo-da-vida, linguagem e comunicação se tornam conceitos interdependentes. Isso se deve à complementação do conceito de mundo-da-vida (Habermas cita diretamente Husserl, Schütz, Luckmann e Peter Berger) a partir da leitura de George Herbert Mead no que tange especialmente à relação comunicação, interação e desenvolvimento da sociedade: "Com Mead, passamos da intersubjetividade monádica para a interação simbolicamente mediada" (VANDENBERGHE, 2010, p. 3). E também com Émile Durkheim sobre solidariedade e formas religiosas, Jean Piaget e Lawrence Kohlberg sobre desenvolvimento cognitivo e moral. Para Habermas "o mundo-da-vida, aberto e estruturado linguisticamente, encontra o seu ponto de apoio somente na prática de entendimento de uma comunidade de linguagem" (HABERMAS, 1990, p. 32) - um *medium* que não podemos abandonar nos discursos prático-morais.

Habermas (2004) destaca que os seres humanos encontram-se como seres históricos e sociais estruturados desde sempre pela linguagem, como defende em *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico* (HABERMAS, 1983) a interação se constitui de dimensão necessária da vida humana em

²² "[...] na obra de Habermas a linguagem restaura a ordem na história, provê o bálsamo do consenso para a sociedade, assegura os fundamentos da moralidade, fortalece os elementos da democracia e é congenitamente avessa a se desviar da verdade" (ANDERSON, 1985, p. 75).

sociedade - essa é a intersubjetividade sem a qual não podemos compreender nem a subjetividade nem a objetividade. Em *O Futuro da Natureza Humana* afirma:

Enquanto seres históricos e sociais encontram-se desde sempre num mundo da vida estruturado lingüisticamente. Já nas formas de comunicação, por meio das quais nos entendemos uns com os outros sobre os acontecimentos do mundo e sobre nós mesmos, deparamos com um poder transcendental. [...] Nenhum participante individual pode controlar a estrutura ou mesmo o desenrolar dos processos de compreensão e de autocompreensão. O modo como os falantes e ouvintes fazem uso de sua liberdade de comunicação para tomar posição favorável ou contrária não é uma questão de arbítrio subjetivo. Com efeito, são livres apenas graças à força vinculante das pretensões, que necessitam de justificativas e são reivindicadas reciprocamente por tais falantes e ouvintes. No logos da língua, personifica-se um poder do intersubjetivo, que é anterior à subjetividade dos falantes e a sustenta (HABERMAS, 2004, p.15-16).

Em *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Habermas (2000) defende novamente a ideia de que é preciso reconhecer a dimensão intersubjetiva da realidade social, e que foi negligenciada por diversos filósofos, inclusive os que se afirmaram como pós-modernos. Assim, afirma que não é possível cumprir as promessas da modernidade (do Esclarecimento) pautando-se em uma filosofia do sujeito, é preciso recuperar a razão, não aquela monológica, mais sim, a razão comunicativa. Nesse projeto, a linguagem (a interação - ação comunicativa) oferece as possibilidades emancipatórias entendida no sentido da autonomia do mundo-da-vida (HABERMAS, 2012a; 2012b).

No seu diagnóstico a razão instrumental e estratégica adentra nas esferas da vida íntima e social (como na *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer, 1985), mesmo assim, para Habermas a razão instrumental não é totalizante nas relações sociais, portanto não pode ser do ponto de vista

filosófico e sociológico a única forma de compreender a sociedade. Para Habermas (2012a; 2012b) o desenvolvimento cultural e social (estágios de evolução) liberou tanto as forças das formas estratégicas institucionalizadas no mercado e no Estado, como também as formas socioculturais e do mundo-da-vida (personalidade; sociedade; cultura) estruturadas pela linguagem ordinária.

Essas mesmas discussões são utilizadas por Habermas para afirmar que a verdade (ver: *Verdade e Justificação*, Habermas, 2004), não se refere mais à *correspondência com fatos*, mas, sim, à argumentação racional, as pretensões de validade aceitas intersubjetivamente e sua justificação. Conforme interpretou Tenório (1998, p. 126) para a gestão social "[...] a verdade é a promessa de consenso racional, [...] não é uma relação entre o indivíduo e a sua percepção de mundo, mas, sim, um acordo alcançado por meio da discussão crítica [...]".

Aliás, a importância da comunicação nas obras de Habermas não consta apenas nas décadas de 1980 e 1990, em *Técnica e Ciência como Ideologia*, 1968, ele já apresenta dois tipos de ação racional: teleológica e interação (HABERMAS, 1994). Também em *O que é a pragmática universal?*, de 1976, Habermas investiga as condições universais de possível compreensão mútua, isto é, a pragmática universal (HABERMAS, 2004). E afirma que a "linguagem é o meio específico de se atingir este objetivo [entendimento] no [atual] estágio sociocultural da evolução" (HABERMAS, 2004, p. 9-10). Por fim, em *Problemas de Legitimación en el Capitalismo Tardío* o autor afirma que a comunicação é fundamental para todos os sistemas sociais (HABERMAS, 1999). Detidamente, Habermas anunciou uma fundamentação teórica linguística das ciências sociais já na sua obra anterior, *A Lógica das Ciências Sociais*, 1967, segundo o mesmo ele prefigurou como "[...] o surgimento de uma teoria do agir comunicativo" (HABERMAS, 2012a, p. 9).

No campo da gestão social diversos autores já se atentaram para essa questão mesmo que de forma mais genérica. As propostas de Tenório (1998;

2005) se fundamentam nessa base. Além disso, Benson e Allebrandt (2014, p. 248) consideram que "[...] os processos de comunicação revelam-se como elementos integrais de contextos mais amplos da vida social, estabelecendo-se um novo paradigma cuja análise é de fundamental importância para uma leitura das práticas de gestão social". Outros destacam a relação ação comunicativa e linguagem:

[...] a ação dialógica ou comunicativa - a linguagem é utilizada tanto como meio para transmissão de informação quanto como fonte de integração social. A relação linguística é travada entre sujeitos, não entre sujeito-objeto, dotada de uma intersubjetividade capaz de realizar a emancipação humana via interação social. É esse par - ação social estratégica e comunicativa - que dá origem e fundamento às noções de gestão estratégica e gestão social (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014b, p. 194).

Cançado, Tenório e Pereira (2011) apresentam um conceito da gestão social baseada exatamente na inteligibilidade da linguagem. Inteligibilidade (*o que está sendo dito é inteligível?* VIZEU, 2011) que em Habermas varia como uma pretensão de validade ou como pressupostos das outras pretensões (verdade; correção; autenticidade) (REESE-SCHÄFER, 2010). De toda forma, em Habermas (2012a, p. 194) "a linguagem é um *medium* de comunicação a serviço do entendimento" e fonte de solidariedade e integração social. Outros autores destacam a importância da linguagem e da comunicação para a gestão social, seu paradigma e suas práticas (VILLELA; MAIA, 2009; VILLELA; PINTO, 2009; ANGÉLICO; TEIXEIRA, 2012; JUSTEN; MORETTO NETO, 2012; GARRIDO; JUSTEN, 2014; KRONEMBERGER; GUEDES, 2014).

Voltando ao norte da obra, é amplamente reconhecida a relevância da obra *Teoria do Agir Comunicativo* e das obras de Habermas para a construção e desenvolvimento dos conceitos de gestão social (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010; COSTA, 2011; JUSTEN; MORETTO NETO, 2012;

ANGÉLICO; TEIXEIRA, 2012; CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013; KRONEMBERGER; GUEDES, 2014; TENÓRIO; BRULON; ZARCONI, 2013; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a; 2014b). Principalmente para os trabalhos o professor F. G. Tenório (TENÓRIO, 1998; 2005; 2008; 2012). Cito apenas uma das referências a isso, outras tantas estarão presentes no Artigo 1 desta dissertação.

O conceito de gestão social encontra fundamento na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, pois é entendida como um processo dialógico, no qual todos os participantes da ação admitem sua validade, ou seja, a verdade é um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da apreciação intersubjetiva. Sob a atuação da ação comunicativa, nesse tipo de ação o indivíduo busca motivar o outro para que esse concorde com o seu argumento, sendo a linguagem utilizada como fonte de integração social (TENÓRIO; KRONEMBERGER; LAVINAS, 2014, p. 230).

No entanto, uma análise inicial indica que a obra *Teoria do Agir Comunicativo* é pouco referenciada pelo campo da gestão social²³. No mais, a distinção mundo-da-vida e sistema não é problematizada profundamente nos debates sobre gestão social. Mesmo que conceitos essenciais a essa distinção como ação comunicativa, sociedade civil e esfera pública sejam mais citados. Os trabalhos que mais referenciam as obras de Habermas são Tenório (1998; 2005; 2008; 2012a; 2012b; 2013a), o primeiro autor a se basear em Habermas

²³ Além do trabalho de Iizuka e Junqueira (2013) realizado com os Enapegs de 2007 a 2012, a presente pesquisa (conforme Artigo 1) constatou que essa obra é realmente muito pouco lida e debatida pela gestão social, salvo engano, tal constatação limitada a validade e confiabilidade dos procedimentos que utilizamos.

para estabelecer o conceito de gestão social. Mesmo assim a relação mundo-da-vida e sistema não é foco de seus textos²⁴.

Tenório (1998; 2005) citam passagem da *Teoria do Agir Comunicativo* de Habermas (edição de 1987) que apresenta o mundo-da-vida como o espaço da razão comunicativa e sendo constituído pela cultura, sociedade e personalidade e que no sistema predomina a razão instrumental e é espaço do trabalho, da economia e da administração. Em Tenório (2005, p. 106) se encontra que "a sociedade civil é, assim, apontada como um setor relevante na construção da esfera pública democrática, na medida em que está apoiada no mundo da vida". Tenório (1999) cita diretamente passagem de *Direito e Democracia - Vol. II* edição de 1997 para caracterizar o terceiro setor como núcleo institucional "formado por associações e organizações livres, não estatais e não econômicas na sociedade civil" (HABERMAS, 1997, p. 99 *apud* TENÓRIO, 1999, p. 92). Tenório (1999) e Tenório (2006) citam brevemente e Tenório e Marques Filho (2002) realizam uma discussão mais aprofundada do conceito. Nesse último artigo existe um diálogo mais amplo e crítico através dos trabalhos de Faria (2000), Vieira (2001) e Souza (2000). Outras categorias de Habermas aparecem nos debates de Tenório (1998; 2005; 2008; 2012) sobre gestão social, por exemplo, ao referenciar que a legitimidade das decisões deve se originar em processos comunicativos, descentralizados e sem coerção (TENÓRIO et al., 2008; 2010).

Mais recentemente a relação mundo-da-vida e sistema aparece nos trabalhos de Vandenberghe (2014), Freitas, Freitas e Ferreira (2014) e

²⁴ Isso não quer dizer que outros elementos não sejam abordados como ação comunicativa, sociedade civil, esfera pública e cidadania. Habermas é explorado também pelo autor em debates sobre a modernidade (TENÓRIO, 2009; 2013). No mais, no decorrer da dissertação apresentaremos as diversas discussões que o autor faz mediante arcabouço habermasiano e ampliando o mesmo, principalmente na construção do conceito de *cidadania deliberativa* (TENÓRIO, 1998; 2005) e esfera pública (TENÓRIO, 2005; 2013a).

Alcântara, Pereira e Silva (2014), no entanto não exploram os mesmos, haja vista as contribuições que tiveram no processo de análise e compreensão da sociedade e de suas relações, bem como os caminhos indicados por Habermas para *As tarefas de uma teoria crítica da sociedade* (HABERMAS, 2012b). Finalmente, os trabalhos de Peres Jr. (2013), Caçado (2011), Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b) e Allebrandt et al. (2011) também citam apenas brevemente a concepção de mundo-da-vida e sistema. De forma geral, as abordagens da Gestão do desenvolvimento social e Puquiara da gestão social (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014) não fazem referência a essas categorias segundo literatura revisada.

Com isso, procuramos mostrar que a relação mundo-da-vida e sistema é pouco problematizada no campo da gestão social e buscamos, mediante essas categorias habermasianas, debater o *locus* da gestão social e as possibilidades críticas deste debate, incluindo as possibilidades de se pensar em um processo avaliativo ímpar. Consideramos nessa direção que existe dualidade entre mundo-da-vida e sistema (SIEBENEICHLER, 2012) e não dicotomia. Desta forma, a distinção pode ser considerada analítica ou metodológica, por um lado no que nos referimos às relações entre Estado, mercado e sociedade civil (nível sociológico) e em nível pragmático-linguístico relacionado diretamente à linguagem e à comunicação²⁵.

Como já colocado é importante lembrar que existem críticas à apropriação dos conceitos de Habermas pela gestão social. Justen (2014) problematiza a apropriação da abordagem habermasiana pelos estudos organizacionais e se destaca, nesse ínterim, pela gestão social, Pinho (2010),

²⁵ Creditamos essa noção (sentido pragmático-linguístico e sociológico) ao professor André Luiz Souza Coelho (<http://aquitemfilosofiasim.blogspot.com.br/>) - doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina e desenvolve sua tese diretamente ligada à Habermas. Essa questão foi encontrada de forma explícita na obra de Habermas (2002), *Racionalidade e Comunicação*.

Pinho e Santos (2013), Martins e Carrion (2012), Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a) destacam possíveis elementos contraditórios e antiemancipatórios da obra de Habermas e da sua adequação ao contexto nacional. Esses autores destacam também os limites da esfera pública²⁶ e da deliberação em sociedades plurais e as visões normativas do arcabouço habermasiano. Teodósio (2008) destaca, ainda, que o modelo de Habermas permite poucas análises no que se refere às interações e inflexões entre Estado, mercado e sociedade civil. Todas as críticas serão abordadas nos artigos e problematizadas. Ainda mais, em termos de críticas externas ao campo da gestão social (realizadas às obras de Habermas), destacamos as presentes em Anderson (1985), Benhabib (1996), Sanders (1997), Laval (1999), Mouffe (1999); Shapiro (1999); Kapoor (2000); Chambers (2003; 2009), Fraser (1990); Young (2001), Putnam (2008) e Miguel (2014). Bem como as que emergem dos debates com Jean-François Lyotard, Karl Popper, John Rawls, Hans-Georg Gadamer, Niklas Luhmann, Peter Sloterdijk, Richard Rorty, Jacques Derrida, Joseph Ratzinger e Hilary Putnam²⁷ e outros.

²⁶ Em trabalho por nós desenvolvido, *A formação de esferas públicas e a gestão social no Brasil* também reconhecemos algumas destas limitações: "Cabe destacar que o poder de influência não é amplo, já que os 'impulsos oriundos da sociedade civil e que passam pela esfera pública, garantem uma margem de ação muito limitada' (LUBENOW, 2012, p. 206; grifos no original). E, assim, ainda existe certo ceticismo sobre as possibilidades da sociedade civil exercer influência. O próprio Habermas (2003b, p. 107) ao concordar com Cohen e Arato afirma: 'a sociologia da comunicação de massa é cética quanto às possibilidades oferecidas pelas esferas públicas tradicionais das democracias ocidentais' e que 'os sinais que emitem são em geral muito fracos'" (ALCANTARA, PEREIRA e SILVA, 2014, p. 6).

²⁷ "Hilary Putnam e Jürgen Habermas se engajaram numa controvérsia sobre um dos temas mais importantes e decisivos na filosofia política, a saber: o sentido cognitivo dos enunciados valorativos em face das pretensões normativas de validade e também, em última instância, frente à reivindicação de validade objetiva o conhecimento acerca dos fatos" (LIMA, 2013, p. 459). Em especial, esses dois autores se afastam da noção transcendental para as práticas de discussão linguísticas - ambos entendem seus trabalhos como um pragmatismo kantiano (LIMA, 2013).

Especialmente o debate Habermas-Putnam (LIMA, 2013; RODRIGUES, 2013; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2013) será fundamental para discutirmos o processo de avaliação que considere as relações sociológicas e epistemológicas entre as perspectivas do mundo-da-vida e do sistema e especialmente no que se refere à necessidade de superar a dicotomia fato e valor. Essa questão foi considerada em decorrência de indicações da literatura internacional (ROWE; FREWER, 2000; HOUSE, 2001; HOUSE; ROWE, 2000; HOWE; ASHCRAFT, 2005) e da literatura nacional (TENÓRIO, 1998; CABRAL, 2011; CABRAL; MUZY, 2014; TENÓRIO et al., 2008; 2010; BOULLOSA; RODRIGUES, 2014).

A dicotomia fato x valor impregna os estudos das organizações sob a ótica positivista que considera apenas a dimensão objetiva das organizações e, com isso, os fatos. Conforme reconheceu Tenório (2008, p. 10) a distinção entre fato e valor é uma herança do positivismo e que "manter o dualismo formalista de fatos e valores²⁸ que as teorias tradicionais realçam significa atuar a serviço do *status quo*". A mesma indicação também é realizada por Guerreiro Ramos (1981) ao se referir às práticas e teorias. Na gestão social, o trabalho de Cabral (2011) busca superar esta dicotomia nos processos avaliativos e considerando que a especificidade da gestão social é exatamente produzir bens e reproduzir valores públicos. Com isso, a gestão social emerge como uma abordagem da gestão (PAES DE PAULA, 2005a; 2005b) que considera a importância dos valores nos processos de gestão. Esses valores são aqui delimitados como capazes de refletir um processo gerencial dialógico (TENÓRIO, 2005),

²⁸ Maia (2005, p. 11) considera que valores são "princípios referenciais que inspiram e dão direção às construções teórico-práticas da gestão social". Para Fischer (2012, p. 117): "o gestor social é gestor do simbólico e do valorativo, especialmente quando se trata de culturas locais e da construção de identidades". Uma discussão mais ampla da importância dos valores em Cabral (2011) e no terceiro artigo desta dissertação.

portanto, são valores democráticos como autonomia, bem comum, diálogo, igualdade, inclusão, interesse público, pluralidade e participação (BOZEMAN, 2007; TENÓRIO et al., 2008; 2010; ANDERSEN et al., 2012; CABRAL, 2011). Isso em detrimento dos valores e princípios atrelados a um Estado (Estadocêntrico) e um mercado (mercadocêntrico) como desempenho, produtividade, individualismo, competitividade, hierarquia, tecnocracia (AKTOUF, 2004; GAULEJAC, 2007; TENÓRIO, 2013b; 2014b) e outros voltados apenas para a racionalidade instrumental (RAMOS, 1981), que impactam *a vida humana associada* (e o *mundo-da-vida*). Por fim, destacamos que em recente ensaio Tenório (2014b) considera algumas destas questões:

[...] uma gestão [a que a gestão social se propõe] que não pense o trabalhador ou o cidadão como homem econômico, unidimensional, mas, sim, como indivíduo transindividual, coletivo, aquele que deve agir e pensar intersubjetivamente, como grupo, por meio do diálogo e não do monólogo, a fim de alcançar uma relação concertada, democraticamente, entre o trabalho e o capital e entre a sociedade e o Estado (TENÓRIO, 2014b, p. 19).

Neste sentido, a gestão social não se efetiva se nos diversos processos (no âmbito de organizações privadas, públicas e da sociedade civil) estes valores [os democráticos] não forem (re) produzidos e compartilhados comunicativamente no mundo-da-vida dos sujeitos envolvidos, sem coerção. Pelo colocado, além de fatos, a gestão social pressupõe a existência de normas e valores coerentes com sua proposta democrática. Com base em Habermas (2012a) é no mundo-da-vida que estes valores são reproduzidos. Finalmente, indicamos com Edmund Husserl, autor que cunhou o termo, o retorno ao mundo-da-vida tanto das questões objetivas, subjetivas e intersubjetivas - toda a ciência emerge dessa concepção, das *evidências originárias* (HABERMAS, 1996; PIZZI, 2006).

Neste quesito, como demonstraremos, há diversas contribuições de Habermas, mas há também limites, nos quais avançaremos com Hilary Putnam. Apesar da especificidade pretendida essas *conversações* (CLEGG; HARDY; NORD, 1996) nos permitirão afirmar também que o campo da gestão social possui potencial para superar a dicotomia fato x valor herdada do positivismo lógico e das teorias tradicionais. Adicionando normas, pretendemos demonstrar que as práticas na gestão social coadunam na produção e reprodução dialógica de fatos, normas e valores voltados para o interesse público – possibilitando, por meio da ação comunicativa, a reprodução do mundo-da-vida sem, no entanto, desconsiderar a existência dos sistemas, tanto quanto possibilidade analítica como também as suas relações sejam na tese da colonização ou na possibilidade de cooperação e influência do poder comunicativo (FLYNN, 2014).

Finalmente, indicamos a metáfora da *face de Janus* como leitura coerente da presente dissertação e da própria gestão social - capaz de olhar tanto para o mundo-da-vida quanto para o sistema, assim, uma visão voltada para a totalidade da vida social. Como destacamos, essa metáfora é utilizada por Habermas em algumas de suas obras (HABERMAS, 1997a; 1997c; 2000; 2001) e no campo da gestão social por Tenório (2009; 2012; 2013b). Habermas utiliza essa metáfora ao pensar o direito entre o normativismo moral e o funcionalismo positivista (PAULO NETO, 2009).

Na medida em que o sistema de direitos assegura, tanto a autonomia pública como a privada, ele operacionaliza a tensão entre facticidade e validade, que descrevemos inicialmente como tensão entre a positividade e a legitimidade do direito. Ambos os momentos unem-se, no cruzamento recíproco entre forma do direito e princípio do discurso, inclusive na dupla face de Janus, que o direito volve, de um lado, para seus destinatários e, de outro lado, para seus autores. De um lado, o sistema dos direitos conduz o arbítrio dos interesses de sujeitos singulares que

se orientam pelo sucesso para os trilhos de leis cogentes, que tornam compatíveis iguais liberdades subjetivas de ação; de outro lado, esse sistema mobiliza e reúne as liberdades comunicativas de civis, presumivelmente orientados pelo bem comum, na prática da legislação (HABERMAS, 1997a, p. 166-167).

Habermas (2003) se refere à Janus também ao tratar da subversão do princípio da publicidade: "[...] só então é que surgiu algo como a propaganda moderna, que desde o começo passou a exibir a máscara de Janus de iluminismo e manipulação, informação e publicidade, didatismo e manipulação". Além disso, Habermas (2000) relata a face de Janus do Iluminismo entre a promessa da emancipação e a dominação em referência à *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer (1985) e também ao se referir às pretensões de validade. Aparece ainda em *A Constelação Pós-Nacional* (HABERMAS, 2001, p. 149), especialmente quando afirma: "os direitos humanos possuem uma cabeça de Janus voltada ao mesmo tempo para a moral e para o direito". Por fim, essa ideia aparece também na concepção de verdade em Habermas (GHIRALDELLI JUNIOR, 2005).

No mais, Tenório (2009b; 2013b) utiliza da face de Janus para se referir a modernidade. Outro texto do autor, Tenório (2012c) utilizou o mito de Janus para analisar a administração como uma área de conhecimento. Segundo o autor quanto mais ele tenta entender a Administração como área de conhecimento, mais longe se afasta dela para ter um melhor entendimento. O distanciamento lhe permite fazer uma crítica ao mercado, suas forças produtivas e sua hegemonia. Tenório (2013b) coloca que na Administração a face de Janus se revela na relação emancipação e desempenho e que ela está historicamente voltada para esta última: "[a administração sob os] cânones positivistas, corre o risco de manter o seu olhar de *Janus* voltado exclusivamente para o desempenho" (TENÓRIO, 2013b, p. 94) e "[...] a manutenção de seu olhar

monodisciplinar mantém a sua preocupação apenas com o desempenho" (TENÓRIO, 2013b, p. 95).

Voltando à relação entre a gestão social e a face de Janus, poderíamos argumentar que ela pode desenvolver esse olhar, enquanto as gestões pública e empresarial tradicionais olham apenas para o sistema enquanto Estado e mercado; a gestão social pode ser capaz de estabelecer as pontes orientadas pela comunicação, pelo diálogo, isto é, pelo movimento e coordenação democrática dessas relações. Primeiramente, um olhar de Janus em relação ao mundo-da-vida e ao sistema permitiria que a mesma aceitasse a tese de Habermas de que a sociedade pode ser vista ao mesmo tempo como sistema e mundo-da-vida, e que ambos são parte da integração das sociedades modernas, permitiria também ampliar uma discussão sobre as tensões entre as racionalidades (estratégica e comunicativa, especialmente). Além disso, compreender que os diversos atores sociais relacionados ao Estado, mercado e sociedade civil, são parte ao mesmo tempo da sociedade (enquanto criada pelo contrato social) e interagem (são/estão) com os sistemas e mundos-da-vida cotidianamente. Desta forma, isso se constitui na tese central deste trabalho.

Finalmente, observamos que essa metáfora nos permite também romper com algumas dualidades herdadas principalmente do positivismo (em diferentes ciências e filosofias), como fato x valor; micro x macro; teoria x prática; social x econômico; público x privado; ação x estrutura; ser x dever ser; indivíduo x sociedade; e, com isso, procurar concepções mais plurais e menos baseadas na relação causa-efeito. Nossa leitura indica que vários trabalhos procuram romper com essas polaridades (TENÓRIO, 1998; FRANÇA FILHO, 2003; CABRAL, 2011; PERES JUNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013; PERES JUNIOR, 2013). E Habermas é um dos atores referenciados quando se apresenta abordagens que buscam superar as dicotomias (ALEXANDER, 1987; ALENCAR, 2007).

Portanto, essa abordagem oferece possibilidades de desenvolvimento da gestão social que rompem com as polarizações (pelo menos com algumas).

Finalmente, a presente dissertação se insere em um programa de investigação que pode indicar (não prescrever) novos caminhos para a gestão social, partindo da concepção de que Habermas fornece um *núcleo forte* para as práticas gerenciais dialógicas. No entanto, não advogamos que Habermas seja o único referencial fundamental para a gestão social²⁹, mas, sim, que contribui decididamente para as teorias e práticas do campo e que, ainda, tem muito a contribuir - conforme pretendemos demonstrar. Em última instância chamamos o campo para ler, debater e criticar as obras de Jürgen Habermas.

1.4 Objetivos da pesquisa

1.4.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta dissertação é comunicar onde se situa a gestão social na relação mundo-da-vida (*lebenswelt*) e sistema (*system*) na concepção da sociedade proposta por Jürgen Habermas.

1.4.2 Objetivos específicos

Para alcançar o objetivo geral foram delineados três objetivos específicos.

²⁹ Não estamos prescrevendo Habermas para o campo da gestão social, além de que, seria bastante difícil encontrar qualquer tipo de conhecimento em Habermas que não tenha acompanhado o autor ao longo de várias décadas e sofrido várias releituras (de simples ajustes até mudanças profundas). Cabe, como exemplos, conceitos como verdade, esfera pública, mundo-da-vida e sistema, ação comunicativa, ética do discurso, situação ideal de fala, sociedade civil, opinião pública, linguagem, consenso, direito, política deliberativa, conhecimento e outros.

- a) Investigar se e como o campo da gestão social faz referência às obras de Jürgen Habermas e seu arcabouço conceitual;
- b) Situar e problematizar o *locus* da gestão social nas relações entre o mundo-da-vida e o sistema estabelecidas por Habermas;
- c) Comunicar como o conceito de mundo-da-vida pode esclarecer o processo de avaliação em gestão social num *locus* (sociológico e epistemológico) que considere as tensões entre o mundo-da-vida e o sistema.

1.5 Organização da dissertação

A dissertação está dividida em três artigos (uma revisão e dois ensaios) cada um referente a um objetivo específico. Aqui, apresentamos um sumário dos artigos e seus resumos.

Antes de abarcar as contribuições da relação mundo-da-vida e sistema para a problematização do *locus* da gestão social, indicamos a necessidade de conhecer como o campo da gestão social está lendo e debatendo as obras de Habermas. Assim, investigamos no primeiro artigo (Caminhos e perspectivas de diálogos da gestão social com as obras de Jürgen Habermas) se e como o campo da gestão social faz referência às obras de Jürgen Habermas e seu arcabouço conceitual. Para tanto realizamos uma pesquisa bibliográfica em artigos nacionais. A pesquisa apontou que são poucas as obras do autor exploradas pelo campo da gestão social, com destaque apenas para a *Mudança Estrutural da Esfera Pública* e *Teoria do Agir Comunicativo*. Encontramos, também, como características uma vasta gama de trabalhos que fazem referência de Habermas através de leitura realizada por outros autores. Percebemos, além disso, uma grande carência de referência a leituras e autores que realizam diálogos críticos com Habermas. Por fim, indicamos que a vasta obra de Habermas ainda tem

muito a contribuir com o desenvolvimento e consolidação do campo da gestão social e que, para isso, ela precisa ser explorada e criticada considerando as diversas hermenêuticas de seus textos. No Quadro 2 é apresentado o sumário do artigo e as principais referências em cada etapa.

Quadro 2 Índice do artigo 1 e principais referências

Elemento do índice	Principais autores
1. Introdução	Cançado (2011); Faria (2012); Peres Jr. e Pereira (2014); Botelho, Cunha e Macedo (2011).
2. Jürgen Habermas: da Filosofia, pela Sociologia à Gestão Social	Freitag (2005); Nobre (2011); Lubenow (2007); Andrews (2011); Domingues (2011); Reese-Schäfer (2010); Rouanet (1987); Haddad (1997); Habermas (2007); Savidan (2007); Serva (1997b); Tenório (2005; 2008).
3. Habermas e o campo da gestão social: delimitando as referências e as categorias	Tenório (2005; 2008); Cançado (2011) e Peres Jr. (2013); Villela, Vidal e Macedo (2014); Tenório, Brulon e Zarconi (2013); Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2012); Justen e Moretto Neto (2012); Oliveira, Cançado e Pereira (2010); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a); Benson e Allebrandt (2014); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014); Costa (2011); Cançado, Tavares e Dallabrida (2013); Oliveira, Vilas Boas e Pereira (2013).
3.1 Artigos que fazem menção indiretamente a Habermas	
3.2 Artigos que possuem Habermas como referência bibliográfica	
5. Considerações Finais ou Sobre os caminhos e perspectivas dos diálogos da gestão social com as obras de Jürgen Habermas	Tenório (2005; 2008; 2002; 2012; 2013a); Habermas (1995; 1997b; 2003); Lubenow (2007).

O artigo dois (No Mundo-da-vida (*Lebenswelt*) e no Sistema (*System*): Refletindo sobre o *Locus* da Gestão Social e suas Tensões) busca situar e problematizar o *locus* da gestão social nas relações entre o mundo-da-vida e o sistema, estabelecidas por Habermas. Como principais resultados encontrados na produção científica nacional, sob a lente da relação mundo-da-vida↔sistema, aparecem três noções do *locus* da gestão social: a) o mundo-da-vida; b) encruzilhadas entre o mundo-da-vida e o sistema, e; c) qualquer esfera

(mundo-da-vida e sistema). Por meio das categorias esfera pública, sociedade civil, ação comunicativa e deliberação pública apresentamos que as possibilidades (*locus* institucional) da gestão social se encontram em um *continuum* entre o mundo-da-vida e o sistema, todavia argumentamos que não se pode afastar do horizonte do mundo-da-vida (*locus* epistemológico) mesmo que considere as possibilidades dos pontos de vista do participante e do observador, isto é, seja capaz de tensionar e superar dialogicamente a incomunicabilidade entre os interesses técnico, prático e emancipatório do conhecimento. Finalmente, argumentamos que os conceitos de mundo-da-vida e sistema representam uma chave de leitura sociológica e epistemológica do *locus* das ações gerenciais dialógicas defendidas pela gestão social. Essa visão permite problematizar diversas tensões da gestão social que se materializam entre o mundo-da-vida e sistema; Estado, mercado e sociedade civil; agir comunicativo e agir estratégico; público e privado; coerção e espaço livre de fala; fato e valor; ciências empíricas e ciências compreensivas; dominação e emancipação.

Quadro 3 Índice do artigo 2 e principais referências

Elemento do índice	Principais autores
1. Introdução	Habermas (1997a; 1997b; 2012a; 2012b); Tenório (2009); Maia (2005); Caçado (2011), Araújo (2012) e Peres Jr. (2013).
2. Dois Momentos da Relação Mundo-da-vida↔Sistema em Habermas	Habermas (1989; 1997a; 1997b; 1999; 2002; 2008; 2012a; 2012b); Andrews (2011); Freitag (1993); Reese-Schäfer (2010); Nobre (2008); Cavalcante (2002); Flynn (2014); Marques (2008); Silva (2001); Lubenow (2012); Miguel (2014); Rouanet (1987).
2.1 Mundo-da-vida, Sistema e a Tese da Colonização	
2.2 Mundo-da-vida, Sistema e a Política Deliberativa	
3. Identificando o Locus da Gestão Social	
4. O <i>locus</i> da Gestão Social sob a ótica da relação mundo-da-vida↔sistema	Pimentel e Pimentel (2010); Maia (2005); Caçado (2011); e Araújo (2012); Peres Jr. e Pereira (2014); Guerra e Teodósio (2012); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a); Pereira (2012), Caçado, Pereira e Tenório (2013), Caçado (2011) e Caçado, Tenório e Pereira (2011); Cabral (2006; 2011); Junqueira (2004; 2006); Wanderley (1999; 2006); Avritzer (1993); Andion e Serva (2004); Inojosa e Junqueira (2008); Teodósio (2014).
4.1 Onde se situa a gestão social e suas tensões	
4.2 O locus da Gestão Social como as Faces de Janus	
5. Considerações Finais	Habermas (1989; 1997a; 1997b; 1999; 2002; 2008; 2012a; 2012b); Vandenberghe (2014); Faria (2012); Habermas (1993); Repa (2008).

Por fim, o artigo três (O Retorno ao Mundo-da-vida: um Argumento Comunicativo para a Avaliação em Gestão Social) comunica como o conceito de mundo-da-vida pode esclarecer o processo de avaliação em gestão social, num *locus* (sociológico e epistemológico) que considere as tensões entre o mundo-da-vida e o sistema. Argumentamos que na direção apresentada, um processo comunicativo que busque superar a dicotomia fato *versus* valor precisa recuperar o mundo-da-vida, dimensão solapada de suas práticas pelas pesquisas desenvolvidas sob a égide do positivismo lógico. As discussões focaram nas contribuições dos filósofos Hilary Putnam (fato e valor) e Jürgen Habermas (mundo-da-vida e ação comunicativa), apresentando também as contribuições do debate entre eles para os processos avaliativos, especificamente sobre as relações entre fatos, valores e normas. Argumentamos com Habermas que o mundo-da-vida é um fundamento epistemológico dos processos de avaliação na gestão social que considera a dialogicidade entre fatos e valores e com Putnam que estes elementos constitutivos da avaliação são imbricados e racionalmente passíveis de discussão. Nesta perspectiva os processos devem ser construídos de acordo com todos os públicos constituintes e, por isso, não são dados a priori - são coproduzidos através da inclusão, do diálogo e da deliberação. Portanto, são validados intersubjetivamente, atendendo também as pretensões habermasianas de verdade, correção normativa, autenticidade e inteligibilidade. Assim, no Quadro 4 é apresentado o sumário do último artigo da dissertação.

Quadro 47 Índice do artigo 3 e principais referências

Elemento do índice	Principais autores
1. Introdução	Cabral (2011); Cabral e Muzy (2014); House e Howe (2000); House (2001); Howe (2002); Tenório (1998); Putnam (2008).
2. Avaliação em Gestão Social e a Dicotomia Fato x Valor	Cabral (2011); Cabral e Muzy (2014); House e Howe (2000); House (2001); Howe (2002); Freitag (1989); Howe e Ashcraft (2005); Ryan (2004).

“continua”

Quadro 4 “conclusão”

Elemento do índice	Principais autores
3. Linguagem, Comunicação e Intersubjetividade: a volta ao mundo-da-vida (lebenswelt)	Habermas (1989; 1990; 1997a; 1997b; 1999; 2002; 2007; 2008; 2012a; 2012b); Wellmer (1997); Rouanet (1987).
4. A avaliação sob o olhar de Janus	Habermas (1989; 1997a; 1997b; 1999; 2002; 2007; 2008; 2012a; 2012b); Cabral (2011); Cabral e Muzy (2014); Putnam (2008); House e Howe (2000); House (2001); Howe (2002); Freitag (1989); Lima (2013); Rodrigues e Oliveira (2013); Tenório et al. (2008; 2010).
4.1 Argumentos do mundo-da-vida para a avaliação	
4.2 Contribuições da ética da discussão para a avaliação	
4.3 Fatos, valores e o <i>locus</i> da avaliação entre o mundo-da-vida e o sistema	
5. Considerações Finais	Putnam (2008); Gaulejac (2007); Cavalcante (2001); Paes de Paula (2014).

Finalmente, este artigo possibilita uma síntese dos debates do artigo 1 e 2 considerando um processo específico da gestão social (uma prática social). Esta organização pretende ser uma sequência lógica e reconstrutiva da dissertação. Com isso, se busca em última instância uma integração dos interesses (técnico, prático e emancipatório) e conhecimentos (ciências empírico-analíticas, histórico-hermenêuticas e críticas), buscando superar as incompletudes de reduzirmos "a ciência a único tipo de interesse" (PAES DE PAULA, 2014, p. 9), argumentando nesse sentido que a gestão social possui potencial para fazer essas pontes entre os interesses e conhecimentos, fatos e valores, teoria e prática, enfim, mundo-da-vida e sistema.

1.6 Considerações gerais

A escolha da estrutura da dissertação em artigos ocorreu em decorrência de um processo de estudos e debates acerca da gestão social, tendo em mente uma contribuição para a gestão social e as práticas de gestão em geral a partir de Habermas, especialmente das relações mundo-da-vida↔sistema.

Em especial o artigo dois apresenta as duas perspectivas destacadas por Habermas (2012a; 2012b), a de participante (mundo-da-vida) e de observador (sistema) na busca pelo *locus* da gestão social. Com isso discute as interseções entre Estado, mercado e sociedade e, em especial, os conceitos de esfera pública, sociedade civil e política deliberativa. E o artigo três, em conversa com os dois primeiros, apresenta um argumento comunicativo baseado no mundo-da-vida para os processos de avaliação em gestão social em um *locus* compartilhado entre as racionalidades do mundo-da-vida e do sistema e, portanto, das relações, lógicas e interesses do Estado, mercado e da sociedade civil. Mostra-se, assim, que a ação instrumental/estratégica não é capaz de abraçar os significados intersubjetivamente compartilhados. Discutimos, também, que a linguagem para Habermas não é estruturada como estratégia, mas como entendimento (HABERMAS, 1990; 2012a) e tanto valores, crenças, ações e práticas de gestão adquirem conteúdo na linguagem (interpretação, comunicação e deliberação). Foi incluído, aqui, o significado de uma gestão adjetivada e substantivada pelo social.

No final da dissertação, após a apresentação dos artigos, demonstramos que os três compõem uma totalidade que contribui para o desenvolvimento do campo da gestão social e a problemática de seu *locus*. Por fim, nesta introdução indicamos aos leitores que em decorrência de elementos comuns alguns debates podem parecer repetitivos. Buscamos, na medida do possível, construir cada texto com um olhar diferente, mesmo que envolvendo os conceitos de mundo-da-vida e sistema, como será possível constatar nos artigos 2 e 3. Além disso, reconhecemos que não é comum esta seção ter essa quantidade de páginas. Justificamos que pela relativa autonomia dos artigos procuramos fazer uma apresentação geral ampla para situar o leitor, além de utilizar diversas citações diretas, considerando que as próprias contribuições de Habermas são

notoriamente densas e as tentativas de sínteses muito fechadas pode incorrer em *colocações inapropriadas*.

Esperamos, aqui, na medida do possível, termos colocado elementos suficientes para chamar a atenção do leitor às obras de Habermas. Aguardamos, por fim, que nossos argumentos sejam problematizados para exercermos, enquanto espaço de diálogo, a prática da racionalidade comunicativa.

A seguir, apresentamos o percurso metodológico.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta é uma dissertação teórica no campo de estudos da gestão social. Para tanto, existem diversos desafios e censuras sobre a construção teórica que precisamos considerar (ADORNO, 2003; SANTOS, 1999; MENEGHETTI, 2011a; 2011b). Atento a isso, abordaremos nesta parte questões relacionadas à ontologia, "[...] forma e à natureza da realidade"; a epistemologia "relação entre o pesquisador e o que pode ser pesquisado"; a metodologia "[...] modo de o pesquisador proceder para encontrar o que ele acredita que pode ser conhecido" e o método como "[...] a ferramenta específica para coleta dessas evidências" (ALENCAR, 2007, p. 22). Essas relações estão apresentadas de forma conjunta nas subseções seguintes.

Essas questões serão abordadas em quatro subseções, onde apresentaremos o escopo metodológico, a saber: (Subseção 2.1) - *A natureza teórica da dissertação*, (Subseção 2.2) - *O Ensaio como forma*, (Subseção 2.3) *Procedimentos de revisão da literatura* e (Subseção 2.4) - *Quadro teórico de análise*. Em especial, na subseção 2.1 para dinamizar as discussões vamos responder os seguintes questionamentos *de onde eu falo, sobre o que eu falo, por que eu falo e como eu falo*.

2.1 A natureza teórica da dissertação

Este trabalho propõe enfrentar uma problemática de cunho conceitual dentro de um campo de demarcação científica (SEVERINO, 2007). Destacamos que enfrentar o problema do *locus* da gestão social na relação mundo-da-vida e sistema de Habermas oferece uma possibilidade de colaborar com a delimitação conceitual, com a identificação dos potenciais emancipatórios e com as limitações do próprio arcabouço teórico utilizados. É notório que por ser teórica

a contribuição deve agregar alguma discussão ao campo de conhecimento, mediante argumentos convincentes e coerentes, além de ser de interesse contemporâneo (WHETTEN, 2003). Além disso, deve partir de indagações e estar "amarrada a um conjunto de argumentos convincentes e logicamente interconectados" (SUTTON; STAW, 2003, p. 79). Essas ponderações já revelam elementos peculiares de uma construção teórica. Ademais, ela pode sofrer reações de estudos empíricos (DOMINGUES, 1999).

Destacamos que uma construção teórica permite momentos de reflexão e autorreflexão dos elementos contraditórios e emancipatórios do tema em destaque. Posto isto, as discussões sobre teoria, prática e práxis são necessárias, principalmente para firmar uma visão mais ampla da teoria como menos presa a censuras empíricas e que possui potencial de contribuição científica e social. Nesse processo, buscamos indicar em uma perspectiva crítica possibilidades de desenvolvimento da gestão social em direção a um processo gerencial dialógico que contribui para a democratização de diversas instâncias da sociedade. Criticamente buscamos mostrar "[...] 'como as coisas são' [...] a partir da perspectiva de 'como deveriam ser'" (NOBRE, 2011, p. 9). Neste sentido, ressaltamos que a gestão social possui capacidade de romper com o dualismo *ser e dever ser* e com isso avançar em direção às práticas democráticas. Em outras palavras, a partir da teoria é possível observar a criação de categorias ou conceitos para a apreensão da realidade, pois é uma tentativa sistemática de compreensão e interpretação do mundo (PAES DE PAULA, 2013; PAES DE PAULA; GONTIJO, 2013). Neste sentido, envolve também o posicionamento do pesquisador:

Outro posicionamento da teoria crítica contrário à teoria tradicional diz respeito à atitude do cientista perante o objeto de estudo. A teoria crítica não aceita o conhecimento como distinto e superior à ação e reconhece que a pesquisa é impossível de ser desinteressada em uma sociedade em

que os homens não são autônomos. O pesquisador é sempre parte do objeto que estuda, principalmente se este objeto é social. Sua percepção está condicionada por categorias sociais sobre as quais não se pode sobrepor. Independentemente de o cientista aceitar ou não que seu conhecimento é suprassocial, ele e sua ciência estão integrados à sociedade (TENÓRIO, 1998, p. 9).

Essa discussão é fundamental para posicionarmos (ontologicamente) a dissertação como um ensaio (SEVERINO, 2007). O ensaio é uma forma coerente para propor uma abordagem crítica e que não seja prescritiva ou, conforme Tenório (2012) ao citar Adorno, não busca um fim último. E, acrescentamos, busca comunicar.

Contudo, conforme alertou Habermas em 1968 existe uma relação entre interesses e conhecimentos, e que o foco em apenas uma das possibilidades leva a uma incompletude cognitiva (SOUZA, 2013; PAES DE PAULA, 2013; 2014). Habermas (1982) propõe e Paes de Paula (2013; 2014) e Paes de Paula e Gontijo (2013) (re) visitam essa proposta para o âmbito dos estudos organizacionais, demonstrando a existência de três tipos de conhecimentos atrelados a interesses. Portanto, o conhecimento está atrelado a um interesse técnico, prático ou emancipatório. Existindo nessa relação uma incompletude cognitiva destacada também por Baert (2005). O interesse da Teoria Crítica, nesse ínterim, é o interesse emancipatório. Posicionamento assumido pelas diversas abordagens da gestão social: "Diferentemente da administração estratégica, o seu interesse de conhecimento não é um interesse técnico, nem hermenêutico, mas um interesse – diria até um interesse – emancipatório" (VANDENBERGHE, 2014, p. 1).

Essa questão aparecerá no artigo 2 de forma mais direta, na qual apresentaremos uma outra possibilidade de leitura (nas faces de Janus). Aqui indicamos que a pretensão é romper com a separação entre as formas de

conhecimento e considerar que sem uma integração dos mesmos não é possível que o campo avance.

Nesse momento, apresentamos também alguns questionamentos relevantes à dissertação: *de onde eu falo, sobre o que eu falo, por que eu falo e como eu falo*.

Nesse sentido, *de onde eu falo* se confunde com *sobre o que eu falo* e, assim, falamos de e sobre o escopo teórico da gestão social enquanto campo do conhecimento em construção. Estar inserido no campo, no entanto, não significa abrir mão de uma discussão crítica, como pede a abordagem habermasiana. Susen (2010) deixa isso claro ao afirmar que na perspectiva de Habermas é necessário tornar o sujeito que realiza as críticas como objeto da própria crítica. O ensaio é uma forma de lidar com as contradições, tanto do campo quanto as internas e intersubjetivas. A questão do *por que eu falo* foi respondida por um lado com a trajetória do pesquisador e, por outro lado, se deve a concepção da gestão social como campo em construção e a importância do referencial habermasiano para a seu delineamento. E, ainda, destacamos que existem muitas contribuições ao campo da gestão social que podem ser alcançadas através da leitura e críticas das obras de Habermas e de seu vasto arcabouço conceitual.

Mesmo com alguns trabalhos que reconheceram a importância de Habermas para a gestão social, esta dissertação foca na possibilidade (lacuna teórica) de compreender o desenvolvimento do campo e ampliar as discussões de seu *locus* a partir do conceito de mundo-da-vida e sistema de Habermas, o qual fornece originalidade à dissertação proposta. Ressalta-se que as obras de Habermas constituem-se de referencial para a discussão de processos democráticos e deliberativos, esfera pública, sociedade civil, direito, ação comunicativa, mídia de massa, ou seja, é um dos teóricos que contribuíram significativamente para o pensamento social e político contemporâneo. Sua

ampla contribuição é constantemente parte de debates e críticas de marxistas, pós-estruturalistas, liberais e outras denominações/correntes teóricas, filosóficas e políticas. Neste sentido, pelas características do campo (CANÇADO, 2011; ARAÚJO, 2012; PERES JUNIOR, 2013), Habermas é um autor importante a ser explorado em profundidade. Neste sentido, o *como eu falo*, além de se referir a um trabalho teórico se liga diretamente às obras de Habermas. Sem nenhuma pretensão de esgotamento, mas apenas de ampliar as discussões e indicar outros caminhos possíveis. Ainda sobre *como eu falo* destacamos que nosso caminho é pautado também em uma leitura do campo da gestão social, por isso justificamos a utilização de uma revisão bibliográfica - conforme descreveremos ainda nesta seção.

É coerente destacarmos que em uma construção teórica as ideias originais "[...] emergirão no confronto com as ideias do autor tratado" (ECO, 2007, p. 40). Ademais, advertimos também com Eco (2007, p. 41) que "[...] partir de um autor anterior não significa prestar-lhe culto, adorá-lo ou reproduzir sem crítica as suas afirmações; pode também partir-se de um autor para demonstrar os seus erros e os seus limites". Isso ficará claro nos momentos em que indicaremos as críticas e os limites das obras de Habermas para pensar e praticar a gestão social e apresentarmos discussões com outros autores. Em especial, no Artigo 3 isso ocorre quando nos referimos ao debate Habermas-Putnam e buscamos tirar de ambos contribuições críticas ao campo da gestão social e ao processo avaliativo, em um *locus* presente nos cruzamentos teóricos e sociológicos do mundo-da-vida e do sistema. Finalmente, o essencial ao delimitar as relações mundo-da-vida e o sistema como enfoque central e o próprio Habermas é ter ponto de apoio, afinal, "é difícil movermo-nos no vago e estabelecer uma exposição *ab initio*" (ECO, 2007, p. 41).

Em todo caso, buscamos com essas subseções destacar a coerência entre estes elementos e a proposta da dissertação enquanto um ensaio dentro de uma

perspectiva crítica habermasiana. Por fim, nossa pretensão de validade (verdade, sinceridade, adequação normativa e inteligibilidade) é abrir novos diálogos e discussões. Contribuição essa que não se refere apenas ao campo da gestão social enquanto área do conhecimento em Administração ou interdisciplinar, mas aos debates sobre as formas de gestão e os estudos habermasianos.

2.2 Ensaio como forma

O ensaio como forma de produção do conhecimento é um estilo essencial para refletir a realidade com mais liberdade do que o modelo tradicional empirista de ciência (ADORNO, 1986; MENEGHETTI, 2011a). Para Meneghetti (2011a, p. 321), nesse tipo de construção o norte é uma reflexão profunda, uma “relação permanente entre o sujeito e o objeto, um vir-a-ser constituído pela interação da subjetividade com a objetividade dos envolvidos”. Nessa direção, o ensaio busca mais levantar questionamentos do que oferecer respostas definitivas e fechadas. Desse modo, "o ensaio tem posicionamento difícil enquanto modo de produção científica, devido à hegemonia da ciência positiva" (BERTERO, 2011, p. 339) e suas exigências de respostas pontuais. O ensaio "[...] não requer a comprovação empírica, mesmo que ela possa apresentar-se como elemento de confirmação de pressupostos. Este é reflexão permanente, em que a centralidade da sua força está menos na evidência empírica e mais nos atributos da razão que pensa a realidade" (MENEGHETTI, 2011a, p. 326). Desta forma, é uma exposição lógica e reflexiva, que mescla uma argumentação rigorosa e o julgamento do pesquisador (SEVERINO, 2007). Para esse autor, no ensaio o pesquisador possui maior liberdade para defender posições mediante argumentação.

A força do ensaio está atrelada à reflexão sobre a realidade. Neste sentido, se refere à capacidade reflexiva (MENEGHETTI, 2011a). Diante

desses argumentos, propomos a reflexão sobre o *locus* da gestão social mediante a distinção habermasiana mundo-da-vida e sistema. Aliás, a *Teoria da Ação Comunicativa* de Habermas (2012a; 2012b) é uma narrativa que busca compreender a realidade social e suas patologias, mediante um ensaio construído a partir da crítica a diversas teorias sociais (HABERMAS, 2007).

Um ensaio necessita de originalidade, que deve estar atrelada ao ineditismo “na argumentação, na escolha do objeto de análise, no recorte dado à análise, na abordagem epistemológica, na subversão da racionalidade dominante relacionada ao tema” (MENEGETTI, 2011a, p. 324). Sobre a originalidade³⁰ Severino (2007) destaca que ela não significa exatamente novidade. Pode voltar às origens, proporcionando um esclarecimento original (SEVERINO, 2007). Portanto, sabemos que os debates sobre gestão social são amplos, assim, focar na relação mundo-da-vida e sistema é nossa tentativa de apresentar originalidade nos sentidos propostos por Severino (2007) e Meneghetti (2011a).

No ensaio, envolvimento e reflexão são importantes para que o pesquisador possa pensar e repensar sua proposta constantemente. Com isso, é uma atividade característica de dialética de construção e reconstrução sem pretensão de síntese definitiva (*um vir a ser permanente*), como destaca Tenório (2012). Ele permite, também, que o objeto seja identificado ao longo do próprio desenvolvimento e possibilita maior interação do pesquisador com seu tema em estudo. Sua legitimação está na aceitação pelo campo científico inserido (MENEGETTI, 2011a), o que é um processo árduo na área da Administração,

³⁰ "A originalidade da argumentação consiste em consolidar o movimento da dialética, em que o ato racional da argumentação é o motor do movimento que transforma a compreensão da realidade. A originalidade da argumentação consiste em achar elementos novos e diferentes dos tradicionalmente apresentados, ou seja, é nova razão, prova, demonstração ou indício que modificam a compreensão qualitativa do objeto, contudo sem fazer do próprio argumento uma verdade em si mesma" (MENEGETTI, 2011a, p. 324).

[...] em que o imperativo da objetividade domina a produção de conhecimento, o ensaio é importante recurso para ampliar a interdisciplinaridade e promover a construção de saberes por meio da relação intersubjetiva. Todavia, há dificuldades visíveis, devido à tendência totalitária em acreditar que o método científico é o único que pode levar à administração o verdadeiro conhecimento (MENEGETTI, 2011a, p. 331).

É importante ponderar a visão de Bertero (2011). Para este, o ensaio precisa de pelo menos alguns elementos de originalidade e criatividade. Quanto ao planejamento e elaboração e criação do ensaio,

é possível elaborar *sketchs*, rascunhos ou *outlines*. Essas palavras são usadas como sinônimos. Todo ensaísta planeja o que vai escrever. Todavia isto não elimina o que se poderia chamar de caráter dialético do ensaio, ou seja, algo que se faz na marcha, ou à medida que o próprio ensaio é elaborado. *Outline* ou *sketch* é guia, registro de intuições que o ensaísta deseja registrar, mas não contém necessariamente o que será o ensaio acabado. Apesar do *sketch*, o percurso contém riscos e, muitas vezes, o ensaio acabado pode se afastar do *sketch* inicial (BERTERO, 2011, p.341; grifo no original).

Meneghetti (2011b) revela que para escrever um ensaio o autor deve pensar antes de escrever, refletir sobre a realidade e, posteriormente registrar seus argumentos. Portanto, os ensaios devem possuir “relevância temática, rigor argumentativo elaborado, conteúdo e forma validados e que permitam mediação dos conteúdos, interação com os leitores, espaço para promoções reflexivas autônomas de todos os que interajam com o ensaio” (MENEGETTI 2011b, p. 345). Meneghetti (2011b, p. 345) também afirma que no ensaio “[...] os elementos da contradição são colocados em evidência no intelecto do ensaísta e dos seus interlocutores. Por meio dos diálogos, os lugares comuns e considerados seguros são substituídos pela dialética dos pensamentos dos envolvidos no ensaio com a própria mudança do mundo concreto”.

Outra importante consideração para esta dissertação é: "[...] um ensaio se constrói coletivamente, mesmo que seus limites sejam definidos apenas por aquele que o escreve" (MENEGETTI 2011b, p. 348). Consoante a isso, ele constitui em si, um momento de argumentação, onde é possível a ação comunicativa e a ética da discussão, enquanto acreditamos também com Santos (2008) que conhecimento é autoconhecimento.

Crê-se que a ação comunicativa, a constituição de esferas públicas momentâneas e a autorreflexão dos sujeitos e do próprio processo de construção do conhecimento são posturas centrais para a busca da emancipação, autonomia e da mudança social. Da mesma forma, entende-se a pesquisa como um possível espaço de formação tanto do pesquisador quanto dos demais envolvidos na pesquisa. Isso, pois além de ser um espaço de crítica é também um espaço para o conhecimento (e autoconhecimento) e para a troca intersubjetiva, fundamental na constituição da personalidade e da identidade (PAES DE PAULA; GONTIJO, 2013, p. 3).

Em termos ontológicos a gestão social “segue no sentido da possibilidade da construção da sociedade pelos seus membros e a realidade é forjada na interação entre os atores, pois eles são capazes de interpretar esta realidade e agir sobre ela” (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 134). Neste sentido, assim como Siebeneichler (2012) destaca a perspectiva da ação comunicativa, revela a importância das interações na construção da vida cotidiana, da sua produção e reprodução simbólica. Finalmente, a dissertação foi um momento importante de discutir com professores e colegas de graduação sobre a temática em voga, o que possibilitou que a produção fosse de fato comunicativa.

Destacamos que a indicação da *face de Janus* como metáfora possui coerência com a noção de ensaio, afinal podem ser usadas de forma mais livre e criativa. A importância delas é dizer algo estabelecendo uma relação simbólica

ao combinar diversos sentidos e criar novos (MORGAN, 1996; BERNARDO, 2004; ZIR, 2009) e, portanto, são fundamentais para ampliar a visão sobre determinadas problemáticas. No mais, as metáforas são fundamentais nos discursos humanos, podem conectar experiência e imaginação, guiar nossas interpretações da realidade e compreensão do mundo (CORNELISSEN et al., 2008). Neste último sentido destacado, as metáforas são discursos e representações socialmente construídas - não somente figuras de linguagem (PIMENTEL et al., 2011).

Conforme Tenório (2008) as metáforas permitem uma linguagem não convencional que foge do *mainstream* da ciência administrativa (*fugir do lugar comum*) através de outras formas de pensar. Este autor, além de Janus usa como metáfora o mito de Sísifo e Zeus, dentre outros, para pensar a razão nas organizações, destacando que a razão instrumental invade todos os elementos da vida humana e não é esquecida em nenhum momento, assim como Zeus na mitologia; condenando-nos também a um trabalho constante, repetitivo e com poucas possibilidades emancipatórias (a não ser em um breve instante como presente em Camus) (TENÓRIO, 2008). Portanto, a metáfora contribui para pensar as relações entre mundo-da-vida e sistema de forma menos mecânica e mais simbólica.

2.3 Procedimentos de revisão bibliográfica

Para alcançar o primeiro objetivo proposto, a forma mais coerente de ler a literatura encontrada foi uma revisão bibliográfica. Argumentamos que apesar de ser um procedimento sistemático ele não impede que o pesquisador discuta os dados, lance críticas e apresente teorizações sobre eles. Enfim, a pesquisa pode ser usada como conhecimento para que o pesquisador consiga apresentar suas ideias e argumentos - que em nenhum momento são exclusivos ou

desconectados com o campo da gestão social, neste caso. Lembramos, assim, que a dissertação é formada por uma revisão e dois ensaios.

A revisão bibliográfica é um passo importante na construção do conhecimento científico, o que sugere lacunas no campo e oportunidades para novas teorias e pesquisas empíricas. Pode ser realizada periodicamente, a fim de reunir todas as informações, indicadores, tendências e lacunas dentro de uma determinada área temática (TROCCOLI et al., 2011). Além disso, este processo fornece informações importantes sobre como uma área específica do conhecimento está avançando (TROCCOLI et al., 2011; VIEIRA; ALCÂNTARA; TONELLI, 2014). Botelho, Cunha e Macedo (2011, p. 125) reforçam as discussões acima: "a revisão bibliográfica sistemática, ao contrário da revisão narrativa, é uma revisão planejada para responder a uma pergunta específica e que utiliza métodos explícitos e sistemáticos para identificar, selecionar e avaliar criticamente os estudos". A revisão sistemática pode ser utilizada para reunir conhecimento em determinada área de pesquisa e uma de suas vantagens é que permite a outros pesquisadores utilizar dos resultados com maior confiabilidade e, ainda, replicar o estudo se for o caso (CONFORTO; AMARAL; SILVA, 2011).

Além disso, podemos usar novamente a metáfora de Janus que olha simultaneamente para frente e para trás, para o passado e o futuro para indicar que a realização de um a revisão bibliográfica (o que já foi publicado) e o ensaio (reflexão sobre as publicações existentes e problematizações que podem direcionar pesquisas teóricas e empíricas futuras).

No campo da gestão social destacamos as teses de Cançado (2011) e Peres Junior (2013) que realizaram amplas revisões, delineando categorias teóricas e abordagens, respectivamente. De forma geral os artigos que apresentam revisões bibliográficas envolvendo a gestão social são Hocayen-da-Silva, Rossoni e Ferreira Junior (2008), Cançado et al. (2011), Peres Junior e

Pereira (2014), Iizuka e Junqueira (2013), Borges et al. (2013), Grangeiro, Pinto e Vinhas (2013) e Moura, Ferreira e Sousa (2014). Colocamos que nenhuma delas contribui diretamente para o escopo deste trabalho no que se refere à relação do campo da gestão social com Habermas. A seguir descrevemos os processos da revisão bibliográfica.

Optamos apenas por artigos científicos publicados em periódicos, por se tratar de publicações mais acessíveis (viabilidade) e consideradas definitivas. Os artigos em congressos e afins normalmente são publicados posteriormente em periódicos. Enquanto os livros possuem maior dificuldade de acesso e, em muitos casos, conforme se constatou são organizados com artigos que já foram publicados em periódicos. Isso em nenhum momento reduz a importância de que uma pesquisa possa ser realizada em anais de congresso, especialmente do ENAPEGS como foram realizadas por Cançado et al. (2011), Iizuka e Junqueira (2013), Grangeiro, Pinto e Vinhas (2013) e Moura, Ferreira e Sousa (2014). Ademais, nossa pesquisa foi encerrada dia 21 de janeiro de 2015.

Na Tabela 1 são apresentados os 53 periódicos selecionados, os extratos Qualis Capes e os filtros (F1 a F4) aplicados para a organização dos artigos. A seleção ocorreu seguindo primeiramente dois critérios: i) periódicos diretamente relacionados ao campo da gestão social; ii) periódicos presentes no WEBQUALIS na área "Administração, Ciências Contábeis e Turismo"³¹ com classificação igual ou superior a B3, com escopo da revista diretamente relacionado à administração, administração pública ou gestão social. A partir

³¹ Os autores consideram a importância de trabalhos advindos de outras áreas do saber para a gestão social, especialmente do Serviço Social. Ainda mais pelo caráter interdisciplinar que o conceito de gestão social apresenta (ARAÚJO, 2012). No entanto, delimitamos como campo de pesquisa a "Administração", em decorrência do foco da presente dissertação. Justificamos também que para fins de viabilidade, como critério metodológico (SEVERINO, 2009), dado que se não restringido às revistas apresentadas, a tarefa de pesquisa proposta se tornaria inexecutável, dado as restrições existentes.

disso foram selecionados pelo primeiro critério 5 periódicos e, pelo segundo critério 50 periódicos. Constatamos que apenas os periódicos *Cadernos Gestão Social* (B4), *NAU Social* (B4) e *Revista Interdisciplinar de Gestão Social* (C) tinham sido selecionados apenas pelo segundo critério. No fim, a soma dos dois critérios, sem contar os elementos em comum, resultou em 53 periódicos.

Na busca nos sites (*online*) dos periódicos, utilizamos o termo "gestão social" entre aspas no sistema de busca. Este procedimento resultou em 340 artigos (coluna F1, na Tabela 1). O maior número de resultados foi encontrado nos periódicos *NAU Social* (73), *Administração Pública e Gestão Social* (37 artigos), *Cadernos Gestão Social* (24 artigos), *Revista Interdisciplinar de Gestão Social* (23 artigos) e *Revista de Administração Pública* (21 artigos). Coerentemente, as quatro primeiras revistas especializadas no campo da gestão social. Já nesta fase 11 periódicos não apresentaram nenhum artigo (20,75%) para a busca por "gestão social".

Tabela 1 Número de artigos selecionados em cada etapa

Periódico	Q.	Número de artigos			
		F1	F2	F3	F4
Brazilian Administration Review (BAR)	A2	0	0	0	0
Organizações & Sociedade (O&S)	A2	10	6	6	2
Revista de Administração Contemporânea	A2	1	1	1	0
Revista de Administração de Empresas (RAE)	A2	5	4	2	0
Revista de Administração (FEA-USP)	A2	1	1	1	0
Revista de Administração Pública (RAP)	A2	21	20	15	6
Desenvolvimento em Questão	B1	16	10	8	5
Cadernos EBAPE.BR	B1	11	11	11	10
Faces: Revista de Administração	B1	2	0	0	0
Gestão & Regionalidade	B1	0	0	0	0
Organizações Rurais e Agroindustriais	B1	4	4	4	4
Revista de Administração e Inovação (RAI)	B1	2	1	0	0
Revista de Administração Mackenzie (RAM)	B1	5	1	1	1
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	B1	8	5	4	2
Revista de administração da Unimep	B1	2	0	0	0
Revista de Ciências da Administração	B1	4	2	2	1

“continua”

Tabela 1 “conclusão”

Periódico	Q.	Número de artigos			
		F1	F2	F3	F4
Revista de Contabilidade e Organizações Saúde e Sociedade	B1	1	0	0	0
Revista Alcance	B2	9	3	1	0
Contabilidade, Gestão e Governança	B2	0	0	0	0
Gestão e Planejamento	B2	5	1	1	0
Revista Organizações em Contexto	B2	8	1	0	0
Revista Org & Demo	B2	0	0	0	0
Revista de Administração, Contabilidade e Economia (RACE)	B2	3	0	0	0
Revista Economia & Gestão	B2	1	0	0	0
Revista de Gestão Social e Ambiental (RGSA)	B2	9	1	1	1
Sistemas & Gestão	B2	2	1	1	1
Sociedade, Contabilidade e Gestão	B2	3	2	1	0
Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão	B2	1	1	1	0
Revista Gestão & Tecnologia	B2	1	1	1	1
Pretexto	B2	1	1	1	1
Administração em Diálogo	B3	4	2	2	0
Administração Pública e Gestão Social (APGS)	B3	37	13	11	5
Revista Adm. MADE	B3	7	3	3	2
Amazônia, Organizações e Sustentabilidade	B3	9	3	3	1
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	B3	2	2	2	2
Gestão Contemporânea	B3	1	0	0	0
Gestão e Sociedade (UFMG)	B3	2	0	0	0
Revista Eletrônica de Gestão Organizacional (GESTÃO.org)	B3	6	1	1	0
Gestão Pública: Práticas e Desafios	B3	0	0	0	0
Planejamento e Políticas Públicas	B3	2	1	1	0
Revista da Faculdade de Administração e Economia (ReFAE)	B3	9	0	0	0
Revista de Administração e Negócios da Amazônia	B3	1	1	0	0
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade	B3	3	0	0	0
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	B3	0	0	0	0
Revista de Negócios	B3	0	0	0	0
Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios	B3	0	0	0	0
Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental	B3	0	0	0	0
Revista Eletrônica Gestão & Saúde	B3	0	0	0	0
Revista Ibero-americana de Estratégia	B3	0	0	0	0
Cadernos Gestão Social	B4	24	12	12	1
NAU Social	B5	73	22	15	5
Revista Interdisciplinar de Gestão Social (RIGS)	C	23	13	9	3

No entanto, percebemos a necessidade de conferir se estes 340 artigos realmente se referiam ao conceito de gestão social que pretendíamos discutir. Cançado (2011) nos alertou sobre essa questão ao discutir a banalização do termo gestão social. Além disso, o próprio sistema de busca dos periódicos revelou possuir limitações sobre a existência exata da expressão gestão social ou, ainda, ela podia aparecer em alguma parte que não consistia no corpo do artigo (apenas como referência bibliográfica ou na biografia do autor). Assim, adotamos procedimentos de filtragem baseados em Cançado (2011) e Peres Junior e Pereira (2014). Assim, para delimitar nosso escopo foram aplicados mais três filtros (F2, F3 e F4).

No filtro 2 buscamos pelos artigos que possuíam na íntegra a expressão "gestão social" em alguma parte do texto eliminando, por exemplo, artigos em que "gestão social" aparecia apenas em uma referência utilizada. Após isso restaram 152 artigos. Na etapa 3, filtro 3, eliminamos os artigos em que a expressão gestão social não se referia ao nosso escopo de pesquisa³² (destacamos que não é que não possa ser usada, mas apenas que fugiu ao escopo desta pesquisa). Além disso, foram excluídos artigos em que gestão social aparecia uma única vez, sem contextualização ou relação com nosso escopo. Neste sentido, lembramos novamente da questão da banalização do termo, discutida por Cançado (2011) e que a própria expressão "gestão social" foi norte do debate entre Pinho (2010) e Tenório (2009). Acrescentamos a este debate que banalização não se refere à pluralidade de concepções conforme lemos em Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a), mas somente a sua utilização em que

³² Não representa a totalidade, no entanto buscamos um conceito de gestão social que estivesse relacionado aos trabalhos do que denominamos campo da gestão social. Ou, de outra forma, dos conceitos revisados nas teses de Cançado (2011), Araújo (2012) e Peres Jr. (2013). No entanto, não desconsideramos a multiplicidade de conceitos e possibilidades de discussão acerca da gestão social.

tudo que não é gestão tradicional passa a ser considerada gestão social (FRANÇA FILHO, 2008; CANÇADO, 2011).

[...] a delimitação do campo da Gestão Social, principalmente se realizada de forma dialógica, não deve 'engessar' o próprio desenvolvimento do campo nem coibir novas práticas diferenciadas e inovadoras. Assim, o campo deve ser delimitado 'a lápis' e não 'a caneta', possibilitando mudanças (CANÇADO, 2011, p. 96).

E, neste sentido, é preciso ter cuidado para que a expressão "gestão social" não tenha sua utilização censurada por não se referir exatamente ao que o campo de estudos da Gestão Social entende como tal.

Finalmente, após esta etapa restaram 123 artigos. Estes são artigos que fazem referência ao campo da gestão social. Em relação a outras revisões amplas realizadas, destacamos que Cançado (2011) encontrou apenas 55 artigos em periódicos. Mesmo assim, destacamos que nossa pesquisa explorou as revistas delimitadas em Cançado (2011) e Peres Junior (2013) e outras que os autores não pesquisaram: era natural que em decorrência do tempo passado³³ e de um número maior de periódicos a quantidade de artigos encontrada fosse superior. Além disso, os procedimentos e objetivos pretendidos pelos autores citados eram diferentes.

Neste sentido, consideramos estes 123 artigos como nosso universo de pesquisa onde buscaremos identificar qual parcela faz menção à Habermas. Assim, o filtro 4 (F4) delimita o escopo final destes artigos (*Gestão social leitora de Habermas?*). Nesta perspectiva, em cada um dos 123 artigos anteriormente delimitados foi realizada a busca por "Habermas" ou expressão que fizesse referência à sua obra (habermasiano; habermasiana; frankfurtiano de

³³ A pesquisa de Peres Jr. (2013) foi finalizada em março de 2012 e de Cançado (2011) em dezembro de 2010. Além disso ressaltamos que Cançado (2011) pesquisou também anais de congressos, teses e dissertações.

segunda geração) no corpo do artigo e também foi pesquisado se o artigo possuía alguma referência bibliográfica de Habermas, seja livro ou artigo (versão original ou traduções). Ressaltamos que não foi selecionado, por exemplo, o artigo em que "Habermas" aparecia como palavra em uma referência utilizada pelo artigo, mas que no corpo do texto não fizesse menção ao autor e nem citava alguma obra dele de forma direta ou indireta. Após essa etapa restaram 54 artigos.

Tabela 2 Quantidade de artigos por filtro

Etapa	Filtro	Artigos
1	Busca inicial nos periódicos pela expressão "gestão social"	340
2	Expressão no corpo do texto	152
3	Conceitualmente consideramos como campo da "gestão social"	123
4	Artigos que fazem menção diretamente ou indiretamente à Habermas	54

Desta forma, indicamos que 54 artigos dos 123 (aproximadamente 44%), no nosso escopo fazem alguma menção a Habermas. No primeiro artigo retomaremos este resultado e levantaremos alguns questionamentos a partir dele.

2.3.1 Procedimentos de análise da revisão bibliográfica

A análise dos dados foi organizada através da análise de conteúdo - destacamos que essa sistematização foi utilizada apenas no primeiro Artigo³⁴. A análise de conteúdo diz respeito a um conjunto de técnicas que visa analisar

³⁴ Podemos considerar as dimensões "i) o mundo-da-vida como locus; ii) encruzilhadas entre o mundo-da-vida e o sistema como locus, e; iii) qualquer esfera (mundo-da-vida e sistema) como locus" presentes no Artigo 2 como sendo categorias de análise. No entanto, neste caso não houve uma sistematização prévia, nem tampouco seguimos critérios sistemáticos e, portanto, consideramos as três abordagens como criadas exclusivamente pelos pesquisadores na intenção de problematizar o locus da gestão social, tendo por base a forma que interpretamos literatura.

uma mensagem que está sendo transmitida originalmente em jornais (BARDIN, 2002). Ela se tornou uma prática comum nos estudos em Administração e é definida como sendo “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2002, p. 38).

Conforme Bardin (2002) existem etapas que podem ser seguidas: (a) pré-análise, (b) exploração e análise do material e (c) tratamentos dos resultados e interpretação (BARDIN, 2002). Não nos ateremos aqui ao conceito original de Bardin (2002), mas extraímos desta e na direção da forma utilizada por Vergara (2005) no que se refere à sistematização dos dados e criação de categorias de análise. Tendo em mente que a interpretação dos conteúdos é realizada pelo pesquisador (SEVERINO, 2007).

Concomitantemente, utiliza-se a discussão de Vergara (2005), a qual salienta que as categorias para análise podem ser definidas conforme a grade de análise escolhida: aberta, fechada e mista. Na grade mista "definem-se preliminarmente as categorias pertinentes ao objetivo da pesquisa, porém admite-se a inclusão de categorias surgidas durante o processo de análise" (VERGARA, 2005, p. 17). Partindo-se destes pressupostos optou-se por utilizar esta para a formulação das categorias analíticas, onde algumas categorias já foram previamente estabelecidas de acordo com o objetivo do trabalho e outras foram incluídas e/ou excluídas durante o processo de análise.

Adiante, Bardin (2002) considera que uma categoria é formada por processo de exclusão mútua, no entanto, Vergara (2005) considera a possibilidade de não ter que atender a esses critérios e, com isso, permite que o mesmo elemento faça parte de várias categorias. Para nós cada elemento é representado por um artigo – e, assim, em diversos casos foi colocado em mais de uma categoria.

Primeiramente dividimos os 54 artigos em dois grupos (mutuamente excludentes): Grupo 1: O artigo faz menção indiretamente a Habermas - sem que apareça como referência bibliográfica (25 artigos) e Grupo 2: Pelo menos uma obra de Habermas aparece como referência bibliográfica e está referenciada no embasamento teórico (26 artigos). Nesse processo não foram classificados três artigos (IIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2011; CABRAL, 2011; GIANNELLA; BATISTA, 2013), pois Habermas não aparecia no referencial ou embasamento teórico, mesmo com referência bibliográfica ao final do artigo.

Por fim, nossas categorias analíticas (que não são mutuamente excludentes) consistiram na temática ou conceito relacionado ao arcabouço teórico habermasiano (e na utilização do mesmo pelo campo da gestão social) que foi referenciado em determinado artigo do campo da gestão social. Neste sentido foram definidas como categorias *a priori*: Ação Comunicativa; Esfera Pública; Ética da Discussão; Mundo-da-vida e Sistema; Consenso; Sociedade Civil e Deliberação/Democracia Deliberativa. Essas categorias que remetem diretamente ao arcabouço de discussão de Habermas em suas diversas obras, em especial Habermas (1989; 1990; 1997a; 1997a; 1995; 2004; 2007; 2012a; 2012b). Assim, foi verificado se um determinado artigo se encaixava em uma ou mais dessas categorias - nesse processo outras categorias foram criadas. Outro ponto importante é que as categorias não são todas comuns entre os grupos 1 e 2 acima definidos, conforme destacamos no Quadro 5 (a versão apresentada é a grade final com 14 categorias).

Como destacamos no Quadro 5, cada categoria tem uma fundamentação nas obras de Habermas. Apenas as categorias 'Construção e fundamentação da gestão social', 'Crítica à apropriação de Habermas' e 'Referência através de F. G. Tenório' que fazem referência à utilização dos conceitos/arcabouço teórico pelo campo da gestão social não estão embasadas nas obras de Habermas.

Quadro 5 Categorias de análise dos artigos

N.	Fonte	Categoria	Grupo		Fundamentação Teórica
			1	2	
1	Obras de Habermas	Cidadania / Cidadania deliberativa	X	X	1995; 1997a; 1997b
2		Ciência e técnica		X	1997c
3		Consenso		X	1989; 1997a; 1997b; 2012a; 2012b
4		Deliberação / Democracia deliberativa	X	X	1995; 1997a; 1997b
5		Dialogicidade / Diálogo	X	X	1989; 1997a; 1997b; 2012a; 2012b
6		Esfera pública	X	X	1997a; 1997b; 2003
7		Ética da discussão		X	1989
8		Ação comunicativa (Linguagem / Comunicação)	X	X	1989; 1997a; 1997b; 2012a; 2012b
9		Mundo-da-vida e Sistema	X	X	1989; 1997a; 1997b; 2012a; 2012b
10		Situação ideal de fala		X	1989; 1997a; 1997b; 2012a; 2012b
11	Sociedade civil		X	1997b	
12	Campo da gestão social	Construção e fundamentação da gestão social	X	X	-
13		Crítica à apropriação de Habermas		X	-
14		Referência através de F. G. Tenório ³⁵	X		-

Para a alocação do artigo buscamos a expressão (referente ao signo da categoria analítica) ou texto que fizesse referência a ele e tivesse Habermas como referência indireta ou direta. Assim, citamos como exemplo que mesmo que o artigo tenha como objeto de estudo uma organização da sociedade civil ele não foi alocado na categoria "Sociedade civil", se não apresentou alguma

³⁵ Principalmente pela leitura dos artigos Tenório (1998), *Gestão social: uma perspectiva conceitual*, e Tenório (2005), *(Re)visitando o conceito de gestão social*, mas não exclusivamente.

discussão teórica ou empírica sobre esta expressão ou com mesmo significado fazendo alusão à Habermas. Para se evitar redundância cada categoria é discutida e especificada na seção três do primeiro Artigo.

2.4 Quadro teórico de análise das obras de Habermas

Habermas possui um conjunto de obras de mais de 60 anos de atividade científica. Para organizar os textos explorados apresentamos no Quadro 6 a síntese das principais referências adotadas nesta dissertação.

Reforçamos, aqui, que nossa pretensão era buscar contribuições em Habermas e não reinterpretar suas obras, nem tampouco acessar todas, o que demanda tempo e esforço que não tínhamos no momento. Neste sentido, para não fazer referências indevidas ao autor destacamos os principais textos consultados - os quais foram contrapostos com diversas interpretações.

Quadro 6 Síntese dos textos de Habermas consultadas

Texto	Referência
Sobre a possibilidade de fundamentar as ciências sociais numa teoria da comunicação	Habermas (2012a; 2012b)
O conceito mundo-da-vida e o idealismo da sociologia hermenêutica	
Marx e a tese da colonização interna da Teoria do Agir Comunicativo	
A crítica da razão instrumental	
Referências de mundo e aspectos da racionalidade do agir em quatro conceitos sociológicos de ação	
Primeira consideração intermediária: agir social, atividade teleológica e comunicação da Teoria do Agir Comunicativo	
Disjunção entre mundo da vida e sistema	
Ciências Sociais Reconstitutivas versus Ciências Sociais Compreensivas	Habermas (1989)
Notas Programáticas para a Fundamentação de uma Ética do Discurso	
Consciência Moral e Agir Comunicativo	

“continua”

Quadro 6 “conclusão”

Texto	Referência
Normas morais e jurídicas	Habermas (1997a; 1997b)
Política deliberativa - um conceito procedimental de democracia	
O papel da sociedade civil e da esfera pública política	
A soberania do povo como processo	
Direito como categoria da mediação social entre facticidade e validade	
O que é a pragmática universal?	Habermas (2002)
Ações, atos de fala, interações linguisticamente mediadas e o mundo vivo	
Para uma crítica da teoria do significado	
Ações, atos de fala, interações mediadas pela linguagem e mundo-da-vida	Habermas (1990)
Sobre a crítica da teoria do significado	
Comunicação ou representação, da hermenêutica à pragmática formal e verdade no discurso e no mundo-da-vida	Habermas (2004)
Técnica e Ciência como Ideologia	Habermas (1994)
<i>Edmund Husserl sobre mundo de la vida, filosofía y ciencia</i>	Habermas (1996)
A ética da discussão e a questão da verdade	Habermas (2007)
Mudança estrutural da esfera pública	Habermas (2003)
<i>On systematically distorted communication</i>	Habermas (1970)
Três modelos normativos de democracia	Habermas (1995)
Comunicação política na sociedade mediática	Habermas (2008)
Tendências de juridicização	Habermas (1997)

A partir daqui apresentamos os três artigos, para tecer uma consideração final destacando os principais pontos da dissertação.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: COHN, G. (Org.). **Sociologia**, São Paulo: Editora Ática, 1986.
- ADORNO, T. W. A filosofia muda o mundo ao manter-se como teoria. **Lua Nova**, n. 60, p. 131-139, 2003.
- AKTOUF, O. **Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz**. São Paulo: Atlas, 2004.
- ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F. A formação de esferas públicas e a gestão social no Brasil. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS, 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira: RGS, 2014.
- ALCÂNTARA, V. C.; SILVA, E. A. F.; PEREIRA, J. R. Gestão Social e Governança Pública: Aproximações e (De) limitações Teórico- Conceituais. In: VI ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA ANPAD - EnAPG Relações entre Estado e Sociedade, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2014.
- ALCÂNTARA, V. C.; VALADARES, J. L.; MACEDO, A. S.; CAPPELLE, M. C. A. A Saída pela Práxis? Reflexões Sobre a Metáfora da Torre de Marfim e a Indissociabilidade entre a Teoria e a Prática. In: VIII ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD EnEO, 2014, Gramado. **Anais...** Gramado: ANPAD, 2014.
- ALENCAR, E. **Pesquisa em Turismo**. Lavras: UFLA, 2007.
- ALEXANDER, J. C. O novo movimento teórico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 2, n. 4, p. 5-28, 1987.
- ALLEBRANDT, S. L.; SIEDENBERG, D. R.; SAUSEN, J. O.; DECKERT, C. T. Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, p. 914-945, 2011.

ALMEIDA, V. S. Educação e liberdade em Hannah Arendt. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 3, p. 465-479, 2008.

ALMEIDA, E. A. C.; CABRAL, E. H. S. Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 34, p. 267-290, 2013.

ALVES SOBRINHO, E. J. M.; INOJOSA, R. M. Gestão social nos municípios: a violência e a cultura de paz. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 2, p. 279-295, 2005.

ANDERSEN, L. B.; JORGENSEN, T. B.; KJELDSEN, A. M.; PEDERSEN, L. H.; VRANGBÆK, K. Public values and public service motivation: conceptual and empirical relationships. **American Review of Public Administration**, v. 20, n. 10, p. 1-20, 2012.

ANDERSON, P. **A crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANDREWS, C. W. A ética do discurso e o modelo dos consensos democráticos: uma réplica a J. Eisenberg. **Dados**, v. 45, n. 4, p. 577-597, 2002.

ANGÉLICO, F.; TEIXEIRA, M. A. C. Acesso à Informação e Ação Comunicativa: Novo Trunfo para a Gestão Social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 7-27, 2012.

ARAÚJO, E. T. **(In) consistências da gestão social e seus processos de formação**: um campo em construção. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, E. T. Gestão Social. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para a Formação em Gestão Social**. Salvador: CIAGS, v. 1, p. 85-90, 2014.

ARAÚJO, E. T.; BOULLOSA, R. Esfera pública, esfera social e gestão social: aproximações epistemológicas e ontológicas. In: 9ª CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA A AMERICA LATINA Y CARIBE, 2013, Santiago - Chile. **Anais...** Santiago: ISTR, 2013.

ASSIS, L. B.; PAES DE PAULA, A. P. Gestão Social e Bildung: Reflexões sobre a Importância da Formação para a Democratização no Setor Público. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, p. 57-64, 2014.

AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, n. 50, p. 25-46, 2000.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, 2012.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, p. 703-728, 2004.

BAERT, P. Towards a Pragmatist-Inspired Philosophy of Social Science. **Acta Sociologica**, v. 48, n. 3, p. 191-203, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BENHABIB, S. **Democracy and Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

BANNWART JUNIOR, C. J. Teoria crítica da sociedade e evolução social. In: NOBRE, M.; REPA, L. **Habermas e a reconstrução**: Sobre a categoria central da Teoria Crítica habermasiana. Campinas: Papyrus, v. 1. P. 65-98, 2012.

BENSON, A.; ALLEBRANDT, S. L. Comunicação e informação no Programa Territórios da Cidadania: O caso do Território da Cidadania Noroeste Colonial. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, p. 247-261, 2014.

BERGUE, S. T. **Modelos de gestão em organizações públicas**: teorias e tecnologias gerenciais para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: Educs, 2011.

BERNARDO, G. **Conhecimento e metáfora**. Alea, v. 6, n. 1, p. 27-42, 2004.

BERTERO, C. O. Réplica 2 - o que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 338-342, 2011.

BORGES, G. F.; SILVA, K. A. T.; PEREIRA, J. R.; CANCADO, A. C. Gestão Social no Divã: uma Análise dos Estudos Publicados em Periódicos Nacionais entre 2001 e 2011. **NAU Social**, v. 4, p. 43-62, 2013.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BOULLOSA, R. Contribuições conceituais e metodológicas para a avaliação de processos e práticas de gestão social a partir das perspectivas da policyanalysis da abordagem social da aprendizagem. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11., 2009, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2009. 1 CD ROM.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Limites da Natureza da Inovação ou Qual o Futuro da Gestão Social? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXXII, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de Lampedusa? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, III, 2009, Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). **Anais...** Petrolina e Juazeiro BA: RGS, 2009.

BOULLOSA, R. F.; RODRIGUES, R. W. S. Avaliação e Monitoramento em Gestão Social: Notas Introdutórias. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 3, p. 145-178, 2014.

BURKOWSKI, R.; VILAS BOAS, A. A. A Dádiva como recurso metodológico na Gestão Social. **Revista NAU Social**, v. 4, n. 7, p. 125-141, 2014.

BOZEMAN, B. **Public Values and Public Interest**: counterbalancing economic individualism. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2007.

BRASIL. Resolução nº 38 de 24 de março de 2004. Cria o Grupo Temático de Institucionalidade para Gestão Social do Desenvolvimento Rural Sustentável do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso 20 de jan. de 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Reforma do Estado para a cidadania**: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. Brasília: ENAP/Editora 34, 1998.

CABRAL, E. H. S. Espaço público e controle para a gestão social no Terceiro Setor. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 86, p. 30-55, 2006.

CABRAL, E. H. S. A gestão social do terceiro setor e suas dualidades. **Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 21-34, 2008.

CABRAL, E. H. S. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. **Revista de Administração Pública**, v. 45, p. 1915-1941, 2011.

CABRAL, E. H. S.; MUZY, P. T. Os valores e o valor da moeda: hipóteses sobre a comensurabilidade e a monetarização do impacto de projetos sociais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 339-356, 2014.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CANÇADO, A. C. Gestão social: um debate para a construção do campo. **NAU Social**, v. 4, p. 191-209, 2013.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE**, v. 9, n. 3, Rio de Janeiro: FGV, set. 2011.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

CANÇADO, A. D.; SAUSEN, J. O.; VILLELA, L. E. Gestão social versus gestão estratégica. In: TENÓRIO (Org.). **Gestão social e gestão estratégica: experiência em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, p. 15-99, 2013.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, p. 313-353, set/dez, 2013.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G.; RIGO, A. S.; OLIVEIRA, V. A. R. Gestão social: conhecimento e produção científica nos ENAPEGS 2007-2010. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 3, p. 1-23, 2011.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G.; VILAS BOAS, A. A. Social Management beyond procruste's bed: ontological, epistemological and methodological considerations. **Business and Management Review**, v. 4, p. 208-222, 2015.

CARVALHO, M. C. B. Gestão social: alguns apontamentos para debate. In: RICO, E. D. M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/IEE, p. 19-29, 1999.

CASTELLA, C.; PARÉS, M. Participação e qualidade democrática: uma proposta de critérios de qualidade: In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios e análise**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 1, p. 207-251, 2012.

CAVALCANTI, M.; NOGUEIRA, A. **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CHAMBERS, S. Deliberative democratic theory. **Annual Review of Political Science**, v. 6, p. 307-326, 2003.

CHAMBERS, S. Rhetoric and the public sphere has deliberative democracy abandoned mass democracy? **Political Theory**, v. 37, n. 3, p. 323-350, 2009.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1996.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. Roteiro para Revisão Bibliográfica Sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO, 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Instituto de Gestão de Desenvolvimento de Produto, 2011.

CORNELISSEN, J. P.; OSWICK, C.; CHRISTENSEN, L. T.; PHILLIPS, N. Metaphor in organizational research: context, modalities and implications for research. **Organization Studies**, v. 29, n. 1, p. 7-22, 2008.

COSTA, S. Esfera Pública Sociedade Civil e Movimentos Sociais No Brasil. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, n. 38, p. 38-52, 1994.

COSTA, P. A. Sistema Local de Inovação em Economia Solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 1, p. 153-173, 2011.

DIAS, A. F. Região do Coredes Noroeste Colonia e Caleiro (RS). In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: FGV, cap 9, p. 159-180, 2012.

DIAS, V. T. 'Gestão Social' e 'Terceiro Setor': contribuições críticas a partir da noção de Estado em Gramsci. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira, RGS: ENAPEGS, 2014.

DOMINGUES, J. M. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

DOWBOR, L. Tendências da gestão social. **Saúde e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 3-16, 1999.

DUTRA, D. J. V. **Razão e consenso em Habermas: teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

ECO, U. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. 12. ed. Barcarena: Presença, 2007.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL (VIII ENAPEGS). Disponível em: < <http://ufrb.edu.br/enapegs/>>. Acesso em: 5 de maio de 2014.

FARIA, J. H. Consciência Crítica com Ciência Idealista: paradoxos da redução sociológica na fenomenologia de Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, p. 419-446, 2009.

FARIA, J. H. Dimensões da Matriz Epistemológica em Estudos em Administração: uma proposição. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro, 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliações**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FISCHER, T. Organizações e interorganizações na gestão do desenvolvimento socioterritorial. **Organizações e Sociedade**, v. 11, p. 13-41, 2004.

FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento de territórios. **Revista Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 113-119, 2012.

FISCHER, T. Debate roda de diálogo 5: da gerência social à gestão social. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS, 2014, Cachoeira. **Anais...** 2014.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Gestão Social do desenvolvimento e interorganizações. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 12., Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2003.

FISCHER, T.; MELO, V. P.; CODES, A. L. Integração e gestão do desenvolvimento socioterritorial: um estudo de organizações da sociedade civil em municípios baianos. In: XXVIII ENCONTRO DA ANPAD. Paraná, 2004. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.

FISCHER, T.; MELO, V. P.; CARVALHO, M. R.; JESUS, A.; ANDRADE, R. A.; WAIANDT, C. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 5, p. 789-808, 2006.

FLORES, R. K. Acerto de contas com a administração: uma reflexão a partir de Tragtenberg, Motta e Guerreiro Ramos. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 5, n. 4, p. 01-11, 2007.

FLYNN, J. System and lifeworld in Habermas' theory of democracy. **Philosophy and Social Criticism**, v. 40, n. 2, p. 205-214, 2014.

FRANÇA FILHO, G. C. Gestão Social: um conceito em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, IX., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, jun. 2003.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JUNIOR, J. T.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária, p. 26-37, 2008.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FREITAG, B. R. **Dialogando com Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: o caso do Território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 1201-1223, 2012.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; FERREIRA, M. A. M. Gestão social como projeto político e prática discursiva. In: VI ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA – EnAPG, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2014.

GARRIDO, P. O.; JUSTEN, C. E. Incubadoras de Gestão Social e Gestão Universitária: possibilidades e contribuições a partir de análise comparativa. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 3, p. 133-151, 2014.

GAULEJAC, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: **Ideias & Letras**, 2007.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. Neopragmatismo e Verdade: Rorty em conversação com Habermas. **Utopia y Praxis Latinoamericana**, v. 10, n. 29, 2005.

GIANNELLA, V.; BATISTA, V. L. Metodologias Integrativas: Tecendo Saberes e Ampliando a Compreensão. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 3, p. 83-108, 2013.

GOHN, M. G. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GONDIM, S. M. G.; FISCHER, T. M. D.; MELO, V. P. Formação em gestão social: um olhar crítico sobre uma experiência de pós-graduação. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO- EnANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2006.

GRANGEIRO, R. R.; PINTO, A. M. G.; VINHAS, F. D. Redes de Colaboração Científica: Uma Análise das Publicações do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. **Cadernos Gestão Social**, v. 4, n. 2, p. 163-180, jul./dez. 2013.

GUERRA, J. F. C.; TEODÓSIO, A. S. S. Gestão Pública Societal e Gestão Social: análise de aproximações e distanciamentos na práxis de uma política pública. **Pensamento & Realidade**, v. 27, p. 5-20, 2012.

HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1994.

HABERMAS, J. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova, n. 36, 1995.

HABERMAS, J. **Textos y Contextos**. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. I, 1997a.

HABERMAS, J. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. II, 1997b.

HABERMAS, J. **Uma conversa sobre questões da teoria política**. Novos Estudos CEBRAP, n. 47, p. 85-102, 1997c.

HABERMAS, J. **Problemas de legitimación en el capitalismo tardío**. Madrid: Ediciones Cátedra, S. A., 1999.

HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, J. **A constelação pós-nacional**. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **Verdade e Justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

HABERMAS, J. **Entre Naturalismo e Religião**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social, São Paulo: Martins Fontes, v. 1, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista, São Paulo: Martins Fontes, v. 2, 2012b.

HERDY, R. O pragmatismo metodológico: a comunidade da comunicação como limite da agência. **Direito, Estado e Sociedade**, v. 28, p. 47-58, 2006.

HERDY, R. Habermas, pragmatismo e direito. **Kriterion**, v. 50, n. 119, p. 43-61, 2009.

HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; ROSSONI, L.; FERREIRA-JÚNIOR, I. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 4, p. 655-680, 2008.

HORKHEIMER, M. **Teoria Tradicional e Teoria Crítica**. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

HOUSE, E. R. Unfinished business: causes and values. **American Journal of Evaluation**, v. 22, n. 3, p. 309-315, 2001.

HOUSE, E. R.; HOWE, K. R. **Valores en evaluación e investigación social**. Madrid: Morata, 2001.

HOWE, K. R.; ASHCRAFT, C. Deliberative democratic evaluation: successes and limitations of an evaluation of school choice. **Teachers College Record**, v. 107, n. 10, p. 2274-2297, 2005.

IIZUKA, E. S.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; AGUERRE, P. Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida - São Paulo. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, p. 748-779, 2012.

IIZUKA, E. S.; JUNQUEIRA, L. A. P. Produção acadêmica em gestão social: visita aos anais dos Enapegs de 2007 a 2012. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 2, p. 71-85, 2013.

JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.

JUNQUEIRA, L. A. P. Organizações sem fins lucrativos e redes sociais na gestão de políticas sociais. In: CAVALCANTI, M. (org.). **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor**. São Paulo: Saraiva, p. 195-216, 2006.

JUSTEN, C. E. Problematizando a abordagem habermasiana nos estudos organizacionais: limitações em torno da categoria do político. In: XXXVIII ENCONTRO DA ANPAD, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L. Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 3, p. 736-750, 2012.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L. Que participação é essa? Do instrumentalismo legitimador à autopromoção emancipadora. **Pensamento & Realidade**, v. 28, p. 77-95, 2013.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; FELIPPE, S. Reflexões sobre a prática educativo-crítica, gestão social e educação a distância: o caso do PNAP em Santa Catarina. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, p. 178-210, 2012.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O. Para além da dupla consciência: Gestão Social e as antessalas epistemológicas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 237-251, 2014a.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O. Do monólogo ao diálogo: o potencial emancipatório do programa território da cidadania meio-oeste contestado revisitado à luz da gestão social. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, p. 192-207, 2014b.

KAPOOR, I. Deliberative democracy or agonistic pluralism? The relevance of the Habermas-Mouffe debate for Third World politics. **Alternatives**, v. 27, n. 4, p. 459-487, 2002.

KEINERT, T. M. M. **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2007.

KLIKSBERG, B. **Pobreza: uma questão inadiável**. Brasília: ENAP, 1994a.

KLIKSBERG, B. A gerência social, uma gerência diferente. In KLIKSBERG, B. **Pobreza: uma questão inadiável**. Brasília: ENAP, 1994b.

KRITSCH, R. Disputas em torno da noção de sociedade civil na teoria política e social contemporânea: o diálogo entre Habermas e Cohen e Arato. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 38., 2014, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2014.

KRONEMBERGER, T. S.; GUEDES, C. A. M. Desenvolvimento territorial rural com gestão social: um estudo exploratório entre Brasil e Argentina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 233-246, 2014.

LAVALLE, A. G. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova**, n. 47, p. 121-135, 1999.

LIMA, E. C. Realismo cognitivo, naturalismo e pragmatismo ético: a estrutura normativa das 'formas de vida' segundo Habermas e Putnam. **Principia**, v. 17, n. 3, p. 459-488, 2013.

LOURENÇO, C. D. S. **Relações de troca sob a ótica do marketing de relacionamento e da teoria da dádiva**. 2006. 252 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

LUBENOW, J. A. **A categoria de Esfera Pública em Jürgen Habermas**. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LUBENOW, J. A. A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança estrutural da esfera pública. **Trans/Form/Ação**, v. 35, p. 189-220, 2012.

LÜCHMANN, H. H. L. Democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 33, p. 1-46, 2002.

MAIA, M. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, dez. 2005.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: A coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 2, p. 31-56, 2001.

MARTINS, B. V.; CARRION, R. S. M. Gestão Social: Um Olhar a partir de Perspectivas Latino-Americanas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: ENPAG, 2012.

MENDONÇA, P. M. E.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão Social: notícias sobre o campo de estudos e práticas a partir das interações e debates do VI Enapegs. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 1391-1408, 2012.

MENEGHETTI, F. K. O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011a.

MENEGHETTI, F. K. Tréplica - O que é um Ensaio-Teórico? Tréplica à Professora Kazue Saito Monteiro de Barros e ao Professor Carlos Osmar Bertero. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 343-348, 2011b.

MIGUEL, L. F. Deliberacionismo e os limites da crítica: uma resposta. **Opinião Pública**, v. 20, p. 118-131, 2014.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 8-71, 2005.

MOURA, E. F.; FERREIRA, A. C.; SOUSA, E. G. Gestão social: em busca de compreensão acerca dessa terminologia a partir da análise comparada da produção científica no Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social no ano de 2014. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: XVII SEMEAD, 2014.

MOUFFE, C. Deliberative democracy or agonistic pluralism? **Social Research**, v. 66, n. 3, p. 745-758, 1999.

NOBRE, M. Apresentação. In: NOBRE, M. (Org.). **Livre Crítica de Teoria**. Campinas: Papyrus, v. 1, p. 7-8, 2008.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NOBRE, M.; TERRA, R. (Org.). **Direito e democracia**: um guia de leitura. São Paulo: Malheiros, 2008.

NOBRE, M.; REPA, L. **Habermas e a reconstrução**: Sobre a categoria central da Teoria Crítica habermasiana. Campinas: Papyrus, v. 1. 208 p. 2012.

OLIVEIRA, S. R.; FERREIRA, C. S. Voltando para casa: (re) encontrando Guerreiro Ramos, Tragtenberg e Prestes Motta. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, mar. 2007.

OLIVEIRA, A.; CANÇADO, A. C. Platão e a gestão da sociedade: contribuições da politeia à gestão social. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social - RIGS**, v. 4, p. 13-36, 2015.

OLIVEIRA, V. A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 8, 4, p. 613-626, 2010.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005a.

PAES DE PAULA, A. P. Tréplica: Comparação Possível. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 51-52, 2005b.

PAES DE PAULA, A. P. **Teoria Crítica nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PAES DE PAULA, A. P. Por uma nova gestão pública: reinserindo o debate a partir das práticas possíveis. In: CUNHA, A. S.; MEDEIROS, B. A.; AQUINO, L. C. (Org.). **Estado, Instituições e Democracia**: República. Brasília: IPEA, 2010.

PAES DE PAULA, A. P. Abordagem Freudo-Frankfurtiana, pesquisa-ação e socioanálise: uma proposta alternativa para os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, 2013.

PAES DE PAULA, A. P. Para Além dos Paradigmas nos Estudos Organizacionais: O Círculo das Matrizes Epistemológicas. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2014, Florianópolis - SC. **Anais...** Florianópolis, 2014.

PAES DE PAULA, A. P.; GONTIJO, F. C. Epistemologia habermasiana, pesquisa-ação e socioanálise: uma proposta para os estudos organizacionais. In: III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2013.

PAPADOPOULOS, Y.; WARIN, P. Are innovative, participatory and deliberative procedures in policy making democratic and effective? **European Journal of Political Research**, n. 46, p. 445-472, 2007.

PAULO NETO, A. **A análise de Jürgen Habermas sobre a tensão entre direitos humanos e soberania popular na teoria do direito de Immanuel Kant**. 2009. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

PEREIRA, J. R. Gestão Social no contexto histórico e teórico das relações entre Estado, Mercado e Sociedade. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL: DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador, 2012.

PEREIRA, J. R.; RIGATTO, S. H. Gestão Social de Políticas Públicas no Contexto das Relações entre Estado e Sociedade Moderna. In: PEREIRA, J. R. (Org.). **Gestão Social de Políticas Públicas**. Lavras: Editora UFLA, v. 1, p. 17-34, 2011.

PERES JUNIOR, M. R. **Gestão Social sob a ótica da Teoria da Estruturação**. 2013. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

PERES JUNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens Teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratórias. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 221-236, 2014.

PERES JUNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, L. C. Gestão Social sob a lente estruturacionista. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 18-49, 2013.

PFEFFER, J. Barriers to the advance of organizational science: paradigm development as a dependent variable. **Academy of Management Review**, v. 18, n. 4, p. 599-620, 1993.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. Gestão Social: Perspectivas, Princípios e (de) limitações. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS - EnEO, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.

PIMENTEL, T. D.; CARRIERI, A. P.; PIMENTEL, M. P. C.; BRITO, M. J. "Da basílica à feira... do oásis ao Shopping": a trajetória das metáforas do Jubileu em Congonhas (MG). **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 1, p. 45-66, 2011.

PINHO, J. A. G. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.

PINHO, J. A. G.; SANTOS, M. E. P. Aporias em torno do conceito de Gestão Social: dilemas teóricos e políticos. In: XXXVII ENCONTRO DA ANPAD, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

PIRES, V. A.; MIDDLEJ, S. A.; FONSECA, S. A.; VENDRAMINI, P.; COELHO, F. S. Dossiê - Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014.

PIZZI, J. **O mundo da vida**: Husserl e Habermas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

PUTNAM, H. **O colapso da verdade e outros ensaios**. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

RAMOS, A. G. **A redução sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Coleção Tempo Novo, 1965.

- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da Riqueza das Nações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981.
- REED, M. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, p. 61-98, 1999.
- REESE-SCHÄFER, W. **Compreender Habermas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- REPA, L. S. A reconstrução da história da teoria: observações sobre um procedimento da teoria da ação comunicativa. In: NOBRE, M.; REPA, L. S. (Org.). **Habermas e a reconstrução**. Campinas: Papirus, p. 41-60, 2012.
- REPETTO, F. Debate roda de diálogo 5: Da gerência social à gestão social. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS, 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira, 2014.
- RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Org.). **Gestão social**: uma questão em debate. São Paulo: EDUC/IEE, 1999.
- RODRIGUES, S. M. O Problema da validade de proposições morais no trabalho do professor. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, v. 1, n.1, p. 71-85, 2013.
- RODRIGUES, S. M.; OLIVEIRA, J. R. As conseqüências para a educação da dicotomia entre fatos e valores morais. **Revista Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia**, v. 6, n. 6, p. 29-59, 2013.
- ROWE, G.; FREWER, L. J. Public participation methods: a framework for evaluation. **Science, Technology, & Human Values**, v. 25, n. 1, p. 3-29, 2000.
- SANDERS, L. M. Against Deliberation. *Political Theory*, **Thousand Oaks**, v. 25, n. 3, p. 1-17, 1997.
- SANTOS, B. S. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 54, p. 197-215, 1999.
- SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed., São Paulo. Cortez, 2008.
- SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, abr/jun, 1997a.

SERVA, M. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 2, p. 108-134, 1997b.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SHAPIRO, I. Enough of deliberation: politics is about interests and power. In: MACEDO, S. (ed.). **Deliberative politics: essays on Democracy and disagreement**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SIEBENEICHLER, F. B. Apresentação à edição brasileira. In: HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**, v. 1, São Paulo: Martins Fontes, p. 07-26, 2012.

SILVA, F. C. Habermas e a Esfera Pública: reconstruindo a história de uma idéia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 35, p. 117-138, 2001.

SILVA, F. G.; MELO, R. Crítica e reconstrução em Direito e Democracia. In: NOBRE, M.; REPA, L. **Habermas e a reconstrução: Sobre a categoria central da Teoria Crítica habermasiana**. Campinas: Papyrus, v. 1, p.135-167, 2012.

SILVA, E. A.; PEREIRA, J. R.; ALCÂNTARA, V. C. Interfaces epistemológicas sobre Administração Pública, Institucionalismo e Capital Social. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, p. 20-39, 2012.

SOUZA, M. M. P. Do círculo das matrizes epistemológicas ao círculo do dragon dreaming: uma proposta de abordagem empírico-analítica à gestão de projetos colaborativos. In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2013, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: I CBEO, 2013.

SOUZA, Y. S.; BIGNETTI, L. P. Introdução ao Fórum sobre Gestão Social. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 01-07, 2013.

STEIN, E. **Mundo vivido: das vicissitudes e dos usos de um conceito da fenomenologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SUTTON, R. I.; STAW, B. M. O que não é teoria. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, p.74-78, 2003.

TENÓRIO, F. G. programa de estudos em gestão social da EBAP/FGV e relato de pesquisas com metodologias participativas. **Cadernos de Pesquisa**, n 25, p. 1-47, 1993.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de administração pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, F. G. Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro/FGV, v. 33, n. 5, p. 85-102, 1999.

TENÓRIO, F. G. (Re) visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS). RAP. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 40, p. 1145-1162, 2006.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

TENÓRIO, F. G. A modernidade e a pós-modernidade servidas em dois jantares. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 7, p. 473-491, 2009.

TENÓRIO, F. G. Gestão social, um conceito não idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JR, J. T. (Org.). **Gestão social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, v. 1, p. 23-36, 2012.

TENÓRIO, F. G. Escopo teórico. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios de análise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012a.

TENÓRIO, F. G. Gestão social, um conceito não idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JÚNIOR, J. T. (Org.). **Gestão social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, p. 23-36, 2012b.

TENÓRIO, F. G. The Janus Look of Administration. Wich Look?. **International Journal of Management**, v. 29, p. 383-397, 2012c.

TENÓRIO, F. G. Tem razão a gestão social? In: III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-17, 2013a.

TENÓRIO, F. G. **O Pensamento Organizacional sob o Olhar de Janus:** Ensaios Críticos. Ijuí-RS: Editora UNIJUÍ, 2013b.

TENÓRIO, F. G. Debate roda de diálogo 5: Da gerência social à gestão social. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS, 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira, 2014a

TENÓRIO, F. G. Administração e a Questão Social: entre o 'Robinsonismo' e o 'Étiennismo'. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2014b.

TENÓRIO, F. G.; MARQUES FILHO, H. Cidadania deliberativa: um estudo de caso. In: VII CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa, Portugal, 2002.

TENÓRIO, F. G.; SARAIVA, H. J. Escorços sobre gestão pública e gestão social. In: MARTINS, P. E. M.; PIERANTI, O. P. **Estado e gestão pública:** visões do Brasil contemporâneo. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TENÓRIO, F. G.; BRULON, V.; ZARCONI, L. Por uma superação da relação falaciosa entre turismo e desenvolvimento local: uma análise do turismo em comunidades à luz da gestão social. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 18, n. 62, p. 1-23, 2013.

TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S.; LAVINAS, L. V. Gestão Social, Extensão e Teologia da Libertação: uma análise a partir de um projeto junto a comunidades. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 39, p. 224-235, 2014.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; PORTO, E. C.; VIANA, B. F. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2008.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; MELO, W. S.; KRAEMER, C. F. B.; LOPES, J. F. R. Da redução sociológica à aplicação de critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos em arranjos institucionais na esfera pública. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2010, Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.

TEODÓSIO, A. S. S. **Parcerias tri-setoriais na esfera pública**: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

TEODÓSIO, A. S. S. A academia do Queixa-Andar: críticas, lugares comuns e conformismo no saudosismo do que nunca fomos sem Gestão Social. In: JUNQUEIRA, L. A. P. (Org.); GONÇALVES-DIAS, S. L. F. (Org.); WANDRELEY, M. B. (Org.); MENDONÇA, P. (Org.). **Gestão social: mobilizações e conexões**. 1. ed. São Paulo: LCT Editora, v. 1. 368p. 2013.

TEODÓSIO, A. S. S. Organizações da Sociedade Civil. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para Formação em Gestão Social**. Salvador: CIAGS, v. 1, p. 128-132, 2014.

TROCCOLI, I. R.; KAREN G.; REIS, P. N. C.; FARIA, P. P. Comportamento do consumidor: um estudo bibliométrico nos Enanpads 2007-09. **Organizações em contexto**, v. 7, n. 44, p. 165-182, 2011.

VANDENBERGHE, F. Os livros que Habermas não escreveu. **Boletim CEDES**, p. 1-7, 2010.

VANDENBERGHE, F. The books that Habermas hasn't written. **International Sociology**, v. 26, p. 597-603, 2011.

VANDENBERGHE, F. Gestão social: Uma disciplina em busca de teoria. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS, 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014.

VERGARA, S. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, K. C.; ALCÂNTARA, V. D. C.; TONELLI, D. F. A influência das embalagens no comportamento do consumidor de alimentos. In: SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 17., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SEMEAD, 2014.

VILLELA, L. E. Escopo Metodológico. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios e análise**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 1, p. 35-49, 2012.

VILLELA, L. E. Redes, desenvolvimento e gestão social em Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Rio de Janeiro. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 2, p. 101-221, 2013.

VILLELA, L. E.; MAIA, S. W. Formação Histórica, Ações e Potencial da Gestão Social no APL de Turismo em Visconde de Mauá RJ/MG. **Revista Adm. MADE**, v. 13, p. 34-47, 2009.

VILLELA, L. E. ; PINTO, M. C. S. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, v. 43, p. 1067-1089, 2009.

VILLELA, L. E.; COSTA, E. G. Avaliação de processos decisórios participativos no polo comercial Saara situado na cidade do Rio de Janeiro: uma fórmula de sucesso com problema em seu princípio ativo, a participação. In: CANÇADO, A; TENÓRIO, F. G; SILVA JR, J. T. (Org.). **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Unijuí, v. 1, p. 57-86, 2012.

VILLELA, L. E.; COSTA, E. G.; CANÇADO, A. C. Perspectivas da agropecuária do município de Itaguaí em face de megaprojetos em implementação no local. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, p. 208-219, 2014.

VILLELA, L. R.; VIDAL, M. O.; MACEDO, L. F. A. Percepção dos conselheiros municipais e representantes da sociedade civil atuantes na 5ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Rio de Janeiro – participar nas decisões públicas é possível? **Cadernos Gestão Social**, v. 5, n. 1, p.149-162, 2014.

VIZEU, F. Ação Comunicativa e Estudos Organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 4, p. 10-21, 2005.

VIZEU, F. Da racionalidade instrumental à racionalidade comunicativa: o caso de uma instituição psiquiátrica. **Organizações & Sociedade**, v. 36, p. 56-78, 2006.

VIZEU, F. Uma aproximação entre Liderança Transformacional e Teoria da Ação Comunicativa. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 12, p. 53-81, 2011.

WAMPLER, B. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas? **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 65-95, 2008.

WAMPLER, B.; AVRITZER, L. The spread of Participatory Democracy in Brazil: From Radical Democracy to Participatory Good Government. **Journal of Latin American Urban Studies**, v. 7, 2006.

WANDERLEY, L. E. W. Desafios da sociedade civil brasileira em seu relacionamento dialético com o Estado e o mercado. In: RICO, E. D. M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/IEE, p. 105-127, 1999.

WANDERLEY, L. E. W.; RAICHELIS, R. Gestão pública democrática no contexto do Mercosul. In: SIERRA, G. (Org.). **Los rostros del Mercosur: el difícil camino de lo comercial a lo societal**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

WANDERLEY, L. E. W. Uma proposta inovadora: o público não estatal. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 86, p. 78-89, 2006.

WHETTEN, D. A. O que constitui uma contribuição teórica? **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, p. 69-73, 2003.

YOUNG, I. M. Activist challenges to deliberative democracy. **Political Theory**, v. 29, n. 5, p. 670-690, 2001.

ZANI, F. B.; TENÓRIO, F. G. Gestão social do desenvolvimento: a exclusão dos representantes dos empresários? O caso do Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, p.780-802, 2011.

ZILLES, U. A fenomenologia husserliana como método radical. In: HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. 2. ed. Porto Alegre:EDIPUCRS, p. 11-55, 2002.

ZIR, A. A tese da primazia da metáfora, defesa e problematização: um estudo a partir de Vico. **Linguagem em (Dis) curso**, v. 9, n. 1, p. 107-130, 2009.

ZWICK, E. Por uma Epistemologia Crítica aos Estudos em Administração Pública. XXXVIII ENCONTRO DA ANPAD, 2014, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

SEGUNDA PARTE - ARTIGOS

ARTIGO 1 Caminhos e perspectivas de diálogos da gestão social com as obras de Jürgen Habermas

1 INTRODUÇÃO

Antes de abarcar as contribuições da relação mundo-da-vida e sistema para a problematização do *locus* da gestão social e da avaliação neste *locus*, indicamos a necessidade de conhecer como este campo em construção está lendo e debatendo as obras de Habermas. Dado especialmente seu reconhecimento por diversos atores nele situados. Essa consideração torna-se relevante a partir do momento que argumentamos sobre a importância do pesquisador conhecer os diversos trabalhos acadêmicos produzidos sobre a temática em debate, as referências centrais e perspectivas ontológicas, epistemológicas e metodológicas, tal como as críticas existentes.

Assim, uma revisão da produção acadêmica é um passo para a construção de conhecimento, ainda mais que é nesse processo que se encontram lacunas e oportunidades para novas teorizações e pesquisas empíricas (BOTELHO; CUNHA; MACEDO, 2011). No mesmo sentido, permite encontrar inconsistências e incoerências. Conforme Mariano, Cruz e Gaitán (2011), antes de iniciar qualquer trabalho científico é fundamental conhecer as publicações existentes sobre a temática em estudo e com isso ter uma base de conhecimento sobre a qual é possível discutir e ampliar. Pensando aqui com o conceito de mundo-da-vida, poderíamos dizer que esse estoque de conhecimento que fez parte de diversos processos de aprendizagem, nos serve de interpretação dos nossos dados, bem como para a construção de argumentos sobre aquilo que desejamos comunicar.

Isso é ainda mais patente quando determinado campo do saber, área ou conceito especialmente das ciências sociais aplicadas, possui determinada teoria, abordagem ou autor como referência central. No caso da gestão social Habermas e sua Teoria da Ação Comunicativa desperta como grande referência (TENÓRIO, 1998; 2005; 2006; 2008; 2013; OLIVEIRA; CANÇADO;

PEREIRA, 2010; COSTA, 2011; PEREIRA, 2012; ANGÉLICO; TEIXEIRA, 2012; CANÇADO; TAVARES; DALLABRIDA, 2013; TENÓRIO; BRULON; ZARCONI, 2013; KRONEMBERGER; GUEDES, 2014; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a; 2014b). Mesmo que tenhamos, na introdução desta dissertação, estabelecido a pluralidade do campo (CANÇADO, 2011; ARAÚJO, 2012; TENÓRIO, 2013; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a; PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014), existe um amplo reconhecimento das contribuições de Habermas para a gestão social.

Destacamos na sequência que a gestão social tem buscado consolidação conceitual e teórica. Em especial, segundo Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013, p. 21) na "[...] abordagem da teoria crítica frankfurtiana e, mais especificamente, a teoria da ação comunicativa de Habermas". Essa relevância fica evidente também quando destacamos as diversas temáticas abordadas em relação à gestão social: esfera pública, sociedade civil, emancipação, esfera social, territórios, desenvolvimento territorial, políticas públicas, cidadania, deliberação, racionalidade, participação e outras, das quais muitas delas podem ser referenciadas nas obras de Habermas. Mais especificamente podemos ver isso na seguinte definição apresentada por Cançado (2011, p. 99): "[...] tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação enquanto fim último" ou quando afirma que a gestão social "se fundamenta teoricamente em três grandes categorias que se articulam em uma sequência ascendente, qual seja: interesse público; esfera pública, e; emancipação social" (CANÇADO, 2011, p. 163-164).

Assim, por buscarmos abarcar as contribuições da relação mundo-da-vida e sistema para a problematização do *locus* da gestão social e fomentar uma perspectiva coerente no que concerne às práticas de avaliação, indicamos a necessidade de conhecer como o campo da gestão social está lendo e debatendo

as obras de Habermas. Assim, pretendemos investigar se e como o campo da gestão social faz referência às obras de Jürgen Habermas e seu arcabouço conceitual. Para tanto realizamos uma pesquisa bibliográfica em artigos nacionais publicados em 54 periódicos. Além disso, na seção seguinte apresentamos uma discussão ampla sobre as obras de Habermas, seus principais debates e como foi *apropriada* pelo campo da gestão. Esse tópico serve também como pano de fundo aos demais artigos que compõem esta dissertação.

Observamos que várias revisões bibliográficas já foram realizadas no campo da gestão social. Cançado (2011), Cançado, Pereira e Tenório (2013) e Cançado (2013) buscaram na literatura (artigos, artigos em congresso, teses e dissertações) as categorias teóricas da gestão social através de seu estado da arte. Peres Junior (2013) e Peres Junior e Pereira (2014) delimitaram na produção acadêmica sobre gestão social quatro abordagens centrais, a saber: abordagem crítica frankfurtiana (na qual nos situamos), gestão do desenvolvimento social interorganizacional, abordagem puquiara e abordagem da administração pública societal (essas abordagens são discutidas com profundidade no Artigo 2 que compõe esta dissertação).

Borges et al. (2013) utilizaram de análise bibliométrica e sociométrica no estudo da produção científica, publicada nos principais periódicos da área de “Administração, Ciências Contábeis e Turismo”, conforme avaliação da CAPES, considerando o período entre 2001 e 2011; Rossoni, Silva e Ferreira Júnior (2008) analisaram as propriedades estruturais e posicionais das instituições no campo de pesquisa em administração pública e gestão social (anais do Enanpad, entre 2000 e 2005) e, Grangeiro, Pinto e Vinhas (2013) utilizaram de redes para analisar as publicações do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. Por fim, Iizuka e Junqueira (2013) analisaram a produção acadêmica com a temática da gestão social, especificamente o que foi produzido no âmbito do Encontro Nacional dos Pesquisadores em Gestão

Social (Enapegs) (2007-2012) e Caçado et al. (2011), Moura, Ferreira e Sousa (2014) e Caçado e Pinheiro (2014) com metodologias semelhantes realizaram também pesquisas bibliográficas nos anais do Enapegs.

Apesar da quantidade de revisões, destacamos que nenhuma delas contribui diretamente para o escopo deste trabalho no que se refere à relação do campo da gestão social com Habermas e, além disso, quais obras são referenciadas, quais temáticas e de que forma. Ainda, destacamos que delimitamos artigos publicados em períodos em decorrência também, além dos motivos listados no escopo metodológico, da ênfase conferida mais às pesquisas em artigos publicados em anais de congresso como constatamos acima.

A seguir apresentamos uma contextualização das obras e do arcabouço teórico de Jürgen Habermas e como ele chegou ao campo da gestão social. Em seguida, os resultados da revisão bibliográfica e uma análise crítica dos mesmos. Por fim, as limitações e indicações de novas pesquisas.

2 JÜRGEN HABERMAS: DA FILOSOFIA, PELA SOCIOLOGIA À GESTÃO SOCIAL

Apresentamos aqui uma contextualização das obras e do arcabouço teórico de Jürgen Habermas, seus principais debates e contribuições, as temáticas centrais, afiliação teórica e apontamos a apropriação realizada pelo campo da gestão social. Em decorrência de uma seção que tenta ser uma *biografia intelectual*, adotamos um número bem maior de citações diretas, afinal, não achamos necessário interpretar diversos momentos narrados. As palavras de Habermas abaixo indicam os caminhos de nossa leitura.

- *O que é mais importante para o senhor analisando-se toda a sua carreira?* Habermas: Não é fácil responder. Eu suponho que é democracia. É o que mais pesquiso. Democracia é a alternativa óbvia para todo o regime. É o que nós estamos vivendo. No meu caso desde que eu tinha 15 anos de idade. Também é o regime no qual eu consegui obter minha educação. Democracia é a minha principal fonte. É um ponto importante no meu trabalho desde o começo. Ainda que eu também tenha me interessado pelos estudos de filosofia e leis internacionais. Sou um vigilante e defensor. Estou realmente convencido sobre a democracia deliberativa. E a democracia deliberativa é a que conduz para o meu segundo mais importante trabalho: a teoria da ação comunicativa. Estou convencido que comunicar é sempre a ação mais executada. Todo dia na vida comunicativa. Diariamente você é impelido para dar razões, ser mais ou menos razoável, para ter respostas. Por que você fez isso? Por que você fez aquilo? Esta é minha motivação que me faz perseguir este tema. Agir comunicativo. Que tipo de razão nos move em nossa linguagem de cada dia? (HABERMAS, 2015³⁶).

³⁶ Habermas Entrevista (80 anos 18/jun/2009). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=AfmlYOkOuIo>>. Acesso em: 20 de jan. de 2015.

Jürgen Habermas é um filósofo alemão. Sua biografia é marcada por fatos ímpares.

[...] na infância, pela experiência traumática de intervenções cirúrgicas numa fissura labiopalatal; na adolescência, pelo nazismo e a Segunda Guerra Mundial – apesar da “sorte de ter nascido mais tarde”, já que, aos dezesseis anos, testemunhou a derrocada do regime nazista sem ter participado das atrocidades reveladas após 1945 nos processos contra criminosos de guerra –, e no decorrer de sua vida adulta pelas inquietações ligadas aos destinos da sociedade alemã do pós-guerra, tanto na abertura cultural para o Ocidente quanto na reeducação política sob impulso democrático (ARAÚJO, 2015, p. 1).

Sua carreira foi marcada inicialmente por ser assistente de Theodor Adorno fazendo parte do Instituto de Pesquisa Social - Escola de Frankfurt e, ainda nesse início, pelo rompimento com o Instituto principalmente devido à intervenção de Max Horkheimer (REESE-SCHÄFER, 2010). Em decorrência disso, sua tese de livre-docência, *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* [título da publicação como livro] foi defendida na Faculdade de Filosofia de Marburg. Posteriormente, Habermas volta ao Instituto e é lembrado hoje ainda como sendo herdeiro da Teoria Crítica Frankfurtiana (da segunda geração). Destacamos que na obra citada o diagnóstico de Habermas, se não é *aporético*, é pelo menos no sentido mais *lato* da expressão pessimista, marcado ainda por um diagnóstico da Indústria Cultural.

A obra intelectual de Habermas é marcada pelo rompimento com a filosofia da consciência, a reconstrução da teoria crítica, a aproximação com as teorias da linguagem, duas viradas (*turn*) uma linguística e outra pragmática, a defesa da interação (ação comunicativa) como categoria central para a integração social, a defesa do modelo de política deliberativa, a categoria esfera

pública, a crítica da pós-modernidade, a defesa da modernidade como um projeto inacabado, a busca por dialogar com a religião, a atuação ativa em prol da Unificação Européia e as críticas às falhas deste projeto e, ainda, por realizar ampla crítica das teorias sociais, políticas e filosóficas que compreenderam até o momento a sociedade de forma unilateral.

A relação mundo-da-vida e sistema (discutida principalmente no Artigo 2 desta dissertação) parte dessa mudança na forma de analisar a sociedade e apresenta também a sua crítica e avanço em relação a primeira geração da Escola de Frankfurt (NOBRE, 2011). Nesse processo, Habermas (1989a, p. 23) busca "[...] romper a magia de uma razão instrumental aparatosamente transformada em totalidade social". Ou o mundo administrado de Adorno e Horkheimer (1985)³⁷ ou o homem unidimensional de Marcuse (1979). Especificamente, na *Dialética do Esclarecimento* fica clara a ideia de uma razão instrumental totalizante segundo visão de Habermas (2000).

Ao tomar consciência de sua própria culpa, o pensamento se vê por isso privado não só do uso afirmativo da linguagem conceitual científica e quotidiana, mas igualmente da linguagem da oposição. Não há mais nenhuma expressão que não tenda a concordar com as direções dominantes do pensamento, e o que a linguagem desgastada não faz espontaneamente é suprido com precisão pelos mecanismos sociais (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 12).

³⁷ Parece-nos que mesmo assim ainda há esperança na obra de Adorno e Horkheimer (1985, p. 9): "o pensamento crítico, que não se detém nem mesmo diante do progresso, exige hoje que se tome partido pelos últimos resíduos de liberdade, pelas tendências ainda existentes a uma humanidade real, ainda que pareçam impotentes em face da grande marcha da história" - *Sobre a nova edição*, Frankfurt, 1969. Mas de toda forma, essa discussão ficará para outro momento. Aqui, temos como leitura a interpretação de Habermas apresentada em *O Discurso Filosófico da Modernidade*, publicado originalmente em 1985.

Conforme Nobre (2011, p. 52) coloca: "a dominação total e completa da racionalidade instrumental sobre o conjunto da sociedade capitalista resulta então no mencionado bloqueio estrutural da prática". Esse bloqueio filosófico ocorreu segundo Habermas, em decorrência de uma concepção unilateral dos processos de racionalização que juntou dois processos distintos, a racionalização cultural e a racionalização social. Com isso, Habermas destaca as *aporias* que incorreram a primeira geração da Escola de Frankfurt (ROUANET, 1987).

Para [Habermas], a racionalidade instrumental identificada por Horkheimer e Adorno como a única dominante e, por isso, objeto por excelência da crítica não deve ser demonizada, mas é preciso, diferentemente, impor-lhes freios (NOBRE, 2011, p. 55).

Segundo Rouanet (1987, p. 334) "como para ele [se refere a Adorno] a razão é única, ele é obrigado a opor a razão a si mesma, desqualificando com isso sua própria crítica". É por isso que "Habermas tenta transcender esse pensamento paradoxal, opondo ao conceito adorniano de razão uma razão mais ampla, que não se baseie mais na relação sujeito-objeto e sim na relação entre sujeito: a razão comunicativa" (ROUANET, 1987, p. 339). Nobre (2011) corrobora ao afirmar que pela Teoria da Ação Comunicativa Habermas procura sair do bloqueio da emancipação a qual chegou a primeira geração da Escola de Frankfurt. Afinal, se todo esclarecimento é totalitário e toda razão instrumental os potenciais emancipatórios estão bloqueados (ROUANET, 1987; BOLZAN, 2005; NOBRE, 2011). Por isso, Habermas sustenta que a modernidade ainda é um projeto inacabado (TENÓRIO, 2009b; 2013).

Seu propósito é mostrar por que a crítica da razão instrumental feita por Horkheimer e Adorno - em obras como *Dialética do Esclarecimento*, *Eclipse da Razão* e

Dialética Negativa - acabou sucumbindo a dificuldades teóricas que levaram a concluir pela impossibilidade da emancipação (ANDREWS, 2011, p. 54).

É nesse sentido que Habermas interpreta que desde Weber os filósofos e sociólogos não compreenderam aquela racionalidade prática-moral que emerge do *chão de nossas interações* (HABERMAS, 2000), isto é, a racionalidade comunicativa, através da qual é possível, sem *aporia*, criticar a racionalidade instrumental, ou como reinterpreta Habermas estratégica (instrumental é ação não social; estratégica é ação social). Devido a isso, podemos considerar que,

É grande a distância, entretanto, a separar essas formulações de Habermas da enunciação original dos princípios fundamentais da Teoria Crítica tal como realizada por Marx. Entre outras, uma das consequências mais imediatas dessa reformulação dos parâmetros críticos por Habermas é a de que "emancipação" deixa de ser sinônimo de "revolução", de abolição das relações sociais capitalistas pela ação consciente do proletariado como classe. O que terá como contrapartida, por exemplo, uma valorização dos potenciais emancipatórios presentes nos mecanismos de participação, próprios do Estado democrático de direito, que é o principal objeto de investigação dos trabalhos de Habermas a partir da década de 1990 (NOBRE, 2011, p. 58).

Rouanet (1987) é mais enfático nesta distância, afirmando que existe um rompimento entre Habermas e Adorno, além de que ver Habermas como herdeiro de Frankfurt é uma ilusão, mesmo com grandes temas próximos. Esse distanciamento da Escola de Frankfurt³⁸ é um debate muito amplo, afinal o próprio Habermas como relata Anderson (1985) *via com bons olhos* sua proximidade com o marxismo (pelo menos até o momento da publicação da *Teoria do Agir Comunicativo*). Para esta dissertação consideramos a tese de que

³⁸ Sobre isso o texto *The Frankfurt School and the Young Habermas: Traces of an Intellectual Path (1956–1964)* (CORCHIA, 2015) contribui de forma considerável.

se trata mais de uma reconstrução sem abandonar alguns fundamentos da Teoria Crítica (NOBRE; REPA, 2012; REPA, 2012). Especialmente, defendido no Brasil pela tese *A Transformação da Filosofia em Jürgen Habermas: Os papéis de reconstrução, interpretação e crítica* do professor Luiz Sérgio Repa (REPA, 2008).

Sobre o enquadramento de Habermas na Teoria Crítica, Domingues (2011, p. 73) considera que ele não deixa de pertencer a ela quando caminha na direção da democracia mediante uma teoria da comunicação pública, na verdade, "[...] avançou para preencher, ainda que de forma discutível, uma lacuna que era altamente problemática para a teoria crítica" (DOMINGUES, 2011, p. 73). Afinal, para Habermas (1997c, p. 87) "sob as condições das sociedades complexas, somente é possível uma democracia concebida a partir da teoria da comunicação".

Apesar dos distanciamentos, Mendonça (2013, p. 60) considera que na política deliberativa de Habermas, "a dimensão epistemológica é fundante da Teoria Crítica". Logo, "a guinada proposta por Habermas, da qual se origina o deliberacionismo, cria as bases para a estruturação de uma teoria democrática consistente e coerente, que abre novas agendas para a Teoria Crítica" (MENDONÇA, 2013, p. 61). Contrário a isso, Miguel (2014, p. 22) afirma que "[...] a redução da voltagem utópica do deliberacionismo leva a crescente aproximação e acomodação com a ordem liberal, do que é expressão o próprio Habermas [em *Direito e Democracia*], quando por fim se coloca na discussão". Em geral, aqui emerge o debate entre os deliberacionistas, participacionistas e agonísticos (MIGUEL, 2014). Especialmente Habermas afirma que não é republicano nem liberal, mas assume um meio termo que ele reconstrói pelo modelo discursivo (democracia deliberativa).

Para Souza (1997) as contribuições de Habermas podem ser vistas abaixo, mesmo que para o autor Weber tenha entendido melhor o processo de racionalização.

Eu vejo precisamente a contribuição de Habermas para a renovação do paradigma da teoria crítica da sociedade nessa ligação entre um ponto de partida teórico sem vínculos com as premissas da filosofia da história, segundo o exemplo weberiano, e um conceito enfático de emancipação – ou seja, de um conceito que se guia pela ideia regulativa de uma vida social isenta de relações de dominação injusta (SOUZA, 1997, p. 87).

Entretanto, é de se destacar que este conceito de emancipação acima referenciado, para Habermas (1993) tem grande ligação com uma filosofia do sujeito, com a qual Habermas procura romper, afirmando ser cauteloso com o conceito de emancipação, "no seu lugar eu coloquei os conceitos 'entendimento' e 'agir comunicativo', que passaram a ocupar o centro de minhas reflexões [...] pois eles se referem àquilo que acontece constantemente na prática cotidiana" (HABERMAS, 1993, p. 100).

Finalmente, sobre a questão do marxismo ocidental apreciaremos sua obra sob a ótica de Perry Anderson em *A Crise da Crise do Marxismo* (ANDERSON, 1985). Para este, pelo menos até o momento³⁹ [1985], Habermas se mantinha, de forma pessoal, fiel à herança de Marx.

O ponto de partida da posição característica de Habermas, como se estivesse no limiar entre o marxismo e o não marxismo, foi seu argumento de que Marx se equivocara ao atribuir uma primazia fundamental à produção material, na sua definição da humanidade como espécie e na sua concepção da história como evolução de formas societárias. Habermas sustentava que a “interação social” era uma

³⁹ Em 2012 acusa o texto *Sobre a constituição da Europa* (HABERMAS, 2011) de um extremo provincialismo (ANDERSON, 2012); além de diversas outras críticas, de fato, ácidas.

dimensão igualmente irreduzível da prática humana. Tal interação sempre foi simbolicamente mediada, constituindo o domínio específico da atividade comunicativa – enquanto oposta à atividade instrumental da produção material (ANDERSON, 1985, p. 70).

Na década de 1980, muitos dos textos de Habermas se distanciam da posição anterior, caminhando em direção às contribuições do pragmatismo americano, a da filosofia da linguagem e os modelos piagetianos. Isso, para Domingues (1999), marca o afastamento de Marx e Hegel com a aproximação de Kant. Contudo, ainda discute diversas contribuições desses atores, ao ponto que Nobre afirma:

Esse é o estado de coisas de que partiu Habermas, por exemplo. Mesmo se a posição kantiana tem preeminência em sua teoria, Habermas se serve de Hegel como consumação da filosofia kantiana e ponto de partida para uma teoria da modernidade filosófica, por exemplo; ou, ao contrário, utiliza a filosofia hegeliana como contraponto para sua Teoria do Discurso, de inspiração kantiana (NOBRE, 2012, p. 21-24).

Podemos considerar que para vários críticos foi a guinada em direção à democracia e a ação comunicativa que o afastou da essência da Teoria Crítica. Por ora apresentamos que democracia é um conceito chave de leitura de Habermas como também o é a Reconstrução (NOBRE; REPA, 2012), a Esfera Pública (LUBENOW, 2007) e a própria ação comunicativa. Finalmente, Haddad (1997) no texto *Habermas: Herdeiro de Frankfurt?* faz uma interessante colocação sobre Habermas: "[...] é caso muito raro na história do pensamento um autor desenvolver uma abordagem tão requintada e tão cheia de meandros que lhe permita conquistar apoios tanto à direita quanto à esquerda [...]" (HADDAD, 1997, p. 67). Devido a isso, este autor afirma que houve diversos debates sobre o caráter da teoria do agir comunicativo, variando entre um pensamento conservador e uma mudança radical que segundo ele, "a

desconfiança, no entanto, se dissipa um pouco quando se percebe que há os que, não sem razão, enxergam nessa teoria a possibilidade de uma retomada importante dos movimentos emancipatórios de alcance mais geral" (HADDAD, 1997, p. 68). Habermas,

[...] não os concebe [os subsistemas] como uma monstruosidade, um aparato que rebaixa os homens; antes, prefere abordá-los pelo valor intrínseco que possuem por capacitar os homens a resolver engenhosamente problemas de interação sistêmica, cada vez mais complexos. Habermas, é verdade, percebe que a ampliação das margens de opção e o aumento de graus de liberdade que essas inovações sociointerativas possibilitam vêm acompanhados da consciência de novas situações problemáticas eventualmente mais agudas, mas, ainda assim, opta por inseri-las no quadro de um processo de aprendizagem prático-moral. Dessa forma, Habermas, *se comparado a Adorno*, "humaniza", por assim dizer, a essência: ela é boa, mas dada a excessos; cabe a nós restringirmos as atividades dessa magnífica engenhoca ao terreno para o qual ela é adequada a operar. Para Adorno, ao contrário, o fenômeno da coisificação sob o capitalismo, longe de ser um efeito colateral, é seu subproduto mais direto. Neste sentido, em vez de realçar o valor intrínseco dos subsistemas regidos por meios (o que o próprio Marx efetivamente não nega), ele os concebe como algo que, mais do que se tornar fim em si mesmo (o que Habermas também não nega), cria a sensação de estar a serviço das necessidades humanas quando não faz mais do que atender a sua própria necessidade de perpetuação. Se para Adorno, portanto, há uma contradição dialética entre — no jargão habermasiano — sistema e mundo-da-vida, para Habermas há entre eles uma mera tensão que a ação comunicativa pode amainar (HADDAD, 1997, 84).

Devido a essas considerações, a obra (*Teoria do Agir Comunicativo* de 1981) proporcionou diversos debates ao ponto que Habermas afirma no prefácio à terceira edição quando relata o início de uma recepção mais acadêmica de sua obra: "as primeiras reações de aversão e incompreensão arrefeceram; e também no âmbito da opinião pública especializada a agressão verbal e as reações,

sobretudo defensivas vão cedendo ao debate objetivo" (HABERMAS, 2012a, p. 3). Especialmente, Habermas destaca duas disputas: "trata-se de defender a filosofia da consciência contra a mudança de paradigma em curso, e em particular o conceito fenomenológico de mundo da vida, contra a tentativa de uma reformulação por parte da teoria da comunicação" (HABERMAS, 2012a, p. 4).

Neste artigo, consideramos Habermas como um herdeiro da Escola de Frankfurt que à sua própria maneira, rompendo com a filosofia da consciência e com as barreiras entre as ciências e destas com a filosofia, contribuiu significativamente com os debates nas esferas públicas, das quais muitas ele *mobilizou*.

Habermas é um dos mais importantes e influentes pensadores da atualidade, tendo se notabilizado pela destreza em transitar por diversas áreas do conhecimento sem perder a visão de conjunto própria do saber filosófico. Trata-se de um teórico interdisciplinar, cujos trabalhos transcendem as rígidas fronteiras entre as disciplinas acadêmicas, e de um escritor prolífico, com mais de quarenta obras publicadas ao longo dos últimos cinquenta anos, além de um intelectual público que discute as principais controvérsias políticas, morais, científicas e culturais de nosso tempo, contribuindo, inclusive, com intervenções em revistas e jornais de prestígio, como a *Der Spiegel* e o *Die Zeit* de sua Alemanha natal (ARAÚJO, 2015, p. 1).

Voltando à biografia propriamente dita, Habermas lecionou em Nova York na *New School for Social Research* e dirigiu posteriormente o Instituto Max Planck, em Starnberg. Por fim, transferiu-se para a Universidade Johann Wolfgang von Goethe onde se aposentou na década de 1990. Além de sua carreira acadêmica Habermas é conhecido por desempenhar um papel ativo na esfera pública. Pelo que tudo indica o próprio autor como um reconhecido intelectual lhe faculto o peso de ser também um formador de opinião e cidadão

engajado⁴⁰ - mesmo afirmando: os "filósofos não são os mestres da nação" (REESE-SCHÄFER, 2010, p. 9), eles possuem suas contribuições. O próprio Habermas se refere a isso em um texto mais recente.

Os filósofos podem, em primeiro lugar, contribuir para o discurso sobre a modernidade, à luz do qual as sociedades complexas alcançam uma compreensão melhor de sua situação no passado e no presente. Em segundo lugar, dado que a filosofia tem estreita relação tanto com a ciência quanto com o senso comum, os filósofos têm condições de efetuar uma crítica das patologias sociais, quais sejam, por exemplo, os sofrimentos mais ou menos ocultos que advêm dos processos de comercialização, burocratização, legalização e cientificação. Por fim, os filósofos podem reivindicar para si uma especial competência para analisar as questões de injustiça política e, em particular, dessas "chagas ocultas" que são a marginalização social e a exclusão cultural. A filosofia e a democracia não só partilham as mesmas origens históricas como também, de certo modo, dependem uma da outra (HABERMAS, 2007, p. 68-69).

Tudo isso o tornou "um dos mais importantes filósofos contemporâneos" (SAVIDAN, 2007, p. 7). E, conseqüentemente, as obras de Habermas são referenciadas e criticadas em diversos campos do conhecimento, perpassando pela filosofia, educação, teoria política, sociologia e administração. Ainda aqui apresentaremos brevemente a discussão no campo da gestão social. A citação destaca a amplitude das obras de Habermas,

Todos os seus conceitos básicos, como esfera pública, discurso, agir comunicativo, mundo da vida, política deliberativa e sociedade civil, passaram por uma discussão

⁴⁰ "Habermas familiarizou-se, no curso dos anos, com o papel do filósofo representativo da República Federal da Alemanha. Ele tornou-se uma espécie de *praeceptor germaniae*, um professor da Alemanha, pois determinou consideravelmente, com suas iniciativas e intervenções, a reflexão sobre a superação do passado" (REESE-SCHÄFER, 2010, p. 9).

abrangente. Numa época supostamente pós-moral, sua ética do discurso foi um novo estímulo para tentativas de fundamentação moral; seu diagnóstico de época sobre a colonização do mundo da vida tornou-se ferramenta argumentativa de movimentos sociais. E principalmente: ele não apenas escreveu cientificamente sobre a esfera pública, mas ao mesmo tempo ele mesmo assumiu o papel dela e se posicionou decididamente sobre as questões políticas mais distintas (REESE-SCHÄFER, 2010, p. 10).

Vandenberghe (2011) coloca o desenvolvimento de Habermas em relação à teoria social, epistemologia, ética, teoria política e jurídica. De forma, similar, Savidan (2007) afirma que em quase quarenta livros (se contarmos livros organizados o volume é bem maior) Habermas "[...] desenvolve-se em praticamente todas as áreas da filosofia: epistemologia, filosofia da história, filosofia da linguagem, filosofia moral e política, teoria social, psicologia, etc." (SAVIDAN, 2007, p. 7). Nesse caminho, Freitag (1993) destaca que um dos maiores desafios de Habermas foi buscar conciliar a filosofia com a sociologia, pretensão cumprida com a *Teoria do Agir Comunicativo* em 1981.

De forma geral, o autor esteve ligado a discussões no marxismo, na teoria crítica, na fenomenologia, na hermenêutica e no pragmatismo americano, sem esgotar as possibilidades. Isso levou o autor a uma série de debates, dentre eles com Jean-François Lyotard, John Rawls, Hans-Georg Gadamer, Joseph Ratzinger e Hilary Putnam.

É possível entender o pensamento de Habermas também como sequência de grandes debates: da disputa do positivismo (1961-1968), passando pela discussão sobre o fascismo de esquerda com Rudi Dutschke e o SDS (1967/1968), a controvérsia Habermas-Luhmann (1971), a crítica da pós-modernidade (1980-1985) até a polêmica dos historiadores (1986/1987), sua crítica ao nacionalismo do Marco Alemão (1989/1990) (REESE-SCHÄFER, 2010, p. 14).

Para Vandenberghe (2011) interessadamente o *teórico do consenso* participou efetivamente de uma diversidade de debates polêmicos e se colocou como participante da esfera pública alemã. Dado isso, foi saudado por Pierre Bourdieu com a expressão ‘*Vive le Streit!*’ (Viva a polêmica!) conforme relata Reese-Schäfer (2010).

As contribuições de Habermas mais referenciadas se referem às obras *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações Quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa* [*Strukturwandel der Öffentlichkeit: Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*, 1962], *Teoria do Agir Comunicativo* [*Theorie des Kommunikativen Handelns*, 1981] e *Direito e Democracia – entre Facticidade e Validade* [*Faktizität und Geltung*, 1992]. No entanto, é a década de 1980 que marca a projeção mundial de suas obras ao apresentar a sociedade vista como mundo-da-vida (*lebenswelt*) e mundo dos sistemas - sistema (*system*), bem como uma teoria da ação e da evolução social a partir da racionalidade comunicativa, além da fundamentação das ciências sociais em uma teoria da comunicação (HABERMAS, 2012a; 2012b). Especialmente, os conceitos de mundo-da-vida e ação comunicativa (complementares) acompanham Habermas nas suas obras ao longo de mais de trinta anos (HABERMAS, 1989a; 1997a; 1997b; 2002; 2012a 2012b).

Em uma consulta às suas obras é possível visualizar estas questões. No Quadro 1 apresentamos sem pretensão de totalidade algumas obras de Habermas. Segundo Laval (2002) os primeiros livros foram *Leituras* (1958) e *Estudantes e política* (1959). Mesmo que a primeira obra mundialmente conhecida date de 1962: *Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigações Quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa*. Abaixo buscamos adotar o título da obra na tradução em português e não existindo adotamos o inglês ou espanhol. O ano apresentado se refere à publicação original de sua obra (primeira impressão). Pode ser que na busca algum ano não coincida com a

edição alemã, afinal, nem todas as obras de Habermas foram traduzidas para o português e muitas receberam uma tradução tardia (ANDREWS, 2011).

Quadro 1 Obras de Jürgen Habermas

Obras (título)	Ano
Leituras	1958
Estudantes e política	1959
Mudança Estrutural da Esfera Pública	1962
Teoria e Práxis	1963
A Lógica das Ciências Sociais	1967
Técnica e Ciência como Ideologia	1968
Conhecimento e Interesse	1968
A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio	1973
Para a Reconstrução do Materialismo Histórico	1976
Teoria do Agir Comunicativo - Vol. I e II	1981
Consciência Moral e Agir Comunicativo	1983
<i>Teoría de la acción comunicativa: Complementos y estudios</i>	1984
O Discurso Filosófico da Modernidade	1985
Dialética e Hermenêutica	1987
Pensamento Pós-metafísico	1988
<i>Ensayos políticos</i>	1988
Passado como Futuro	1990
<i>Textos y contextos</i>	1991
<i>La necesidad de revisión de la izquierda</i>	1991
Direito e Democracia: entre facticidade e validade - Vol. I e II	1992
Racionalidade e Comunicação	1996
A Inclusão do Outro	1996
A constelação pós-nacional	1998
Verdade e Justificação	1999
Era das Transições	2001
A Ética da Discussão e a Questão da Verdade	2003
O Ocidente Dividido	2004
Dialética da Secularização: Sobre Razão e Religião	2007
Entre Naturalismo e Religião	2005
<i>An Awareness of What is Missing: Faith and Reason in a Post-secular Age</i>	2010
Um Ensaio sobre a Constituição da Europa	2012
<i>The Crisis of the European Union: A Response</i>	2013

Além destas obras, podemos destacar alguns artigos bastante conhecidos do autor: *On Systematically Distorted Communication* (HABERMAS, 1970), *A Nova Opacidade: A Crise do Estado-Providência e o*

Esgotamento das Energias Utópicas (HABERMAS, 1985), *Três Modelos Normativos de Democracia* (HABERMAS, 1995), *Para o uso Pragmático, Ético e Moral da Razão Prática* (HABERMAS, 1989b) e *O Conceito de Poder em Hannah Arendt* (HABERMAS, 1980).

Especialmente no Brasil influenciou os debates sobre sociedade civil, democracia, comunicação, esfera pública e movimento social (COSTA, 1994; ANDREWS, 2011; AVRITZER, 2012) ainda, questões relativas à publicidade, ética, moral, cidadania, teoria do discurso, legitimidade, direito, relação pública e privada, secularismo, educação, liberdade, direitos humanos, justiça, religião, dentre outras temáticas. Direcionamos nossas discussões a partir daqui para o campo da Administração.

No âmbito dos estudos organizacionais e da administração pública a abordagem habermasiana já foi abordada em diversos momentos (BURRELL, 1994; SERVA, 1997a; ALVESSON; DEETZ, 1999; KELLY, 2004; VIZEU, 2005; TENÓRIO, 2008; DENHARDT, 2012; PAES DE PAULA, 2014). Com isso, Vizeu (2005, p. 11) afirma que "uma parcela da obra de Habermas – mais precisamente a sua teoria da ação comunicativa [...] – tem sido frequentemente utilizada como referencial explicativo na área das organizações". Na Administração, no Brasil, em nossa busca a dissertação de Keilhauer (1991) foi a primeira encontrada que abordou a ação comunicativa como teoria da sociedade com intenção prática no âmbito da Administração. No âmbito internacional é referência o artigo de Burrell (1994). Outros na Administração que abordam as contribuições de Habermas são: Forester (1994), Alvesson e Deetz (1999), Hancock e Tyler (2004) Townley, Cooper e Oakes (2003), Tenório (1998; 2005; 2008) e Paes de Paula (2008; 2013), Serva (1997a; 1997b) e Vizeu (2005; 2006). Com isso, Serva (1997b) considera que:

Habermas elaborou um dos estudos mais profundos da atualidade sobre o tema da racionalidade, tocando os

campos da filosofia e das ciências sociais. Seu trabalho, ancorado à teoria da ação, vem, desde sua publicação, influenciando dezenas de autores em todo o mundo, suscitando críticas, adições e comentários que o enriquecem como proposta de explicação das possibilidades de ação racional na sociedade industrial contemporânea, com vistas à emancipação do homem face aos constrangimentos impostos por essa sociedade (SERVA, 1997b, p. 112).

Por fim, destacamos que é preciso ter cuidado com a leitura das obras de Habermas - principalmente a sua *transposição* para o campo da gestão. Já na década de 1980, Ramos (1981) já se referia à *colocação inapropriada de conceitos*⁴¹ e na ocasião citou, por exemplo, que o conceito de alienação sofreu com isso. Em Habermas, conceitos como ação comunicativa, esfera pública, ética do discurso, política deliberativa são carregados por diversos debates e interpretações. Adiante, especialmente no que diz respeito às obras de Habermas, Andrews (2011) alerta para possíveis interpretações equivocadas.

Tudo indica que a obra de Habermas já sofre do mesmo mal que se abateu sobre a de Weber. Objeto de inúmeras análises críticas, e tendo servido de referência para estudos em diversos campos do conhecimento – da sociologia à administração pública, passando pela teoria política e filosofia moral –, a crescente influência da abordagem de Habermas nas ciências sociais também acarretou problemas: seus conceitos têm sido muitas vezes mal compreendidos, o que acaba prejudicando a própria recepção crítica de seus argumentos (ANDREWS, 2002, p. 577).

⁴¹ "[...] a colocação inapropriada de conceitos impregna a literatura contemporânea sobre tópicos e problemas organizacionais e, em resultado a cidadela do conhecimento organizacional de nossos dias é semelhante a uma torre de Babel" (RAMOS, 1981, p. 81).

Segundo a autora, parte disso se refere à forma que Habermas escreve, seu estilo e que para entendê-lo é preciso ler as obras em conjunto (ANDREWS, 2002).

Finalmente, chegamos ao campo da gestão social. Acrescentamos antes de iniciar o debate que é na acepção de sua obra, como um teórico frankfurtiano de segunda geração, que Habermas foi apropriado pelo campo da gestão social (TENÓRIO, 1998; 2005; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a). Desta forma, se observa considerações como: "Jürgen Habermas além de continuador do pensamento frankfurtiano" (TENÓRIO; MARQUES FILHO, 2002, p. 1) e que "o objetivo de Habermas é, portanto, desenvolver uma teoria que diferentemente da *teoria tradicional*, positivista, [...] A intenção é propor uma teoria que livre o homem dos dogmatismos e que contribua para sua emancipação" (TENÓRIO, 1998, p. 12). Além de um relato mais elaborado:

O conceito de gestão social encontra fundamento na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, pois é entendida como um processo dialógico, no qual todos os participantes da ação admitem sua validade, ou seja, a verdade é um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da apreciação intersubjetiva. Sob a atuação da ação comunicativa, nesse tipo de ação o indivíduo busca motivar o outro para que esse concorde com o seu argumento, sendo a linguagem utilizada como fonte de integração social (TENÓRIO; KRONEMBERGER; LAVINAS, 2014, p. 230).

Parte do campo da gestão social reconhece a importância do arcabouço teórico de Habermas: "a Gestão Social, em sua corrente mais representativa, carrega uma perspectiva habermasiana bastante explícita, fundamentada, sobretudo na teoria da ação comunicativa e no conceito de esfera pública" (JUSTEN; MORETTO NETO, 2013, p. 84). Essa importância levou Peres Junior e Pereira (2014) a apresentar que dentre as quatro abordagens da gestão

social, a abordagem por eles denominada de Frankfurtiana possui Habermas como referencial central. Esse desenvolvimento ocorre principalmente com o professor F. G. Tenório (CANÇADO, 2011; PERES JUNIOR, 2013). Nas palavras do mesmo:

A elaboração do conceito de gestão social foi apoiada principalmente no livro *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social* (originalmente publicado em alemão no ano de 1981). Em seguida acrescentamos à discussão o conceito de cidadania deliberativa que foi apresentado em 1992 (edição alemã) no livro de edição portuguesa, *Direito e democracia: entre facticidade e validade* (1997). Posteriormente, Habermas continuou o processo de desenvolvimento de sua teoria social e o tema cidadania deliberativa aparece em vários textos, dentre os quais destacamos *Derechos humanos y soberania popular: las versiones liberal y republicana* (2000) (TENÓRIO, 2005, p. 121).

Assim, demonstramos que para diversos autores a gestão social possui seus fundamentos na teoria da ação comunicativa e na esfera pública de Habermas. Como citado na introdução existem críticas também a essa utilização (PINHO, 2010; PINHO; SANTOS, 2013; MARTINS; CARRION, 2012; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a; JUSTEN, 2014), que não repetiremos. No entanto, para que não pareça que este capítulo é apenas uma visão biográfica *ingênua* e sem considerações críticas construímos o Quadro 2 com as principais críticas identificadas ao longo da dissertação. Os artigos pretendem mostrar que muitas delas podem ser problematizadas (Habermas possui também uma série de respostas a várias delas) e não constituem em impedimentos às contribuições das obras de Habermas.

Finalmente, estamos desenvolvendo trabalhos nesta perspectiva desde 2012, mesmo assim, não sabemos quais são as principais obras de Habermas referenciadas, quais textos e de que forma (quais conceitos) são feitas as

leituras de Habermas pela gestão social, motivo pelo qual acrescentamos a esta dissertação este artigo. Novamente, não defendemos a ideia de um *pensamento único* Habermasiano (o que o autor não possui), mas as possibilidades de suas contribuições.

Quadro 2 Principais críticas às obras de Habermas

Modelo de esfera pública pautada na dicotomia público x privado
Ênfase no modelo liberal de esfera pública [burguesa]
Falta de respaldo histórico da categoria esfera pública
Desconsiderações do caráter plural da esfera pública
Desconsiderações dos procedimentos alienantes dos meios de comunicação
Foco no consenso ao invés do conflito
Abandono da importância do trabalho nas relações sociais
Perspectiva teórica muito aberta aos princípios liberais
Concepção de moral e ética restrita à discussão/discurso
Desconsideração da dimensão ideológica da linguagem
Separação entre mundo-da-vida e sistema
Defesa de uma democracia pautada em uma teoria da comunicação
Defesa da formação informal da opinião em detrimento de arranjos institucionais
Visão idealizada da ação comunicativa e seu potencial emancipatório
Separação entre valores/normas e fatos
Separação simplista entre republicanismo e liberalismo
Separação entre conhecimento e poder
Leitura restrita dos novos movimentos sociais
Relação entre teoria crítica e tradicional muito eclética
Esquecimento da dimensão do conflito das relações políticas
Leitura muito <i>aporética</i> dos textos de Adorno e Horkheimer
Defesa da modernidade e do projeto iluminista kantiano
Separação rígida entre Estado e sociedade civil
Proposta de uma situação ideal de fala
Idealização da linguagem como entendimentos e consenso
Teoria construída em um contexto europeu (eurocêntrico)
Defesa política da unificação europeia

Com isso, se torna relevante conhecer como o campo da gestão social está lendo e debatendo as obras de Habermas e utilizando seu arcabouço teórico.

3 HABERMAS E O CAMPO DA GESTÃO SOCIAL: DELIMITANDO AS REFERÊNCIAS E AS CATEGORIAS

A seguir apresentamos uma visão bibliométrica dos artigos que fazem menção a Habermas, tanto diretamente quanto indiretamente, destacando periódicos e ano de publicação, bem como instituições. No mesmo momento apresentamos os conteúdos discutidos pelos artigos que apenas fizeram menção sem apresentar nenhuma obra de Habermas como referência bibliográfica e com mais profundidade os artigos que possuem Habermas como referência bibliográfica.

O principal detalhe da Figura 1 é que ela ilustra a redução no número de artigos em cada etapa. Constatamos que da primeira pesquisa realizada apenas 36% foram considerados como do campo da gestão social. E destes 123 artigos somente 21% possui alguma obra de Habermas como referência bibliográfica.

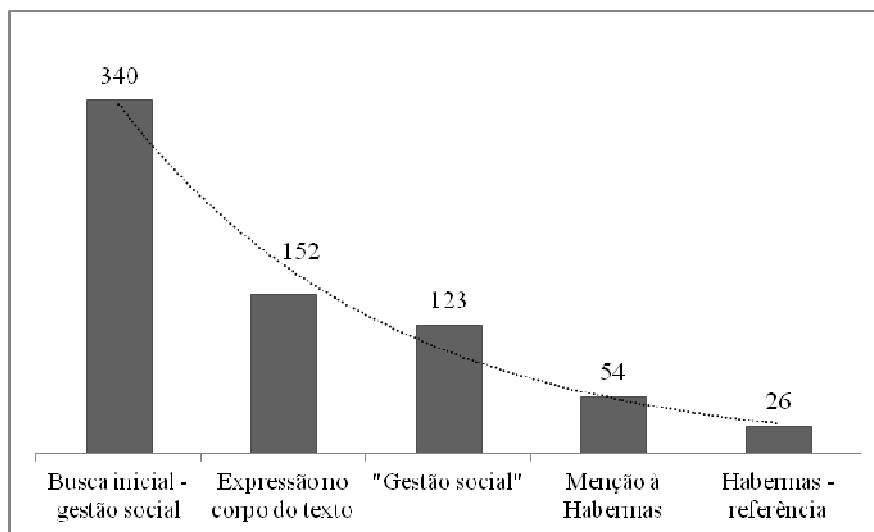


Figura 1 Processos de refinamento da pesquisa

Sobre a quantidade observamos um aumento bastante significativo em relação às pesquisas realizadas por Cançado (2011) e Peres Junior (2013) - se justificam, em especial, por alguns motivos: a) os trabalhos citados findaram as buscas respectivamente em 2010 e 2012; b) os periódicos pesquisados não são os mesmos (em especial, essa pesquisa adotou um número maior de periódicos), e; c) os critérios de delimitação foram diferentes. Mesmo assim acreditamos que o crescimento revela uma dinâmica de desenvolvimento e consolidação do campo da gestão social.

Agora, sobre o ponto principal desta pesquisa, que se refere à Habermas, iremos explorar durante todo o artigo. No entanto, esse resultado indica que Habermas é uma referência do campo da gestão social. Ao longo deste texto exploraremos como os diversos trabalhos acessam Habermas, as categorias e, ainda mais, lançamos algumas indicações sobre consistências e inconsistências dessa leitura.

Iniciando as discussões, os 54 artigos que fizeram menção Habermas apareceram em 19 periódicos diferentes. A Figura 2 destaca os periódicos com menção a Habermas (acima de dois artigos). Os periódicos Amazônia, Organizações e Sustentabilidade; Cadernos Gestão Social; Pretexto; Revista de Administração Mackenzie; Revista de Ciências da Administração; Revista de Gestão Social e Ambiental; Revista Gestão & Tecnologia e Sistemas & Gestão publicaram um artigo cada.

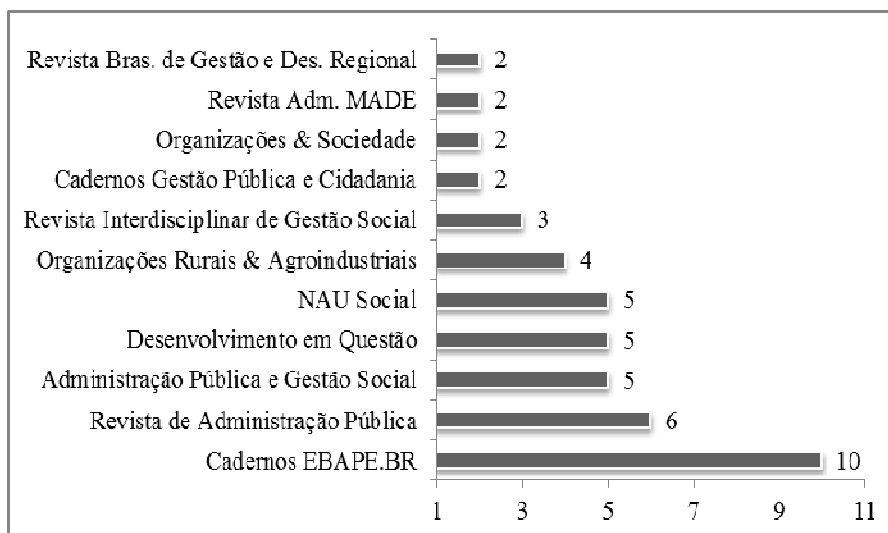


Figura 2 Periódicos com menção a Habermas (acima de dois artigos)

Diante disso, destacamos que o maior número de artigos foi encontrado nas revistas Cadernos EBAPE.BR (10 artigos) e Revista de Administração Pública (6 artigos). Esse resultado foi coerente com a pesquisa de Borges et al. (2013) que destacaram o maior número de artigos em gestão social nestes mesmos periódicos.

Com destaque para 42,59% das revistas classificadas QUALIS Capes B1 (Desenvolvimento em Questão; Cadernos EBAPE.BR; Organizações Rurais & Agroindustriais; Revista de Administração Mackenzie; Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional e Revista de Ciências da Administração) e 14,81%, A2, (Organizações & Sociedade; Revista de Administração Pública). Desta forma, os resultados encontrados por Peres Junior e Pereira (2014) já foram parcialmente alterados. Segundo os autores a gestão social ainda se apresentava como um tema com baixa penetração em periódicos B1 ou superior na classificação QUALIS CAPES (a pesquisa dos mesmos findou em março de 2012). Destacamos que nos anos de 2013, 2014 e 2015 foram publicados 27

artigos⁴², dos quais 10 em periódicos QUALIS CAPES B1 ou A2. Assim, destacamos que a gestão social está se desenvolvendo e alcançando periódicos de "alto impacto" na produção acadêmica nacional, especialmente os artigos que fazem menção a Habermas (os únicos que podemos inferir dado os filtros da busca). Obviamente, este aumento é relativo, pois não temos acesso à quantidade de artigos sobre a temática foram submetidos nestes periódicos, nem comparamos com outras formas de gestão. Indicamos aqui um crescimento relativo ao longo dos anos e em relação a outras pesquisas realizadas.

Adiante, o aumento no número de artigo é destacado na Figura 3. Constatamos que o primeiro artigo encontrado se refere ao trabalho *Gestão social: uma perspectiva conceitual* de autoria de Fernando Guilherme Tenório, professor da EBAPE//FGV, publicado na Revista de Administração Pública (A2) e o segundo do mesmo autor de 2005 é *(Re) Visitando o Conceito de Gestão Social*, publicado na Revista Desenvolvimento em Questão (B1). Esses dois ensaios teóricos são considerados seminais no campo da Gestão Social (CANÇADO, 2011; PERES JUNIOR, 2013) e se inicia uma abordagem (CANÇADO, 2011; PERES JUNIOR, 2013) que possui Habermas como referência central.

⁴² Destacamos que parte destas publicações foram em decorrência de chamadas especiais organizadas no âmbito do projeto "Gestão Social: ensino, pesquisa e prática" - Edital Pró-Administração/CAPES, coordenado pelo professor da FGV/EBAPE, Fernando Guilherme Tenório. Foram no total quatro chamadas nos periódicos Cadernos EBAPE.BR (publicada em 2011); Desenvolvimento em Questão (publicada em 2012); Organizações Rurais e Agroindustriais (publicada em 2014) e Revista de Ciências em Administração (ainda em processo).

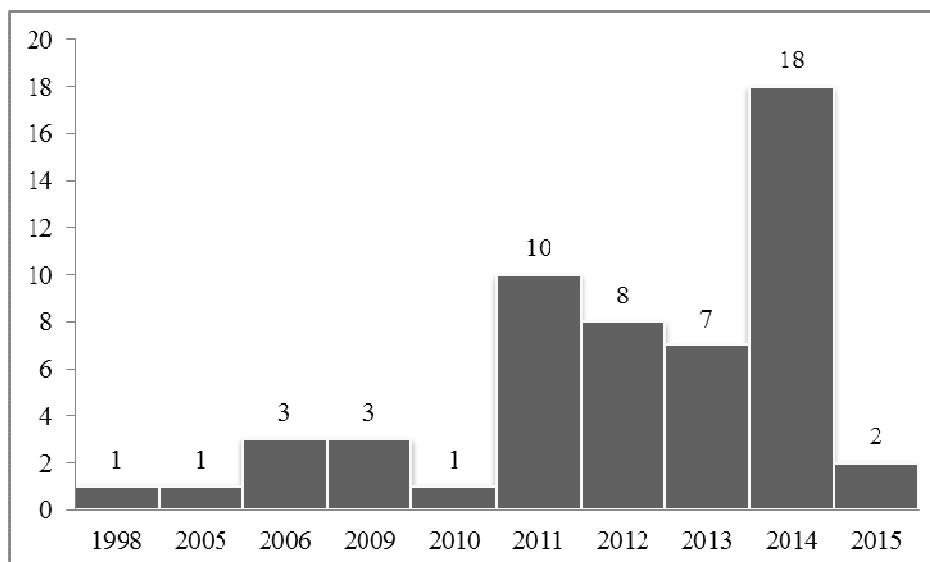


Figura 3 Ano dos periódicos com menção a Habermas

Além disso, foram encontradas 24 instituições de ensino diferentes envolvidas na publicação, públicas, privadas e estaduais. As instituições que mais apareceram foram EBAPE/FGV (13 artigos), UFLA (10 artigos), UFSC (7 artigos), Unijuí (5 artigos), UFT (4 artigos), UFV (4 artigos), UFBA (4 artigos).

No entanto, apenas 26 atenderam o critério de ter alguma obra de Habermas como referência e que a citação direta ou indireta do autor aparece como embasamento teórico. Inicialmente discutimos os 25 artigos que fazem menção indiretamente à Habermas. Advertimos que este agrupamento e as categorias analíticas estão apresentados no Escopo Metodológico.

3.1.1 Artigos que fazem menção indiretamente à Habermas

Neste ponto, brevemente destacamos os 25 artigos que fizeram referência indiretamente à Habermas.

Para apresentar as referências elas foram categorizadas (categorias que não são mutuamente excludentes) por conceito ou relação com o campo da gestão social. Adiante, a adequação foi realizada pelo pesquisador conforme critérios descritos na metodologia.

O maior número de referência foi feita indiretamente à "**construção e fundamentação da gestão social**" tendo como embasamento central Habermas, especialmente através dos conceitos de cidadania deliberativa e ação comunicativa. Especialmente, sobre nossas categorias centrais, mundo-da-vida e sistema, apenas os trabalhos de Villela, Costa e Cançado (2014) e Pacheco et al. (2013) fizeram referência, indiretamente.

Observamos que as categorias mais indiretamente referenciadas dizem respeito à obra *Teoria do Agir Comunicativo* de Habermas, exceto Cidadania/Cidadania deliberativa. Destacamos que Cidadania deliberativa é um conceito apresentado por Tenório (1998) da leitura de *Três Modelos Normativos de Democracia* de Habermas.

Para explicar o conceito de *cidadania deliberativa*, que pretendemos relacionar com o de *gestão social*, será necessário entender, através de uma análise comparativa, os conceitos antinômicos de *cidadania liberal* e *cidadania republicana*. Para tanto utilizaremos o estudo de Habermas *Três modelos normativos e democracia* (Habermas, 1995) (TENÓRIO, 1998, p. 17).

Posteriormente, Tenório (2005) agrega a leitura de *Direito e democracia: entre facticidade e validade* e *Derechos humanos y soberania popular: las versiones liberal y republicana* de Habermas. Apresentaremos aqui algumas considerações sobre este conceito.

Quadro 3 Referência indireta à Habermas

Conceitos	Autor	Q.
Construção e fundamentação da gestão social	Tenório (2009a); Rigo e Cançado (2015); Tenório, Kronemberger e Lavinias (2014); Peres Junior. e Pereira (2014); Oliveira et al. (2011); Iizuka e Junqueira (2013); Moretto Neto, Garrido e Justen (2011); Boulossa e Rodrigues (2014); Borges et al. (2014); Pacheco et al. (2013); Justen, Moretto Neto e Felipe (2012); Lopes e Machado (2014)	12
Referência através de F. G. Tenório	Rigo e Cançado (2015); Natividade, Pereira e Oliveira (2011); Peres Junior. e Pereira (2014); Oliveira et al. (2011); Martins, Ferreira e Sauerbronn (2014); Cançado, Tenório e Pereira (2011); Moretto Neto, Garrido e Justen (2011); Villela et al. (2012); Guerra e Teodósio (2014); Boulossa e Rodrigues (2014); Oliveira et al. (2014); Silva, Costa e Silva (2015)	12
Ação comunicativa (Linguagem / Comunicação)	Natividade, Pereira e Oliveira (2011); Oliveira et al. (2011); Martins, Ferreira e Sauerbronn (2014); Cançado, Tenório e Pereira (2011); Moretto Neto, Garrido e Justen (2011); Justen, Moretto Neto e Felipe (2012); Burkowski e Vilas Boas (2014); Pacheco et al. (2013); Lopes e Machado (2014); Allebrandt et al. (2011); Moretto Neto, Garrido e Justen (2011)	11
Cidadania / Cidadania deliberativa	Zani e Tenório (2011; 2014); Natividade, Pereira e Oliveira (2011); Oliveira et al. (2011); Mattins, Ferreira e Sauerbronn (2014); Cançado, Tenório e Pereira (2011); Villela et al. (2012); Justen, Moretto Neto e Felipe (2012); Oliveira et al. (2014); Silva, Costa e Silva (2015)	10
Esfera pública	Cançado et al. (2011); Natividade, Pereira e Oliveira (2011); Villela et al. (2012); Borges et al. (2014)	4
Mundo-da-vida e sistema	Pacheco et al. (2013); Villela, Costa e Cançado (2014)	2
Dialogicidade / Diálogo	Cançado, Tenório e Pereira (2011)	1
Deliberação / Democracia deliberativa	Deckert, Allebrandt e Sausen (2012)	1

Tenório (2009a) indiretamente se refere a Habermas ao denotar o pensamento crítico frankfurtiano, especificamente, pois faz referência aos seus trabalhos Tenório (1998; 2005) onde Habermas é autor central. Zani e Tenório

(2014) fazem menção a Habermas ao referenciar que a gestão social se relaciona com a cidadania deliberativa. Zani e Tenório (2011) que também se referem a Habermas indiretamente, através dos trabalhos de Serva (1997a) e destaca que Tenório et al. (2008) construíram os critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos com inspiração em Habermas. Trabalhos que fazem referências semelhantes ("**Através dos trabalhos de Tenório**") a Habermas são: Silva, Costa e Silva (2014); Justen, Moretto Neto e Felipe (2012) e Deckert, Allebrandt e Sausen (2012).

Silva, Costa e Silva (2014) se referem à cidadania deliberativa nas palavras de Tenório (2005) e cita os critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos. Justen, Moretto Neto e Felipe (2012) também fazem referência ao agir comunicativo e a cidadania deliberativa como bases da gestão social. Por fim, Deckert, Allebrandt e Sausen (2012), no mesmo sentido, fazem referência ao conceito de democracia deliberativa.

A referência à cidadania deliberativa apareceu também em diversos outros momentos como em Natividade, Pereira e Oliveira (2011), Cançado, Tenório e Pereira (2011), Villela et al. (2012), Justen, Moretto Neto e Felipe (2012), Oliveira et al., (2014) e Silva, Costa e Silva, 2014) individualmente ou com outros conceitos. A exemplo, Villela et al. (2012) fazem referência através de Tenório à esfera pública, à opinião pública e legitimidade das decisões em processos democráticos.

Outro grande grupo de referências em que aparece é ao reconhecimento da importância de Habermas para a construção e fundamentação da gestão social ("**Construção e fundamentação da gestão social**"), a maioria das referências realizadas através dos trabalhos Tenório (1998; 2005), outros destacam que os trabalhos deste autor se inspiraram em Habermas como Guerra e Teodósio (2014). No mesmo sentido, Oliveira et al. (2014, p. 74) destacam: "Tenório (1999) apoia-se em Habermas sobre a concepção de cidadania

deliberativa, defendendo a posição, segundo a qual o cidadão deve ele próprio influenciar concretamente na transformação de sua própria situação". Ainda, dentro deste escopo Peres Junior e Pereira (2014) destacam que Habermas é embasamento de uma das abordagens da gestão social que denominam de abordagens crítica frankfurtiana e que fundamenta parte das propostas de Tenório (2005). Em outro trabalho deste autor (TENÓRIO; KRONEMBERGER; LAVINAS, 2014) há menção a isso.

[...] o conceito de gestão social encontra fundamento na teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, pois é entendida como um processo dialógico, no qual todos os participantes da ação admitem sua validade, ou seja, a verdade é um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da apreciação intersubjetiva (TENÓRIO; KRONEMBERGER; LAVINAS, 2014, p. 230).

Grande parte do campo destaca este fato, como os trabalhos de Rigo e Cançado (2015); Natividade, Pereira e Oliveira (2011); Peres Junior e Pereira (2014); Oliveira et al. (2011); Martins, Ferreira e Sauerbronn (2014); Cançado, Tenório e Pereira (2011); Moretto Neto, Garrido e Justen (2011); Villela et al. (2012); Guerra e Teodósio (2014); Boulossa e Rodrigues (2014); Oliveira et al. (2014) e Silva, Costa e Silva (2015).

Pacheco et al. (2013) destacam que Habermas é alicerce epistemológico da gestão social com o conceito de racionalidade comunicativa. Rigo e Cançado (2015, p. 38) afirmam que Habermas foi uma das bases para a construção do conceito de gestão social: "o autor [F. G. Tenório], baseado em Guerreiro Ramos e na Escola de Frankfurt (Horkheimer, Marcuse, Adorno) e, posteriormente, na 'segunda geração' com Jürgen Habermas, constrói seu conceito de gestão social". Moretto Neto, Garrido e Justen (2011) destacam também a influência de Habermas na gestão social. Boulossa e Rodrigues (2014) contextualizam o campo da gestão social afirmando que parte dele se

inspira nos conceitos de esfera pública e o agir comunicativo de Habermas e que nessa direção a "gestão social buscaria uma esfera pública que conseguisse aproximar novamente as pessoas da política" (BOULOSSA; RODRIGUES, 2014, p. 148). Os autores destacam outras linhas de discussão.

O artigo de Iizuka e Junqueira (2013) é interessante, pois enfatiza Habermas como um dos autores referência do campo ao analisar a produção acadêmica em gestão social no Enapegs de 2007 a 2012. Porém, é interessante que *Direito e democracia: entre a facticidade e validade* foi citada apenas quatro vezes e *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, três vezes. Enquanto nenhuma citação para obras como *O Discurso Filosófico da Modernidade*, *Teoria do Agir Comunicativo e Consciência Moral* e *Agir Comunicativo*, dentre outras também centrais na produção de Habermas.

Oliveira et al. (2011) referenciam a expressão ao tratar do conceito de ação comunicativa e cidadania deliberativa nos trabalhos de Tenório e afirma que "vários autores (Tenório, 1998; França Filho, 2003), estabelecem uma perspectiva conceitual para a gestão social com base no paradigma habermasiano, como o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação" (OLIVEIRA et al., 2011, p. 46). Acrescentamos apenas que França Filho (2003) não apresenta em seu trabalho referência direta ou indireta a Habermas.

Outro conceito que aparece bastante referenciado é o de ação ou racionalidade comunicativa - "**Ação comunicativa (Linguagem / Comunicação)**". Moretto Neto, Garrido e Justen (2011) fazem referência à noção de ação comunicativa e linguagem através de Tenório. Burkowski e Vilas Boas (2014) citam a ação comunicativa ao dialogar com a Teoria da dádiva. Referência à ação comunicativa aparece também em Lopes e Machado (2014).

Natividade, Pereira e Oliveira (2011) fazem referência a Habermas em diversos momentos, ao indicar o conceito de cidadania deliberativa de Tenório (1998); ao citar o conceito de razão comunicativa como momento onde os indivíduos buscam o consenso através da linguagem e da comunicação e também em referência ao conceito de esfera pública. Da mesma forma, Martins, Ferreira e Sauerbronn (2014) citam cidadania deliberativa de Tenório, razão comunicativa e esfera pública.

Cançado, Tenório e Pereira (2011) fazem referência indireta aos conceitos de racionalidade comunicativa, cidadania deliberativa e dialogicidade em Habermas. Os autores citam também a passagem de Pinho (2010, p. 33) que critica a possibilidade de que a gestão social enfrenta problemas decorrentes da cultura e das desigualdades socioeconômicas do Brasil: "a Alemanha de Habermas não é definitivamente aqui! Todas as condições requeridas pelo referencial habermasiano nos faltam, ainda que estejam em (lenta) construção". Essa questão está debatida em Cançado (2011) assim como Cançado, Tenório e Pereira (2011). Em Cançado et al. (2011) Habermas aparece ao fazer referência ao trabalho de Oliveira, Cançado e Pereira (2010) que realizam uma aproximação conceitual entre gestão social e esfera pública - artigo este debatido na próxima seção, pois possui Habermas como referência bibliográfica. Borges et al. (2013) também destacam a aproximação realizada por Oliveira, Cançado e Pereira (2010) entre gestão social e esfera pública. Finalmente, "**esfera pública**" aparece em Villela et al. (2012) e Borges et al. (2013). Allebrandt et al. (2011) identificam sua pesquisa como inserida no paradigma da teoria social crítica habermasiana, afirmando que nesse sentido a linguagem é vista como prática social, no entanto não possui nenhuma referência bibliográfica de Habermas.

Finalmente, alguns conceitos aparecem em poucos trabalhos, a saber, "**Dialogicidade / Diálogo**" (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011),

linguagem (ALLEBRANDT et al., 2011; MORETTO NETO; GARRIDO; JUSTEN, 2011), "**Deliberação / Democracia deliberativa**" (DECKERT; ALLEBRANDT; SAUSEN, 2012) e "**mundo-da-vida e sistema**" (PACHECO et al., 2013; VILLELA; COSTA; CANÇADO, 2014).

Quanto à relação mundo-da-vida e sistema, foco deste trabalho, observamos a seguinte passagem:

A gestão social aqui destacada tem seus alicerces epistemológicos advindos da segunda geração da escola Frankfurtiana, em congruência com o pensamento dialético proposto por Habermas (1987), no qual a racionalidade comunicativa deve ser base para o consenso entre os indivíduos através do diálogo, ao contrário da lógica predominante "no mundo dos sistemas" que carrega mecanismos funcionais, construídos no poder e dinheiro, coordenando a ação humana garantindo a perpetuação alienada do mundo material (PACHECO et al., 2013, p. 49; grifo nosso).

Acrescentamos a esse debate a ideia de que a reprodução material não é por si só alienada como afirmam os autores. Conforme Haddad (1997), Rouanet (1987), Nobre (2008) e Andrews (2011) os sistemas não são *per se* alienantes, mas pelo contrário, permitem a reprodução material (integração sistêmica) necessária para a constituição da sociedade (HABERMAS, 2012a; 2012b). A alienação é uma patologia social resultando de entraves no âmbito da integração social com o componente personalidade do mundo-da-vida (HABERMAS, 2012b), isto é, resulta da colonização do mundo-da-vida pelo sistema e não é inerente ao sistema (VANDENBERGHE, 2011). Finalmente, Villela, Costa e Cançado (2014), por sua vez, indiretamente destacam apenas a importância do conceito de sociedade civil como calcada no mundo-da-vida.

A seguir analisaremos os artigos que apresentaram Habermas como referência bibliográfica.

3.1.2 Artigos que possuem Habermas como referências bibliográficas

Especificamente, no que se refere aos artigos que possuem Habermas como referências bibliográficas verificamos que o maior número de artigos foi publicado no periódico Revista de Administração Pública (5 artigos), seguido por Cadernos EBAPE.BR (4 artigos) e Organizações Rurais & Agroindustriais (4 artigos). Além disso, Cadernos Gestão Pública e Cidadania, Desenvolvimento em Questão e Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional publicaram dois artigos cada e as revistas Administração Pública e Gestão Social, Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, Cadernos Gestão Social, NAU Social, Organizações & Sociedade, Revista Adm. MADE e Revista de Administração Mackenzie, um artigo cada.

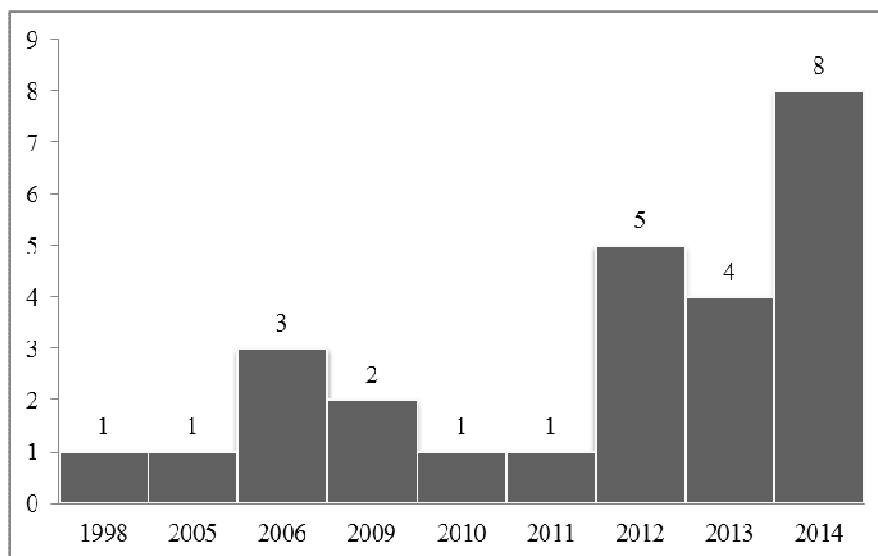


Figura 4 Ano dos periódicos - Habermas como referência

Por meio da Figura 4 destacamos o aumento considerável (relativo aos outros anos) do número de artigos que possuem Habermas como referência

bibliográfica, culminando em 8 artigos em 2014. Destacamos novamente que os dois primeiros são Tenório (1998) e Tenório (2005).

Destacamos que 61,54% dos artigos foram empíricos (todos qualitativos) e 38,46% teóricos. Esses resultados diferenciaram do trabalho de Borges et al. (2014), no qual a maioria dos artigos são teóricos (62,75%). Esse resultado diferiu dos alcançados por Iizuka e Junqueira (2012) que encontraram, no âmbito da gestão social, um número maior de artigos teóricos.

Estes resultados possuem duas leituras. A primeira se refere à de referências de Habermas em pesquisas empíricas, o que é coerente com a própria chamada que o autor faz (HABERMAS, 2008), no momento em que realiza um balanço das pesquisas empíricas que utilizam a teoria da política deliberativa em *Political communication in media society: the impact of normative theory on empirical research*. No entanto, por outro lado, indica uma carência de trabalhos que fazem uma discussão teórica utilizando o arcabouço teórico de Habermas. Isso fica evidente quando destes 26 artigos que possuem Habermas como referência apenas seis artigos possuem uma discussão teórica centrada em Habermas, a saber: Tenório (1998; 2005), Oliveira, Vilas Boas e Pereira (2013), Oliveira, Cançado e Pereira (2010), Justen e Moretto Neto (2012) e Costa (2011), os quais exploram detidamente os conceitos de esfera pública, ação comunicativa e cidadania.

No total foram contabilizadas 97 palavras chave e destas somente 12 apareciam mais de uma vez, a saber: gestão social (25 vezes), territórios da cidadania e políticas públicas (4 vezes cada), desenvolvimento local, esfera pública e cidadania deliberativa (3 vezes cada), por fim, desenvolvimento territorial, desenvolvimento territorial sustentável, arranjo produtivo local, redes empresariais, sustentabilidade e práticas sociais (2 vezes cada).

As palavras chave encontradas são relacionadas às formas de gestão (coletiva, social, estratégica e universitária), ao desenvolvimento (local, rural,

territorial, territorial rural, território da cidadania) e território (território da cidadania), estratégias e redes (arranjo produtivo local, redes empresariais), comunicação (processo de comunicação, transparência, acesso à informação), governança (urbana, territorial), esferas públicas (espaço público), epistemologia (teoria da ação comunicativa, dualidade da estrutura, dupla consciência), valores da gestão social (democracia, emancipação, sustentabilidade), relações entre estado mercado e sociedade (participação, cidadania deliberativa) e *locus* da gestão social (incubadoras, sistema deliberativo, trabalho, economia solidária, políticas públicas, conselhos, práticas sociais). Os *locus* que foram encontrados estão presentes no Artigo 2.

Finalmente, o Quadro 4 é a parte mais importante deste artigo, pois apresenta as obras de Habermas citadas e a quantidade. No total foram 44 referências, das quais apenas quatro foram de artigos (*Três modelos normativos de democracia* - 3 vezes e *O espaço público, 30 anos depois* - 1 vez). Observamos que a obra mais citada foi *Mudança Estrutural da Esfera Pública* publicada originalmente em alemão em 1962 (9 vezes) e, em seguida, os volumes de *Teoria do Agir Comunicativo* (8 vezes cada), este publicado originalmente em 1981. Por fim, como se destaca no Quadro 4, 11 obras foram referenciadas apenas uma vez.

Quadro 4 Obras de Habermas referenciadas

Obras de Habermas – ano	Referências dos artigos	Q.
Mudança Estrutural da Esfera Pública - (2003)	Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2012); Justen e Moretto Neto (2012); Oliveira, Cançado e Pereira (2010); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a); Benson e Allebrandt (2014); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b); Costa (2011); Cançado, Tavares e Dallabrida (2013); Oliveira, Vilas Boas e Pereira (2013)	9
Teoria do Agir Comunicativo - Vol I - (2012a)	Tenório (2006); Villela e Pinto (2009); Tenório (1998); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a); Magalhães et al. (2006); Benson e Allebrandt (2014); Villela e Maia (2009); Garrido e Justen (2014)	8
Teoria do Agir Comunicativo - Vol II - (2012b)	Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2012); Tenório (2006); Tenório (1998); Angélico e Teixeira (2012); Justen e Moretto Neto (2012); Magalhães et al. (2006); Kronemberger e Guedes (2014); Garrido e Justen (2014)	8
Direito e Democracia – entre facticidade e validade - Vol II - (1997b)	Freitas, Freitas e Dias (2012); Tenório (2005); Villela, Costa e Cançado (2014)	3
Três modelos normativos de democracia - (1995)	Tenório (1998); Benson e Allebrandt (2014); Peres Jr., Pereira e Oliveira (2013)	3
Direito e Democracia – entre facticidade e validade -Vol I - (1997a)	Tenório (2005); Almeida e Cabral (2012)	2
O espaço público, 30 anos depois - (1999)	Freig, Oliveira e Brito (2006)	1
Técnica e ciências como ideologia - (1994)	Freig, Oliveira e Brito (2006)	1
Pensamento pós-metafísico - (1990)	Justen e Moretto Neto (2012)	1
Consciência moral e agir comunicativo - (1989a)	Sousa et al. (2014)	1
Agir comunicativo e razão destrancendentalizada - (2002b)	Tenório, Brulon e Zarconi (2013)	1

“continua!

Quadro 4 “conclusão”

Obras de Habermas – ano	Referências dos artigos	Q.
Verdade e justificação: ensaios filosóficos - (2004a)	Villela, Vidal e Macedo (2014)	1
Textos escolhidos - (1975)	Tenório (1998)	1
La necesidad de revisión de la izquierda - (1991)	Tenório (1998)	1
Teoría y praxis: estudios de filosofía social - (1987)	Tenório (1998)	1
Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos - (1989c)	Tenório (1998)	1
Derechos humanos y soberania popular: las versiones liberal y republicana - (2004b)	Tenório (2005)	1
Total		44

Os trabalhos que mais referenciaram obras de Habermas foram Tenório (1998) - 7 referências; Tenório (2005) - 3 referências; Justen e Moretto Neto (2012) - 3 referências e Benson e Allebrandt (2014) - 3 referências. Como se observa F. G. Tenório foi o autor que explorou um número maior das obras de Habermas, destacando leituras mais variadas, isto é, além do eixo esfera pública - ação comunicativa. Na parte final, faremos algumas considerações sobre o que estes resultados podem indicar.

Seguindo para a parte final do objetivo deste artigo, procuramos encontrar nas referências as categorias habermasianas ou relacionadas a ele apresentadas no campo da gestão social.

Quadro 5 Habermas como referência bibliográfica

Conceitos	Autor	Q.
Construção e fundamentação da gestão social	Tenório (2006); Justen e Moretto Neto (2012); Cañado, Tavares e Dallabrida (2013); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a); Kronemberger e Guedes (2014); Peres Jr., Pereira e Oliveira (2013); Sousa et al. (2014); Tenório, Brulon e Zarconi (2013); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b); Angélico e Teixeira (2012); Oliveira, Cañado e Pereira (2010); Tenório (2005); Tenório (1998); Oliveira, Vilas Boas e Pereira (2013); Garrido e Justen (2014); Costa (2011)	16
Cidadania / Cidadania deliberativa	Almeida e Cabral (2012); Tenório (2005); Tenório (2008); Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2012); Benson e Allebrandt (2014); Villela e Pinto (2009); Kronemberger e Guedes (2014); Sousa et al. (2014); Garrido e Justen (2014); Villela, Vidal e Macedo (2014); Villela, Costa e Cañado (2014); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b); Tenório (2005); Tenório (2008)	14
Ação comunicativa (Linguagem / Comunicação)	Benson e Allebrandt (2014); Tenório (2006); Kronemberger e Guedes (2014); Villela e Maia (2009); Garrido e Justen (2014); Tenório, Brulon e Zarconi (2013); Justen e Moretto Neto (2012); Angélico e Teixeira (2012); Tenório (2005); Villela e Pinto (2009); Villela, Costa e Cañado (2014); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b); Kronemberger e Guedes (2014)	13
Esfera pública	Freitas, Freitas e Dias (2012); Costa (2011); Villela, Vidal e Macedo (2014); Villela, Costa e Cañado (2014); Oliveira, Cañado e Pereira (2010); Tenório (2005); Freig, Oliveira e Brito (2006); Tenório, Brulon e Zarconi (2013); Oliveira, Vilas Boas e Pereira (2013); Costa (2011); Cañado, Tavares e Dallabrida (2013); Villela, Costa e Cañado (2014)	11
Consenso	Villela, Vidal e Macedo (2014); Garrido e Justen (2014); Benson e Allebrandt (2014); Tenório (2005); Villela, Costa e Cañado (2014); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b); Tenório (2006); Tenório (2008); Villela e Pinto (2009)	9
Dialogicidade / Diálogo	Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2012); Sousa et al. (2014); Villela e Maia (2009); Angélico e Teixeira (2012); Tenório, Brulon e Zarconi (2013); Benson e Allebrandt (2014); Tenório (2005); Villela e Pinto (2009)	7

“continua”

Quadro 5 “conclusão”

Conceitos	Referências	Q.
Mundo-da-vida e sistema	Benson e Allebrandt (2014); Tenório (2006); Villela, Costa e Caçado (2014); Tenório (2005); Tenório (1998); Garrido e Justen (2014); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b)	6
Sociedade civil	Villela, Costa e Caçado (2014); Oliveira, Caçado e Pereira (2010); Tenório (2005); Tenório (1998); Villela, Costa e Caçado (2014)	5
Deliberação / Democracia deliberativa	Peres Jr., Pereira e Oliveira (2013); Villela, Vidal e Macedo (2014); Villela, Costa e Caçado (2014); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b)	4
Crítica à apropriação de Habermas	Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a)	1
Ética da discussão	Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b)	1
Situação ideal de fala	Angélico e Teixeira (2012)	1
Ciência e técnica	Freig, Oliveira e Brito (2006)	1

Iniciamos pelas categorias que foram referenciadas apenas uma vez, a saber: Crítica à apropriação de Habermas; Ciência e técnica; Ética da discussão; Situação ideal de fala e Ciência e técnica. A categoria "**Ciência e técnica**" foi referenciada no trabalho de Fleig, Oliveira e Brito (2006). Os autores abordam brevemente uma referência de Habermas principalmente em dois momentos. Primeiro, recorrem ao seu diagnóstico de que a ciência e a técnica se tornam ideologias na sociedade de capitalismo avançado. Em outro momento quando destacam a influência da mídia de massa na sociedade moderna - focada na publicidade em detrimento da comunicação pública. Essa última discussão se insere no âmbito das discussões que Habermas realiza sobre esfera pública (referência incluída na categoria Esfera pública).

A categoria "**Ética da discussão**" apareceu apenas em Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b). Nesse artigo os autores destacam também o conceito de racionalidade comunicativa que segundo os mesmos foca-se na linguagem de entendimento. Nesse momento, cita Tenório (1998, p. 126): "[...] a verdade é a

promessa de consenso racional, [...] não é uma relação entre o indivíduo e a sua percepção de mundo, mas sim um acordo alcançado por meio da discussão crítica [...] "TENÓRIO, 1998, p. 126)".

A gestão social, nesses termos, está assentada numa ética da discussão, na qual os homens, dotados de razão e autonomamente considerados, podem intercambiar argumentos racionais dentro de espaço público de livre discussão. Os interesses individuais são comunicados mediante o respeito às "[...] exigências de validade de um discurso que tem um sentido, que exprime a busca da verdade, que é sincero e demonstra justiça normativa [...]" ([TENÓRIO, 1998], p. 16). As condições tanto para o exercício da racionalidade comunicativa que marca a ação humana quanto para um acordo intersubjetivamente construído, portanto, são delineadas, permitindo compreender que a igualdade deve nortear a ação humana (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014b, p. 195).

No entanto, não há nenhuma referência do que Habermas discute como ética do discurso ou ética da discussão em algumas das traduções, cujo debate está presente principalmente (com tradução em português) em *Consciência Moral e Agir Comunicativo* que não é referenciada pelos autores.

Adiante a expressão (categoria) "Situação ideal de fala" aparece somente em Angélico e Teixeira (2012). Esta se refere a "[...] situação comunicacional em que os interlocutores relacionam-se no mesmo nível. Nesse sentido, a articulação da ação comunicativa habermasiana com a concretização da transparência pode trazer subsídios para a gestão social" (ANGÉLICO; TEIXEIRA, 2012, p. 10). No artigo 2 existe menção a essa questão, no entanto, indicamos aqui que a ideia de *Situação ideal de fala* é abandonada parcialmente por Habermas ao longo de suas discussões, para um concepção mais fraca do *consenso como telos da comunicação linguística* (WELLMER, 1997).

Apenas uma crítica ("**Crítica à apropriação de Habermas**") aparece apenas em Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a). Os autores em um ensaio

crítico alerta para que a gestão social não caia na patologia da dupla consciência, isto é, dizer-se emancipatória apenas normativamente. Os autores apresentam uma série de críticas que a gestão social se sujeita por estar (em parte) atrelada à perspectiva habermasiana da ação comunicativa, a saber:

a) conter certos elementos antiemancipatórios, como uma ideologia intelectualista que realça a capacidade cognitiva e as habilidades de comunicação como valores centrais [...]; b) despir do elemento crítico a negatividade e a materialidade, consideradas por Horkheimer (1990) condições necessárias para o ato libertador [...]; c) deixar de “institucionalizar soluções de problemas diretamente pelos cidadãos e não simplesmente promover a discussão informal com promessas de influência possíveis na arena política formal” [...]; d) conceber que o conhecimento pode ser purificado do poder [...]; e) interpretação dos novos movimentos sociais enquanto noção particularista e defensiva à penetração da vida social pela economia e pelo Estado [...] (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a, p. 242).

A categoria "**Sociedade civil**" aparece fazendo referência à Habermas em Oliveira, Caçado e Pereira (2010); Tenório (2005); Tenório (1998) e Villela, Costa e Caçado (2014). De forma geral os autores utilizam Habermas para apresentar a importância da sociedade civil dentro das esferas públicas e na relação com o poder administrativo. Tenório (2005) cita a concepção de sociedade civil em Habermas como sendo autônoma em relação ao mercado e ao Estado.

Em relação ao conceito de sociedade civil, a sua recuperação por Habermas baseia-se no fato de o seu núcleo estar centrado num conjunto de instituições de caráter não-econômico e não-estatal, que se caracterizam por “ancorar as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida” (Habermas, 1997, vol II, p. 99). A sociedade civil é, assim, apontada como um setor relevante na construção da esfera pública

democrática, na medida em que está apoiada no mundo da vida e, portanto, apresenta uma maior proximidade com os problemas e demandas do cidadão, bem como um menor grau de influência pela lógica instrumental (TENÓRIO, 2005, p. 106).

Oliveira, Cançado e Pereira (2010) fazem menção à sociedade civil ao debaterem sobre uma aproximação teórica entre gestão social e esfera pública. Para os autores "[...] dentro de uma esfera pública são necessários espaços onde de fato a sociedade civil possa manifestar sua opinião e que seja transformada em decisão política por meio de ação coletiva" (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010, p. 622).

O trabalho de Oliveira, Cançado e Pereira (2010) é um dos principais na categoria "**Esfera pública**": Freitas, Freitas e Dias (2012); Costa (2011); Villela, Vidal e Macedo (2014); Villela, Costa e Cançado (2014); Oliveira, Cançado e Pereira (2010); Tenório (2005); Freig, Oliveira e Brito (2006); Tenório, Brulon e Zarconi (2013); Oliveira, Vilas Boas e Pereira (2013); Costa (2011); Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) e Villela, Costa e Cançado (2014).

Oliveira, Cançado e Pereira (2010), é um dos artigos que mais discutiram a categoria esfera pública fazendo referência à obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* de Habermas. Nesse artigo, os autores destacam o papel da gestão social em relação às esferas e espaços públicos, bem como as possibilidades destes como *locus* da gestão social.

Este contexto nos mostra que a esfera pública brasileira tem (re) criado espaços públicos, onde a ação pública se torna possível. Por mais críticas que possam ser realizadas aos conselhos, fóruns, orçamentos participativos e toda uma gama destes novos espaços públicos que vêm tomando forma no país, para que eles se desenvolvam, devem primeiro existir. A gestão social pode ser uma construção teórica que contribua para a organização e funcionamento

destes espaços. Não basta dizer que o espaço é democrático, onde todos têm direito a voz e voto, é necessário que a decisão seja coletiva, livre de coerção e que busque o entendimento, com processos baseados na transparência pública. Se entendermos a gestão social como uma possibilidade para estes espaços (mas não restrita a eles) abre-se caminho para avançarmos no conceito, pois temos novas referências, novos caminhos teórico-empíricos a percorrer (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010, p. 624).

A importância do artigo anterior é que ele destaca a concepção de Habermas (2003) focada na esfera pública burguesa e procura, através da leitura da obra apresentar uma visão de esfera pública coerente com a realidade brasileira. Nesse caminho citam alguns textos importantes, como o de Lubenow (2007) e Silva (2001). Em destaque, a questão final dos autores é bastante interessante: "A construção da opinião pública estaria restrita à manipulação (meios de comunicação de massa, elites, etc.), ou poderia ser (re) construída pela prática da gestão social em espaços públicos?" (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010, p. 624). Abordamos de forma preliminar essa questão em Alcântara, Pereira e Silva (2014).

Por sua vez, Costa (2011) discute teoricamente o potencial de desenvolvimento de um território a partir da economia solidária, nesse caminho cita o conceito de esfera pública, apresentando que ela surgiu do papel revolucionário da burguesia em oposição ao absolutismo político (como se constata em Habermas, 2003). A discussão neste artigo também é bem ampla, mas somente focada em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Oliveira, Vilas Boas e Pereira (2013) formulam um modelo de análise, considerando esfera pública habermasiana como fundamento para a gestão social. Este artigo faz uma exploração mais profunda dessa obra de Habermas destacando as perspectivas da esfera pública literária e política (ver também em LUBENOW,

2007; 2012; SILVA, 2001; LAVALLE, 2002), além da sua origem histórica e função conforme destacado por Habermas (2003).

Ainda, sobre a categoria "esfera pública", Freitas, Freitas e Dias (2012) estudaram a dinâmica da participação dos atores sociais na gestão social da política de desenvolvimento territorial e a influência dela no processo de alocação de recursos públicos. No entanto, os autores citam Habermas em apenas um momento, citação indireta em relação ao conceito de espaços públicos. Cançado, Tavares e Dallabrida (2013) citam também a esfera pública e sua importância para a gestão social e com menos ênfase aparece também em Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2012).

Tenório, Brulon e Zarconi (2013) compreendem com Habermas (1997b) que a esfera pública é uma estrutura comunicativa onde se condensam os problemas públicos e se enfeixam na direção do complexo parlamentar. Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013) afirmam que "a esfera pública é o domínio da vida social no qual a opinião pública é formada" (PERES JUNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 23) e que a condição para seu desenvolvimento é a existência de um sistema democrático. Neste trabalho é referenciando o texto *Três Modelos Normativos de Democracia* afirmam que a gestão social pode ser entendida como a possibilidade de uma gestão que não seja monológica/tecnoburocrática.

Tenório (2005) apresenta o conceito e avança no sentido de ampliar a concepção de esfera pública na gestão social, com base em Habermas: "a esfera pública, portanto, é o espaço intersubjetivo, comunicativo, no qual as pessoas tematizam as suas inquietações por meio do entendimento mútuo" (TENÓRIO, 2005, p. 105). Posteriormente, amplia da seguinte forma:

[...] a esfera pública seria aquele espaço social no qual ocorreria a interação dialógica entre a sociedade civil e o Estado decidindo sobre políticas públicas; e, acreditando

serem viáveis processos de parceria entre o primeiro, segundo e terceiro setores, incorporamos o mercado (segundo setor) também como possibilidade de participar da esfera pública. Na realidade o que fizemos foi reconstruir o conceito de esfera pública na medida em que o interpretamos como o espaço possível de comunicação e de deliberação entre sociedade civil, Estado e mercado. Assim, por exemplo, quando de uma decisão sobre determinada política pública ou que afete dada comunidade ou território, as relações bilaterais entre o primeiro e o segundo setor, ou entre os três setores simultaneamente, configuraria uma administração pública ampliada, isto é, uma gestão social, na qual os protagonistas seriam todos aqueles participantes do processo decisório (TENÓRIO, 2005, p. 107).

A visão de Tenório (2005) é uma ampliação da categoria esfera pública de Habermas, como bem constatou Peres Junior (2013). Para realizar essa ampliação o autor cita o trabalho de Ottmann (2004). A ampliação serve também para superar diversas críticas realizadas à falta de interação Estado-sociedade-mercado aos trabalhos de Habermas, conforme interpretação de diversos autores (COSTA, 1994; LAVALLE, 1999; LÜCHMANN, 2002; DAGNINO, 2014; LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006; GOHN, 2010; MAIA, 2010; TEODÓSIO, 2008; 2014; AVRITZER, 2012; CABRAL, 2014).

A categoria "**Consenso**" apareceu com referência a Habermas nos trabalhos de Villela, Vidal e Macedo (2014); Garrido e Justen (2014); Benson e Allebrandt (2014); Tenório (2005); Villela, Costa e Caçado (2014); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b); Tenório (2006) e Tenório (2008). Realmente, a ideia de consenso está presente na concepção de ação comunicativa, no entanto, destacamos aqui apenas quando os leitores deixaram isso explícito. Tenório (2006) fez referência na perspectiva de Habermas ao consenso comunicativo. Para Villela e Pinto (2009) é por meio do diálogo que se alcança um consenso entre os atores envolvidos em uma ação. A relação entre gestão social e consenso fica mais clara em Tenório (1998):

No processo de *gestão social*, acorde com o agir comunicativo, dialógico, a verdade só existe se todos os participantes da ação social admitem sua validade, isto é, verdade é a promessa de consenso racional, ou a verdade não é uma relação entre o indivíduo e a sua percepção do mundo, mas sim um acordo alcançado por meio da discussão crítica, da apreciação intersubjetiva. Enquanto no processo de *gestão estratégica*, harmônico com o agir estratégico, monológico, uma pessoa atua sobre outra(s) para influenciar a continuação intencional de uma interação (neste tipo de ação a linguagem é utilizada apenas como meio para transmitir informações), sob uma ação comunicativa, dialógica, um indivíduo procura motivar racionalmente outro(s) para que este concorde com sua proposição (neste tipo de ação a linguagem atua como uma fonte de integração social) (TENÓRIO, 1998, p. 17).

Nesta passagem aparecem também as categorias "**Ação comunicativa (Linguagem / Comunicação)**" e "**Dialogicidade / Diálogo**". Além disso, Angélico e Teixeira (2012) afirmam que informação e comunicação são elementos fundamentais para que se alcancem consensos entre diferentes grupos e atores sociais - para que a decisão seja legítima.

A categoria "**Dialogicidade / Diálogo**" aparece em Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2012); Sousa et al. (2014); Villela e Maia (2009); Angélico e Teixeira (2012); Tenório, Brulon e Zarconi (2013); Benson e Allebrandt (2014); Tenório (2005) e Villela e Pinto (2009). Sousa et al. (2014) fazem referência a Habermas em relação ao conceito de diálogo, brevemente e Villela e Maia (2009) citaram também a expressão diálogo. Na maioria dos casos, a ideia do diálogo aparece inserida na discussão de esfera pública ou ação comunicativa. Tenório, Brulon e Zarconi (2013, p. 106) afirmam que "[...] a racionalidade comunicativa proposta por Habermas promove a mediação entre a teoria e a prática, por meio do diálogo que se estabelece entre os agentes sociais do processo". Diálogo aparece também em Benson e Allebrandt (2014) em referência à *Mudança Estrutural da Esfera Pública*.

Para Habermas (2003), o estabelecimento de um processo democrático, orientado para a formação horizontal da vontade pública, prescinde de fluxos de comunicação que integremos sujeitos participantes da esfera pública, protegendo e garantindo a autonomia do mundo-da-vida, incentivando o diálogo e a troca de significados que são do interesse da sociedade (BENSON; ALLEBRANDT, 2014, p. 250).

Na citação acima, aparece novamente uma inconsistência. Na obra citada Habermas não argumenta sobre a ideia de uma esfera pública que protege o mundo-da-vida. Tais ideias emergem em *Teoria do Agir Comunicativo*, e, especificamente em *Direito e Democracia* (SILVA, 2001; HABERMAS, 1997a; LUBENOW, 2007; HABERMAS, 2012b).

Voltando à categoria "**Dialogicidade / Diálogo**", em outro texto, encontramos que "é por intermédio do diálogo que se elabora o consenso entre os indivíduos; tal consenso busca o bem comum e a participação dos atores envolvidos em uma determinada ação" (VILLELA; PINTO, 2009, p. 1076-1077). Finalmente, Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2012) citam Habermas para afirmar em conjunto com Paulo Freire - *Pedagogia do Oprimido* - que diálogo se refere à noção de sujeitos comunicativos capazes de transformar seu contexto.

Referências à "**Ação comunicativa (Linguagem/Comunicação)**" apareceram em diversos momentos, como em Benson e Allebrandt (2014); Tenório (2006); Kronemberger e Guedes (2014); Justen e Moretto Neto (2012); Angélico e Teixeira (2012); Tenório (2005); Villela e Pinto (2009); Villela, Costa e Cançado (2014); Kronemberger e Guedes (2014) e outros citados. A ação comunicativa é para parte do campo o conceito chave para a definição da gestão social - fundamento de uma concepção comunicativa de gestão voltada para o consenso e o entendimento. Tenório (2006) cita a importância da ação

comunicativa de Habermas para o desenvolvimento da gestão social. Isso fica claro também na passagem seguinte:

Orientada por uma racionalidade comunicativa, a gestão social dá-se por meio de um acordo alcançado comunicativamente entre os diferentes atores, que expõem suas argumentações por meio da razão (TENÓRIO, 2008). Assim, conforme explica Tenório (2008), só existe verdade no processo de gestão social se todos os participantes admitem sua validade (TENÓRIO; BRULON; ZARCONI, 2013, p. 106).

Em especial, o trabalho de Benson e Allebrandt (2014) pesquisou a comunicação e a informação em um dos Territórios da Cidadania e destacam a importância das informações e da comunicação para a emancipação. Os autores citam, no entanto, uma relação com a perspectiva da política republicana de Habermas (1995).

A gestão social é um estilo gerencial que busca promover a integração de diferentes pontos de vista sobre questões públicas, por meio do diálogo entre cidadãos que procuram alcançar um consenso argumentativamente. Tal estilo é constitutivo de um processo deliberativo na perspectiva da política republicana de Habermas (1995) (BENSON; ALLEBRANDT, 2014, p. 251).

No entanto, como é possível constatar em Habermas (1995; 1997a) sua política é deliberativa, não é nem republicana nem liberal, mesmo apresentando elementos de ambos. Acrescenta-se, aqui, que uma ampliação no sentido republicano é uma proposta interessante, no entanto, precisaria ser mais explícita ou indicar esta linha de leitura do autor. Tenório (1998; 2005) deixou isso bem claro ao apresentar as três perspectivas de cidadania - posteriormente, voltaremos a essa ideia.

Villela e Maia (2009) focaram nos processos de formação da governança em um arranjo produtivo local e citam Habermas, *Teoria do Agir Comunicativo*, ao apresentar as expressões diálogo e ação comunicativa. E se referem a um processo deliberativo participativo com referência a essa mesma obra. Kronemberger e Guedes (2014) estudaram comparativamente programas (desenvolvimento territorial rural) no Brasil e na Argentina sob a ótica da gestão social e citam o embasamento em Habermas e na sua teoria da ação comunicativa na construção da gestão social. Os autores citam também o conceito elaborado por Cançado, Tenório e Pereira (2011) que destaca a tomada de decisão coletiva, linguagem, diálogo e o bem comum. Kronemberger e Guedes (2014), por sua vez, fazem uma discussão conceitual relacionando ação comunicativa e linguagem.

Ao privilegiar a racionalidade comunicativa, Habermas considera a argumentação como elemento basilar nas relações sociais, sendo entendida como um tipo de fala nos quais os participantes tematizam suas pretensões de validade e passam a recusá-las ou desempenhá-las por meio de argumentos. As ações comunicativas são aquelas que as atitudes dos participantes não são coordenadas por regras técnicas e pela eficácia, alcançando resultados egocêntricos, mas são realizadas por atos de entendimento, em busca de fins comuns (HABERMAS, 1987). Neste sentido, a comunicação é compreendida como um tipo de interação social em que os objetivos das pessoas envolvidas ocorrem por meio de um acordo racional do entendimento mútuo entre as partes, proporcionado pela linguagem para o alcance do consenso (REPA, 2008). A linguagem só adquire relevância se permite estabelecer relações com o sujeito e o mundo pautadas em processos de cooperação e interpretação, no qual os sujeitos buscam um acordo sobre como coordenar suas ações e alcançarem seus propósitos (ARAGÃO, 1992) (KRONEMBERGER; GUEDES, 2014, p. 237).

Tenório (1998, p. 26) citando Habermas coloca que a ação orientada pelo entendimento mútuo precisa de condições para que na relação possa se estabelecer o consenso. Por fim,

Em sua “*Teoría de la acción comunicativa*” (1987), Habermas traz o conceito de racionalidade comunicativa, um tipo de razão efetivado intersubjetivamente no decorrer do processo de interação dialógica dos atores envolvidos em determinadas situações. Busca, nesse sentido, recuperar o projeto inicial da Escola de Frankfurt, tratando de estabelecer uma alternativa para a emancipação por intermédio da razão. Muito embora a primeira geração da Escola de Frankfurt não negasse a razão como instrumento de emancipação, os termos exclusivamente denunciatórios delineados por Horkheimer, Adorno e Marcuse não propunham alternativa propositiva em que razão e emancipação passassem a constituir caminho comum (JUSTEN; MORETTO NETO, 2012, p. 745).

A categoria "**Cidadania/Cidadania deliberativa**" foi a segunda com maior frequência, sendo citada por autores como Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2012); Benson e Allebrandt (2014); Villela e Pinto (2009); Kronemberger e Guedes (2014); Sousa et al. (2014); Garrido e Justen (2014); Villela, Vidal e Macedo (2014); Villela, Costa e Cançado (2014); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b) e Tenório (2005; 2008). Entretanto, fazem uma discussão de cidadania mais ampla apenas Tenório (2005). E, Almeida e Cabral (2013) abordam cidadania de Habermas sem se referir à forma utilizada por Tenório (1998; 2005) que é o conceito de cidadania deliberativa.

Almeida e Cabral (2013), em um trabalho que identifica valores no âmbito de conselhos municipais, citam brevemente Habermas ao afirmar que o conceito de cidadania se relaciona com direitos de acesso e participação em diversos sistemas sociais. Garrido e Justen (2014) citam também o conceito de cidadania deliberativa que para eles pressupõe a presença da esfera pública e da sociedade civil.

Tenório (2006, p. 1149) define cidadania como "[...] não apenas como a base da soberania de um Estado-nação, mas também como expressão do pleno exercício de direitos exigíveis em benefício da pessoa e da coletividade" (TENÓRIO, 2006, p. 1149). Tenório (1998; 2005) diferenciam a ideia de uma cidadania liberal, republicana e deliberativa com base em Habermas:

A cidadania deliberativa situa-se no seio do debate entre liberais e republicanos: os primeiros priorizando os compromissos e a liberdade individual para negociar e os segundos priorizando o que é melhor para o próprio grupo ou comunidade. **Procurando retirar o que de melhor existe nos dois conceitos, a alternativa deliberativa toma como prioritário o consenso válido, garantido nos pressupostos comunicativos.** Assim, Habermas afirma que "a teoria do [diálogo], que atribui ao processo democrático maiores conotações normativas do que o modelo liberal, as quais, no entanto, são mais fracas do que as do modelo republicano, assume elementos de ambas as partes, compondo-os de modo novo" (1997, vol. II, p. 21). Sob a cidadania deliberativa, tanto formas de deliberação dialógicas quanto instrumentais são institucionalizadas e válidas (legítimas) na formação da opinião e da vontade política. [...] Ela tem como base, portanto, as condições de comunicação, que permitem pressupor que decisões racionais podem ser tomadas no processo político (TENÓRIO, 2005, p. 110; grifo nosso).

Como observamos o autor deixa clara a perspectiva de Habermas como sendo nem liberal nem republicana, mas uma reconstrução de ambos, mediante uma teoria da comunicação, assim, como conotações normativas menos fortes do que no modelo republicano, desta forma "Transferem-se as condições de virtude do cidadão para a institucionalização de formas de comunicação em que possam ser travados diálogos éticos, morais, pragmáticos e de negociação" (TENÓRIO, 2005, p. 110). No entanto, foram encontrados na revisão textos que inadvertidamente tomam o conceito de Habermas como republicano.

Voltando à categoria "**Cidadania/Cidadania deliberativa**" destacamos que ela foi operacionalizada em várias pesquisas empíricas, principalmente a partir dos trabalhos de Tenório et al. (2008; 2010). Iizuka, Gonçalves-Dias e Aguerre (2012) discutiram o desenvolvimento territorial sustentável sob a ótica da gestão social e do processo de cidadania deliberativa. Entretanto, os autores fazem referência à expressão cidadania deliberativa citando Habermas (2003) - *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Esta citação não nos parece coerente com a proposta apresentada por Habermas nessa obra, até onde consta a expressão "cidadania" não é qualificada desta forma, nem sequer constitui foco do trabalho.

[...] a construção de uma iniciativa num determinado território é permeada por diversos fatos, diálogos e eventos inesperados e não lineares que são, na maior parte das vezes, ignorados por boa parte da literatura administrativa tradicional, mas que, por outro lado, estão presentes no que alguns pesquisadores denominam de cidadania deliberativa (Habermas, 2003). Nesse contexto, emerge a **cidadania deliberativa** como um conceito teórico apropriado, pois a busca por alternativas de solução às demandas locais ocorre por meio do efetivo exercício de direitos e deveres dos atores em seus territórios (IIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2012, p. 1602; grifo nosso).

Villela, Vidal e Macedo (2014) estudaram conselheiros por meio de critérios de análise da cidadania deliberativa. Os autores afirmam que procuram definir participação popular mediante Habermas (2004a), *Verdade e Justificação*, relacionando-a à esfera pública, consenso e cidadania deliberativa. Afirmam que a cidadania deliberativa é teorizada por Habermas. Citaram também a democracia deliberativa. No entanto, no livro citado de Habermas não contém estes argumentos - apenas consenso é discutido por Habermas nessa obra. Há também uma atribuição da ideia de bem comum no republicanismo à Habermas. Destacamos que em *Verdade e Justificação*, Habermas (2004a) trata

de questões relacionadas à metafísica, virada pragmática (atos de fala, linguagem, teoria do significado), representação e crítica da razão. Em especial, nesse texto ele dialoga com Hilary Putnam, Richard Rorty e discute também textos de John Searle e George Herbert Mead.

Villela e Pinto (2009) avaliaram as dificuldades em redes empresariais construir uma governança sustentada na participação e na deliberação e fazem menção à cidadania deliberativa e a legitimidade das decisões através do trabalho de Tenório et al. (2008). Nesse processo citam Habermas, *Teoria do Agir Comunicativo*, porém o embasamento do conceito de cidadania deliberativa não está presente nesta, conforme observamos em Tenório (1998; 2005). Por fim, Kronemberger e Guedes (2014) fazem também uma discussão da cidadania deliberativa em Habermas. O conceito de cidadania deliberativa é operacionalizado em pesquisas empíricas também por Villela, Costa e Caçado (2014) e Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b).

A categoria "**Deliberação/Democracia deliberativa**" está presente em Peres Jr., Pereira e Oliveira (2013); Villela, Vidal e Macedo (2014); Villela, Costa e Caçado (2014) e Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b). Lembrando que a democracia deliberativa, ou melhor, a política deliberativa em Habermas (1997b) é proposta por ao fazer uma crítica dos modelos representativos e agregativos (ele não foi o primeiro a trabalhar com democracia deliberativa). Nesse processo Habermas apresenta uma nova concepção da esfera pública e da sua relação com a sociedade civil, o mundo-da-vida e os meios de comunicação em massa.

Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013) inovam ao discutir o modelo deliberativo de Mansbridge (1999) em relação ao arcabouço de Habermas. Para os autores existe proximidade entre o modelo deliberativo citado e a concepção de esfera pública habermasiana. Conforme destacam, os avanços desta autora é considerar mais explicitamente as conversas cotidianas - o que não é realizado

de forma tão forte por Habermas, em termos de um modelo deliberativo. Os autores terminam afirmando que "o sistema deliberativo pode ser interpretado como uma esfera pública ampliada" (PERES JUNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013, p. 35). E que nesse processo, a argumentação deliberativa habermasiana ainda é central.

Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b, p. 195) fazendo relação entre a cidadania e a democracia deliberativa (procedimental), os autores afirmam que "a cidadania deliberativa permeia a lógica da democracia procedimental habermasiana, em esforço de reinterpretação da relação entre direitos humanos e soberania popular e da ideia de autonomia humana, baseada na teoria do diálogo". Por fim, mesmo que com uma referência que para nós não é coerente, citar democracia deliberativa através de Habermas (2004a), Villela, Vidal e Macedo (2014) colocam que:

Neste estudo, pensamos gestão social de acordo com o modelo de democracia deliberativa de Habermas (2004[a]), na medida em que o alicerce de seu processo de tomada de decisão pressupõe a participação de todos os atores sociais que, direta ou indiretamente, tenham relações com o tema em debate. Neste sentido, os conselhos municipais têm papel fundamental; daí, a importância de se verificar a percepção dos conselheiros em relação a essas questões (VILLELA; VIDAL; MACEDO, 2014, p. 154).

A categoria "**Construção e fundamentação da gestão social**" foi a categoria com maior número de trabalhos (apareceu 16 vezes): Tenório (2006); Justen e Moretto Neto (2012); Cançado, Tavares e Dallabrida (2013); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a); Kronemberger e Guedes (2014); Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013); Sousa et al. (2014); Tenório, Brulon e Zarconi (2013); Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b); Justen e Moretto Neto (2012); Angélico e Teixeira (2012); Oliveira, Cançado e Pereira (2010); Tenório (2005); Tenório (1998); Oliveira, Vilas Boas e Pereira (2013); Garrido e Justen

(2014) e Costa (2011). Isso significa que grande parte do campo da gestão social reconhece a importância de Habermas para a construção do conceito de gestão social e sua fundamentação teórica, principalmente na teoria do agir comunicativo e no conceito de esfera pública.

Tenório, Brulon e Zarconi (2013) citam que a gestão social tem seus pressupostos em Habermas. Notadamente, foi o trabalho de Tenório (1998) que apresentou o conceito central na orientação Habermasiana (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a; 2014b; JUSTEN; MORETTO NETO, 2012; ANGÉLICO; TEIXEIRA, 2012; OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010; COSTA, 2011). Isso fica claro no próprio autor: "Da herança frankfurtiana, trabalharemos com Jürgen Habermas, pensador contemporâneo próximo ao legado filosófico da teoria crítica que procura, por meio de seu conceito de racionalidade comunicativa, estabelecer elementos conceituais democratizadores das relações sociais na sociedade contemporânea" (TENÓRIO, 1998, p. 8).

Peres Junior, Pereira e Oliveira (2013) destacam que a gestão social busca consolidação conceitual principalmente na teoria da ação comunicativa de Habermas. Destaca a contribuição dessa teoria nos trabalhos de Tenório (1998; 2008). Justen e Moretto Neto (2012) analisaram duas organizações sociais buscando compreender se a gestão social influencia a definição de ferramentas e metodologias de administração dessas organizações, nesse caminho, os autores destacam a pressuposição da ação comunicativa sugerida por Habermas. Justen e Moretto Neto (2012) narram um escopo mais amplo da relação de Habermas com a gestão social:

O uso da teoria da ação comunicativa nos estudos organizacionais, em consonância com a apropriação do referencial teórico pela Gestão Social, constitui opção para abordagens alternativas à orientação funcionalista dominante, em particular: (i) por levantarem-se como corpo

teórico útil ao entendimento da organização como *locus* de interações linguísticas entre sujeitos capazes e, em decorrência, à análise das distorções comunicativas presentes na prática gerencial tradicional (relação gerente-trabalhador, monológica) e no modelo organizacional dominante (burocracia e hierarquia, inibidoras da competência comunicativa); (b) por permitir a identificação e a sobreposição das restrições social e comunicativamente desnecessárias à cooperação social e à ação democrática, se entendidas como processos dialogicamente orientados (JUSTEN; MORETTO NETO, 2012, p. 746-747).

Villela, Costa e Cançado (2014) citam também a fundamentação da gestão social na ação comunicativa e na democracia deliberativa. Em geral, como destacamos acima, e está represente em outra diversidade de textos é conhecido o conceito de gestão social fundamentado na ação comunicativa de Habermas.

Finalmente, nossa última categoria e foco da dissertação é "**Mundo-da-vida e sistema**". Ela apareceu nos trabalhos de Benson e Allebrandt (2014); Tenório (1998; 2005; 2006); Garrido e Justen (2014) e Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b). Apesar disso, de forma limitada. Alguns apenas citaram em notas de rodapé ou definiram rapidamente. Com foco quase que exclusivo para o conceito de mundo-da-vida.

Adiante, eles foram mais bem trabalhados por Tenório (1998, p. 11), o qual afirma: "Habermas, da segunda geração frankfurtiana, concorda que a razão instrumental dificulta a autonomia social dos indivíduos, na medida em que o mundo da vida, substância estruturante da razão da pessoa é submetido à razão funcional através de ações estratégicas". Tenório (2005) também se referiu ao conceito ao apresentar que a esfera pública se ancora no mundo-da-vida, e que a sociedade civil contribui diretamente para a publicização das demandas que emergem da vida cotidiana. Por fim, Tenório (2006, p. 1149)

mostra que "na ideia de mundo da vida, Habermas mostra a racionalidade dos indivíduos mediada pela linguagem e comunicatividade."

Garrido e Justen (2014) estudaram três modelos de incubadoras a partir das categorias analíticas do novo paradigma do serviço público, da gestão social e da teoria da delimitação dos sistemas sociais. Referem-se a Habermas para definir ação comunicativa e a relação mundo-da-vida e sistema.

Habermas (1987), ao propor a teoria da ação comunicativa, estabelece distinção entre o mundo-da-vida, espaço de domínio da razão comunicativa e da busca de um consenso dialogado, constituído pela cultura, sociedade e personalidade e o mundo dos sistemas; este último de razão instrumental, dinamizado em torno do dinheiro e do poder, que possibilita a reprodução do mundo material. A gestão seria um dos elementos do mundo dos sistemas. Tal distinção, em conjunto com os estudos sobre a teoria crítica pela Escola de Frankfurt e a noção de racionalidade comunicativa, do próprio Habermas, constituem os alicerces epistemológicos da gestão social (GARRIDO; JUSTEN, 2014, p. 138).

Benson e Allebrandt (2014) fazem menção à vontade pública e à esfera pública como importantes para a autonomia do mundo-da-vida. Por fim, Justen, Moretto Neto e Garrido (2014b, p. 197) colocam que é "somente assim, reconhecendo o sujeito, considerando sua autonomia histórica e constitutiva do ser significativo capaz de construir intersubjetivamente significados, é que uma política pública verdadeiramente tentará a resolução dos problemas públicos, posto que concatenada à dinâmica do mundo-da-vida".

Como resumo, na Tabela 1 são mostradas as categorias analíticas. As mais frequentes nos textos foram "**Construção e fundamentação da gestão social**", "**Cidadania / Cidadania deliberativa**" e "**Ação comunicativa (Linguagem / Comunicação)**". Destacamos também uma quantidade de artigos

que fazem referência através dos trabalhos de F. G. Tenório, especialmente, Tenório (1998; 2005).

Tabela 1 Resumo geral das categorias analíticas

Categorias	Menção Indireta	Habermas Referência	Total
Construção e fundamentação da gestão social	12	17	29
Cidadania / Cidadania deliberativa	10	14	24
Ação comunicativa (Linguagem/ Comunicação)	11	13	24
Esfera pública	4	11	15
Referência através de F. H. Tenório	12	-	12
Consenso	0	9	9
Dialogicidade / Diálogo	1	7	8
Mundo-da-vida e Sistema	2	6	8
Deliberação / Democracia deliberativa	1	4	5
Sociedade civil	0	5	5
Ética da discussão	0	1	1
Situação ideal de fala	0	1	1
Ciência e técnica	0	1	1
Crítica à apropriação de Habermas	0	1	1

Nas considerações finais, apresentamos algumas discussões sobre os resultados e indicamos alguns caminhos habermasianos que podem ser trilhados pela gestão social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU SOBRE OS CAMINHOS E PERSPECTIVAS DOS DIÁLOGOS DA GESTÃO SOCIAL COM AS OBRAS DE JÜRGEN HABERMAS

Antes de abarcar as contribuições da relação mundo-da-vida e sistema para a problematização do *locus* da gestão social, indicamos neste artigo a necessidade de se conhecer como o campo da gestão social está lendo e debatendo as obras de Habermas. Assim, investigamos se e como o campo da gestão social faz referência às obras de Jürgen Habermas. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos nacionais. Sistemáticamente, foram realizadas buscas em 54 periódicos da área da administração. A busca inicial apresentou 340 artigos, após filtragem foram selecionados 123 artigos como pertencentes ao campo da gestão social. Destes, 54 faziam menção a Habermas e apenas 26 apresentavam pelo menos uma de suas obras como referência bibliográfica.

Os dados revelaram aumento significativo de artigos desde dezembro de 2010 (data final da pesquisa de Cançado, 2011) e março de 2012 (data final da pesquisa de Peres Junior, 2013). Mesmo com escopo diferente de pesquisa (banco de dados e periódicos) pela amplitude alcançada nas três pesquisas, os resultados nos permitem inferir um crescimento de publicações no campo da gestão social, principalmente no período de janeiro de 2010 a janeiro de 2015. No que tange a leitura de Habermas encontramos indícios importantes sobre o aumento de textos que utilizam o referencial de Habermas em trabalhos empíricos e publicados em periódicos de renome nacional.

Percebeu-se uma grande carência de referência a leituras e autores que realizam diálogos críticos com Habermas. A pesquisa revelou que são poucas as obras do autor exploradas pelo campo da gestão social, com destaque apenas para a *Mudança Estrutural da Esfera Pública* e *Teoria do Agir Comunicativo*. Encontramos, também, como características uma gama de trabalhos que fazem

referência de Habermas mediante leitura realizada por outros autores. Os resultados indicam de forma geral uma apropriação limitada das obras de Habermas pelo campo da gestão social. Mesmo que, para uma das vertentes ele seja autor central. Nesta são abordadas principalmente os conceitos de esfera pública e ação comunicativa, no entanto, como observamos até mesmo a relação entre mundo-da-vida e sistema é apresentada apenas brevemente com exceção de alguns trabalhos citados.

Encontramos indícios de banalização de algumas obras de Habermas como referências que não condizem com os argumentos levantados e concepções unilaterais da relação mundo-da-vida e sistema. No entanto, destacamos especialmente a leitura do conceito de esfera pública e cidadania deliberativa.

O maior destaque aqui é a leitura de *Mudança Estrutura da Esfera Pública* sem agregar *Direito e Democracia*. Isso ocorre em decorrência de que essa relação é importante para compreender a dinâmica da categoria esfera pública dentro da obra de Habermas (LUBENOW, 2007). Isto é, compreender a transição, conforme destaca Lavalle (2002), de uma esfera pública historicamente identificada para uma proposição normativa, isto é, a *virtualização* da esfera pública. Em especial, Habermas se refere em 1962 à esfera pública burguesa, ainda preso à filosofia da consciência, do sujeito.

Entre Fatos e Normas [Direito e Democracia] consiste numa tentativa sistemática de revisitar e retrabalhar alguns dos temas que Habermas desenvolveu em seu livro sobre a esfera pública [*Mudança Estrutural da Esfera Pública*]. Tematicamente, essa monografia clássica antecipou a virada para o discurso, mas filosoficamente ainda foi escrita a partir da tradição frankfurtiana da filosofia do sujeito (VANDENBERGHE, 2010, p. 4).

O próprio Habermas (2003, p. 9) no prefácio da primeira obra indica que "concebemos a 'esfera pública burguesa' como uma categoria típica de época" que não pode ser retirada de seu contexto e generalizada como um tipo-ideal e transferida "[...] a constelações formalmente iguais de situações históricas quaisquer" (HABERMAS, 2003, p. 9). Nesse sentido, posteriormente Habermas vai ampliando a visão da esfera pública e descontextualizando - *Direito e Democracia* é um momento decisivo para isso. Assim, esse resultado chama a atenção para a necessidade (teórica e empírica) da leitura e discussão das duas concepções de esfera pública, dado a especificidade da primeira. Obviamente, isso não é uma obrigação, mas denota no âmbito da leitura do autor uma coerência com sua obra, no intuito de evitar qualquer distorção conforme Andrews (2002) lembra.

Como possibilidade de realizar uma ampliação coerente com o escopo de Habermas, citamos o trabalho de Tenório (2005) que apresentou a concepção de esfera pública em Habermas e, abertamente, propôs um avanço em relação a ela, bem como a forma como delineou o conceito de cidadania deliberativa - mostrando as três vertentes e destacando as diferenças entre elas. Porém, como observamos anteriormente houve inconsistência de outros autores em relação a essa categoria, como a atribuição de um republicanismo à Habermas que ele mesmo não adere: "[...] quanto a mim, não sou mais liberal do que sou republicano" (HABERMAS, 2007, p. 36), em Habermas (1997b) e em Habermas (1995) também constamos isso quando o mesmo discute os três modelos de democracia.

Coincidindo com o modelo republicano, ela concede um lugar central ao processo político de formação da opinião e da vontade comum, mas sem entender como algo secundário a estruturação em termos de Estado de Direito. Em vez disso, a teoria do discurso entende os direitos fundamentais e os princípios do Estado de Direito como uma resposta consequente à questão de como

institucionalizar os exigentes pressupostos comunicativos do processo democrático. A teoria do discurso não faz a realização de uma política deliberativa depender de uma cidadania coletivamente capaz de ação, mas sim da institucionalização dos correspondentes procedimentos e pressupostos comunicativos. Essa teoria já não opera com o conceito de um todo social centrado no Estado, que pudéssemos representar como um sujeito em grande escala com ação voltada para metas. Ela tampouco localiza esse todo em um sistema de normas constitucionais que regulem o equilíbrio de poder e o compromisso de interesses de modo inconsciente e mais ou menos automático, conforme o modelo da troca mercantil. Ela dispensa inteiramente as figuras de pensamento da filosofia da consciência, inclinadas a atribuir a prática da autodeterminação dos cidadãos a um sujeito social global ou então a referir o império impessoal das leis a sujeitos particulares competidores entre si (HABERMAS, 1995, p. 47).

Observamos que o autor realiza críticas ao republicanismo e ao liberalismo e propõe, um modelo discursivo com o *melhor dos dois mundos* pautado em uma teoria da comunicação. Obviamente não há nenhum problema em realizar *leituras mais republicanas* do autor (DUTRA, 2015⁴³), no entanto, isso não significa que se possa atribuir a ele uma perspectiva republicana.

Como a política consiste em uma espécie de lastro reserva na solução de problemas que ameacem a integração, ela certamente tem de poder se comunicar pelo *medium* do direito com todos os demais campos de ação legitimamente ordenados, seja qual for a maneira como eles se estruturam ou direcionem. Se o sistema político, no entanto, depende de outros desempenhos do sistema - como o desempenho fiscal do sistema econômico, por exemplo -, isso não se dá em um sentido meramente trivial; ao contrário, a política deliberativa, realizada ou em conformidade com os

⁴³ "[...] Pode-se vislumbrar que Habermas está mais próximo do republicanismo, ainda que ele diga ser um republicanismo kantiano, do que do liberalismo [...]. O problema, para ele, é que o republicanismo sobrecarrega a cidadania em um sentido ético, imputando-lhe um conjunto de virtudes capaz de colocá-la em sintonia com o bem público, como formulado exemplarmente por Rousseau" (DUTRA, 2015, p. 2).

procedimentos convencionais da formação institucionalizada da opinião e da vontade, ou informalmente, nas redes da opinião pública, mantém uma relação interna com os contextos de um universo de vida cooperativo e racionalizado. Justamente os processos comunicativos de cunho político que passam pelo filtro deliberativo dependem de recursos do universo vital - da cultura política libertadora, de uma socialização política esclarecida e, sobretudo das iniciativas de associações formadoras de opinião -, recursos que se formam de maneira espontânea ou que, em todo caso, só podem ser atingidos com grande dificuldade, caso o caminho escolhido para se tentar alcançá-los seja o do direcionamento político (HABERMAS, 2002b, p. 284).

Destacamos que as leituras realizadas por Tenório (1998; 1999; 2005) deixaram isso bastante claro: "o significado de cidadania deliberativa procura superar tanto a concepção liberal quanto a republicana por meio da soberania popular [...]" (TENÓRIO, 1999, p. 158).

A cidadania deliberativa situa-se no seio do debate entre liberais e republicanos: os primeiros priorizando os compromissos e a liberdade individual para negociar e os segundos priorizando o que é melhor para o próprio grupo ou comunidade. Procurando retirar o que de melhor existe nos dois conceitos, a alternativa deliberativa toma como prioritário o consenso válido, garantido nos pressupostos comunicativos. Assim, Habermas afirma que "a teoria do [diálogo], que atribui ao processo democrático maiores conotações normativas do que o modelo liberal, as quais, no entanto, são mais fracas do que as do modelo republicano, assume elementos de ambas as partes, compondo-os de modo novo" (1997, vol. II, p. 21) (TENÓRIO, 2005, p. 109).

Neste sentido, parece que a gestão social caminhou ao logo dos últimos anos mais voltado para o modelo republicano (TENÓRIO, 2012; 2013⁴⁴). Desta forma, é possível a partir daí um avanço teórico e de pesquisas empíricas em relação à proposta de pesquisa deliberativa de Habermas sem, com isso, abalar os pressupostos da gestão social. Leituras neorrepublicanas, como as de Philip Pettit, Maurizio Viroli e Quentin Skinner - tradição romana (OLIVEIRA, 2012) podem se tornar relevantes para um desenvolvimento *republicano do campo*. Ainda mais, pois, na literatura encontramos principalmente para os que defendem neorrepublicanismo que a leitura de Habermas do republicanismo foi muito rasa (OLIVEIRA, 2012).

Especialmente, é importante destacar que Habermas recusará no republicanismo sua demasiada adesão à Rousseau (DUTRA, 2015). No Brasil é um importante ponto de partida os textos organizados por Bignotto (2008), *Pensar a República*, que destacam a importância de se debater a república no Brasil e de forma mais aplicada o trabalho de Guimarães e Amorim (2013), *A corrupção da opinião pública: uma defesa republicana da liberdade de expressão*. Em um contexto onde opinião pública, informação, transparência e liberdade de expressão são tão debatidas, a gestão social tem muito a avançar pesquisando por meio do conceito de *opinião pública democrática* que "[...] busca articular a liberdade de expressão com os direitos de fala e de escuta. Isso significa articular direitos e responsabilidades cívicas, tal como se estabelece na gramática republicana" (AMORIM, 2013, p. 21).

Identificamos, também, que temas importantes na teoria da ação comunicativa como colonização do mundo-da-vida não foi citada diretamente em nenhum dos textos referenciados. Ressaltamos, nesse ínterim, que a relação

⁴⁴ "A referência republicana a que fazemos alusão é aquela sob a qual os indivíduos atuam por meio da liberdade positiva, isto é, qualquer ação que uma pessoa pretenda desempenhar deve estar relacionada ao interesse de outros indivíduos, ao bem comum" (TENÓRIO, 2013a, p. 11).

mundo-da-vida e sistema sofreu mudanças nas obras de Habermas, em especial da tese da colonização para a tese da eclusa e que não há na relação entre os sistemas *a priori* a uma natureza reificante, como um dos artigos afirmaram. Em termos de trabalhos empíricos essas duas teses podem servir de concepção teórica as quais serão iluminadas pelos resultados das pesquisas. Operacionalizadas de forma coerente poderão indicar uma realidade onde o mundo-da-vida é colonizado ou onde o mesmo é capaz de influenciar o sistema. Outro ponto que sugerimos é ampliar as próprias concepções de mundo-da-vida e sistema, suas interrelações com reflexos nas possibilidades das relações sociedade-Estado; sociedade-mercado; Estado-mercado e sociedade-Estado-mercado (na inversão, como argumenta Tenório, 2005).

Indicamos, assim, uma ampliação da leitura das obras de Habermas como, por exemplo, em *Técnica e Ciência Como Ideologia, Racionalidade e Comunicação, A Inclusão do Outro, A Constelação Pós-nacional, Passado Como Futuro, Conhecimento e Interesse, Consciência Moral e Agir Comunicativo, Pensamento Pós-Metafísico* e o *Discurso Filosófico da Modernidade*. Tais obras podem, primeiramente, auxiliar o campo em uma crítica às teorias hegemônicas marcadas pelo positivismo, pela dicotomia fato e valor e por um olhar voltado apenas às estruturas dos sistemas sociais, nos referimos aqui a Administração Pública e a Administração. Conforme Pereira (2012) estas formas de gestão não possuem como foco interesse público não estatal e uma concepção voltada para a sociedade. Em segundo lugar, permite problematizar os interesses presentes no campo da gestão social e as respectivas orientações do conhecimento. Com isso, existe uma possibilidade de frisar a comunicação entre os diversos interesses e ciências dentro de um processo gerencial dialógico.

Na obra *Técnica e Ciência como "Ideologia"* (HABERMAS, 1994), Habermas faz um diálogo principalmente com Herbert Marcuse e Max Weber

sobre racionalidade, ciência e tecnologia e o papel ideológico nas sociedades modernas. Por sua vez, as posições de Marcuse e Weber que para ele são totalizantes da sociedade, isto é, apresentam a racionalidade apenas do ponto de vista da razão instrumental, Habermas apresenta a racionalidade comunicativa: "*ação comunicativa* uma interação simbolicamente mediada. Ela orienta-se segundo *normas de vigência obrigatória* que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas, pelo menos, por dois sujeitos agentes. As normas sociais são reforçadas por sanções. O seu sentido objetiva-se na comunicação linguística quotidiana" (HABERMAS, 1997c, p. 55). Desta forma, constatamos o diálogo de Habermas com a ação comunicativa desde a década de 1960. Por sua vez, *Consciência Moral e Agir Comunicativo* (HABERMAS, 1989a) pode fortalecer a construção de práticas sociais coerentes com a ética do discurso. Além disso, esse texto permite enfrentar os desafios da sociedade moderna no que tange aos seus estágios de desenvolvimento moral.

A Inclusão do Outro (HABERMAS, 2002b) apresenta debates sobre o Estado nacional europeu, Constituição europeia, coesão interna entre Estado de direito e democracia e também uma versão do texto *Três modelos normativos de democracia* (HABERMAS, 1995). Nessa mesma direção os textos *A Constelação Pós-nacional* e *Passado Como Futuro* (HABERMAS, 1993) apresentam debates sobre ética, moral, progressos científicos, direitos humanos e outros sobre a Unificação da Europa. As outras obras citadas nos permitem ampliar as discussões sobre o mundo-da-vida e ação comunicativa, adentrando nos debates sobre a modernidade, ampliando a crítica da razão instrumental e, por outro lado, acompanhar Habermas na guinada pragmática na direção de discussões sobre atos de fala e interações mediadas pela linguagem, especialmente *Pensamento Pós-Metafísico* (HABERMAS, 1990) e o *Discurso Filosófico da Modernidade* (HABERMAS, 2000). Como também ensaios sobre

religião, justiça e verdade. Finalmente, o livro *Um Ensaio Sobre a Constituição da Europa* (HABERMAS, 2012c) atualiza parte das discussões de Habermas sob a ótica de uma análise política sobre a possibilidade de fracasso do projeto europeu e apresenta a transnacionalização da democracia, discussões que podem ser lembradas diante de acontecimentos recentes que estiveram em pauta na Europa.

Realmente, Habermas se apresenta como um autor importante para o campo da gestão social. O convite final que fazemos é que seu arcabouço seja explorado e que as leituras se atentem para as diversas hermenêuticas de suas obras e as reformulações que ele abertamente realizou. Por fim, indicamos que a vasta produção de Habermas ainda tem muito a contribuir com o desenvolvimento e consolidação do campo da gestão social e que para isso ela precisa ser explorada e criticada. Adiantamos que conseguimos também acesso limitado às obras de Habermas, não temos até o momento conhecimento para ampliar as críticas e contribuições do autor, além das que aqui apresentaremos (Artigo 2 e Artigo 3), no entanto, indicamos que pretendemos seguir este caminho, com uma ampla agenda de pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F. A formação de esferas públicas e a gestão social no Brasil. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL -ENAPEGS, 2014, Bahia. **Anais...** Cachoeira: RGS, 2014.
- ALLEBRANDT, S. L.; SIEDENBERG, D. R.; SAUSEN, J. O.; DECKERT, C. T. Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, p. 914-945, 2011.
- ALMEIDA, E. A. C.; CABRAL, E. H. S. Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 34, p. 267-290, 2013.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 227-271, 1999.
- AMORIM, A. P. O desafio do encontro da opinião pública democrática com a soberania popular: uma defesa republicana do direito de pronunciar a liberdade. **Mediação**, v. 15, n. 17, 2013.
- ANDERSON, P. **A crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANDERSON, P. After the Event. **New Left Review**, n. 73, p. 41-61, 2012.
- ANDREWS, C. W. **A ética do discurso e o modelo dos consensos democráticos**: uma réplica a J. Eisenberg. **Dados**, v. 45, n. 4, p. 577-597, 2002.
- ANDREWS, C. W. **Emancipação e legitimidade**: uma introdução à obra de Jürgen Habermas. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.
- ANGÉLICO, F.; TEIXEIRA, M. A. C. Acesso à Informação e Ação Comunicativa: Novo Trunfo para a Gestão Social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 7-27, 2012.

ARAÚJO, E. T. **(In) consistências da gestão social e seus processos de formação**: um campo em construção. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, L. B. L. **Um pensador da razão pública**. 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/um-pensador-da-razao-publica/>>. Acesso em 10 de fev. de 2015.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, 2012.

BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. São Paulo, Abril Cultural, 1975.

BENSON, A.; ALLEBRANDT, S. L. **Comunicação e informação no Programa Territórios da Cidadania**: o caso do Território da Cidadania Noroeste Colonial. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 16, p. 247-261, 2014.

BIGNOTTO, N. (Org.). **Pensar a República**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BOLZAN, J. **Habermas**: razão e racionalização. Ijuí: Editora Inijuí, 2005.

BORGES, G. F.; SILVA, K. A. T.; PEREIRA, J. R.; CANCADO, A. C. Gestão Social no Divã: uma Análise dos Estudos Publicados em Periódicos Nacionais entre 2001 e 2011. **NAU Social**, v. 4, p. 43-62, 2013.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BOULLOSA, R. F.; RODRIGUES, R. W. Avaliação e Monitoramento em Gestão Social: Notas Introdutórias. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 3, p. 145-176, 2014.

BURKOWSKI, R.; VILAS BOAS, A. A. A Dádiva como recurso metodológico na Gestão Social. **Revista NAU Social**, v. 4, n. 7, p. 125-141, 2014.

BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis 4: the contribution of Jürgen Habermas. **Organization Studies**, v. 15, n. 1, p. 1-45, 1994.

CABRAL, E. H. S. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. **Revista de Administração Pública**, v. 45, p. 1915-1941, 2011.

CABRAL, E. H. S. Desenvolvimento e Terceiro Setor: possibilidades globais e escolhas locais. **Ciência em Debate**, v. 1, p. 35-57, 2014.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CANÇADO, A. C. Gestão social: um debate para a construção do campo. **NAU Social**, v. 4, p. 191-209, 2013.

CANÇADO, A. C.; PINHEIRO, L. S. Gestão social: uma análise comparada da produção científica nos ENAPEGS 2007-2013. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, p. 15-31, 2014.

CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, p. 681-703, 2011.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão social e governança territorial: interseções e especificidades teórico práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, n. 3, p. 313-353, set/dez, 2013.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G.; RIGO, A. S.; OLIVEIRA, V. A. R. Gestão social: conhecimento e produção científica nos ENAPEGS 2007-2010. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 3, p. 1-23, 2011.

CORCHIA, L. The Frankfurt School and the young Habermas: Traces of an intellectual path (1956–1964). **Journal of Classical Sociology**, v. 19, p. 1-18, 2015.

COSTA, S. Esfera pública sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 38, p. 38-52, 1994.

COSTA, P. A. Sistema Local de Inovação em Economia Solidária: embrião de processos de desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 7, n. 1, p. 153-173, 2011.

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania**: de que estamos falando? 2004. Disponível em: < <http://www.plataformademocratica.org>>. Acesso em 01 de set. de 2014.

DECKERT, C. T.; ALLEBRANDT, S. L.; SAUSEN, J. O. A Gestão Social no Território da Cidadania Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, p. 88-118, 2012.

DENHARDT, R. **Teoria Geral de Organizações Públicas**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

DOMINGUES, J. M. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

DOMINGUES, J. M. Vicissitudes e possibilidades da teoria crítica hoje. **Sociologia e Antropologia**, v. 1, p. 71-89, 2011.

DUTRA, D. J. V. A face de Janus dos direitos. 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/a-face-de-janus-dos-direitos/>>. Acesso: 08 de fev. de 2015.

FLEIG, D. G.; OLIVEIRA, L. C. S. F.; BRITO, M. J. Democracia, Participação e Gestão Social: Desafios da Construção dos Programas de Ação Temática de uma Organização Não Governamental. **O&S. Organizações & Sociedade**, v. 13, p. 119-138, 2006.

FORESTER, J. Teoria crítica e análise organizacional. **Plural**, v. 1, p. 131-148, 1994.

FRANÇA FILHO, G. C. Gestão Social: um conceito em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, IX., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, 2003.

FREITAG, B. Sistema e "Mundo Vivido" em Habermas. **Geempa**, n. 1, p. 61-73, 1993.

FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: o caso do Território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 1201-1223, 2012.

GARRIDO, P. O.; JUSTEN, C. E. Incubadoras de Gestão Social e Gestão Universitária: possibilidades e contribuições a partir de análise comparativa. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 3, p. 133-151, 2014.

GIANNELLA, V.; BATISTA, V. L. Metodologias Integrativas: Tecendo Saberes e Ampliando a Compreensão. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 3, p. 83-108, 2013.

GOHN, M. G. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GRANGEIRO, R.; PINTO, A.; VINHAS, F. Redes de Colaboração Científica: Uma Análise das Publicações do Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social. **Cadernos Gestão Social**, América do Norte, 4, abr. 2013.

GUERRA, J. F. C.; TEODÓSIO, A. S. S Pesquisa Qualitativa em Gestão Social: uma análise da produção de conhecimento em estudos de caso. **Revista Gestão & Tecnologia**, v. 14, p. 160-176, 2014.

GUIMARÃES, J.; AMORIM, A. P. **A corrupção da opinião pública**: uma defesa republicana da liberdade de expressão. São Paulo: Boitempo, 2013.

HABERMAS, J. On Systematically Distorted Communication. **Inquiry**, n. 13, p. 205-18, 1970.

HABERMAS, J. O conceito de poder de Hannah Arendt. In: ROUANET, S.P.; FREITAG, B. (Orgs.). **Habermas**. São Paulo: Ática, 1980.

HABERMAS, J. Nova Opacidade: A Crise do Estado-Providência e o Esgotamento das Energias Utópicas. **Revista de Comunicação e Linguagens**, n. 2, p. 115-128, 1985.

HABERMAS, J. **Teoriay praxis**: estudios de filosofia social. Madrid: Tecnos, 1987.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989a.

HABERMAS, J. Para o uso pragmático, ético e moral da razão prática. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, 1989b.

HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa**: complementos y estumos previos. Madrid, Catedra, 1989c.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **La necesidad de revisión de la izquierda**. Madrid: Tecnos, 1991.

HABERMAS, J. **Passado como futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1994.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, n. 36, 1995.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. I, 1997a.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. II, 1997b.

HABERMAS, J. Uma conversa sobre questões da teoria política. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47, p. 85-102, 1997c.

HABERMAS, J. “O espaço público”, 30 anos depois. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas**, v. 7 n. 12, p. 7-28, 1999.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, J. **A Inclusão do Outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2002a.

HABERMAS, J. **Agir comunicativo e razão destranscendentalizada**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002b.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. **Verdade e Justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004a.

HABERMAS, J. Derechos humanos y soberania popular: las versiones liberal y republicana. In: OVEJERO, F.; MARTI, J. L.; GARGARELLA, R. (Orgs.). **Nuevas ideas republicanas**: autogobierno y libertad. Barcelona: Paidós, p. 191-206, 2004b.

HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, Ano XI, n. 21, p. 9-21, 2008.

HABERMAS, J. **Um Ensaio sobre a Constituição da Europa**. Lisboa: Edições 70, 2012.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

HABERMAS, J. Habermas Entrevista (80 anos 18/jun/2009). <<https://www.youtube.com/watch?v=AfmlYOkOuIo>>. 20 de jan. de 2015.

HADDAD, F. Habermas: herdeiro de Frankfurt?. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 48, p. 67-84, 1997.

HANCOCK, P.; TYLER, M. 'MOT Your Life': Critical Management Studies and the management of everyday life. **Human relations**, v. 57, p. 619-645, 2004.

IIZUKA, E. S.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F. G.; AGUERRE, P. Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida - São Paulo. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, p. 748-779, 2011.

IIZUKA, E. S.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F. G.; AGUERRE, P. Reflexões sobre o desenvolvimento territorial sustentável, gestão social e cidadania deliberativa: o caso da bacia do rio Almada (BA). *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 6, p. 1599-1623, 2012.

IIZUKA, E. S.; JUNQUEIRA, L. A. P. Produção acadêmica em gestão social: visita aos anais dos Enapegs de 2007 a 2012. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 7, n. 2, p. 71-85, 2013.

JUSTEN, C. E. Problematizando a abordagem habermasiana nos estudos organizacionais: limitações em torno da categoria do político. In: XXXVIII ENCONTRO DA ANPAD, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L. Do economicismo à dialogicidade: as contribuições do paradigma da ecologia profunda e da noção de gestão social para a temática da sustentabilidade empresarial. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 10, n. 3, p. 736-750, 2012.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L. Que participação é essa? Do instrumentalismo legitimador à autopromoção emancipadora. **Pensamento & Realidade**, v. 28, p. 77-95, 2013.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; FELIPPE, S. Reflexões sobre a prática educativo-crítica, gestão social e educação a distância: o caso do PNAP em Santa Catarina. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, p. 178-210, 2012.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O. Para além da dupla consciência: Gestão Social e as antessalas epistemológicas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 237-251, 2014a.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O. Do monólogo ao diálogo: o potencial emancipatório do programa território da cidadania meio-oeste contestado revisitado à luz da gestão social. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, p. 192-207, 2014b.

KEILHAUER, L. C. **Teoria da ação comunicativa e estudos organizacionais: uma reflexão crítica**. 1991. 310 p. Dissertação (Mestrado em Organização, Recursos Humanos e Planejamento) – Fundação Getúlio Vargas - FGV/EASP, São Paulo, 1991.

KELLY, T. Unlocking the iron cage: public administration in the deliberative democratic theory of Jürgen Habermas. **Administration & Society**, v. 36, n. 1, p. 38-61, 2004.

KRONEMBERGER, T. S.; GUEDES, C. A. M. Desenvolvimento territorial rural com gestão social: um estudo exploratório entre Brasil e Argentina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 233-246, 2014.

LAVALLE, A. G. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova**, n. 47, p. 121-135, 1999.

LAVALLE, A. G. **Habermas**: a virtualização da publicidade. Margem (PUCSP), São Paulo, v. 16, n. 16, p. 65-82, 2002.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação política e sociedade civil. **Lua Nova**, n. 67, 2006.

LOPES, C. J. R.; MACHADO, L. R. S. Projeto político-pedagógico como instância de gestão social da educação. **Pretexto (Belo Horizonte. Online)**, v. 15, p. 90-105, 2014.

LUBENOW, J. A. **A categoria de Esfera Pública em Jürgen Habermas**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LÜCHMANN, H. H. L. Democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 33, p. 1-46, 2002.

MAGALHÃES, Ó. A. V.; MILANI, C.; SIQUEIRA, T.; AGUIAR, V. M. (Re) Definindo a sustentabilidade no complexo contexto da gestão social: reflexões a partir de duas práticas sociais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 4, n. 2, p. 01-17, 2006.

MAIA, R. C. M. O papel democrático da sociedade civil em questão. **Lua Nova**, n. 81, 2010.

MANSBRIDGE, J. Everyday talk in deliberative system. In: MACEDO, S. (Ed.). **Deliberative politics: essays on democracy and disagreement**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

MARCUSE, H. **A Ideologia da Sociedade Industrial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARIANO, A. M.; CRUZ, R. G.; GAITÁN, J. A. Meta Análises Como Instrumento de Pesquisa: Uma Revisão Sistemática da Bibliografia Aplicada ao Estudo das Alianças Estratégicas Internacionais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2011, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa: ADMPG, 2011.

MARTINS, B. V.; CARRION, R. S. M. Gestão Social: Um Olhar a partir de Perspectivas Latino-Americanas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: ENPAG, 2012.

MARTINS, M. R.; FERREIRA, R. B.; SAUERBRONN, F. F. Participação social na gestão das instituições federais de ensino superior - o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Sistemas & Gestão**, p. 298-308, 2014.

MENDONCA, R. F. Teoria Crítica e democracia deliberativa: diálogos instáveis. **Opinião Pública**, v. 19, n.1, p. 49-64, 2013.

MIGUEL, L. F. Deliberacionismo e os limites da crítica: uma resposta. **Opinião Pública**, v. 20, p. 118-131, 2014.

MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O.; JUSTEN, C. E. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, p. 828-845, 2011.

MOURA, E. F.; FERREIRA, A. C.; SOUSA, E. G. **Gestão social**: em busca de compreensão acerca dessa terminologia a partir da análise comparada da produção científica no Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social no Ano de 2014. Semead, São Paulo, USP, 2014.

NATIVIDADE, E. A.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, V. A. R. Gestão social de políticas públicas de geração de trabalho e renda: uma reflexão por meio das ações da secretaria nacional de economia solidária. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 3, p. 1-22, 2011.

NOBRE, M. Introdução. In: NOBRE, M.; TERRA, R. R. (Org.). **Direito e Democracia**. Um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros, p. 16-35, 2008.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NOBRE, M. Teoria Crítica: Uma nova geração - Apresentação de dossiê. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 93, p. 23-27, 2012.

NOBRE, M.; REPA, L. Introdução. Reconstruindo Habermas etapas e sentido de um percurso. In: NOBRE, M.; REPA, L.. (Org.). **Habermas e a reconstrução**: Sobre a categoria central da Teoria Crítica habermasiana. 1ed. Campinas: Papyrus, v. 1, p. 9-38, 2012.

OLIVEIRA, J. S. **O novo republicanismo de Philip Pettit**: a recusa do projeto habermasiano de conciliação entre liberalismo e republicanismo. 2012. Dissertação (Programa de pós-graduação em ética e epistemologia) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

OLIVEIRA, V. A. R.; CANCADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 8, p. 613-626, 2010.

OLIVEIRA, L. C.; VILAS BOAS, A. A.; PEREIRA, J. R. Aspectos Metodológicos em Gestão Social: O Processo de Criação de uma Reserva Extrativista no Litoral Sul de Santa Catarina. **NAU - A Revista Eletrônica da Residência Social**, v. 3, p. 121-139, 2013.

OLIVEIRA, C. D. S.; CONTERATO, M. A.; BASTIAN, L.; SCHNEIDER, S. Gestão social e institucional em territórios rurais: contribuições a partir do território zona Sul do Rio Grande do Sul. **Revista Interdisciplinar De Gestão Social**, v. 3, n. 2, p. 59-78, 2014.

OLIVEIRA, J. R.; ALLEBRANDT, S. L.; SAUSEN, J. O.; TENÓRIO, F. G. A Gestão Social no Contexto do Programa Territórios da Cidadania: os casos dos Municípios de Braga, Campo Novo e Coronel Bicaco-RS. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 3, n. 1, p. 43-65, 2011.

OTTMAN, G. Habermas e a esfera pública no Brasil: considerações conceituais. **Novos Estudos Cebrap**, n. 68, p. 61-72, 2004.

PACHECO, A. S. V.; SILVA, K. V.; MORETTO NETO, L.; MICHELS, E. Gestão Social como alternativa gerencial em organizações do terceiro setor: o caso da Associação dos Amigos do Hospital Universitário. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 47-55, 2013.

PAES DE PAULA, A. P. **Teoria Crítica nas Organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.

PAES DE PAULA, A. P. Abordagem Freudo-Frankfurtiana, pesquisa-ação e socioanálise: uma proposta alternativa para os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, n. 4, 2013.

PAES DE PAULA, A. P. Para Além dos Paradigmas nos Estudos Organizacionais: O Círculo das Matrizes Epistemológicas. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2014, Florianópolis - SC. **Anais...** Florianópolis, 2014.

PEREIRA, J. R. Gestão Social no contexto histórico e teórico das relações entre Estado, Mercado e Sociedade. In: XII Colóquio Internacional sobre Poder Local: desenvolvimento e gestão social dos territórios, 2012, Salvador. **Anais...** UFBA, 2012.

PEREIRA, J. R.; ALLEBRANT, S. L.; SAUSEN, J. O.; TENÓRIO, F. G. A Gestão Social no Contexto do Programa Territórios da Cidadania: os casos dos Municípios de Braga, Campo Novo e Coronel Bicaco - RS. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 3, p. 43-65, 2011.

PERES JUNIOR, M. R. **Gestão Social sob a ótica da Teoria da Estruturação**. 2013. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

PERES JUNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens Teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratórias. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 221-236, 2014.

PERES JUNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, L. C. Gestão Social sob a lente estruturacionista. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 18-49, 2013.

PINHO, J. A. G. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A. S.; SILVA JUNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: Ações, Articulações e Agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.

PINHO, J. A. G.; SANTOS, M. E. P. Aporias em torno do conceito de Gestão Social: dilemas teóricos e políticos. In: XXXVII ENCONTRO DA ANPAD, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981.
- REESE-SCHÄFER, W. **Compreender Habermas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- REPA, L. S. A reconstrução da história da teoria: observações sobre um procedimento da teoria da ação comunicativa. In: NOBRE, M.; REPA, L. (Org.). **Habermas e a reconstrução**, campinas: Papirus, p. 41-60, 2012.
- REPA, L. S. Direito e teoria da ação comunicativa. In: TERRA, R.; NOBRE, M. (Org.). **Direito e democracia**: um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros, p.55-72, 2008.
- RIGO, A. S.; CANÇADO, A. C. Gestão social e construção de espaços públicos: reflexões a partir da Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, p. 37-44, 2015.
- ROSSONI, L.; SILVA, A. J. H.; FERREIRA JUNIOR, I. Aspectos estruturais da cooperação entre pesquisadores no campo de administração pública e gestão social: análise das redes entre instituições no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1041-1067, 2008.
- ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.
- SAVIDAN, P. Prefácio à Edição Francesa. In: HABERMAS, J. **A ética da Discussão e a Questão da Verdade**. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, p. 7-11, 2007.
- SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997a.
- SERVA, M. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 2, p. 108-134, 1997b.
- SILVA, F. C. Habermas e a esfera pública: reconstruindo a história de uma ideia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 35, p. 117-138, 2001.

SILVA, L. L.; COSTA, T. M. T.; SILVA, E. A. Gestão Social da Previdência Social Brasileira como Política Pública de Desenvolvimento Socioeconômico. **NAU Social**, v. 5, p. 67-81, 2014.

SOUSA, Y. M.; JESUS, L. S.; SANTOS JUNIOR, J. C. A.; VASCONCELLOS, A. M. A. Gestão Social e Governança Urbana: O Caso do Portal da Amazônia, Belém – PA. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, n. 1, p. 27-34, 2014.

SOUZA, J. **Patologias da modernidade**: um diálogo entre Habermas e Weber. São Paulo: Annablume, 1997.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de administração pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, F. G. **Inovando com democracia, ainda uma utopia**. Novos Cadernos NAEA, v. 2, p. 149-162, 1999.

TENÓRIO, F. G. (Re) visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS). RAP. **Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 40, p. 1145-1162, 2006.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma réplica. **Revista ADM. MADE**, v. 13, n. 2, art. 51, p. 1-4, 2009a.

TENÓRIO, F. G. A modernidade e a pós-modernidade servidas em dois jantares. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, p. 473-491, 2009b.

TENÓRIO, F. G. Escopo Teórico. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local**: critérios de análise. Rio de Janeiro: FGV Editora, v. 1, p. 19-34, 2012.

TENÓRIO, F. G. Tem razão a gestão social?. In: III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-17, 2013.

TENÓRIO, F. G.; BRULON, V.; ZARCONI, L. Por uma superação da relação falaciosa entre turismo e desenvolvimento local: uma análise do turismo em comunidades à luz da gestão social. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 18, n. 62, p. 1-23, 2013.

TENÓRIO, F. G.; KRONEMBERGER, T. S.; LAVINAS, L. V. Gestão Social, Extensão e Teologia da Libertação: uma análise a partir de um projeto junto a comunidades. **Revista de Ciências da Administração**, v. 16, n. 39, p. 224-235, 2014.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; PORTO, E. C.; VIANA, B. F. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2008.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; MELO, W. S.; KRAEMER, C. F. B.; LOPES, J. F. R. Da redução sociológica à aplicação de critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos em arranjos institucionais na esfera pública. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2010, Santa Catarina. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.

TENÓRIO, F. G.; MARQUES FILHO, H. Cidadania deliberativa: um estudo de caso. In: VII CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa, Portugal, 2002.

TEODÓSIO, A. S. S. **Parcerias tri-setoriais na esfera pública**: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

TEODÓSIO, A. S. S. Organizações da Sociedade Civil. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para Formação em Gestão Social**. Salvador: CIAGS, v. 1, p. 128-132, 2014.

TOWNLEY, B.; COOPER, D. J.; OAKES, L. Performance measures and the rationalization of organizations. **Organization Studies**, v. 24, n. 7, p. 1045-1071, 2003.

VANDENBERGHE, F. Os livros que Habermas não escreveu. **Boletim CEDES**, p. 1-7, 2010.

VANDENBERGHE, F. The books that Habermas hasn't written. **International Sociology**, v. 26, p. 597-603, 2011.

VILLELA, L. E.; MAIA, S. W. Formação Histórica, Ações e Potencial da Gestão Social no APL de Turismo em Visconde de Mauá RJ/MG. **Revista Adm. MADE**, v. 13, p. 34-47, 2009.

VILLELA, L. E. ; PINTO, M. C. S. Governança e gestão social em redes empresariais: análise de três arranjos produtivos locais (APLs) de confecções no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, v. 43, p. 1067-1089, 2009.

VILLELA, L. E.; COSTA, E. G.; CANÇADO, A. C. Perspectivas da agropecuária do município de Itaguaí face a megaprojetos em implementação no local. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, p. 208-219, 2014.

VILLELA, L. R.; VIDAL, M. O.; MACEDO, L. F. A. Percepção dos conselheiros municipais e representantes da sociedade civil atuantes na 5ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Rio de Janeiro – Participar nas decisões públicas é possível? **Cadernos Gestão Social**, v. 5, n. 1, p.149-162, 2014.

VILLELA, L. E.; GUEDES, C. A. M.; SANTANA, J. S.; BRITTO, E. B. R de. Crescimento Econômico versus Gestão Social e Desenvolvimento Territorial Sustentável - Análise dos Impactos de Megaempreendimentos nos Municípios de Macaé-RJ e de Itaguaí-RJ. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, p. 119-145, 2012.

VIZEU, F. Ação Comunicativa e Estudos Organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n.4, p. 10-21, 2005.

VIZEU, F. Da racionalidade instrumental à racionalidade comunicativa: o caso de uma instituição psiquiátrica. **Organizações & Sociedade**, v. 36, p. 56-78, 2006.

WELLMER, A. Consenso como telos da comunicação lingüística? **Novos Estudos CEBRAP**, n. 48, p. 85- 96, 1997.

ZANI, F. B.; TENÓRIO, F. G. Gestão Social do desenvolvimento: a exclusão dos representantes dos empresários?. **Cadernos EBAPE. BR**, v. IX, p. 780-802, 2011.

ZANI, F. B.; TENÓRIO, F. G.. Gestão Social do desenvolvimento: o desafio da articulação de atores sociais no programa Territórios da Cidadania Norte - RJ. **Revista Eletrônica Organizações e Sociedade**, v. 21, p. 853-873, 2014.

**ARTIGO 2 No Mundo-da-vida (Lebenswelt) e no Sistema (System):
Refletindo sobre o Locus da Gestão Social e suas Tensões**

1 INTRODUÇÃO

Este artigo procura contribuir para a consolidação do campo de estudos da gestão social, fundamentando-se em debates teóricos e conceituais, especificamente no que diz respeito ao seu *locus* (onde se situa/viabiliza). Para isso, nosso esforço delimita a relação entre o mundo-da-vida (*Lebenswelt*) e o sistema (*System*) conforme estabelecido pelo filósofo alemão Jürgen Habermas. Para tanto, visitamos especialmente as obras ‘Teoria do Agir Comunicativo’ (*Theorie des Kommunikativen Handelns*, 1981) e ‘Direito e Democracia – entre facticidade e validade’ (*Faktizität und Geltung*, 1992).

Concomitantemente, para o desenvolvimento deste artigo lançamos a seguinte questão norteadora: Quais os *loci* da gestão social estão presentes na produção acadêmica nacional e como estes *loci* estão situados e podem ser problematizados na relação mundo-da-vida↔sistema? Destacamos, para tanto, a importância de enfrentar este problema abstrato, mas que reflete nas práticas de gestão entendidas como gerenciais dialógicas (TENÓRIO, 1998; 2005). Adiante, esta problemática nos possibilita uma reflexão crítica sobre os elementos contraditórios e as forças da própria gestão social.

No âmbito dos estudos da gestão privada, pública e social os trabalhos de Habermas já foram referenciados em diversos momentos (KEILHAUER, 1991; BURRELL, 1994; FORESTER, 1994; SERVA, 1997a; 1997b; TENÓRIO 1998; 2005; 2008; 2012; ALVESSON; DEETZ, 1999; TOWNLEY; COOPER; OAKES, 2003; KELLY, 2004; VIZEU, 2005; 2006; PEREIRA, 2012; PAES DE PAULA, 2014; ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2014). Entretanto, argumentamos neste ensaio que as relações mundo-da-vida↔sistema, fundamentais para a teoria social de Habermas não são problematizadas profundamente nos debates sobre gestão, inclusive no âmbito da gestão social.

É notório afirmar que apesar da relevância da Teoria da Ação Comunicativa para a construção do conceito de gestão social (CANÇADO, 2011; PERES JUNIOR, 2013), uma análise inicial indica que ela é pouco referenciada pelo campo da gestão social. No mais, a distinção mundo-da-vida e sistema não é debatida profundamente, mesmo que conceitos que emergem ou são relacionados com essa distinção como ação comunicativa, sociedade civil e esfera pública sejam comumente referenciados (CANÇADO, 2011; PERES JUNIOR, 2013). Com mais destaque às obras de Habermas encontramos os trabalhos de Tenório (1998; 2005; 2012; 2013) e Tenório e Marques Filho (2002) que apresentam o mundo-da-vida como espaço da razão comunicativa o sistema da razão instrumental, do trabalho, da economia e da administração. Tenório (2005) trabalha especificamente com o conceito de sociedade civil de inspiração habermasiana e Tenório (1999) caracteriza da mesma forma o terceiro setor. A relação mundo-da-vida↔sistema aparece modestamente também quando se discute esfera pública, sociedade civil e cidadania deliberativa no âmbito da gestão social (TENÓRIO, 1998; 1999; 2008; 2012; TENÓRIO et al., 2008; 2010). Adiante, os trabalhos de Peres Junior (2013), Cançado (2011), Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a), Allebrandt et al. (2011), Zwick e Pereira (2012) e Pereira (2012) também citam apenas brevemente a concepção de mundo-da-vida e sistema. Estes conceitos aparecem mais explicitamente nos recentes textos de Vandenberghe (2014), Freitas, Freitas e Ferreira (2014) e Alcântara, Pereira e Silva (2014). No mais as abordagens da gestão social, do desenvolvimento social e puquiã, como estabelecidas por Peres Junior e Pereira (2014) não possuem Habermas como referência (PERES JUNIOR, 2013; PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014). Por outro lado, Pinho (2010), Martins e Carrion (2012), criticam a apropriação da abordagem habermasiana no campo da gestão social. Mesmo com estes textos, há elementos para considerar que a relação mundo-da-vida↔sistema é pouco

problematizada no campo da gestão social, e, por isso, buscamos neste artigo debater sob esta lente o *locus* da gestão social e suas tensões.

Mediante vasta literatura (TENÓRIO, 1998; 2005; FRANÇA FILHO, 2008; BOULLOSSA; SCHOMMER, 2008; CABRAL, 2011; CANÇADO, 2011; ARAÚJO, 2012; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013; ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS, 2014) podemos sintetizar como concepção que a gestão social visa uma ação gerencial dialógica que produz bens e reproduz valores públicos, por meio de ações comunicativas e estratégicas abertas voltadas para o interesse público não estatal e com o compartilhamento das decisões pelos diferentes sujeitos sociais em diversos espaços. Essa breve revisão nos permite constatar a sua multiplicidade conceitual. Além disso, diversas teses revisaram estes conceitos: Cançado (2011), Araújo (2012) e Peres Junior (2013). Tudo posto revela que a gestão social é uma narrativa heterogênea e com diversas abordagens, teorias e práticas (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a).

Neste contexto, o *locus* emerge como uma das divergências conceituais, afinal a multiplicidade de sentidos e conceitos de gestão social se apresentam e se exteriorizam na busca pelo seu *locus*. Por isso, esta temática proporciona diversos debates, como exemplo, Araújo e Boullosa (2013) e Pimentel e Pimentel (2010) que criticam a noção de esfera pública como *locus* da gestão social, Dias (2014) a utilização do conceito de terceiro setor e sociedade civil, Cabral (2011) problematiza a concepção não relacional do terceiro setor, Teodósio (2008; 2014) a carência de estudo em parcerias tri-setoriais e Tenório (2005) o atrelamento da gestão social às políticas públicas, dentre outras questões. Assim, um dos grandes questionamentos ao *locus* da gestão social se refere ao sistema social que ela adere ou em que ela é possível. Essa questão nos leva novamente à relação mundo-da-vida↔sistema, afinal, ela é central para a construção dos conceitos de sociedade civil, esfera pública, deliberação pública,

ação comunicativa e das relações entre Estado, mercado e sociedade civil (COHEN; ARATO, 1992; COSTA, 1994; LÜCHMANN, 2002; LUBENOW, 2012; NOBRE; TERRA, 2008; REESE-SCHÄFER, 2010; MAIA, 2010; ANDREWS, 2011; AVRITZER, 2012) comumente referenciados pelo campo da gestão social.

Posto isso, o *locus* da gestão social emerge envolto nas relações entre diversos sistemas sociais, as relações entre sociedade civil, Estado e mercado e os modelos de análises sociológicas e organizacionais dos espaços e esferas públicas democráticas. Em decorrência deste debate argumentamos ser coerente problematizar o *locus* da gestão social sob a ótica da sociedade concebida em dois níveis por Habermas (2012b; 2012b), isto é, simultaneamente como mundo-da-vida e como sistema. O foco na relação mundo-da-vida↔sistema e o *locus* da gestão social nos permitem avançar nos caminhos trilhados por Pereira (2012), Cançado (2011), Vandenberghe (2014), Alcântara, Pereira e Silva (2014) e Freitas, Freitas e Ferreira (2014).

No mais, entendemos *locus* como campo de viabilização/possibilidade da gestão social na direção apresentada por Maia (2005) ou pela expressão ‘onde se situa’ utilizada por Pereira (2012). Assim, na perspectiva institucional se aproxima também da forma utilizada por Keinert (2007) como território de fenômenos a ser explorado. Com isso, a questão do *locus* nos permite pensar as seguintes possibilidades: esfera social ou esfera pública? Esfera ou espaço? Setor privado, público, público-privado? Primeiro, segundo ou terceiro setor? Institucionalizado ou influência comunicacional? Ou combinações, interseções e momentos dialéticos entre essas possibilidades? No mais, destacamos, também, que essas discussões nos possibilitam analisar o *locus* epistemológico da gestão social, na direção da relação mundo-da-vida↔sistema, ou seja, na perspectiva do participante ou do observador conforme estabelecido por Habermas (2012a; 2012b). Nesse sentido, vamos abordar especialmente as

contribuições que emergem do paradigma do mundo-da-vida e do sistema. Através dessas discussões vamos defender a tese de que a gestão social precisa de uma face de Janus no que tange a relação mundo-da-vida e sistema.

Adiante, é importantes destacar que ao tratar especificamente do *locus* da gestão social e as suas possibilidades não buscamos defender um *locus* específico, mas problematizar as diversas concepções e, na medida do possível indicar algumas sínteses que nos possibilitem pensar os elementos contraditórios e delinear as forças críticas na relação mundo-da-vida e sistema. Não é tampouco pretensão encontrar um *locus* ideal. Sobre esta última constatação vale a consideração de Tenório (2009) que chama de fantasiosa a tentativa de achar um *locus* ideal para a gestão social.

Desta forma, objetivamos neste ensaio situar e problematizar o *locus* da gestão social nas relações entre o mundo-da-vida e o sistema, estabelecidas por Habermas. Para isso, organizamos os seguintes passos: pretendemos identificar e refletir sob a lente da relação mundo-da-vida↔sistema os diversos *loci* da gestão social presentes na produção científica nacional, apresentar como eles se situam na relação mundo-da-vida↔sistema e as tensões decorrentes dessa abordagem. Argumentamos, para tanto, que os conceitos de mundo-da-vida e de sistema e suas relações representam uma chave de leitura sociológica e epistemológica do *locus* das ações gerenciais dialógicas defendidas pela gestão social. Esta perspectiva nos permite tratar das tensões entre as duas 'esferas' da sociedade, bem como discutir a tese da colonização, as patologias sociais e, posteriormente, a possibilidade de influência do mundo-da-vida nos sistemas econômico e administrativo acompanhando as obras de Habermas.

Adiante, na forma de ensaio destacamos a tentativa de realizar uma reflexão (MENEGHETTI, 2011a; 2011b). O ensaio é coerente com uma abordagem que pretende problematizar uma temática no âmbito da gestão social e, assim, nos permite, conforme coloca Adorno (1986, p. 179) "[...] pensar a

coisa". Nesse sentido, o ensaio se destaca ainda pela possibilidade de ser uma discussão que não busca apresentar um modelo fechado (TENÓRIO, 2012) e é capaz de se autoproblematizar. Mesmo assim, enquanto ensaio ele não impede a utilização de uma vasta produção acadêmica (MENEGETTI, 2011a; 2011b). Neste artigo os trabalhos acadêmicos foram utilizados para situar o campo da gestão social em relação ao seu *locus* e embasar os argumentos utilizados pelos autores. Neste sentido, partimos especialmente dos 123 trabalhos delimitados no primeiro Artigo desta dissertação, não obstante não nos restringimos a eles.

O artigo está estruturado da seguinte forma, além desta introdução. Na seção 2 destaca-se a visão habermasiana de mundo-da-vida↔sistema e as relações entre essas esferas. Na seção 3 busca-se identificar os diversos *loci* da gestão social na produção científica nacional. Na parte 4 problematiza-se, sob a lente da relação mundo-da-vida↔sistema, os *loci* encontrados na literatura, delineando categorias analíticas (onde o *locus* se situa) que se originam dessas relações e apresenta também as suas tensões (sociológicas e epistemológicas). Por fim, nas considerações finais apresentamos as principais conclusões, as limitações e uma breve agenda de pesquisas.

2 DOIS MOMENTOS DA RELAÇÃO MUNDO-DA-VIDA↔SISTEMA EM HABERMAS

2.1 Mundo-da-vida, Sistema e tese da colonização

Nesta parte contextualizamos as discussões acerca da distinção mundo-da-vida e sistema como lentes para a problematização do *locus* da gestão social. Focaremos, principalmente, nas concepções existentes em *Teoria do Agir Comunicativo* (HABERMAS, 2012a; 2012b) e *Direito e Democracia: entre facticidade e validade* (HABERMAS, 1997a; 1997b). Também serão referenciados os textos *Consciência Moral e Agir Comunicativo* (HABERMAS, 1989); *O Discurso Filosófico da Modernidade* (HABERMAS, 2000) e *Racionalidade e Comunicação* (HABERMAS, 2002) e outras. Especialmente com Habermas (2012a; 2012b [1981]) e Habermas (1997a; 1997b [1992]) pretendemos mostrar dois momentos da relação mundo-da-vida↔sistema.

Ao conceber a relação mundo-da-vida↔sistema⁴⁵, Habermas (2012a; 2012b) procura romper com a filosofia da consciência (relação sujeito-objeto; monológica). Para ele a concepção de mundo-da-vida em Husserl parte do sujeito monológico e não consegue estabelecer a intersubjetividade constitutiva da realidade social. A teoria dos sistemas, por sua vez, também não supera a relação sujeito-objeto, pois apenas substitui sujeito por sistema e objeto por ambiente (ANDREWS, 2011). Assim, "[...] nem Husserl e (nem Sartre) conseguiram resolver esse problema da intersubjetividade, e a teoria dos sistemas é incapaz de explicar como sistemas autopoieticamente fechados conseguem romper o círculo da regulação autorreferencial da autopoiesis e da autorreferência" (HABERMAS, 1997a, p. 78-79). O rompimento de Habermas

⁴⁵ Agradecemos ao professor Fernando Guilherme Tenório que na ocasião da banca de qualificação chamou atenção para as origens dos conceitos de 'mundo-da-vida' e 'sistema' que Habermas utiliza.

com a filosofia da consciência é em direção à intersubjetividade (modelo comunicativo da razão), possibilitando novas discussões sobre a importância da linguagem e da comunicação para as democracias e no nosso escopo para a gestão social.

Concomitantemente, Habermas (2012b) concebe a sociedade através de um modelo dual: a esfera sistêmica e a esfera do mundo-da-vida, isto é, "Habermas propõe a reformulação do conceito de sociedade, superando tanto a unilateralidade das abordagens que veem a sociedade apenas como mundo-da-vida e as abordagens que veem a sociedade exclusivamente como sistema" (ANDREWS, 2011, p. 80). Logo, essa abordagem permite afirmar que a sociedade pode ser vista ao mesmo tempo como mundo-da-vida e como sistema, isto é, na perspectiva do participante e do observador (SIEBENEICHLER, 2012).

O conceito de mundo-da-vida é utilizado em várias abordagens na fenomenologia, na filosofia analítica e na filosofia da linguagem (DOMINGUES, 1999), desde sua utilização por Edmund Husserl no início do século XX. Em Habermas é interpretado em uma mistura da fenomenologia, do interacionismo simbólico e da filosofia linguística (DOMINGUES, 1999; VANDENBERGHE, 2011) - principalmente através da leitura de Wilhelm Dilthey, Georg Simmel, Edmund Husserl, George Herbert Mead, Alfred Schütz, Peter Berger e Thomas Lukmann.

O sistema, por sua vez, parte da apropriação de Habermas (2012b) da teoria dos sistemas autopoieticos de Niklas Luhmann e de vasta leitura de Talcott Parsons. Assim, ele estabelece o mundo-da-vida (*medium* linguagem), da reprodução simbólica através da pragmática da linguagem e os subsistemas mercado (*medium* dinheiro) e Estado (*medium* poder) que se especializam na reprodução material da sociedade. Através disso propõe que as sociedades complexas se integram por três mecanismos: "o 'dinheiro' enquanto veículo está,

por assim dizer, institucionalizado no mercado; o 'poder' enquanto veículo está institucionalizado nas organizações; e a 'solidariedade' é gerada pelas normas, pelos valores e pela comunicação [o mundo-da-vida]" (HABERMAS, 2007, p. 38).

O mundo-da-vida é parte integrante do conceito de racionalidade em Habermas enquanto relacionada a pretensões de validade. Assim, ele propõe um conceito de mundo-da-vida racionalizado, ou seja, aquele que se livra das amarras das cosmovisões totalizantes, pois, "[...] apenas expressões linguísticas que contêm conhecimento passível de críticas podem ser consideradas racionais" (ANDREWS, 2011, p. 22). Para Habermas (2012a) o mundo-da-vida é estruturado na cultura, na sociedade e na personalidade. Essas estruturas se atualizam "pela instauração dos processos de reprodução cultural, social e de socialização" (BOLZAN, 2005, p. 76-77). Ainda mais, o mundo-da-vida é caracterizado por uma certeza (saber implícito), uma totalidade codada, seus elementos remetem-se constantemente uns aos outros e é o local de experiências compartilhadas formadoras do plano de fundo do tecido social (FREITAG, 1993). Ele se reproduz por ações comunicativas⁴⁶: "o mundo-da-vida, do qual as instituições são uma parte, manifesta-se como um complexo de tradições entrelaçadas, de ordens legítimas e de identidades pessoais - tudo reproduzido pelo agir comunicativo" (HABERMAS, 1997a, p. 42).

[...] o mundo da vida é nem mais estruturado pelas tradições culturais e ordens institucionais do que pelas identidades que surgem dos processos de socialização. Por esta razão, não constitui uma organização à qual os indivíduos possam pertencer enquanto membros, nem uma associação em que os mesmos se juntam, nem um coletivo composto por participantes individuais. Em vez disso, as práticas

⁴⁶ Neste artigo utilizamos indistintamente as duas grafias 'ação comunicativa' e 'agir comunicativo' - *communicative action* em inglês e *kommunikativen handelns* em alemão. Em Habermas (2012a; 2012b) a tradução é agir comunicativo.

comunicativas cotidianas em que o mundo-da-vida se centra são alimentadas por intermédio de uma interação entre reprodução cultural, integração social e socialização, que se encontra por sua vez enraizada nestas práticas (HABERMAS, 2002, p. 143).

[...] o mundo-da-vida é "um reservatório para interações simples; e os sistemas de ação e de saber especializados, que se formam no interior do mundo-da-vida, continuam vinculados a ele. Eles se ligam a funções gerais de reprodução do mundo-da-vida (como é o caso da religião, da escola e da família), ou a diferentes aspectos de validade do saber comunicado através da linguagem comum (como é o caso da ciência, da moral, da arte) (HABERMAS, 1997b, p. 92).

Desta forma, inicia-se a relação entre mundo-da-vida⁴⁷ e ação comunicativa: "[...] aquilo que entra na ação comunicativa a partir dos recursos do pano de fundo do mundo da vida, flui através das comportas da tematização e possibilita o domínio das situações, constitui a reserva de conhecimento preservado no seio das práticas comunicativas" (HABERMAS, 2002, p. 138). Por isso, Habermas (2012b, p. 218) propõe que o mundo-da-vida "[...] constitui um conceito complementar ao do agir comunicativo" (HABERMAS, 2012b, p. 218). Posteriormente, ele volta a destacar essa relação e demonstra que o mundo-da-vida não pode ser entendido como uma organização nem como um conjunto de indivíduos.

⁴⁷ "O mundo da vida forma o horizonte para situações de fala e constitui, ao mesmo tempo, a fonte das interpretações, reproduzindo-se somente através de ações comunicativas. O saber que constitui o pano de fundo do mundo-da-vida revela um aspecto que chama minha atenção: é o caráter pré-predicativo e pré-categorial, que já despertara a curiosidade de Husserl, que fala num fundamento esquecido do sentido da prática cotidiana e da experiência do mundo" (HABERMAS, 1997a, p. 41) ou "o mundo-da-vida constitui, pois, o contexto da situação de ação; ao mesmo tempo, ele fornece os recursos para os processos de interpretação com os quais os participantes da comunicação procuram suprir a carência de entendimento mútuo que surgiu em cada situação de ação" (HABERMAS, 1989, p. 167).

Adiante, para destacar a importância do mundo-da-vida no âmbito da teoria da ação é necessário apresentar os tipos de ação e suas orientações. Essas ações são delineadas por Habermas (2012a) através dos tipos sociológicos de ação: ação teleológica (da qual a ação estratégica é um tipo especial), ação regulada por normas, ação dramaturgica e ação comunicativa. No Quadro 1 destacam-se as *referências ao mundo* e pretensões de validade.

Quadro 1 Tipos de ação

Tipo de ação	Orientação das ações	Autores principais	Pretensão de validade	Referência ao mundo
Ação estratégica	Maximização da utilidade; Determinados fins	Von Neumann; Morgenstern	Verdade	Objetivo
Ação regulada por normas	Conformidade com normas	Durkheim; T. Parsons	Correção	Objetivo Social
Ação dramaturgica	Autorrepresentação	Goffman	Autenticidade (veracidade)	Objetivo Subjetivo
Ação comunicativa	Entendimento mútuo	Mead; Garfinkel	Entendimento	Reflexiva a todos

Fonte: Adaptado de Andrews (2011) e Reese-Schäfer (2010).

Somente a ação comunicativa faz referência aos três mundos e pretensões de validade e com isso rompe com a dicotomia entre fatos, valores e normas. Em especial, nos atentamos para a ação comunicativa (agir orientado para o entendimento mútuo) e a ação estratégica, pois no processo de racionalização elas se separam⁴⁸ (HABERMAS, 2012a).

⁴⁸ Isso leva Habermas a fazer um importante questionamento: "[...] como estabilizar, na perspectiva dos próprios atores, a validade de uma ordem social, na qual ações comunicativas tomam-se autônomas e claramente distintas de interações estratégicas?" (HABERMAS, 1997a, p. 45). Consideramos no âmbito da gestão social que é importante pensar em tensões entre a ação estratégica e comunicativa - não apenas que elas são claramente distintas.

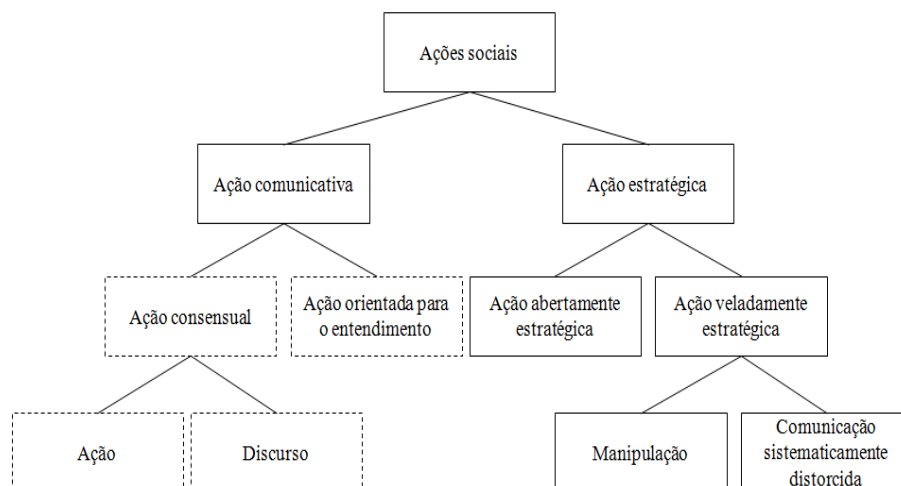


Figura 1 Ações comunicativas e ações estratégicas

Fonte: Adaptado de Habermas (2012a, p. 574) e Habermas (2002, p. 10).

É principalmente sobre essa relação (ação comunicativa e ação estratégica) que Tenório (1998) apresenta sua concepção de gestão social que para ele se contrapõe à gestão estratégica (aproximação da ação estratégica de Habermas) pautando-se pelo gerenciamento mais participativo, dialógico e em busca do entendimento (TENÓRIO, 1998).

Na Figura 1 a parte pontilhada é acrescentada por Habermas (2002) em *On the Pragmatics of Communication [Racionalidade e Comunicação]*. Além da relação ação comunicativa e estratégica, nos focaremos brevemente no conceito de *comunicação sistematicamente distorcida* que aparece em um artigo de Habermas em 1970: *On systematically distorted communication*. Nesse texto, o autor descreve uma teoria da competência comunicativa e apresenta com a teoria psicanalítica o conceito de distorção sistemática da comunicação. Em Habermas, a ideologia possui função de distorção da comunicação, são elementos pseudocomunicacionais estratégicos que impedem o consenso, isto é, a "[...] ideologia é tratada por Habermas como uma

deformação sistemática do processo comunicativo, que procura camuflar relações de violência" (PAES DE PAULA, 2013, p. 529).

Posteriormente, Habermas (1989) retoma brevemente este conceito ao abordar as problemáticas colocadas por Freud: "[...] o sujeito pode se enganar a si mesmo" e "uma comunicação distorcida de maneira sistemática, que pode surgir simetricamente no plano interpessoal e intrapsíquico" (HABERMAS, 1989, p. 233). No Brasil, Vizeu (2009) e Vizeu e Cicmanec (2013) utilizaram o conceito de *comunicação sistematicamente distorcida* ao estudar organizações. No entanto, este conceito se tornou menos importante nas obras de Habermas ao ponto que uma de suas grandes críticas, Iris Marion Young, reconhece isso:

À luz do fato de que Habermas contribuiu muito para as teorias contemporâneas da ideologia ou comunicação distorcida, é surpreendente e decepcionante que a sua própria teoria da democracia deliberativa, [...], quase não dê espaço à teorização da comunicação distorcida e seus efeitos (YOUNG, 2014, p. 206).

Voltando à ação comunicativa, Risse (2000) afirma que prefere chamá-la de racionalidade argumentativa (*argumentative rationality*), pois o objetivo é chegar a um consenso argumentativo sobre reivindicações de validade. Neste, quando os atores se envolvem em um discurso à procura da verdade, devem estar preparados para mudar suas próprias visões de mundo, seus interesses e, às vezes até suas identidades (RISSE, 2000). Aqui reside o poder transformador da comunicação. Concomitantemente, o primeiro tipo de ação se constitui de orientação no mundo-da-vida.

Se na ação instrumental o sujeito reivindica eficácia para sua ação no sentido de que os meios escolhidos são propícios para a obtenção do fim proposto, na ação comunicativa o sujeito vai reivindicar verdade, correção, veracidade ou inteligibilidade para seu proferimento. Reivindicando eficácia (ação instrumental) verdade,

correção, veracidade e inteligibilidade (ação comunicativa) para suas ações, os sujeitos demonstram disposição para fundamentarem por meio de razões suas pretensões (CAVALCANTE, 2001, p. 246).

Na ação comunicativa o objetivo não é o êxito, não é o cálculo dos melhores meios para alcançar fins previamente determinados; a ação comunicativa tem por objetivo o entendimento entre os participantes da discussão. Da perspectiva da ação comunicativa, é essencial que se faça ouvir o maior número possível de vozes, de opiniões e de questionamentos sem restrições. Segundo Habermas, esse tipo de ação permite a reprodução simbólica da sociedade, sem a qual o conflito e o dissenso se expressariam unicamente em termos de interesses inconciliáveis, segundo a lógica da ação instrumental, o que levaria a sociedade moderna à autodestruição (NOBRE, 2008, p. 21).

Para Habermas (2012a, p. 182) apenas a ação comunicativa assume a linguagem como um *medium* de entendimento, isto é, "[...] o entendimento linguístico enquanto mecanismo da coordenação da ação". De outra forma, "o agir comunicativo depende de um processo de interpretação cooperativo em que os participantes se referem simultaneamente a algo no mundo subjetivo [vivências pessoais e estados de espírito], no mundo social [valores, regras e normas] e no mundo objetivo [coisas existentes]" (HABERMAS, 2012b, p. 221), no entanto, no ato de fala pode ser enfatizado apenas um dos três componentes. Dessa forma, envolve o mundo-da-vida intersubjetivamente partilhado, ou seja, o "horizonte do seu mundo da vida previamente interpretado" (HABERMAS, 2012b, p. 183).

No modelo teleológico [incluindo a forma estratégica], a linguagem é apenas um meio de transmissão de crenças ou intenções que servem ao interesse do ator voltado para o sucesso; no normativo, a linguagem é tão somente o meio que propaga os valores culturais e transmite um consenso já existente; do ponto de vista do modelo dramatúrgico, a linguagem é o meio de expressão de estados subjetivos e

assume formas estilísticas e estéticas (ANDREWS, 2011, p. 37).

Contra as críticas da inexistência dessa forma de agir/ação Habermas (2012a; 2012b) considera que na sociedade contemporânea ela se encontra presente na formação da identidade, nas instituições e no processo de socialização - sendo parte da formação democrática da vontade e da opinião pública (HABERMAS, 1997b), isto é, "a racionalidade comunicativa encontra-se assim, para Habermas, efetivamente inscrita na realidade das relações sociais contemporâneas" (NOBRE, 2011, p. 56).

[...] as estruturas simbólicas de todo mundo-da-vida reproduzem-se sob as formas da tradição cultural, da integração social e da socialização - e esses processos, como mostrei em outro lugar [*na Teoria do Agir Comunicativo*], só poderiam efetuar-se por meio do agir orientado para o entendimento mútuo. Não há nenhum meio equivalente que seja capaz de preencher essas funções (HABERMAS, 1989, p. 124; grifo nosso).

Isto significa que a reprodução simbólica da sociedade só pode ser realizada por ações comunicativas: "[...] as estruturas simbólicas de todo mundo-da-vida reproduzem-se sob as formas da tradição cultural, da integração social e da socialização - e esses processos, [...], só poderiam efetuar-se por meio do agir orientado para o entendimento mútuo" (HABERMAS, 1989, p. 124). Nobre (2011) destaca também que com Habermas a tese da racionalidade instrumental/estratégica não é totalizante - como propunha o diagnóstico da primeira geração da Escola de Frankfurt.

Fazendo contraponto, no sistema os mecanismos de coordenação das ações são estratégicos, em termos habermasianos: o poder [sistema administrativo - Estado] e o dinheiro [sistema econômico - mercado]. Habermas (2012b) destaca que o agir estratégico é uma forma especial do agir teleológico.

Este último é quando "o ator realiza um propósito ou ocasiona o início de um estado almejado, à medida que escolhe em dada situação meios auspiciosos, para então empregá-los de modo adequado" (HABERMAS, 2012a, p. 163). Por consequência, "o modelo teleológico do agir é ampliado à modelo estratégico quando pelo menos um ator que atua orientado a determinados fins revela-se capaz de integrar ao cálculo de êxito a expectativa de decisões" (HABERMAS, 2012a, p. 163-164). Neste sentido, o mercado e o Estado são sistemas onde as ações são direcionadas estrategicamente.

O conceito dual de sociedade refere-se à relação de dois mundos diferenciados estruturalmente pela racionalização em "sistema" e "mundo-da-vida". Estas duas noções são utilizadas por Habermas para compreender a sociedade moderna racionalizada. Refletem o duplo conceito de racionalização que desemboca em dois tipos de ação: instrumental e comunicativa. Designam as funções de integração na sociedade (sistêmica e social), nos diferentes contextos de ação (instrumental e comunicativa) (LUBENOW, 2007, p. 120).

Habermas (2012a; 2012b) afirma que a sociedade moderna precisa das ações comunicativas e estratégicas, isto é, a integração da sociedade depende de ambas as racionalidades e a sua interpretação de ambas as visões - mundo-da-vida e sistema. Habermas (2012b) justifica afirmando que individualmente essas abordagens não conseguem analisar a totalidade social.

Na perspectiva participante de membros de um mundo-da-vida, parece que a sociologia orientada pela teoria de sistemas refere-se apenas a um dos três componentes do mundo-da-vida, ou seja, ao sistema de instituições em relação ao qual a cultura e a personalidade formam um simples entorno. Já na perspectiva do observador da teoria de sistemas, parece que a análise do mundo-da-vida se limita ao subsistema social especializado na manutenção de padrões estruturais (*pattern-maintenance*) - e nesta perspectiva os componentes do mundo da vida não passam

de meras diferenciações internas desse subsistema social definidor da manutenção (HABERMAS, 2012b, p. 276-277).

Seria este, segundo nossa metáfora, o reconhecimento por Habermas que a sociedade possui ou pode ser pensada pela face de Janus (aqui no que tange aos modelos sociológicos de interpretação social), isto é, tanto o paradigma do mundo-da-vida quanto o dos sistemas são necessários e se não lançamos este *duplo*⁴⁹ (ou dual) olhar não conseguimos visualizar a totalidade, nem das relações de dominação nem dos potenciais de emancipação. Já em *Problemas de Legitimación en el Capitalismo Tardío* [1973] Habermas (1999) afirma que "*ambos paradigmas, mundo-de-vida y sistema, tienen su razón de ser; otro problema es asociar-los*" (HABERMAS, 1999, p. 25). Problema que ele enfrenta mais diretamente em 1981 com a *Teoria do Agir Comunicativo* e nos anos de trabalho que dedicou a ela. Por isso, conforme Flynn (2014) nessa obra Habermas constrói os fundamentos normativos de uma teoria social crítica, combinando uma perspectiva hermenêutica com a análise funcionalista dos sistemas. A base da relação mundo-da-vida e sistema que remete à obra *A Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio* é reconhecida por Pinzani (2009).

Já apresentamos aqui a importância do mundo-da-vida, nos parágrafos abaixo destacamos o mundo-dos-sistemas. Habermas (2012b) destaca a importância da teoria dos sistemas ao afirmar que a coesão social não é obtida apenas através de processos comunicativos: "sociedades modernas são integradas não somente através de valores, normas e processos de entendimento,

⁴⁹ Talvez isso fique ainda mais claro quando observamos que Habermas não abandona a Teoria Tradicional mas a integra a Teoria Crítica para tecer sua visão da sociedade em Teoria do Agir Comunicativo. Como se observa em Nobre e Repa (2012) Habermas interpreta essa incompletude e integra ambas em um processo de reconstrução (Ver obra *Habermas e a Reconstrução* organizada por Marcos Nobre e Luiz Repa, 2012). Esse procedimento é que permite a Habermas avançar em relação à primeira geração da Escola de Frankfurt e reconstruir *uma teoria crítica da sociedade fundamentada na comunicação*.

mas também sistemicamente, através de mercados e do poder administrativo. Dinheiro e poder administrativo constituem mecanismos da integração social" (HABERMAS, 1997a, p. 61-62). São os mecanismos sistêmicos que retiram o peso das relações comunicativas e liberam-nas para a reprodução simbólica das relações sociais. Todavia, a perspectiva que considera somente os sistemas sociais, como a de Parsons e Luhmann também limita a compreensão. Com isso a sociedade não pode ser concebida apenas como sistemas sociais, mas nem também somente como mundo-da-vida.

Já na década de 1970 houve um famoso debate entre Habermas e Luhmann, uma das divergências diz respeito à compreensão de Luhmann de que a comunicação forma um sistema social autopoietico. Além disso, para Habermas a comunicação visa o entendimento/consenso, enquanto em Luhmann ela não possui finalidade.

Colegas como Luhmann opinam que as sociedades modernas se decompuseram inteiramente em seus diferentes sistemas parciais, os quais passam a formar unicamente meios ambientes, uns para os outros, não dispondo mais de uma linguagem comum; uns podem observar os outros, sem, no entanto, chegar a uma comunicação recíproca. Neste caso, sua pergunta teria ficado sem conteúdo; ora, eu não posso crer nisso. O ceticismo da teoria do sistema desconhece a eminente capacidade de realização da linguagem comum coloquial que circula pela sociedade, a qual, do mesmo modo que a mão humana - um monopólio antropológico - é capaz de resolver tarefas especialmente complexas exatamente porque não se especializou, nem foi unilateralizada em códigos especiais" (HABERMAS, 1993, p. 109).

De volta a *Direito e Democracia* [1992] Habermas apresenta outras limitações da perspectiva de Luhmann:

N. Luhmann herda a teoria do sistema da fenomenologia transcendental de Husserl, invertendo a filosofia do sujeito e transformando-a num objetivismo radical. [...] os sujeitos que constituem seus próprios mundos, ou que compartilham intersubjetivamente, num nível superior, mundos da vida comuns, perdem seu lugar; e, com ele, todas as realizações de integração, realizadas através da consciência dos atores, perdem seu direito. Todos os vestígios hermenêuticos, nos quais uma teoria da sociedade, que parte da autocompreensão dos atores, ainda poderia encontrar acesso à sociedade, foram apagados (HABERMAS, 1997a, p. 71).

Isso se faz claro quando na teoria dos sistemas não são os humanos que se comunicam, mas os sistemas sociais - economia, religião, política, ciência, educação, direito, sistema educacional, arte, amor, movimentos sociais e outros (MELO JÚNIOR, 2013). É nesse sentido, que Niklas Luhmann apaga os sujeitos, segundo Habermas (1997a).

A teoria dos sistemas [...] chega à conclusão de que a sociedade constitui uma rede de sistemas parciais autônomos, que se fecham uns em relação aos outros através de semânticas próprias, formando ambientes uns para os outros. A interação entre tais sistemas não depende mais das intenções ou dos interesses de atores participantes, mas de modos de operação próprios, determinados internamente (HABERMAS, 1997b, p. 63-64).

Em comum, ambos propõem uma leitura sociológica a partir da comunicação, como processo elementar da constituição da sociedade⁵⁰. Por sua

⁵⁰ Apesar disso, argumenta Kjaer (2006) que o debate entre Jürgen Habermas e Niklas Luhmann foi caracterizado pela convergência mais que pela divergência. "[...] *one outcome of the Habermas/Luhmann debate is that the late Habermas's discourse theory can be regarded as a normative superstructure to Luhmann's descriptive theory of society. But a second is that, beyond the tendency to the two theoretical complexes' convergence, a complete fusion, through the development of a fully fledged inter-systemic and critical systems theory, could provide a viable basis for further theoretical development. Such a theory might provide an optimal frame for the continuing reformulation of legal theory*" (KJAER, 2006, p. 77).

vez, Habermas critica Parsons, por sua vez, por substituir o mundo-da-vida pelo subsistema cultural e eliminou distinção mundo-da-vida e sistemas. Como contrapartida, seu arcabouço permite compreender os subsistemas econômico e administrativo (HABERMAS, 2012b). Desta forma, o que tanto Parsons quanto Luhmann se esquecem são das instâncias do mundo-da-vida, as quais os sistemas funcionais precisam se remeter para alcançarem legitimidade (HABERMAS, 2012b).

Sociologicamente a separação do mundo-da-vida do sistema ocorreu para Habermas (2012b) em decorrência da complexificação dos sistemas sociais e da racionalização do mundo-da-vida, isto é, racionalização social e cultural. Com isso houve o desacoplamento dos subsistemas que passaram a ser direcionados por lógicas e procedimentos distintos (VANDENBERGHE, 2011). Isto significa que nas sociedades tradicionais, mundo-da-vida e sistema eram inseparáveis, "o que aconteceu, portanto, na passagem para as sociedades modernas foi que sistema e Mundo-da-Vida se desacoplaram e suas lógicas específicas ganharam autonomia uma em relação à outra" (NOBRE, 2008, p. 22).

O sistema econômico foi o primeiro a se diferenciar do mundo-da-vida e sua institucionalização teve início com a legalização do meio "dinheiro". O subsistema administrativo, por sua vez, foi institucionalizado por meio de leis públicas que tratam das organizações de funções administrativas e políticas (ANDREWS, 2011, p. 78-79).

No entanto, mesmo com o desacoplamento nas sociedades modernas existem entre o mundo-da-vida e os subsistemas relações de trocas, isto é, trocas entre as esferas sociais. Neste sentido, em relação ao sistema Estado assumimos papéis de cliente do Estado (políticas públicas) e eleitor em relação ao mercado, empregado e consumidor.

Quadro 2 Relações entre os subsistemas e o mundo-da-vida

Ordens institucionais do mundo-da-vida		Relações de troca			Subsistemas
Esfera privada	Empregado	→	Força de trabalho	→	Sistema econômico
		←	Salário	←	
	Consumidor	→	Salário	→	
		←	Bens e serviços	←	
Esfera pública	Cliente do Estado	→	Impostos	→	Sistema administrativo
		←	Políticas públicas	←	
	Eleitor	←	Políticas públicas	←	
		→	Lealdade de massa	→	

Fonte: Adaptado de Andrews (2011 p. 131).

Percebemos que esse modelo é uma ampliação do apresentado em *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío* [1973] (HABERMAS, 1999), conforme Figura 1. Esta Figura com base em Luhmann interpreta o mundo-da-vida como um sistema sociocultural que se relaciona com o sistema econômico e o sistema político administrativo. O avanço de Habermas é associar os paradigmas do mundo-da-vida e do sistema como necessários para a análise das sociedades modernas.

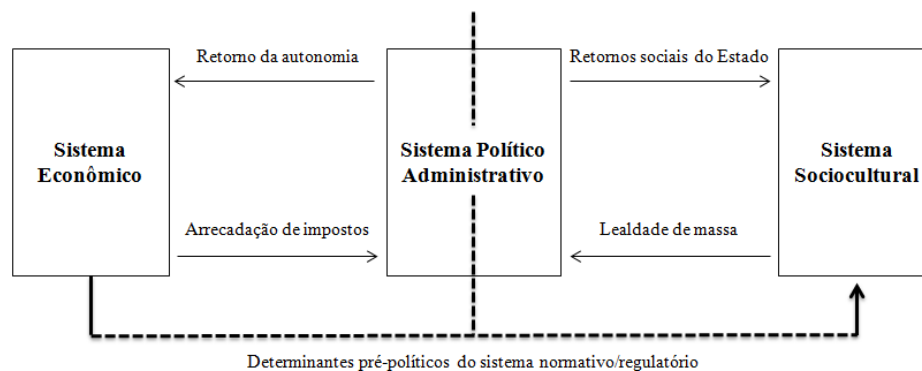


Figura 2 Relações sistema econômico, político e sociocultural.

Fonte: Habermas (1999; tradução livre).

A nova configuração, associação de mundo-da-vida e sistemas permite então a Habermas uma tese que serviu de orientação da compreensão,

principalmente dos Novos Movimentos Sociais, do Estado de Bem Estar Social e da *crise de legitimação do capitalismo tardio*. A tese a que nos referirmos é da *Colonização do Mundo-da-vida pelo Sistema*.

O "fundamental para Habermas é que cada uma dessas racionalidades [e sistemas] não extrapole seus domínios próprios" (NOBRE, 2011, p. 58). No entanto, o diagnóstico de Habermas é que o mundo-da-vida e o sistema não estão sempre em harmonia e com isso existe desequilíbrio na integração (LÜCHMANN, 2002), pois, "embora os sistemas econômico e administrativo sejam necessários para a coordenação de sociedades complexas, há limites para o uso da razão funcionalista. Se esses limites não são respeitados, o efeito colateral é a reificação das relações sociais" (ANDREWS, 2011, p. 65). Em consequência, a comunicação deixa de ser importante como mecanismo de coordenação das ações. Isto significa que:

Na abordagem de Habermas, a ação estratégica é complementar à ação comunicativa, ainda que sua visão sistêmica tenha efeitos patológicos sobre o mundo-da-vida. Portanto, Habermas não vê uma oposição entre ação estratégica e ação comunicativa, mas considera as duas formas de ação social necessárias para a reprodução da sociedade. O problema consiste na supremacia quase absoluta da razão funcionalista sobre a razão comunicativa, o que corrói as condições de reprodução do mundo-da-vida. Lembremos-nos de que o mundo-da-vida é constituído por interpretações disponíveis a indivíduos na sociedade para atribuir sentido a fatos, normas e estados subjetivos; na ausência de um processo de entendimento mútuo intersubjetivo, o mundo-da-vida não pode ser renovado e, dessa forma, torna-se vulnerável a interpretações impostas pela lógica dos sistemas, de "fora" para "dentro" (ANDREWS, 2011, p. 66).

A colonização acontece então pela imposição da lógica funcionalista ao mundo-da-vida (ROUANET, 1987; NOBRE, 2008; ANDREWS, 2011). Através dessa questão Habermas apresenta que a reificação não se limita a

esfera do trabalho. Para Habermas ela estende-se para outras dimensões da vida social, pois, "emerge da orientação estratégica, que contrasta com a orientação para o entendimento mútuo" (ANDREWS, 2011, p. 57).

Para Vandenberghe (2011) com a colonização surgem diversas patologias como a anomia social, a alienação e a reificação: "a mediação se transforma em alienação e a racionalização em reificação" (VANDENBERGHE, 2010, p. 3). Para Araújo e Cianalli (2006, p. 304) ela "[...] traz ameaças de empobrecimento cultural, alienação, destruição de estruturas comunicativas, mecanização das relações intersubjetivas". No Quadro 3 é apresentada a relação entre os componentes do mundo-da-vida e as patologias sociais.

Quadro 3 Manifestações de crise e distúrbios da reprodução (patologias)

Entraves no âmbito da	Componentes Estruturais do Mundo da Vida			Dimensões de avaliação
	Cultura	Sociedade	Personalidade	
Reprodução cultural	Perda do sentido	Privação da legitimidade	Crise de orientação e crise na educação	Racionalidade do saber
Integração social	Informação da identidade coletiva	Anomia	Alienação	Solidariedade dos membros
Socialização	Quebra de tradições	Privação da motivação	Psicopatologias	Imputabilidade da pessoa

Fonte: Adaptado de Habermas (2012b, p. 260).

Desta forma, procuramos mostrar que a colonização vai ser expressa quanto à racionalidade instrumental e estratégica, passam a moldar os processos de socialização, aprendizado e formação da personalidade (ANDREWS, 2011; NOBRE, 2011). Mas, como esclarece Andrews (2011) as patologias não são causadas pela burocratização per se, mas sim pela comunicação sistematicamente distorcida: "[...] para Habermas, a contradição dialética está entre a comunicação sistematicamente distorcida e o entendimento mútuo

iminente à linguagem" (ANDREWS, 2011, p. 64). De outra forma, não é racionalização que causa as patologias, pois a racionalização do mundo-da-vida é que permite a liberação do poder comunicativo (FLYNN, 2014). Habermas deixa isso explícito:

As deformações que foram objeto de interesse de Marx, Durkheim e Weber não dependem da racionalização do mundo-da-vida em geral, nem da crescente complexidade do sistema enquanto tal. Além disso, a secularização das cosmovisões e a diferenciação estrutural da sociedade não têm por si mesmas, efeitos patológicos colaterais. A diferenciação e o desenvolvimento próprio das esferas de valores culturais não provocam o empobrecimento cultural da prática comunicativa cotidiana [...] A racionalização unilateral e a reificação da prática comunicativa cotidiana não são frutos da disjunção entre formas de organização dos subsistemas controlados por meios e pelo mundo-da-vida, mas da penetração de formas a racionalidade econômica e administrativa em esferas de ações que resistem à transferência para os meios "dinheiro" e "poder", uma vez que se especializam na tradição cultural, na integração e na educação social, ficando na dependência do entendimento como mecanismo de coordenação da ação (HABERMAS, 2012b, p. 597).

Como exemplo do processo de colonização, na *Teoria do Agir Comunicativo* Habermas analisa que o sistema jurídico (o direito) tem efeitos negativos, pois leva mecanismos sistêmicos para dentro do mundo-da-vida (FLYNN, 2014). Esse processo vai ser denominado de juridicização. Segundo Habermas (1987, p. 186), "Tendências da juridicização: a síndrome [síndrome] da reificação que se manifesta nas sociedades capitalistas avançadas deve-se, como expliquei, ao fato de os subsistemas regulados por media, a economia e o Estado, intervirem por meios monetários e burocráticos na reprodução simbólica da esfera da experiência (*Lebenswelt*)". Isso se relaciona com o que Santos (1999) denomina de excessos de regulação.

Não vamos explorá-lo por completo, mas lembrar de que para Habermas (2012b) no Estado democrático de bem-estar social os controles dos subsistemas econômicos utilizados para mitigar os efeitos do sistema de produção capitalista, interferiram no mundo-da-vida e formaram uma burocracia governamental centralizada, com isso representou uma forma de colonização - responsável pela crise de legitimação. A questão do direito é reformulada em *Direito e Democracia* [1992], onde Habermas (1997a) propõe que ele emerge como elemento integrador capaz de transitar do mundo-da-vida ao sistema e vice-versa. Pois ele impõe limites e barreiras tanto ao Estado e ao mercado quanto à vida privada dos sujeitos sociais.

Em outro texto, Habermas indica que também abriu mão de parte de sua crítica mediante o conceito de juridicização, "[...] eu me corriji num ponto: não acredito mais que a juridicização é uma consequência inevitável do estado de bem-estar social" (HABERMAS, 1997c, p. 99). Assim, afirma que o modelo liberal também não soluciona os problemas os quais o Estado de bem-estar social tentou corrigir. No entanto, Habermas não abandona de forma geral a tese da colonização (HABERMAS, 1997c).

Outro ponto que não é abandonado por Habermas na obra *Direito e Democracia* é o plano de fundo do mundo-da-vida que ainda é central no diagnóstico de Habermas. A grande mudança é em relação ao direito como instrumento de colonização, pois agora ele ganha um vínculo estruturante com a democracia. Andrews (2011) defende a tese de que entre as duas obras citadas não existem ruptura, mas uma continuidade marcada pelo fio condutor da emancipação e da legitimidade: "a teoria da ação comunicativa continua sendo fundamental para a teoria habermasiana da democracia e do direito" (ANDREWS, 2011, p. 144).

2.1 Mundo-da-vida, sistema e a política deliberativa

Em *Direito e Democracia*, Habermas (1997a; 1997b) defende uma concepção deliberativa da democracia⁵¹ sob a lente teórica da ação comunicativa. Nesse processo, o mundo-da-vida ainda continua fundamental na concepção de legitimidade democrática, da sociedade civil e da esfera pública (COHEN; ARATO, 1992; AVRITZER, 2000; 2012). Nesse novo escopo, Habermas vai destacar que o mundo-da-vida não pode apenas resistir aos sistemas, mas influenciá-los (SILVA, 2001; LÜCHMANN, 2002; NOBRE, 2008; LUBENOW, 2007; 2012), afinal, "não pode se tratar apenas de um processo em que o Mundo-da-Vida se defende dos ataques colonizadores do sistema. Se fosse assim, não seria possível pensar na expansão dos domínios sociais em que predomina o entendimento" (NOBRE, 2008, p. 23). Logo, nesse novo modelo, a esfera pública e a sociedade civil assumem papéis fundamentais (COHEN; ARATO, 1992; COSTA, 1994; LUBENOW, 2012). Apenas indicamos que concomitantemente, o modelo deliberativo e a concepção de esfera pública possibilitam discussões no âmbito dos arranjos participativos no Brasil (FERRAZ, 2006; ANDREWS, 2011; AVRITZER, 2012), bem como no âmbito da gestão pública e social (PAES DE PAULA, 2005a; ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2014).

⁵¹ "A democracia deliberativa constitui-se, portanto, como um processo de institucionalização de um conjunto de práticas e regras (formais e informais), que pautadas no pluralismo, na igualdade política e na deliberação coletiva, sejam capazes de eliminar ou reduzir os obstáculos para a cooperação e o diálogo livre e igual, interferindo positivamente nas condições subjacentes de desigualdades sociais" (LÜCHMANN, 2003, p. 12). A democracia deliberativa possui outras vertentes com a contribuição de diversos autores: Jonh Rawls, James Bohman, Joshua Cohen, Maeve Cooke, Dennis Thompson e Simone Chambers. O arcabouço teórico habermasiano é utilizado nos estudos sobre experiências participativas e deliberativas no Brasil. Nessa concepção, o principal autor é o professor Leonardo Avritzer (FERRAZ, 2006).

No entanto, tal visão já pode ser vista na *Teoria do Agir Comunicativo* onde os movimentos sociais (feministas, estudantil, ecológicos e outros) representam reações às invasões sistêmicas, buscando autonomia (REPA, 2012). Mesmo que alguns deles não sejam emancipatórios, mas apenas de resistência (FLYNN, 2014). Nesse diagnóstico Habermas coloca que os movimentos sociais apenas criam barreiras contra a colonização do mundo-da-vida e dessa forma se mantém afastados da institucionalização, isto é, apenas proteger "[...] áreas de vida que necessitam funcionalmente de uma integração social que passe por valores, normas e processos de comunicação" (HABERMAS, 1987, p. 202). Neste sentido, o direito não se constitui de um elemento que potencializa a emancipação.

Logo, em *Direito e Democracia* este diagnóstico vai mudar destacando uma (re) organização da importância da esfera pública e da sociedade civil dentro do modelo centro-periferia (ver: Habermas, 1997a) que o autor se baseia em Bernhard Peters, para "organizar os atores políticos e sociais em um eixo composto de um centro e vários anéis periféricos" (MARQUES, 2008, p. 25). Agora, os movimentos sociais e a sociedade civil lutam para influenciar/direcionar o sistema e o direito⁵² terá papel de institucionalização dessas demandas.

⁵² Essa mudança é maior do que possa parecer, ela se torna mais compreensível quando se destaca o papel atribuído pelo marxismo ao direito como elemento da luta de classe e pela primeira geração de Frankfurt, até mesmo por Habermas na década de 1970 e 1980 como elemento de reificação e colonização. Veja por exemplo como na década de 1980 Habermas se refere ao direito: "A expressão 'juridicização' refere-se de maneira geral ao fato, que se pode observar nas sociedades modernas, de o direito escrito ter tendência a aumentar. Este aumento corresponde a dois fenômenos: a expansão do direito, ou seja: a regulamentação jurídica de aspectos da vida social até agora submetidos apenas a normas sociais informais e a densificação do direito, ou seja: a decomposição, por especialistas do direito, de hipóteses normativas jurídicas globais em hipóteses normativas mais especificadas" (HABERMAS, 1987, p. 186). Isto é, a colonização do mundo-da-vida.

No centro está o sistema administrativo - "complexos institucionais formais, como parlamentos, cortes, agências administrativas responsáveis pelas decisões legislativas e judiciárias, pela formulação de programas políticos, regras, medidas administrativas, decretos" (MARQUES, 2008, p. 25-26). Em seguida estariam as esferas autonomamente organizadas, mas ligadas ao governo como universidades e fundações. Por último, (terceiro nível), "estariam as associações politicamente orientadas para a formação da opinião": grupos de interesses, instituições culturais, grupos de ativistas ambientais, igrejas e outros (MARQUES, 2008, p. 25-26). A Figura 3 ilustra este modelo (centro-periferia).

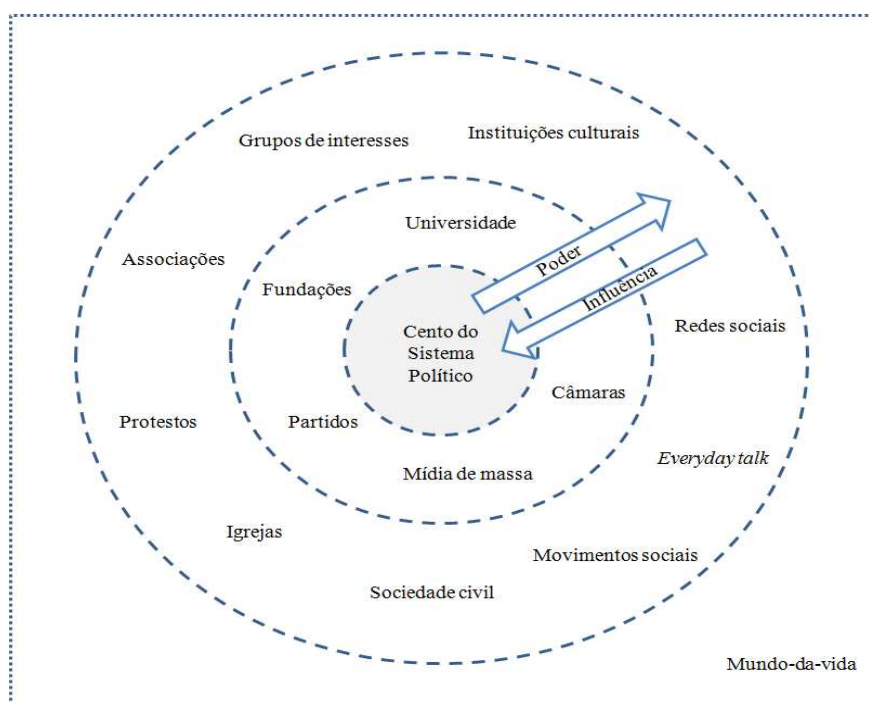


Figura 3 Nova relação mundo-da-vida e sistema

Fonte: Reese-Schäfer (2010), Andrews (2011) e Alcântara, Pereira e Silva (2014).

Sobre essas mudanças existem alguns debates e perspectivas que precisamos considerar. Em *Habermas: The Discourse Theory of Law and Democracy*, Baxter (2011) afirma que a distinção mundo-da-vida e sistema é

fundamentalmente contrária à democracia e, que, por isso Habermas essa posição em *Direito e Democracia*; especialmente o mundo-da-vida. No entanto, para Flynn (2014) isso não acontece, na verdade existem diversos pontos de continuidade, no que tange aos movimentos sociais e a sociedade civil que passam a canalizar os impulsos normativos que surgem em contextos do mundo-da-vida, segundo modelo anteriormente apresentado: em que os fluxos caminham da periferia para o centro (na tentativa de influenciar que do centro retorna poder institucional). O que acrescenta, segundo Flynn (2014), é que o direito agora traduz influência comunicativa em poder administrativo: "é necessário que os impulsos do mundo da vida possam influir no autocontrole dos sistemas funcionais" (HABERMAS, 2000, p. 505). Finalmente, Flynn conclui:

Given the continual expansion of economy and bureaucracy into everyday life, the question of how citizens using ordinary language can compete with the influence of money and power is a significant challenge for actual democratic practice and for any normative theory of democracy. If my interpretation is correct, then Habermas' system–lifeworld model is less an obstacle to even conceiving genuine democracy (HDT [Baxter, 2011]: 87) and more a formidable way of articulating realistic possibilities for mobilized public spheres to embody 'the radical content of democratic ideals' under the 'circumstances of a complex society' (BFN [*Direito e Democracia*]: xliii) (FLYNN, 2014, p. 213).

Sobre as mudanças o próprio Habermas colocou isso. No prefácio à terceira edição de *Teoria do Agir Comunicativo* Habermas indica de alguma forma que em obra posterior pretendia explorar a relação mundo-da-vida e sistema, sofisticando suas teses.

[...] J. Berger advertiu-me de uma parcialidade desnecessária no que diz respeito à tese da colonização. Manifestações que hoje chamam a atenção dos analistas de época não podem ser explicadas apenas por meio de defeitos do mundo da vida, racionalizado por via comunicativa, tidos como sistematicamente induzidos; os imperativos do mundo da vida, mais que isso, desencadeiam de sua parte bloqueios em um sistema econômico capitalista que se dedica à naturalização dos entornos. [...] não explorei por completo o potencial analítico da abordagem aqui desenvolvida. (HABERMAS, 2012a, p. 5-5).

No novo escopo, Habermas (1997b) defende a concepção de uma esfera pública sensível e permeável aos fluxos comunicacionais oriundos do mundo-da-vida. Logo, a esfera pública é como se fosse uma caixa de ressonância com sensores sensíveis que filtram, sintetizam a vontade pública, transportando-a até os níveis institucionalizados do sistema político (LUBENOW, 2012): "processo de normatização, que se inicia pela formação da opinião e da vontade nas esferas públicas informais, acaba desaguando, pelo caminho procedimental, nas instâncias formais de deliberação e decisão" (LUBENOW, 2012, p. 204). Na Figura 4 destacam-se os dois momentos da relação mundo-da-vida↔sistema discutido nesta seção.

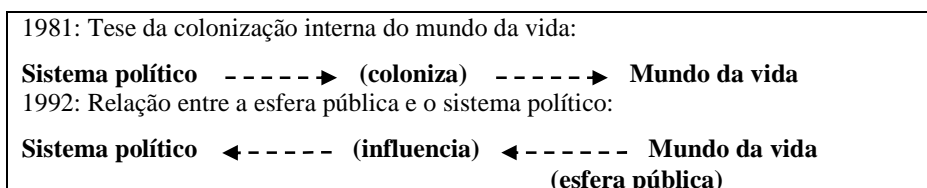


Figura 4 Relações entre sistema político e mundo-da-vida

Fonte: Silva (2001, p. 132).

Além disso, como colocado, uma das grandes mudanças vai ser o novo papel estabelecido para o direito: se na década de 1980 ele aparece como elemento de colonização do mundo-da-vida, ele agora se apresenta como um *medium* capaz de institucionalizar as demandas do mundo-da-vida. Isto é, ele

faz mediação entre o mundo-da-vida e os sistemas sociais. Para Habermas (1997a, p. 82) a linguagem cotidiana não consegue traduzir-se em todas as linguagens, "para traduzi-las *nos* códigos especiais, ela depende do direito, o qual tem contato com o dinheiro e o poder administrativo", assim, "mensagens normativas só conseguem circular *em toda a amplitude da sociedade* através da linguagem do direito" (HABERMAS, 1997a, p. 82).

 Todavia, o código do direito não mantém contato apenas com o *medium* da linguagem coloquial ordinária pelo qual passam as realizações de entendimento, socialmente integradoras do mundo-da-vida; ele também traz mensagens dessa procedência para uma forma na qual o mundo-da-vida se torna compreensível para os códigos especiais da administração dirigida pelo poder, e da economia, dirigida pelo dinheiro. Nesta medida, a linguagem do direito pode funcionar como um transformador na circulação da comunicação entre sistema e mundo da vida, o que não é o caso da comunicação moral, limitada à esfera do mundo da vida (HABERMAS, 1997a, p. 112).

 A legitimidade política para Habermas advém do processo de formação da opinião e da vontade pública (processo comunicativo) que ocorre dentro da esfera pública que se constitui como intermédio entre o mundo-da-vida e o sistema (COSTA, 1994; ANDREWS, 2011). São nessas discussões que emergem as possibilidades das estruturas e práticas do mundo-da-vida potencializar-se pela gestão social e direcionar de forma democrática os sistemas - essa possibilidade é explorada pelo campo da gestão social (TENÓRIO, 1998; 2005; 2013; PEREIRA, 2012; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013; ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2014).

 Entretanto, como já destacado, o autor enfrentou diversos debates e uma série de críticas: existência de elementos antiemancipatórios na sua obra, foco na razão, foco na influência informal (não institucional) da sociedade civil e

outras na direção de teorias pluralistas, feministas, marxistas e pós-modernas (BENHABIB, 1996; SANDERS, 1997; MOUFFE, 1999; SHAPIRO, 1999; CHAMBERS, 2003; 2009; SUSEN, 2011; FRASER, 1990; YOUNG, 2001; MIGUEL, 2014). Souza (1998) destaca a contraposição simplista entre Estado e sociedade civil. Ferraz (2006), por sua vez, justifica que o modelo de Habermas não privilegia a importância dos arranjos institucionais e, por isso, as propostas de Joshua Cohen e James Bohman podem ser mais adequadas à realidade brasileira. A autora destaca também que "o principal problema desta formulação é tomar como fato dado a igualdade. Há uma pressuposição de uma igualdade substancial, pois os processos de comunicação na esfera pública são tomados como discussão racional entre indivíduos iguais" (FERRAZ, 2006, p. 187).

Nesse mesmo sentido, cabe destacar que o poder de influência da esfera pública não é amplo, já que os "impulsos oriundos da sociedade civil, e que passam pela esfera pública, garantem uma margem de *ação muito limitada*" (LUBENOW, 2012, p. 206; grifos no original). E, assim, ainda existe certo ceticismo sobre as possibilidades de a sociedade exercer influência e, conforme Nobre (2013), principalmente no Brasil que existe uma blindagem do sistema político. Finalmente, o modelo agonístico de democracia baseada em Laclau e Mouffe (2001 *apud* MIGUEL, 2014) é a perspectiva atual mais distante da concepção de Habermas⁵³. Principalmente Mouffe (1999) defende uma concepção baseada no conflito como inerente ao político e realiza uma ampla crítica às perspectivas deliberativas de Habermas e Rawls (MIGUEL, 2014).

⁵³ As principais críticas são: "(1) a relativa insensibilidade ao impacto das assimetrias sociais na produção das competências discursivas dos indivíduos, já que apenas se postula que todos devem ser "livres e iguais" [...] (2) o apego a um ideal decalcado da comunicação face a face, que encontra dificuldades em lidar com os problemas de escala, centrais nas democracias contemporâneas e com as necessidades de mediação daí decorrentes – em particular, a representação política e os meios de comunicação de massa; e (3) [...], a negligência em relação ao caráter conflitivo da política, reverso da valorização do consenso" (MIGUEL, 2014, p. 21-22).

Neste artigo argumentamos que a relação mundo-da-vida↔sistema possibilita problematizar o próprio *locus* da gestão social. Por fim, é importante destacar que mesmo o modelo em que a colonização ainda é impeditiva da emancipação, "o campo das interações espontâneas, linguisticamente mediatizadas continua sendo indispensável, inclusive nas sociedades mais complexas" (ROUANET, 1987, p. 540).

3 IDENTIFICANDO O LOCUS DA GESTÃO SOCIAL

Na literatura a diversidade de *loci* é destacada por Pimentel e Pimentel (2010), Maia (2005), Cançado (2011) e Araújo (2012). Peres Junior e Pereira (2014) e Guerra e Teodósio (2012). Cançado (2011) destaca a multiplicidade de *locus* ao encontrar como sinônimo gestão emancipatória, gestão participativa, gestão do desenvolvimento social e gestão de organizações sem fins lucrativos, gestão participativa de políticas públicas, gestão democrática do terceiro setor, gestão democrática do desenvolvimento territorial e outras. Maia (2005, p. 14) informa que:

Os *locos*, espaços ou campos de viabilização da gestão social, são especialmente identificados nas *organizações*, tanto do *Estado*, quanto do *mercado* e da *sociedade civil*. Além disso, outro *loco* destacado está nas *políticas públicas, econômicas e sociais*. Outros campos da gestão são as *redes*, as *interorganizações* e o *espaço local* (MAIA, 2005, p. 14).

Finalmente, a questão do *locus* desperta debates acadêmicos e diversidade conceitual, afinal a multiplicidade de sentidos e conceitos de gestão social se apresenta e se exterioriza na busca pelo seu *locus*. Como exemplo, existem críticas a estes *locus* apresentados (TENÓRIO, 2005; ARAÚJO; BOULLOSA, 2013; PIMENTEL; PIMENTEL, 2010; DIAS, 2014; TEODÓSIO, 2008; 2014). Finalmente, um dos grandes questionamentos ao *locus* da gestão social se refere ao sistema social (bem como ao *locus* epistemológico) que ela adere ou em que ela é possível como visto em Peres Junior e Pereira (2014):

É a Gestão Social um fenômeno restrito à administração pública, como propõe a primeira vertente [administração pública societal [(Paes de Paula, 2005a; 2005b), gestão do

desenvolvimento social (Fischer, 2002) ou gestão do social (Dowbor, 1999b)], ou ações gerenciais dialógicas desenvolvidas em outros domínios, como as organizações privadas ou as não governamentais, também podem ser classificadas como pertencentes a esse mesmo fenômeno, como preconiza a segunda [(Tenório, 2005; França-Filho, 2008)]? (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014, p. 233).

Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a) também se atentaram para os diferentes *loci* da gestão social e afirmam que estas vertentes devem ser discutidas.

Nuances como, por exemplo, a limitação da Gestão Social às organizações da sociedade civil, observada em França Filho (2003; 2008), a intenção manifesta de compatibilizar racionalidades consideradas antagônicas e a consideração das relações de poder, como visto em Fischer (2002), e o destaque impresso ao processo decisório, à participação e à universalidade desse tipo de gestão a qualquer dimensão institucionalizada da vida social, presente em Tenório (1998; 2006; 2007; 2008a; 2008b; 2010), devem ser reconhecidas e trabalhadas (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a, p. 240-241).

Assim, nesta seção objetivamos identificar e refletir sobre os diversos *loci* da gestão social presentes na produção científica nacional. Sistematizamos por meio do agrupamento realizado por Peres Junior e Pereira (2014) que destacam quatro abordagens da gestão social. Para nós, a sistematização interessa por carregar também concepções de *locus* (convergentes e divergentes). Após essa sistematização colocaremos os diversos *loci* da gestão social sob a lente da relação mundo-da-vida e sistema de Habermas.

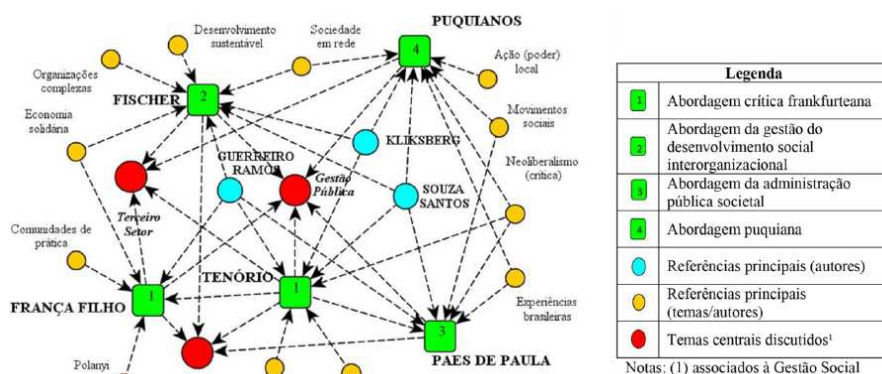


Figura 5 Relações teóricas entre as abordagens da Gestão Social
 Fonte: Peres Jr. e Pereira (2014, p. 227).

A Abordagem crítica frankfurtiana destaca como *locus* da gestão social a sociedade civil (FRANÇA FILHO, 2003; 2008), o terceiro setor (TENÓRIO, 1998), qualquer esfera/espaço social - público, privado ou não governamental (TENÓRIO, 1999; 2005; 2008; 2012; 2013), estrutura intermediária entre Estado, mercado e sociedade civil (PEREIRA, 2012; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013), a esfera pública (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010; CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013) e também a categoria território (ZANI; TENÓRIO, 2011; 2014).

Especialmente, França Filho (2003; 2008) relaciona o espaço da gestão social com o espaço da sociedade civil. Esse autor ao discutir a relação entre gestão social e gestão pública afirma: "o termo gestão social vem sugerir, assim que para além do Estado, a gestão das demandas e necessidade do social pode se dar via própria sociedade, através das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização" (FRANÇA FILHO, 2003, p. 3). Neste sentido, o *locus* privilegiado é a sociedade civil, enquanto espaço não estatal (FRANÇA FILHO, 2003; 2008). Por sua vez, Tenório (1998) apresenta o terceiro setor como possível *locus* da gestão social, mas em obra posterior

(TENÓRIO, 1999) já problematiza essa colocação ao verificar que o terceiro setor não é o *locus* exclusivo da gestão social. Assim, Tenório (2005) afirma que a gestão social pode acontecer em qualquer sistema social.

Na abordagem Frankfurtiana destacamos também os trabalhos de Pereira (2012), Caçado, Pereira e Tenório (2013), Caçado (2011) e Caçado, Tenório e Pereira (2011). Pereira (2012) e Caçado, Pereira e Tenório (2013) propõem que a gestão social se situa (*locus*) em um espaço compartilhado entre Estado, mercado e sociedade civil. Essa concepção teórico-histórica da gestão social apresenta que no modelo tripartite, a gestão social é a forma de a sociedade emancipada gerir seus recursos públicos (PEREIRA, 2012; ZWICK; PEREIRA, 2012). Em Caçado (2011), Pereira (2012), Caçado, Tenório e Pereira (2011) a gestão social se relaciona diretamente com a categoria teórica habermasiana esfera pública. Nessa mesma direção, Oliveira, Caçado e Pereira (2010) aproximam gestão social do conceito de esfera pública de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Desta forma, os autores indicam a esfera pública e os espaços públicos construídos enquanto espaços dialógicos como *locus* da gestão social. Por fim, a concepção de território também envolve diversos atores sociais, pois inclui empresários, associações civis, agentes públicos e outros atores sociais articulados em diversos arranjos (ZANI; TENÓRIO, 2011; 2014).

A Abordagem da gestão do desenvolvimento social interorganizacional destaca como *locus* da gestão social o espaço local, o território e as inteorganizações (FISCHER, 2004; 2012; FISCHER; MELO, 2003; FISCHER; MELO; CODES, 2004). Nessa linha, desenvolvem-se pesquisas relacionadas ao desenvolvimento territorial mediante o conceito de interorganizações: "as interorganizações são constituídas por organizações diferenciadas, conectadas por propósitos comuns, isto é, integradas. A associação se faz pela complementaridade – portanto, pela busca do diferente que possa cooperar para se atingir um resultado" (FISCHER, 2012, p. 114). Concomitantemente, Fischer

et al. (2006) destaca que a gestão social pode ser praticada tanto no âmbito público quanto no privado.

A Abordagem pública societal destaca conselhos gestores, orçamento participativo e, em geral, as experiências locais participativas como *locus* importantes para a gestão social (PAES DE PAULA, 2005a; 2005b; 2010). De forma ampla, o modelo societal (PAES DE PAULA, 2005a; 2005b; 2010) advoga que o cidadão deve ser participante ativo e não apenas um cliente do processo político. Logo, tem a gestão social como alternativa ao gerencialismo. A gestão social é a forma de gestão privilegiada do modelo societal, isto é, a abordagem de gestão "ênfatisa a elaboração de experiências de gestão focalizadas nas demandas do público-alvo, incluindo questões culturais e participativas" (PAES DE PAULA, 2005a, p. 175). Paes de Paula (2010) e Assis e Paes de Paula (2014) corroboram essa concepção.

A Abordagem puquiiana destaca o espaço público, o terceiro setor, as ONGs e os movimentos sociais (RICO; RAICHELIS, 1999; CABRAL, 2006; 2008; 2011; JUNQUEIRA, 2004; CARVALHO, 1999; CAVALCANTI; NOGUEIRA, 2006). Contudo, há especificidades, a exemplo, Cabral (2008; 2011) que concebe o terceiro setor como espaço compartilhado das lógicas do Estado, mercado e comunidade e aborda a gestão social neste *locus*; Teodósio (2008) destaca as parcerias trissetoriais; Dowbor (1999) não delimita (qualquer esfera); Junqueira (2004; 2006) foca em políticas públicas, terceiro setor e organizações sem fins lucrativos e Wanderley (1999; 2006) no espaço público não estatal.

Como síntese, elaboramos a Figura 6 que apresenta nossa sistematização dos diversos *loci* da gestão social construído sobre as quatro abordagens delineadas em Peres Junior e Pereira (2014). A sistematização restringe-se aos *loci* predominantes, sendo que existem diversos elementos convergentes e compartilhados também entre os diversos trabalhos em gestão

social. No centro da figura a espiral indica que as abordagens perpassam na sua pluralidade pelos diversos *loci*, mas não de forma linear. Isso significa que a concepção de *locus* para as abordagens ou os autores não são fixas.

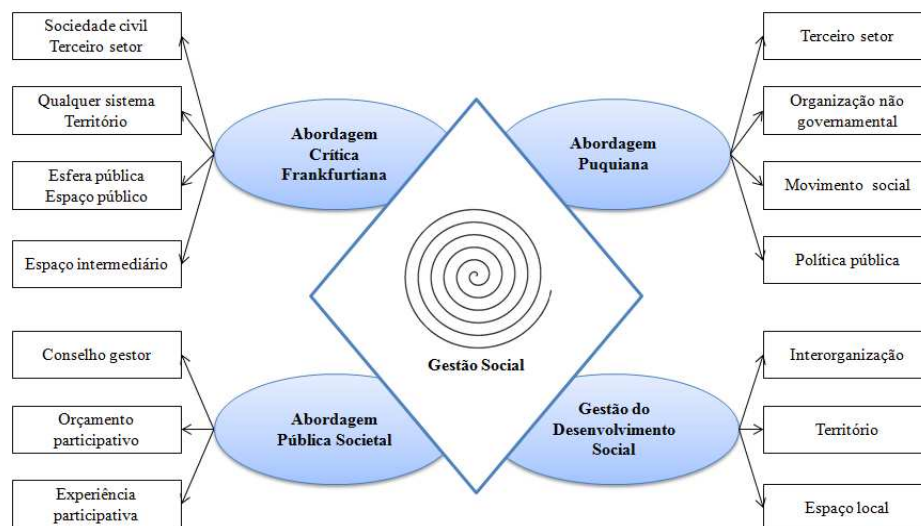


Figura 6 Sistematização do locus da Gestão Social

Além destes existem outros *loci* que aparecem na literatura. Recentemente, emerge como *locus* privilegiado o território mediante abordagens do desenvolvimento territorial, desenvolvimento regional e gestão social do desenvolvimento (IIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2011; FISCHER, 2012). Aparecem também os arranjos produtivos locais, territórios da cidadania, organizações sociais, incubadoras, programas governamentais, unidades de conservação, conselhos de políticas públicas e cooperativas (VILLELA; PINTO, 2009; CABRAL, 2011; CANÇADO, 2011; ZANI; TENÓRIO, 2011; DELGADO; LEITE, 2011; MORETTO NETO; GARRIDO; JUSTEN, 2011; DECKERT; ALLEBRANDT; SAUSEN, 2012; ZWICK; PEREIRA, 2012; PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014; ZANI; TENÓRIO, 2014).

Acrescentamos a estes os *locus* identificados durante o processo de construção do primeiro Artigo (**Caminhos e perspectivas de diálogos da**

gestão social com as obras de Jürgen Habermas): organizações não governamentais (MAGALHÃES et al., 2006; FREIG; OLIVEIRA; BRITO, 2006); conselhos municipais (VILLELA, VIDAL e MACEDO, 2014); sistema deliberativo (PERES JUNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013); políticas públicas/programa governamental (IIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2011); políticas públicas - território (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012); Programa Territórios da Cidadania (KRONEMBERGER; GUEDES, 2014; BENSON; ALLEBRANDT, 2014; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014b) e incubadoras (GARRIDO; JUSTEN, 2014).

Buscamos demonstrar que apesar dos avanços ainda permanece no campo a problemática do *locus* de atuação, desenvolvimento institucional e epistemológico da gestão social (alguns desses argumentos foram colocados na introdução desta dissertação). Respondido um dos objetivos específicos deste artigo argumentamos agora que a relação mundo-da-vida↔sistema em Habermas nos permite problematizar os *loci* da gestão social e refletir sobre essas possibilidades, conforme seção seguinte.

4 O LOCUS DA GESTÃO SOCIAL SOB A ÓTICA MUNDO-DA-VIDA↔SISTEMA

4.1 Onde se situa a gestão social na relação mundo-da-vida↔sistema e suas tensões?

Nesta seção abordamos sob a ótica da relação mundo-da-vida↔sistema a questão do *loci* da gestão social, identificados na seção anterior. Além disso, abordamos as tensões que emergem dessa abordagem. No fim desta seção voltamos à tese de que a gestão social precisa de teorias e práticas coerentes com uma "ace de Janus" no que tange a relação mundo-da-vida e sistema.

A ideia de abordar as tensões se embasou primeiramente em Santos e Serva (2013) e Siqueira e Serva (2014) que abordam a tensão entre a racionalidade substantiva e a racionalidade instrumental. Neste artigo, a tensão é interpretada entre a racionalidade comunicativa e a estratégica, de outra forma, entre o mundo-da-vida e o sistema. Os pesquisadores acima citados abordam a tensão com base em Ramos (1981).

A tensão é um símbolo linguístico empregado com frequência por Ramos (1981) para se referir à interação entre racionalidade instrumental e substantiva. Tensão, no contexto do presente trabalho, é entendida como em uma área intermediária da realidade onde a existência humana acontece, o *in-between* entre divino e humano, perfeição e imperfeição, razão e paixões inferiores, conhecimento e ignorância, imortalidade e mortalidade, pessoa humana e sociedade, indivíduo e organização, razão instrumental e razão substantiva (SIQUEIRA; SERVA, 2014, p. 2-3).

No entanto, a ideia da tensão também pode ser vista em Habermas (1997a; 1997b), especialmente a expressão *tensão entre facticidade e validade* que marca toda essa obra (tensão entre idealismo e materialismo; norma e realidade; domínio impessoal das leis e a auto-organização espontânea de uma

comunidade; positividade e a legitimidade do direito; autonomia pública e autonomia privada; princípio da segurança jurídica e a pretensão de tomar decisões corretas; autocompreensão normativa do Estado de direito e a facticidade social dos processos políticos, etc). Para Habermas a *Teoria do Agir Comunicativo* busca assimilar essa tensão entre facticidade e validade. Habermas mostra que a tensão reside na própria linguagem e no seu uso e que se insere na sociedade⁵⁴, se tornando elemento de integração, de onde emerge o direito que enfrenta essas relações. Buscaremos apresentar as diversas tensões que emergem do locus da gestão social compreendido através da relação mundo-da-vida e sistema - apresentando com base na literatura as principais problematizações de cada *locus* destacado.

Nossa pesquisa revelou que a gestão social apresenta uma variedade de *loci* no seu campo. Para parte do campo ele aparece como sendo a sociedade civil e suas organizações, organizações sociais, terceiro setor e movimentos sociais (TENÓRIO, 1999; FRANÇA FILHO, 2003; 2008; CABRAL, 2008; 2011; 2014; JUNQUEIRA; 2004; WANDERLEY; 2006). Para outros autores o *locus* destacado é o espaço local e as interorganizações (FISCHER, 2004; FISCHER; MELO, 2003; FISCHER et al., 2006; FISCHER, 2012), as experiências de participação e deliberação (PAES DE PAULA, 2005a) e parcerias tri-setoriais (TEODÓSIO, 2008). Entretanto, para Tenório (2005; 2008; 2012) a gestão social pode acontecer em qualquer sistema social (público, privado ou não governamental) e Pereira (2012), Cançado (2011) e Cançado,

⁵⁴ "Sua integração social, na medida em que se apoia em convicções, é propensa ao efeito desestabilizador de argumentos desvalorizadores (especialmente quando há uma categoria inteira de argumentos). A tensão ideal que irrompe na realidade social remonta ao fato de que a aceitação de pretensões de validade, que cria fatos sociais e os perpetua, repousa sobre a aceitabilidade de razões dependentes de um contexto, que estão sempre expostas ao risco de serem desvalorizadas através de argumentos melhores e processos de aprendizagem que transformam o contexto" (HABERMAS, 1997a, p. 57).

Pereira e Tenório (2013) propõem que a gestão social se situa em um espaço compartilhado das relações entre Estado, mercado e sociedade civil. Essa pluralidade de *locus* é tendida aqui como reflexo da pluralidade conceitual (CANÇADO, 2011; ARAÚJO, 2012).

Nossa pesquisa encontrou com base na lente (mundo-da-vida e sistema) três abordagens principais: i) o mundo-da-vida como *locus*; ii) encruzilhadas entre o mundo-da-vida e o sistema como *locus*, e; iii) qualquer esfera (mundo-da-vida e sistema) como *locus*. Esta última se difere da primeira no ponto que é possível considerar a gestão social no âmbito das empresas ou do Estado, sem necessariamente, envolver atores da sociedade civil, movimentos sociais ou terceiro setor. A abordagem das encruzilhadas entre o mundo-da-vida e o sistema necessariamente apresentam atores da sociedade civil, do Estado e do mercado (ou pelo menos algum ator relacionado ao mundo-da-vida e outro ao sistema). Adiante, destacamos que o mesmo autor pode apresentar trabalhos nas três abordagens - a discussão está pautada nos artigos e não no autor. E, ainda, destacamos que ao situar o artigo em determinada dimensão não estamos considerando se os autores afirmam ou não se a gestão social *é possível* em outra esfera, mas apenas considerando a ênfase explícita conferida pelo autor no texto referido.

Para iniciar as discussões é preciso apresentar a relação de sociedade civil, terceiro setor e movimentos sociais com o conceito de mundo-da-vida. De forma sintética, com base na *Teoria do Agir Comunicativo* Cohen e Arato (1992) propuseram que a sociedade civil corresponde à dimensão institucional do mundo-da-vida (COSTA, 1994).

Os autores [*Civil Society and Political Theory* - Jean L. Cohen e Andrew Arato] distinguem no conceito de mundo da vida duas dimensões distintas, uma primeira ligada ao reservatório de tradições imersas na linguagem e na cultura, e uma segunda dimensão mais institucional que envolveria

os aparatos que não podem ser ligados nem aos estoques de tradições disponíveis nem aos mecanismos sistêmicos de coordenação da ação. Esta dimensão incluiria as instituições e formas associativas que requerem a ação comunicativa para a sua reprodução e contam com os processos de integração social para a coordenação da ação no interior das suas estruturas. É esta dimensão do mundo da vida que os autores identificam com a sociedade civil (AVRITZER, 1993, p. 220).

Kritsch (2014) amplia esta noção e afirma que para Cohen e Arato (1992) no mundo-da-vida situa-se também a esfera pública (não mediação como em Habermas) e, assim, o modelo de mundo-da-vida e sistema ganha quatro quadrantes (Quadro 4).

Quadro 4 Relação público/privado e Mundo-da-vida e sistema

	Mundo da Vida	Sistema
Público	Esfera pública (Linguagem)	Estado (Poder)
Privado	Família (Linguagem)	Economia (Dinheiro)

Fonte: Adaptado de Lüchmann (2002).

Essa opção é acompanhada parcialmente por Habermas (1997b). Segundo Habermas (1997b) a sociedade civil é composta por movimentos sociais, associações e organizações que selecionam e capturam os problemas sociais e os condensa para a esfera pública política. Assim, a sociedade civil é distinta tanto do Estado quanto da economia (HABERMAS, 1997b).

Este conceito embasou a concepção trissetorial de onde emerge o conceito de terceiro setor - pelo menos algumas de suas interpretações. A diferença central em Habermas é que a esfera pública não deve ser institucionalizada para evitar os efeitos da colonização (COHEN; ARATO, 1992). Andion e Serva (2004) ilustraram a concepção de sociedade civil baseada no trabalho de Cohen e Arato e na *Teoria do Agir Comunicativo* de

Habermas. Observamos que as esferas são autônomas⁵⁵ - essa ideia emerge de Habermas, em parte, em decorrência da influência colonizadora do Estado e do mercado e para isso defende uma autonomia da sociedade civil frente a estes sistemas.

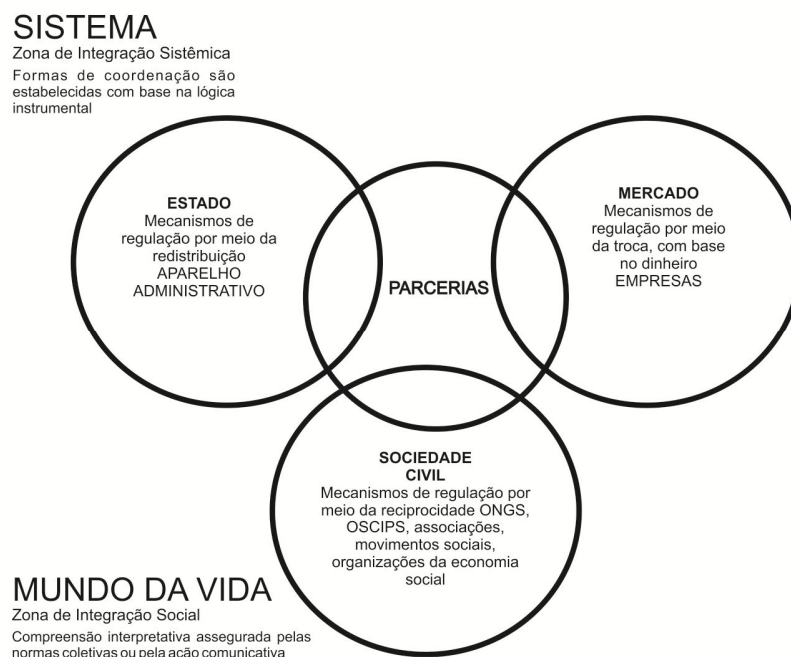


Figura 7 Relações entre Estado, mercado e sociedade civil - Cohen e Arato.
Fonte: Andion e Serva (2004, p. 14).

Tendo em vista essas questões, os *loci* da gestão social, sociedade civil, movimentos sociais, terceiro setor, bem como a gestão do simbólico (FISCHER, 2002) estão diretamente relacionados ao mundo-da-vida (situados

⁵⁵ "De fato, sua própria insistência acerca da importância vital da sociedade civil (contra o Estado), da esfera pública (contra a manipulação das massas) e da democracia deliberativa (contra o decisionismo) só pode ser compreendida como antídoto ao nacionalismo e seu pressuposto acerca da homogeneidade do povo, ao autoritarismo de uma democracia aclamativa que enfatiza a identidade do líder e dos liderados, assim como ao decisionismo existencial da pura política do poder (*powerpolitics*) que caracterizou o nacional-socialismo" (VANDENBERGHE, 2010, p. 5-6).

nestes). Neste sentido, o *locus* da gestão social se contrapõe ao Estado e ao mercado, enquanto sistemas sociais especializados pelo *medium* do poder e do dinheiro. Conforme visto anteriormente, o que emerge como principal tensão aqui é uma relação de autonomia da sociedade civil que é muito questionada no Brasil. Neste sentido, conforme Avritzer (2012) a relação Estado e sociedade civil, ao longo de várias décadas, assumiu relações variando da autonomia à interdependência. Como veremos posteriormente, diversos autores adicionaram áreas em comum nas relações Estado, mercado e sociedade civil (TENÓRIO, 2005; CABRAL, 2011; PEREIRA, 2012; CANÇADO; PEREIRO; TENÓRIO, 2013). E, com isso, ampliaram conceitualmente as zonas de integração entre mundo-da-vida e sistema.

Focando o *locus* no mundo-da-vida França Filho (2003; 2008) relaciona o espaço da gestão social com o espaço da sociedade civil. Para ele a gestão social é o modelo próprio das organizações que não são do mercado nem do Estado atuarem: "é exatamente esta inversão de prioridades em relação à lógica da empresa privada que condiciona a especificidade da gestão social" (FRANÇA FILHO, 2008, p. 32). Nos trabalhos de França Filho (2003; 2008) emerge ainda como *locus* os empreendimentos da economia solidária - espaços da economia solidária. Outros autores destacam nesse ínterim os clubes de trocas e os bancos comunitários (RIGO; CANÇADO, 2015). Rigo e Cançado (2015, p. 40) consideram que "a Economia Solidária está sendo entendida como um espaço onde a Gestão Social pode acontecer". Pelo seu caráter a economia solidária se fundamenta na ideia de um mundo-da-vida em detrimento da lógica de mercado, defendendo que a lógica do mercado não é totalizante nas relações sociais nem nas organizações.

O terceiro setor aparece em destaque nos autores da abordagem puquiara segundo Peres Junior e Pereira (2014), em discussões sobre as organizações sem fins lucrativos e o espaço público não estatal (JUNQUEIRA,

2004; 2006; WANDERLEY, 1999; 2006). Também, procurando estabelecer laços entre mundo-da-vida e sistema, Wanderley e Raichelis (2001) defendem a ideia de interlocuções entre Estado e sociedade civil.

A esfera pública, da forma como a estamos concebendo, precisa ser construída e tecida nas relações entre Estado e sociedade civil, e no interior dessas duas instâncias de poder, no sentido de ultrapassar a dicotomia estatal – privado com a instauração de uma esfera capaz de introduzir transformações, nos âmbitos estatizados e privados da vida social, resultando daí um novo processo de interlocução e decisão públicas (WANDERLEY e RAICHELIS, 2001, p. 157)

Para eles um caminho é "a democratização simultânea da Sociedade Civil e do Estado" (WANDERLEY; RAICHELIS, 2001, p. 166). Aqui, poderia ser possível agregar o pensamento de Santos (2006) de que o terceiro setor (que para ele não se refere apenas a sua concepção neoliberal) não pode ser agente de democratização se o Estado também não se democratizar - o medo do autor são os *fascismos* que podem se apropriar do espaço público. Essa concepção parece coerente com a ideia de que "a Gestão Social é [...] projeto político em direção a um Estado mais democrático e permeável" (FREITA; FREITAS; FERREIRA, 2014, p. 1).

Neste sentido, a concepção dos autores (JUNQUEIRA, 2004; 2006; WANDERLEY; RAICHELIS, 2001) caminha para uma relação mundo-da-vida e sistema, afinal, os mesmos consideram o público não estatal como um espaço ou esfera que "engloba as relações entre o econômico e o político, o estatal e o privado" (WANDERLEY; RAICHELIS, 2001, p. 158). Para Junqueira (2006, p. 199) as organizações não governamentais,

[...] ganham espaço na cena política, passando a constituir uma alternativa de eficácia à gestão das políticas sociais. O

Estado, sem se eximir de sua responsabilidade, transfere algumas de suas competências para organizações da sociedade civil, as quais passam a assumir, em caráter complementar em parceria as ações sociais que possibilitam oferecer à população melhores condições de vida (JUNQUEIRA, 2006, p. 199).

Na linha aparece também como *locus* os movimentos sociais e iniciativas populares (ALVES SOBRINHO; INOJOSA, 2005; INOJOSA; JUNQUEIRA, 2008; CARVALHO, 1999; WANDERLEY, 1999). Especialmente, Inojosa e Junqueira (2008) destacam uma nova relação possível entre Estado e terceiro setor marcada pelas abordagens de redes. Assim, acentuam para as possibilidades de práticas cooperativas entre estas esferas sociais. Aqui, emerge como possibilidade de análise das relações a gestão social como processo gerencial dialógico, utilizando a concepção de Tenório (2005) também de redes de cooperação. Isto é, pensando com nossa lente a gestão social no âmbito das relações entre o mundo-da-vida e o sistema.

As redes empoderam seus participantes, pois elas vivem do fluxo das relações. Em um território, muitos atores podem articular-se em rede, mobilizados por visões e objetivos compartilhados, para transformar situações. Redes acolhem entes autônomos, com suas identidades peculiares, para, em um relacionamento horizontal, realizarem ações com parceria, articulando múltiplos saberes, experiências e poderes, os quais tornam o conjunto mais apto para lidar com os complexos problemas apresentados à gestão social. Estado e Terceiro Setor andaram apartados, cada qual falando a sua própria língua e disputando a miséria, até que perceberam que precisam um do outro, não como financiadores ou como braço operacional, mas como parceiros (INOJOSA; JUNQUEIRA, 2008, p. p. 178).

Sobre os movimentos sociais, Mendonça (2014, p. 117) coloca que a gestão social "[...] implica em negociações e construção de significado sobre 'coisas que devem ser feitas' quando organizações de diferentes setores

interagem (empresas, governos, sociedade civil), em um processo que não produz apenas bens ou serviços, mas também subjetividades e identidades". Aqui, existe também aproximação com a posição de Tenório (2005).

E este processo deve ocorrer em um espaço social, na esfera pública. Esfera onde se articulam diferentes atores da sociedade civil que ora em interação com o Estado, ora em interação com o mercado, ora os três interagindo conjuntamente, vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões que compartilhem recursos em prol do bem comum. Assim, entendemos gestão social como o processo gerencial deliberativo que procura atender às necessidades de uma dada sociedade, região, território ou sistema social específico (TENÓRIO, 2005, p. 121).

De forma geral, para Teodósio (2014, p. 128) "as organizações da sociedade civil constituem-se como um importante objeto de estudo da gestão social". Nesse ínterim, incluem-se os movimentos sociais, coletivos populares, fóruns e redes de movimentos, organizações comunitárias e de base, dentre outros grupos sociais, iniciativas, organizações, instituições, articulações e formas de ação coletiva (TEODÓSIO, 2014). No entanto, segundo o autor é preciso superar a crença que "[...] as organizações da sociedade civil por definição operam a partir de dinâmicas internas participativas" (TEODÓSIO, 2014, p. 131). Neste sentido, essas organizações se apresentam como *locus* em que a gestão social pode se tornar efetiva, no entanto, não como *locus* ideal, afinal elas mesmas são permeadas pela lógica do sistema. Como Tenório (1999) colocou o próprio terceiro setor é envolto por essa lógica. Isso implica que a gestão social pode ser um caminho para a democratização dessas organizações.

Sob a ótica de Habermas e da relação entre as obras de 1981 e 1992 caberia problematizar se a noção apresentada no campo se refere à ideia de criar barreiras contra a colonização do mundo-da-vida ou como formas de influenciar

o sistema político. Em especial, sobre as ONGs existem diversas críticas aos limites de seu ideal de democratização, especialmente se considerarmos suas contradições (DAGNINO, 2004), e dessa forma caberia questionar também se a transferência de alguma de suas competências refere-se a uma demanda da sociedade civil ou apenas uma alternativa estratégica do Estado. Nesse sentido, uma crítica encontrada na literatura está em Souza e Bignetti (2013):

[...] a Gestão Social passou a ser entendida como a gestão de organizações voltadas ao social. De fato, a partir da última década do século passado, proliferaram estudos sobre a gestão do terceiro setor e sobre as organizações não governamentais, cujos objetivos nem sempre se referiam à emancipação, à inclusão e à cidadania plena, mas por vezes ao voluntariado, ao assistencialismo e à filantropia (SOUZA; BIGNETTI, 2013, p. 15).

No entanto, "mesmo com todas as polêmicas sobre o terceiro setor, não restam dúvidas sobre a importância da discussão trazida por este, considerando a emergência de uma diversidade de novos tipos de organizações, defendendo causas diferenciadas e importantes" (ARAÚJO, 2014, p. 174). Neste sentido, a gestão social ainda pode contribuir para compreender essas contradições e fomentar práticas voltadas para a emancipação.

Como considerou Whitehead (1997) muitas organizações da sociedade civil podem desenvolver práticas antidemocráticas e que não reproduzem os valores do espaço público, assim, convivendo com padrões de incivilidade. Habermas tinha considerado essas possibilidades.

O próprio Habermas, entretanto, já havia percebido a natureza ambivalente de muitos movimentos sociais. Ele diferencia entre "sociedade dinâmica de cidadão" e movimentos populistas e antidemocráticos. Diferentemente desses, a sociedade dos cidadãos necessita de uma cultura política já desenvolvida e o respectivo modelo de educação social (449). Movimentos populistas, que defendem

cegamente os segmentos petrificados da tradição, embora sejam para ele totalmente modernos do ponto de vista das formas de mobilização, por outro lado, são também perigosamente antidemocráticos (REESE-SCHÄFER, 2010, p. 101).

Neste sentido, é que a articulação de direito e democracia é relevante e que o direito tenha uma face de Janus voltada para as leis positivas e outra para a moral (HABERMAS, 1997a), essa visão, que aplicada à gestão social a coloca entre o mundo-da-vida e o sistema.

Não nos cabe aqui abraçar essa ampla discussão (sobre terceiro setor, sociedade civil ou movimentos sociais), mas apenas com Habermas, pensar quais as tensões que emergem das possibilidades da gestão social neste *locus*. Ao produzir bens e reproduzir valores nestes ambientes a gestão social pode contribuir para a criação de um espaço de discussão e democratização. De outra forma, as práticas da gestão social podem, mediante a coordenação dialógica das ações, superar a noção de *complementaridade instrumental* entre Estado e diversas organizações da sociedade civil.

Para tanto, gestão social pode buscar coordenar e potencializar os processos de formação da opinião pública (PEREIRA, 2012), para que os processos comunicativos públicos no âmbito das relações entre Estado, sociedade e mercado possam constituir de um fluxo de forças capazes de influenciar as decisões políticas - essa acepção Habermasiana não perde a tensão entre facticidade e validade, direito e democracia, mundo-da-vida e sistema, fatos e valores, dentre outras instâncias que a gestão social pode *gerenciar* dialogicamente.

Para Habermas, a maior ou menor capacidade de os fluxos comunicativos dirigirem o sistema político como um todo é diretamente proporcional ao seu volume. Por isso, quanto mais ativa a esfera pública política, maior o volume dos fluxos comunicativos que penetram no sistema

administrativo. Com isso, completam-se os movimentos de mão dupla entre sistema e mundo da vida. Contra os movimentos de colonização que têm origem no sistema, encontramos movimentos defensivos por parte do mundo da vida. E, além disso, há ainda movimentos defensivos por parte do mundo-da-vida para direcionar processos sistêmicos (NOBRE, 2008, pp. 24-25).

Outra questão se refere à aproximação da sociedade civil com o Estado (LAVALLE, 1999; LÜCHMANN, 2002; DAGNINO, 2004; LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006; GOHN, 2010; MAIA, 2010; TEODÓSIO, 2008; 2014; AVRITZER, 2012). Isso pode ser interpretado em um primeiro momento como uma colonização do mundo-da-vida pelo sistema, no entanto, tendo em mente o contexto de democratização brasileira (AVRITZER, 2012) e as tensões da sociedade civil entre a autonomia e a interdependência, indicamos que a gestão social precisa desenvolver um arcabouço conceitual e empírico coerente com essa questão. Mesmo assim, para Avritzer (2012, p. 389) "a principal característica da sociedade civil brasileira durante este primeiro período foi a reivindicação de autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos". Não é nosso objetivo abarcar este longo debate, mas indicar em que medida ele está presente no Brasil e, com isso, como a gestão social pode tensionar seus *loci* a partir dele. Posto isso, emerge a chamada para que trabalhos teóricos e empíricos debatam as contribuições democratizantes da gestão social para as organizações da sociedade civil e como esta se relaciona com o Estado - e como a gestão social pode coordenar essas aproximações.

A tese da colonização do mundo-da-vida pelo sistema pode ser operacionalizada nessas pesquisas no âmbito local das experiências participativas e deliberativas. Nesse processo, os critérios apresentados por Tenório et al. (2008; 2010) e utilizadas em outras pesquisas (ALLEBRANDT et al., 2011; VILLELA; COSTA, 2012; VILLELA, 2013) - processos de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem

comum podem indicar se o *caso* está sendo coerente com uma visão de cooperação entre as esferas sociais ou se prevalecem lógicas instrumentais, estratégicas e colonizadoras.

A aproximação (Estado e sociedade) se faz presente também no que se refere aos arranjos participativos (FERRAZ, 2006). Especialmente na abordagem societal, as experiências de participação e deliberação (PAES DE PAULA, 2005a), como conselho gestor e orçamento participativo são embasadas também na ideia do mundo-da-vida, da esfera pública e da sociedade civil (*locus* no mundo-da-vida). No entanto, nos arranjos participativos existe a presença constante também de atores do mercado e do Estado, dessa forma, sob a lente da relação mundo-da-vida e sistema é um *locus* compartilhado por diversos atores sociais (segunda abordagem da relação mundo-da-vida↔sistema).

Muitos desses *locus* sofrem com os imperativos da instrumentalização e da tecnocracia (FERRAZ, 2006; ANDREWS, 2011). Neste sentido, a contribuição da gestão social se direciona no fomento de processos participativos que realmente deliberem para a tomada de decisão, isto é, se existe diálogo entre os diversos atores, em situação de igualdade, autonomia, pluralidade e inclusão (TENÓRIO et al., 2008; 2010). Afinal,

A emergência destes novos atores sociais coletivos, com uma configuração bastante diferente da configuração de partidos políticos, colocou em xeque o processamento de conflitos, a discussão de temas públicos e a tomada de decisões nas instâncias representativas, denunciando sua incapacidade para representar eficazmente a pluralidade e diversidade de identidades e demandas emergentes e exigindo uma interlocução direta com o Estado, a construção de novas mediações e canais de diálogo (FERRAZ, 2006, p. 193).

Aqui, emerge como lente a ser explorada as diversas contribuições das teorias deliberativas. O modelo de democracia deliberativa vai além da existência de espaços de participação. As discussões se referem à legitimidade das instituições e das decisões políticas que podem ser conferidas através da ação comunicativa, do diálogo e por acordos argumentativos. Desta forma, o processo democrático deve gerar legitimidade através de processos públicos, inclusivos e argumentativos (HABERMAS, 2008).

[...] gerar a legitimidade através de um procedimento de formação da opinião e da vontade que garante (a) publicidade e transparência para o processo deliberativo; (b) inclusão e igual oportunidade para a participação, e; (c) uma pretensão justificada para resultados obtidos através da troca de argumentos (HABERMAS, 2008, p. 11).

Para Habermas (1995, p. 45) o modelo deliberativo "apoia-se precisamente nas condições de comunicação sob as quais o processo político pode ter a seu favor a presunção de gerar resultados racionais, porque nele o modo e o estilo da política deliberativa realizam-se em toda a sua amplitude". Diante disso, o "paradigma deliberativo oferece como seu ponto de referência empírico principal um processo democrático que supostamente deveria gerar a legitimidade através de um procedimento de formação da opinião e da vontade" (HABERMAS, 2008, p. 11). Com isso, Habermas mostra que esse modelo supõe uma esfera pública que assegure a formação plural de opiniões públicas (HABERMAS, 2008). Nesse processo, a nova função da esfera pública estabelecida em *Direito e Democracia* deve funcionar como uma *caixa de ressonância* com sensores sensíveis que filtram, sintetizam a vontade pública, transportando-a até os níveis institucionalizados (sistema político) no intuito de exercer influência através de uma *abertura estrutural* (HABERMAS, 1997b).

Neste sentido, a tese defendida da gestão social como olhar de Janus pode se candidatar a realizar e aprender a fazer esses diálogos entre demandas oriundas do mundo-da-vida e demandas do sistema - mas que em última instância seja veículo das demandas do mundo-da-vida⁵⁶. Uma interpretação foi realizada por Vandenberghe (2014) ao fazer um *jogo de palavras* com as ações estratégicas e comunicativas. A visão apresentada pelo autor também corresponde para nós a uma face de Janus.

Por isto, proponho pensar a gestão social [...] como organização mista que se situa no cruzamento do sistema administrativo e do mundo da vida. Como organização que coordena estrategicamente as ações comunicativas da administração e/ou coordena comunicativamente as ações estratégicas dos membros da comunidade, a gestão social é uma organização que transmite as diretrizes da administração estatal para as comunidades, mas que faz isto de maneira participativa. Desta feita, ela não só “subordina as questões econômicas [e políticas] à questão social” (Caçado et al., 2013: 8), mas, fazendo isto, ela também conscientiza os atores de toda a gama de interesses que estão em jogo e permite, assim, idealmente a todos os atores – e aqui incluo explicitamente os pesquisadores e os ativistas do terceiro setor – controlar coletiva e reflexivamente as práticas sociais do campo (no duplo sentido) (VANDERNBERGHE, 2014, p. 3).

Essa questão se torna teoricamente e epistemologicamente viável através da comunicação. Cabral (2014), neste sentido, mostra a possibilidade de

⁵⁶ "A prática da gestão social, que se concebe no uso da razão comunicativa, pode transformar o poder comunicativo, que emerge das esferas públicas livres, em poder administrativo, o que vai permitir a influência sobre as decisões e ações políticas do Estado. Esse potencial transformador, garantido pelo engendramento de fluxos comunicativos que se manifestam das interações sociais, é fundamental para evitar a colonização do mundo da vida pelas lógicas instrumentais do Mercado e do Estado. Para isso, a Administração pública necessita mover-se do foco na subjetividade técnica para o plano das intersubjetividades fundadas na linguagem" (FREITAS; FERREIRA, 2014 p. 2-3)

estabelecer laços comunicativos com o Estado e o mercado, da mesma forma que Cançado, Sausen e Villela (2013, p. 86) afirmam: "[...] a gestão social aponta a necessidade de interlocuções entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, levando à busca de um equilíbrio entre os imbricados e interdependentes interesses".

Para finalizar a questão do terceiro setor enquanto *locus* considerando que essa possibilidade não se restringe a abordagem puquiiana. Para Tenório (1998, p. 19) "um dos enclaves que tem atuado contemporaneamente é o denominado terceiro setor, que pode ser o espaço da sociedade civil, o locus privilegiado da integração social, da intersubjetividade pleiteada por uma gestão mais solidária". No entanto, o autor acaba por não restringir a gestão social a este suposto *locus* ideal e amplia sua abordagem - posteriormente, ele mesmo narra este fato:

Neste artigo [Gestão social: uma perspectiva conceitual] a minha pretensão foi destacar a diferença entre os conceitos de gestão social e de gestão estratégica, significando o primeiro um processo de tomada de decisão dialógico e o segundo um processo monológico. Neste mesmo texto, idealizava que o terceiro setor seria o espaço organizacional possível para práticas de gestão social. Esta minha fantasia de encontrar um locus ideal à gestão social mais tarde foi minimizada ao escrever o artigo "Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado". E, dando sequência a estas reflexões, publico em 2005 o texto "(Re) visitando o conceito de gestão social" (TENÓRIO, 2009, p. 3).

Nesse processo destaca ainda que o próprio terceiro setor não está sendo gerido na forma da gestão social (TENÓRIO, 1999). Ao ampliar, Tenório (2005) apresenta a concepção implícita do *locus* da gestão social como sendo qualquer esfera (mundo-da-vida e sistema) de acordo com a terceira abordagem que apresentamos na relação mundo-da-vida↔sistema: "[...] o conceito de gestão social não está atrelado às especificidades de políticas públicas

direcionadas a questões de carência social ou de gestão de organizações do denominado terceiro setor, mas, também, a identificá-lo como uma possibilidade de gestão democrática" (TENÓRIO, 2005, p. 121). O que importa para o autor é que o processo seja dialógico, intersubjetivo, participativo e democrático. Recentemente, o autor ainda faz essa afirmação: "[...] não estamos especificando em qual tipo de sistema social formalmente organizado a gestão social pode ser aplicada, se no setor público (primeiro setor), no setor privado (segundo setor) ou no setor organizado da sociedade civil (terceiro setor)" (TENÓRIO, 2013, p. 15). Essa concepção emerge também em um texto da década de 1990, quando se constata que: "o Programa de Estudos em Gestão Social - PEGS tem como objetivos: [...] preparar gerentes que atuam em organizações governamentais, não governamentais e comunitárias, no conhecimento do referencial teórico-prático sobre gestão social [...]" (TENÓRIO, 1993, p. 3). Contudo, para Tenório (2005) a sociedade [civil] ainda deve ser a protagonista dessas relações, isto é, o mundo-da-vida.

A ideia de que a gestão social tem seu *locus* na sociedade civil/terceiro setor é tensionada por diversos atores, além da discussão acima citada. Cabral (2014, p. 39) afirma que "[...] é preciso cautela para não conceber a sociedade civil em oposição ao Estado, obliterando os laços comunicativos, nem confundir a com a totalidade da vida social a qual congrega ainda a sociedade política e a sociedade mercantil". Teodósio (2014, p. 131), por sua vez, alerta que é preciso superar a ideia de que a sociedade civil é naturalmente democrática e, portanto, *ideal* para uma gestão social. Por fim, ainda existe a crítica de Dias (2014) cujas indagações partem de uma crítica (na perspectiva de Gramsci) ao conceito de sociedade civil como autônoma e democratizante. A conclusão de Dias (2014, p. 17) é que a gestão social ao eleger o terceiro setor não consegue cumprir suas promessas emancipatórias. Como já afirmamos com base em Santos (2006) não se trata exatamente de compreender o terceiro setor como um processo

despolitizador, mas, pelo contrário, de democratiza-lo como também aos demais sistemas sociais.

Neste sentido, a relação entre facticidade e validade fica presa na tensão entre cidadãos republicanos e instituições republicanas. Como lembra Tenório (2012, p. 23) não somos republicanos nem no nosso cotidiano (TENÓRIO, 2014a), isto é, faltam "cidadãos ativos e comprometidos com os destinos de sua comunidade". Neste sentido, pensando com Habermas (1995), que não defende a perspectiva republicana (mas deliberacionista - Ver: *Três Modelos Normativos de Democracia*), poderíamos avançar afirmando que cidadãos mais republicanos contribuiriam com a formação de esferas públicas mais *densas* e com maior poder de influência. A gestão social se insere, para nós, nessa tensão entre sociedade (enquanto todos os cidadãos) e instituições democráticas, no intuito de compreender e fomentar a democratização e *republicanização* tanto dos sistemas quanto do mundo-da-vida⁵⁷. Isso com certeza é muito normativo para Habermas (1995; 1997b), mas sua leitura e sua crítica nos permite também pensar essa necessidade tendo em vista nossa formação histórica e democrática (*com e contra Habermas*).

Apresentando que a gestão social pode se efetivar tanto no mundo-da-vida como no sistema, Souza e Bignetti (2013) ampliam alguns aspectos da gestão social. Essa ampliação do social realizado pelos autores vai em direção

⁵⁷ Aqui lembramos que para Boaventura de Sousa Santos (1989) no mundo-da-vida (*Lebenswelt*) as dimensões do consenso, da cooperação, da comunicação e da intersubjetividade coexistem com conflitos, silenciamentos, violências, isto é, com o agir estratégico/instrumental. Além dessa consideração argumentamos que o *Mapa Estrutural das Sociedades Capitalistas* (espaço doméstico, da produção, da cidadania e mundial) (SANTOS, 1999) ou o ampliado espaço doméstico da produção, do mercado, da comunidade, da cidadania e espaço mundial (SANTOS, 2002) seria uma forma de ampliar essas discussões. Pretendemos em breve uma discussão que pode ser muito produtiva entre estes mapas e os conceitos de mundo-da-vida e sistema de Habermas no âmbito da gestão social. Agradecemos essa observação à professora Eloisa Helena de Sousa Cabral por ocasião da banca de qualificação desta dissertação.

ao mercado, não se restringindo somente ao Estado e às organizações não governamentais.

Quadro 5 Ampliação dos aspectos da gestão social.

1. A Gestão Social é atribuição de todos. Empresas com fins lucrativos, organizações públicas, organizações da sociedade civil e empreendedores públicos e privados, se constituem em importantes atores para a resolução das desigualdades. A gestão do social é uma construção realizada pela conjugação de múltiplas fontes de solução.
2. A Gestão Social pode se voltar ao social e ao lucro, que não são mutuamente excludentes.
3. A Gestão Social é dirigida para a emancipação e inclusão social. As ações empreendidas não se vinculam precipuamente ao assistencialismo, mas à busca constante da inserção dos excluídos da sociedade e do exercício pleno da cidadania.
4. A Gestão Social deve incorporar ferramentas e técnicas modernas de Administração, voltadas ao ambiente específico da exclusão social.
5. A Gestão Social harmoniza ações das organizações e instituições com o meio ambiente e com todos os stakeholders. A Responsabilidade Social Corporativa é um dos requisitos para a plena Gestão Social.

Fonte: Souza e Bignetti (2013, p. 15).

Tenório (2013a) faz uma análise que traz alguns dos elementos acima apresentados, "[...] o setor empresarial privado tem associado o tema gestão social com a denominada responsabilidade social corporativa, bem como as organizações do terceiro setor o aplicam como gestão de carências sociais, ambientais etc.". Como já destacamos os trabalhos de Tenório (2005; 2008; 2013a) destacam que a gestão social pode ocorrer em qualquer sistema social, tanto no mundo-da-vida quanto no sistema.

[...] o conceito de gestão social não está atrelado às especificidades de políticas públicas direcionadas a questões de carência social ou de gestão de organizações do denominado terceiro setor, mas também a identificá-lo como uma possibilidade de gestão democrática na qual o imperativo categórico não é apenas o eleitor e/ou contribuinte, mas igualmente o cidadão deliberativo; não é só a economia de mercado, mas também a economia social;

não é o cálculo utilitário, mas o consenso solidário; não é o assalariado como mercadoria, mas o trabalhador como sujeito; não é somente a produção como valor de troca, mas igualmente como valor de uso; não é tão-somente a responsabilidade técnica, mas, além disso, a responsabilidade social; não é a *res privata*, mas sim a *res publica*; não é o monólogo, mas, ao contrário, o diálogo (TENÓRIO, 2005, p. 121-122).

[...] o conceito de gestão social que estudamos e procuramos transferir desde o ano de 1990 refere-se, quando relacionado a temas que envolvam o aparelho burocrático público, ao processo de tomada de decisão que ocorre sob uma esfera pública na qual interagem a sociedade e o Estado com o objetivo de promover uma administração pública ampliada. E tratando-se de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, o processo de instituição dessas políticas somente teria significado, na perspectiva da gestão social, se os seus usuários também participassem do processo (TENÓRIO, 2005, p. 122).

Isto se relaciona com a colocação do autor de que ao enfatizar o processo, isto é, em qualquer configuração jurídica da organização onde os gestores atuem em uma perspectiva que o determinante seja a sociedade e não o mercado e que seja um espaço privilegiado da fala sem coerção (TENÓRIO, 2008). Nos trabalhos do autor observa-se que não é predominante a discussão do *locus* da gestão social (ficou claramente delineado ser todos os sistemas sociais) e, sim, das categorias centrais para seu entendimento: ação comunicativa, cidadania deliberativa, desenvolvimento local, participação, diálogo, esfera pública, bem como os pares de palavras sociedade-Estado, trabalho-capital e gestão social-gestão estratégica (TENÓRIO, 1998; 2005; 2008; 2013; 2014). Posteriormente, apresentaremos alguns trabalhos do autor em que a gestão social aparece em um *locus* situado nas encruzilhadas entre o mundo-da-vida e o sistema como locus (compartilhado/intermediário).

Outros trabalhos que apresentam a gestão social em um *locus* compartilhado pelo mundo-da-vida e pelo sistema são de Cabral (2006; 2008;

2011; 2014). A autora utiliza a expressão terceiro setor, no entanto, apresenta com base em Evers (1995 *apud* Cabral, 2006) uma concepção diferente das apresentadas anteriormente. Para a autora o terceiro setor é uma estrutura "intermediária no que concerne às racionalidades do Estado, do mercado e da comunidade e, ao mesmo tempo, marcada pela concretude da intervenção social, seja ela formal ou informal" (CABRAL, 2011, p. 1922).

A concepção teórica de Evers nos possibilita examinar o Terceiro Setor como uma realização dessa *área intermediária* do sistema de mistura de proteção social, no qual esforços, lógicas e racionalidades típicos do Estado, do mercado e das comunidades envolvem-se no tratamento da questão social. Sua aplicação permite superar a conceituação exclusivamente classificatória do Terceiro Setor, que o trata apenas como um conjunto de organizações que se assemelham de acordo com uma tipologia estabelecida. Essa abordagem classificatória, ou tipológica, faz com que o Terceiro Setor receba denominações diversas, que envolvem tão somente as características das organizações que nele atuam como, por exemplo, sociedade civil organizada, organizações não lucrativas, setor não governamental, setor não lucrativo, conjunto de organizações sem finalidade econômica, entre outras (CABRAL, 2010, p. 2).

Neste sentido, os conceitos de esfera pública para Tenório (2005) e terceiro setor para Cabral (2006; 2008; 2011) se aproximam e ambos apresentam um locus compartilhado pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade civil.

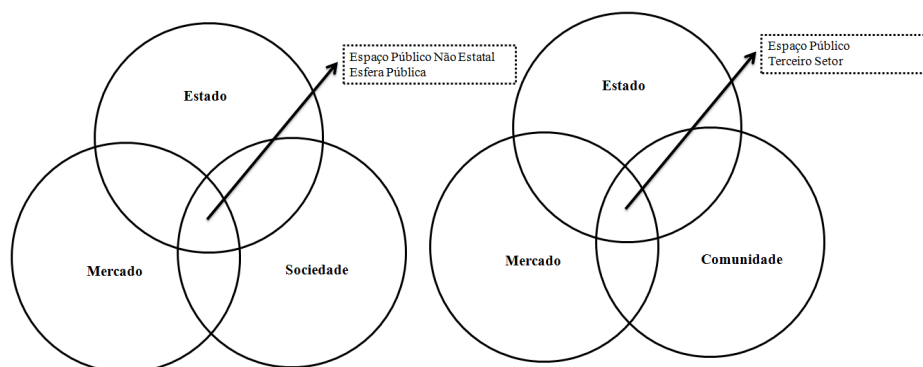


Figura 8 Esfera pública - Tenório (2005) e Terceiro setor - Cabral (2008; 2011)
 Fonte: Adaptado de Peres Jr. (2013, p. 135).

Nesse seguimento, a concepção dos autores não se adequa à primeira opção, isto é, que a gestão social tem seu *locus* apenas no mundo-da-vida, mas, sim, em um *locus* compartilhado com diversos atores sociais (TENÓRIO, 2005⁵⁸; CABRAL, 2011). Essa opção é importante para que a gestão social enfrente críticas à concepção setorial e autônoma do terceiro setor e possa avançar conceitualmente. Outros trabalhos que consideram a importância de atores diversos é Teodósio (2008) e Fischer (2002). Teodósio (2008; 2011) destaca a carência no campo da gestão social de estudo sobre parcerias trissetoriais.

Os diferentes debates sobre Parcerias Trissetoriais implicam não somente em discussões relacionadas a estratégias, instrumentos e mecanismos de gestão social,

⁵⁸ "Na tentativa de tornar mais compreensivo o conceito de esfera pública habermasiano, ampliamos o conteúdo desta categoria por meio das seguintes considerações: a esfera pública seria aquele espaço social na qual ocorreria a interação dialógica entre a sociedade civil e o Estado decidindo sobre políticas públicas; e, acreditando serem viáveis processos de parceria entre o primeiro, segundo e terceiro setores, incorporamos o mercado (segundo setor) também como possibilidade de participar da esfera pública. Na realidade o que fizemos foi reconstruir o conceito de esfera pública na medida em que o interpretamos como o espaço possível de comunicação e de deliberação entre sociedade civil, Estado e mercado" (TENÓRIO, 2005, p. 107).

mas envolvem também a relação de sociedades, instituições, organizações e indivíduos com a provisão de políticas sociais. Como pano de fundo, colocam-se noções sobre a essência, a abrangência e a forma de configuração, idealizadas quanto à dinâmica social das esferas pública, do Estado, do mercado e da própria vida privada nas sociedades contemporâneas, outro tema permeado por diferentes correntes interpretativas e debates relevantes. Sendo assim, os estudos sobre Parcerias Trissetoriais exigiriam abordagens teórico-conceituais e metodológicas capazes de lidar com a complexidade que marca esse fenômeno de aproximação de variados atores de diferentes esferas da sociedade (TEODÓSIO, 2011, p. 46).

Teodósio (2008) destaca o modelo de Janoski como importante para pensar as parcerias trissetoriais na esfera pública. Esse modelo procura ir além da concepção de Habermas, pois, "[...] segundo Vieira (2001), o modelo desenvolvido pelo autor não permite uma discussão mais consistente dos interstícios, sobreposições e inflexões mútuas que se apresentam entre o Estado, o mercado e a esfera pública, pois Habermas (1984) assume tais campos como dimensões separadas e não justapostas" (TEODÓSIO, 2008, p. 94). No entanto, apresenta algumas semelhanças com o mesmo como se observa na seguinte passagem: "os núcleos privados do mundo da vida, caracterizados pela intimidade, portanto protegidos da publicidade, estruturam encontros entre parentes, amigos, conhecidos, etc., e entrelaçam as biografias das pessoas conhecidas" e na relação esfera pública e privada, "a esfera pública mantém uma relação complementar com essa esfera privada" (HABERMAS, 1997b, p. 85-86).

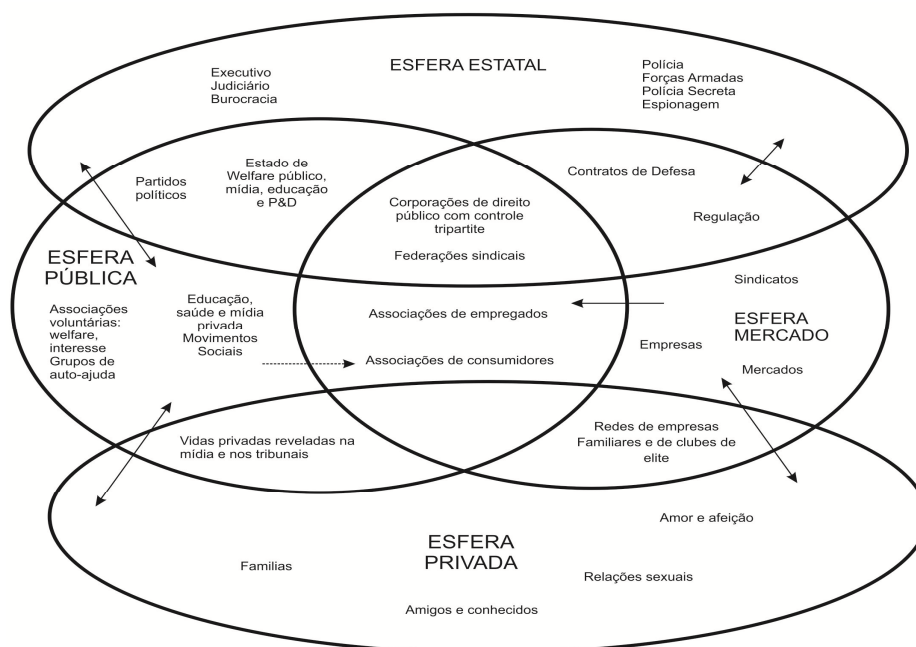


Figura 9 Esferas sociais segundo Janoski

Fonte: Teodósio (2008, p.).

Para ele o modelo avança, pois permite pensar as sobreposições, justaposições e interdependência; incorpora uma perspectiva dinâmica, entre o mercado, o Estado e a esfera privada e pública, além disso, evita idealizações de determinados atores sociais.

O modelo explicativo das esferas da sociedade, desenvolvido por Janoski (1998) e discutido por Vieira (2001), visualizado na figura abaixo, permite que se discuta com maior propriedade as complexas relações entre esferas da sociedade por detrás das Parcerias Tri-Setoriais. Isso se daria porque essa abordagem incorpora diferentes atores, interesses, racionalidades e valores em interação, não incluídas ou excluídas determinadas organizações da esfera pública com base em pressupostos sobre a sua contribuição ou não à ampliação da cidadania. Ou seja, não se assume como pré-condição para o reconhecimento e a análise dos atores da sociedade civil que fundamentem seus valores e ações em práticas democráticas, participativas e vinculadas

ao interesse público. Além disso, esse esquema conceitual parece oferecer possibilidades analíticas mais consistentes sobre as sobreposições, influências recíprocas e ampliação-retração das esferas públicas, do Estado, do mercado e da privada nas sociedades (TEODÓSIO, 2008, p. 100).

Fischer (2012) também alerta para a importância de práticas híbridas. Nesse sentido, busca o gerenciamento de diferentes racionalidades no âmbito da gestão social - sob nossa lente racionalidades do mundo-da-vida e do sistema. Em geral, a abordagem do desenvolvimento social (PERES JUNIOR; PEREIRA, 2014) também destaca a gestão social na relação entre o mundo-da-vida e o sistema ao trabalhar com o conceito de interorganizações. Nas interorganizações destacam-se organizações públicas, privadas e não governamentais. Nessa direção, os trabalhos (FISCHER, 2004; 2012; FISCHER; MELO, 2003; FISCHER; MELO; CODES, 2004) consideram que a gestão social envolve organizações públicas, privadas e da sociedade civil - onde se busca a integração. Nesse ínterim, se apresenta um *locus* intermediário / compartilhado entre o mundo-da-vida (família e sociedade civil) e o sistema (Estado e mercado).

Dando prosseguimento, destacamos na abordagem crítica frankfurtiana os trabalhos de Pereira (2012), Zwick e Pereira (2012) e Cançado, Pereira e Tenório (2013) que propõem que a gestão social se situa (*locus*) em um espaço compartilhado entre Estado, mercado e sociedade civil. Essa concepção apresenta que a gestão social surge para cuidar do interesse público não estatal e alcançar o bem comum "[...] tendo como tarefas na sociedade civil sistematizar os saberes alternativos, estruturar avaliações técnicas especializadas voltadas para o bem comum, fortalecer a esfera pública municinando-a de informações de qualidade, dentre outras" (PEREIRA, 2012, p. 13). Pereira (2012) destaca que

as práticas de gestão estratégica e social coexistem, mas expressam interesses divergentes⁵⁹.

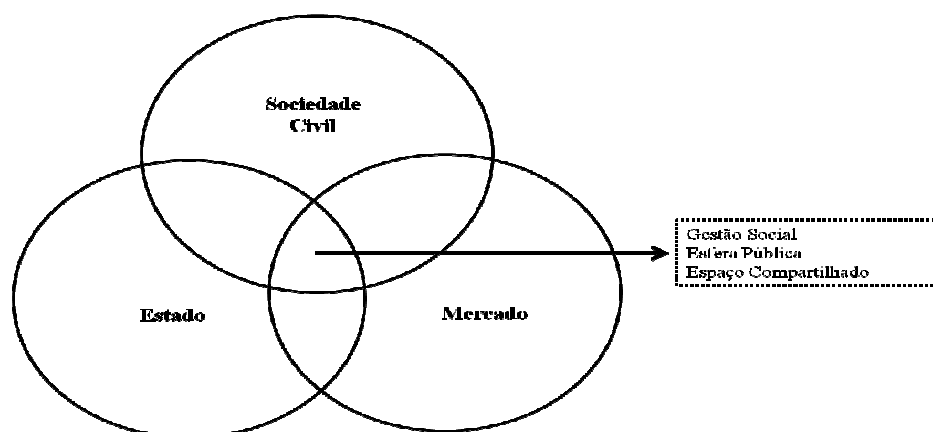


Figura 10 Relações entre Estado, mercado e sociedade civil

Fonte: Adaptado de Zwick e Pereira (2012).

O avanço da perspectiva acima ilustrada é considerar regiões de interseção entre os sistemas sociais, o que não aparece no modelo proposto por Habermas, onde os círculos (representação) não se encontram (ANDION; SERVA, 2004). Neste sentido, essa proposta que considera mundo-da-vida e sistema é capaz de contrapor também ao essencialismo ou a ausência de *laços comunicativos* (CABRAL, 2014) entre mundo-da-vida e sistema, isto é, *um espaço possível de comunicação* (TENÓRIO, 2005).

[...] a gestão social se situa no espaço de interseção das relações entre Estado, Mercado e Sociedade e torna-se capaz de converter os fluxos comunicacionais das esferas públicas em ações e decisões políticas a partir de sua

⁵⁹ "Por um lado, a administração pública representa os interesses públicos voltados para o Estado, constitui a forma de administrar o próprio Estado. Por outro lado, a administração estratégica representa os interesses privados capitalistas que convergem para o lucro e constitui a forma de administrar o próprio mercado capitalista. [...] A gestão social representa o interesse público não estatal e constitui a forma de administrar da própria sociedade democrática contemporânea" (PEREIRA, 2012, p. 2).

organização na sociedade civil. Sendo assim, a gestão social é uma ação gerencial dialógica voltada para o interesse público não estatal, tendo como tarefas na sociedade civil sistematizar os saberes alternativos, estruturar avaliações técnicas especializadas voltadas para o bem comum, fortalecer a esfera pública municiando-a de informações de qualidade, dentre outras (PEREIRA, 2012, p. 13).

Nessa mesma direção, Oliveira, Cançado e Pereira (2010) indicam a esfera pública e os espaços públicos construídos enquanto espaços dialógicos como *locus* da gestão social. Vimos anteriormente que essa visão é corroborada em Cançado, Pereira e Tenório (2013). Neste sentido, se relaciona diretamente com o mundo-da-vida de onde emerge suas demandas. Diante disso, Cançado (2011) e Cançado, Pereira e Tenório (2013) apresentam a esfera pública como categoria intermediária da gestão social. E, definem gestão social como "um processo dialético de organização social próprio da esfera pública fundado no interesse bem compreendido e que tem por finalidade a emancipação do homem" (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 187).

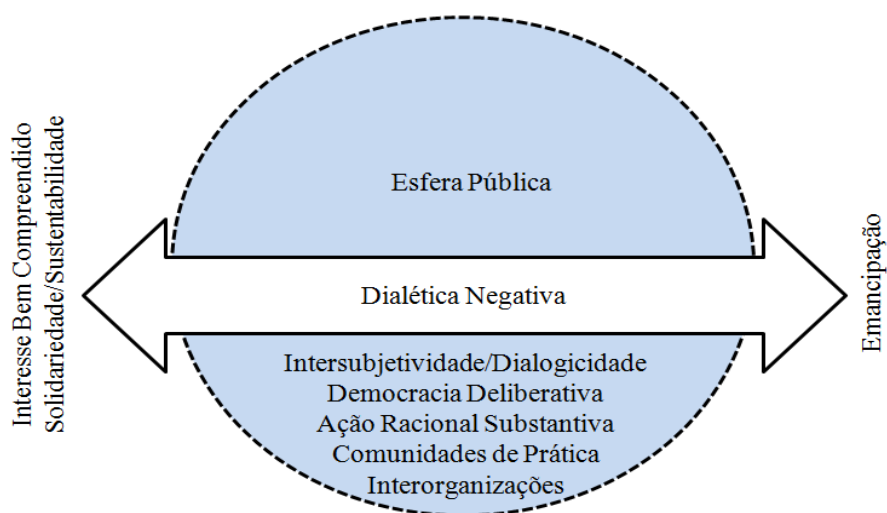


Figura 11 Gestão Social - a esfera pública como locus
Fonte: Cançado, Pereira e Tenório (2013, p. 168).

Para Oliveira, Cançado e Pereira (2010, p. 624) "[...] a esfera pública brasileira tem (re) criado espaços públicos, onde a ação pública se torna possível" e "a gestão social pode ser uma construção teórica que contribua para a organização e funcionamento destes espaços" (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010, p. 624). Além disso, eles deixam claro que não estão restringindo a gestão social aos espaços e esferas públicas: "se entendermos a gestão social como uma possibilidade para estes espaços (mas não restrita a eles) abre-se caminho para avançarmos no conceito, pois temos novas referências, novos caminhos teórico-empíricos a percorrer" (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010, p. 624).

Tensionando essas discussões, Araújo e Boullosa (2013, p. 22) afirmam que "[...] a gestão social não obstante se refira com muito mais frequência à noção de espaço público, sobretudo na visão habermasiana, acaba por se aproximar muito mais da noção de esfera/espaço social". Nessa colocação os autores pontuam a aproximação com campo de Pierre Bourdieu e esfera social de Hannah Arendt. Pimentel e Pimentel (2010) também defendem que a gestão social está mais perto do conceito de esfera social de Arendt. Entretanto, levanta-se como questionamento que o conceito utilizado pelos autores se refere à categoria esfera pública burguesa, presente na obra de Habermas da década de 1960 e não sua reformulação que inclui a sociedade civil como elemento central, presente em *Direito e Democracia*⁶⁰ [1992]. Alcântara, Pereira e Silva (2014) fazem esta extensão. Estes realizam um amplo debate sobre as mudanças na categoria esfera pública em Habermas, destacando que a concepção mais adequada à proposta da gestão social é a apresentada em *Direito e Democracia* onde "[...] é importante que a esfera pública seja um 'espaço' acessível a todos,

⁶⁰ "Em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo-da-vida e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado" (HABERMAS, 1997b, p. 107).

sem especializar-se em determinados temas ou em linguagens técnico-científicas" (ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2014, p. 16).

Finalmente, Freitas, Freitas e Ferreira (2014) e Vandenberghe (2014) também propõem um *locus* compartilhado entre mundo-da-vida e sistema. Vandenberghe (2014) coloca que a gestão social deve se situar nos cruzamentos entre o sistema e o mundo-da-vida para que consiga de forma dialógica relacionar ação comunicativa e ação estratégica - além disso, fazer a comunicação (que é ação) entre essas esferas da vida social.

Para Freitas, Freitas e Ferreira (2014) a esfera pública, enquanto *locus* viabiliza o projeto da gestão social. Para eles é no mundo-da-vida que a gestão social se ancora. A concepção dos autores se aproxima também de Cançado, Pereira e Tenório (2013) e Alcântara, Pereira e Silva (2014). Isto é, apresenta um *locus* compartilhado, mas que em última instância se embasa no mundo-da-vida. Outros artigos sobre políticas públicas e o Programa Territórios da Cidadania também destacam a presença de diversos atores sociais na relação mundo-da-vida e sistema (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012; IIZUKA; GONÇALVES-DIAS; AGUERRE, 2011; BENSON; ALLEBRANDT, 2014; JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014b; KRONEMBERGER; GUEDES, 2014; VILLELA; COSTA; CANÇADO, 2014).

4.2 O locus da gestão social como a Face de Janus

Finalmente, a análise dos *loci* da gestão social sob a lente da relação mundo-da-vida e sistema revelou que o campo convive com três abordagens: i) o mundo-da-vida como *locus*; ii) encruzilhadas entre o mundo-da-vida e o sistema como *locus*, e; iii) qualquer esfera (mundo-da-vida e sistema) como *locus*. Os autores variam suas posições dentro destas abordagens. No entanto,

mesmo com as variações é elemento comum que o mundo-da-vida se constitui de embasamento e ancoragem das teorias e práticas da gestão social.

Outro ponto que emerge do *locus* da gestão social é que apesar dos esforços na direção da autonomia do mundo-da-vida, em diversos trabalhos revisados a colonização do mundo-da-vida pelo sistema apresenta fatores limitantes ao desenvolvimento das ações gerenciais dialógicas (PINHO, 2010; BOULOSSA; SCHOMMER, 2008; 2009; PIMENTEL; PIMENTEL, 2010; ARAÚJO, 2012; PINHO; SANTOS, 2013; ARAÚJO; BOULOSSA, 2013; DIAS, 2014; FISCHER, 2014; TENÓRIO, 2009; CANÇADO, 2011; OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2010; ZANI; TENÓRIO, 2011; 2014). Mesmo que os autores citados não trabalhem com a questão da relação mundo-da-vida e sistema, nos seus trabalhos encontram-se vestígios de momentos da colonização do mundo-da-vida pelos sistemas como juridificação, burocratização, tecnificação, mercadorização e hierarquização das relações. A busca por neutralizar a colonização e potencializar as forças do mundo-da-vida emerge como possibilidade de desenvolvimento de teorias e práticas da gestão social. Sobre isso, Freitas, Freitas e Ferreira (2014, p. 2) destacam que a gestão social "pode evitar a colonização do mundo-da-vida pelo mundo sistêmico, ou seja, que a vida íntima, privada e associativa, seja permeada pela lógica do mercado e do Estado".

Uma tensão que vai emergir dessa concepção é a coordenação destas relações mediante a necessidade de *negociação*, pois poderão surgir situações colonizadoras, onde a gestão estratégia é predominante. Neste sentido, os "processos de negociação são adequados para situações nas quais não é possível neutralizar as relações de poder, como é pressuposto nos discursos racionais. Os compromissos obtidos em tais negociações contêm um acordo que equilibra interesses conflitantes" (HABERMAS, p. 1997a, p. 207; grifo nosso).

Quando analisamos os tipos destas diferentes questões pragmáticas, morais e éticas e refletimos sobre as formas de comunicação que seriam promovidas por uma formação racional da opinião e da vontade, então podemos ver que as abordagens não são monolíticas, não correm *somente* nos trilhos da formação do compromisso, o que torna necessária uma rede de formas variadas de argumentação e de negociações (HABERMAS, 1993, p. 104).

Isso não modifica a orientação da gestão social para consenso e gestão dialógica, mas a *qualifica* para atuar nas diversas relações tendo como norte o *entendimento*. Habermas realiza diversas críticas às concepções de negociação em Jon Elster, mas apresenta que em diversas situações elas estão presentes. A gestão gerencial dialógica precisa tensionar essas situações em busca de processos argumentativos. Além disso, os processos *não ideias* podem servir de aprendizagem para a construção de processos mais democráticos. Neste sentido, deve-se evitar a *resignação*, pois essa sim, não é coerente com uma visão emancipatória. Finalmente, as pesquisas teóricas e empíricas podem revelar as práticas e concepções para auxiliar no processo de comunicação com o sistema e o mundo-da-vida, buscando superar as situações de *negociação* em busca do entendimento e da emancipação, ou como prefere Habermas (1993, p. 106) da "intersubjetividade ílesa".

Andrews (2011) destaca a ideia de acordos negociáveis em grupos em conflito; os acordos estratégicos podem ser legítimos mesmo sem consenso - barganha justa; acordo negociado equilíbrio de interesse (HABERMAS, 1997a).

Adiante, conforme destacou Tenório e Marques Filho (2002) a distinção mundo-da-vida e sistema é metodológica e auxilia nessas análises. Neste sentido, esperamos ter tensionado que pensar a gestão social somente como mundo-da-vida ou somente como sistema oferece limitações à compreensão das atuais relações entre as diversas esferas sociais. Conforme Habermas destacou a sociedade precisa ser vista ao mesmo tempo como sistema e mundo-da-vida, tal

como chamamos a atenção para a gestão social. Essa relação permitiria a gestão social identificar os elementos colonizadores, bem como as forças emancipatórias do mundo-da-vida.

Não desconsideramos que a gestão privada e pública hegemônica estão voltadas quase exclusivamente para o sistema, no entanto, isso não significa que a gestão social deve *fechar seus olhos* a ele e voltar-se apenas para o mundo-da-vida, mas, pelo contrário, considerar as relações entre estas esferas constituintes da sociedade moderna, suas tensões e sua integração por solidariedade, por poder e por dinheiro (HABERMAS, 2007). Uma das passagens elucidativas da “faces de Janus” (no âmbito da teoria da política e do direito) dentro desta ideia de tensão é a seguinte:

Arrastada para cá e para lá, entre facticidade e validade, a teoria da política e do direito decompõe-se atualmente em facções que nada têm a dizer umas às outras. A tensão entre princípios normativistas, que correm o risco de perder o contato com a realidade social, e princípios objetivistas, que deixam fora de foco qualquer aspecto normativo, pode ser entendida como admoestação para não nos fixarmos numa única orientação disciplinar e, sim, nos mantermos abertos a diferentes posições metódicas (participante versus observador), a diferentes finalidades teóricas (explicação hermenêutica do sentido e análise conceitual versus descrição e explicação empírica), a diferentes perspectivas de papéis (o do juiz, do político, do legislador, do cliente e do cidadão) e a variados enfoques pragmáticos na pesquisa (hermenêuticas, críticos, analíticos, etc.). As pesquisas delineadas a seguir movimentam-se nesse amplo espaço (HABERMAS, 1997a, p. 23).

As tentativas de explicar a realidade sem conversações (CLEGG; HARDY; NORD, 1996) com as diversas perspectivas levam a vários *pontos cegos* (PAES DE PAULA, 2013; 2014), conforme o próprio Habermas (1997a) argumentou tanto as perspectivas do observador como do participante são necessárias para compreender a realidade - do mundo-da-vida e do sistema.

Como anteriormente afirmado a integração social depende de ambas as racionalidades e a sua interpretação de ambas as visões. Habermas (2012a; 2012b) afirmando que individualmente essas abordagens não conseguem analisar a totalidade social. Conforme Habermas, pela “faces de Janus” é se colocar entre as perspectivas, compreendendo sua incompletude cognitiva e caminhando, conforme chama Tenório (2014b) para uma visão totalizante da sociedade, não apenas como mercado, Estado ou sociedade civil, mas simultaneamente como mundo-da-vida e sistema e as tensões que emergem dessa concepção.

Os diversos *locus* encontrados na literatura não se neutralizam ou contradizem, a partir da noção de que o mundo-da-vida é o fundamento último da gestão social, da sua ciência e da sua *práxis*, seja em ambientes institucionais ou no âmbito do discurso e da comunicação - isto é, tanto os atores da sociedade civil, Estado ou mercado possuem e se orientam em sua vida cotidiana segundo orientações e interpretações disponíveis nos diversos mundos-da-vida. Assim, conforme Habermas (1997b; 2012b) a relação mundo-da-vida e sistema ainda não está decidida. Não há uma esfera totalizante que impeça o desenvolvimento de ações dialógicas, existem tanto impedimentos quanto possibilidades, assim, as tensões nos permitem problematizar diversas tensões da gestão social e que se materializam nas relações entre Estado, mercado e sociedade civil; agir comunicativo e agir estratégico, público e privado; coerção e espaço livre de fala; dominação e emancipação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou problematizar o *locus* da gestão social nas relações entre o mundo-da-vida e o sistema, estabelecidas por Habermas. Esse processo identificou e refletiu sob a lente da relação mundo-da-vida↔sistema, os diversos *loci* da gestão social presentes na produção científica nacional; mostrou que na relação mundo-da-vida↔sistema os diversos *loci* se situam e as tensões decorrentes dessa abordagem. Para tanto, exploramos especialmente as obras *Teoria do Agir Comunicativo* (1981) e *Direito e Democracia* (1992) de Habermas.

A discussão revelou que a gestão social se constitui segundo literatura nacional tanto nas esferas sociais quanto públicas; que pode ser possível nos sistemas sociais privado, público e do terceiro setor; pode ser encontrada em arranjos institucionais bem como no poder comunicativo e também envolve as possibilidades de cooperação e conflito entre esses *loci*. Desta forma, a pesquisa revelou que na produção científica nacional sob a lente da relação mundo-da-vida↔sistema aparecem três noções do *locus* da gestão social: a) o mundo-da-vida; b) encruzilhadas (espaço intermediário / compartilhado) entre o mundo-da-vida e o sistema, e; c) qualquer esfera (mundo-da-vida e sistema). Na primeira concepção emerge principalmente como *locus* a sociedade civil e o terceiro setor. Na perspectiva de qualquer sistema social emerge a noção de que o importante é que o processo seja gerencial dialógico e participativo e na perspectiva dos espaços intermediários emerge o espaço público, a esfera pública e os espaços compartilhados entre a sociedade, o Estado e o mercado. De forma geral, a grande divisão do campo é entre aqueles que defendem que o sistema (mercado e Estado) não podem ser *locus* da gestão social e os que defendem uma perspectiva em que ela pode acontecer em qualquer sistema social (com a presença da sociedade).

De forma geral no que tange às duas perspectivas levantadas por Habermas: colonização do mundo-da-vida (1981) e modelo deliberativo (1992), a gestão social investiga e defende práticas em que a formação da vontade é democrática, apresentando experiências onde os processos foram coordenados por ações comunicativas no mundo-da-vida. No entanto, nos trabalhos revisados a colonização do mundo-da-vida ainda representa fator limitante ao desenvolvimento das ações gerenciais dialógicas. É exatamente para a colonização que chamamos atenção dentro do modelo habermasiano, afinal em Habermas ela se constitui como elemento que impede a emancipação. Freitas, Freitas e Ferreira (2014) destacam também que para evitar a colonização é preciso fortalecer a gestão social.

Com isso, indicamos que na ótica habermasiana a gestão social deve desenvolver-se em teorias e práticas capazes de defender e potencializar a emancipação do mundo-da-vida frente ao sistema - caminhando para um modelo de eclusas. Nesse processo, ela deve ser capaz de se comunicar tanto com as demandas do mundo-da-vida quanto dos subsistemas, afinal ambas as perspectivas são parte da integração social. Mesmo porque, para Habermas (2012a; 2012b) a integração social depende de ambas as racionalidades e perspectivas. Não deve ser uma gestão social contra o Estado⁶¹ ou contra o mercado, mas a partir do mundo-da-vida e da reprodução simbólica - considerando nesses caminhos os valores públicos: autonomia, bem comum, diálogo, igualdade, inclusão, interesse público, discussão, pluralidade,

⁶¹ Vandenberghe (2014, p. 2) destaca isso: "[...] com este deslocamento para as comunidades, associações, redes da sociedade civil, a gestão social (*third sector governance*) se colocou como alternativa a ambos: ao *business and management* e à *public administration*. Não que a gestão social é contra o Estado, mas como abordagem pós-marxista, os gestores e incubadores de projetos sociais públicos que trabalham nas, com e para as comunidades populares adjetivaram a gestão para indicar o seu compromisso moral e social com a base".

sustentabilidade e participação. Isto é, em última instância precisamos de gestores sociais voltados para o mundo-da-vida.

Por meio das categorias esfera pública, terceiro setor, sociedade civil, ação comunicativa e deliberação pública, foram apresentadas que as possibilidades (*locus* institucional) da gestão social se encontram em um *continuum* entre o mundo-da-vida e sistema, todavia argumentamos que não se pode afastar do horizonte do mundo-da-vida (*locus* epistemológico) mesmo que considere as possibilidades dos pontos de vista do participante e do observador. Com isso indicamos que além de produzir bens e reproduzir valores de forma gerencial dialógica ela deve ser capaz de coordenar os conflitos que emanam das práticas sociais. Com isso, é preciso considerar as tensões entre o mundo-da-vida e o sistema, a ação comunicativa e a estratégica e as perspectivas do participante e do observador, afinal, individualmente elas não representam a totalidade social. No mesmo norte, as tensões mundo-da-vida↔sistema se materializam também entre Estado, mercado e sociedade civil, público e privado, coerção e espaço livre de fala e ainda dominação e emancipação. Ao fazer isso a gestão social não perde sua orientação normativa, aplicada e social, afinal, "[...] na ausência de uma perspectiva normativa capaz de distinguir entre poder e empoderamento (*empowerment*), dominação e emancipação, a gestão social perde o seu rumo e a sua identidade" (VANDENBERGHE, 2014, p. 3).

Lembramos também com Repa (2008, p. 57) que a abordagem comunicativa permite "[...] analisar as ações sociais concretas, mas é raro que estas se mostrem como absolutamente comunicativas ou como absolutamente estratégicas". Além disso, como lembra Siqueira e Serva (2014, p. 16) "a ação racional substantiva e a ação racional instrumental são, portanto, complementares". O que também destacamos com base em Habermas no que se refere à ação comunicativa e a estratégica. O cuidado que se deve ter é com os elementos que emergem da relação ação estratégica e ação comunicativa, ou

gestão estratégica e gestão social, afinal, "a visão social de mundo da gestão social tem como seu determinante a sociedade, enquanto o enfoque adotado pela gestão estratégica é o mercado [e do Estado]" (CANÇADO; TENÓRIO; PEREIRA, 2011, p. 698). Neste sentido, o perigo reside, para Habermas, quanto às esferas da vida cotidiana, simbólicas e integradas pela solidariedade, que são *invadidas* e colonizadas pelas esferas do sistema. O que argumentamos é que a comunicação entre os interesses e as esferas que a gestão social se candidata pode superar a incompletude cognitiva e caminhar para um conhecimento que na prática e na teoria seja emancipatório.

Essa comunicação entre os interesses, entre fatos e valores, entre o mundo-da-vida e o sistema aparece na literatura da gestão social como *locus* epistemológico e *status* da vocação, a qual a gestão social concorre diferentemente da gestão tradicional privada e pública que se volta apenas ao mundo dos sistemas e seus imperativos. A gestão social se apresenta como possibilidade de superar a incomunicabilidade entre os contrastes citados. Neste sentido, possui signos que possibilitam que as comunicações entre mundo-da-vida e sistema circulem e sejam compreendidas por toda a sociedade. Essas discussões são necessárias para que a gestão social possa efetivamente concretizar seu potencial emancipatório (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a). Essa concepção não muda o *status* da emancipação como fim último da gestão social (CANÇADO, 2011; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013; VANDENBERGHE, 2014).

Finalmente, argumentamos que os conceitos de mundo-da-vida e sistema representam uma chave de leitura sociológica e epistemológica do *locus* das ações gerenciais dialógicas, defendidas pela gestão social. A pesquisa desenvolvida coloca em questão também que os conceitos utilizados não podem abandonar o contexto da discussão do autor, nem seus pressupostos, ou como lembra Faria (2012) é preciso ter cuidado para não utilizar conceitos de diversas

matrizes epistemológicas sem conhecer os pressupostos da dimensão na qual o conceito se originou. Assim, conforme Justen, Moretto Neto e Garrido (2014a, p. 242) a gestão social que se ampara em Habermas e sua teoria da ação comunicativa "se sujeita às críticas tecidas ao trabalho de Habermas". Especialmente, como demonstramos, os textos de Habermas revelam também um *diagnóstico de época*. Chamamos, então, a quem este trabalho interessou para estudar como os trabalhos mais recentes de Habermas, especialmente sobre direitos humanos, justiça, reconhecimento, cosmopolismo, religião e a União Européia e seus desafios que podem ser *reduzidos* e orientar trabalhos no âmbito da gestão social. Bem como diversos outros que remetem ao fim da década de 1950 e, como demonstrado no primeiro Artigo, não são discutidos pelo campo da gestão social. Advertimos que longe de significar que com isso a gestão social deva ser adjetivada como habermasiana.

Neste sentido, a gestão social pode encontrar limitações para seu desenvolvimento prático e teórico no próprio Habermas. Isto não significa que seus trabalhos não são direcionamentos consistentes com as ações gerenciais dialógicas, mas que é preciso estabelecer conversações nos pontos onde a sua teoria não consegue se estabelecer como lente que amplia as possibilidades da gestão social, tal como as destacadas pelo próprio autor ao firmar os limites de sua concepção pautada na comunicação (HABERMAS, 2012b) e as dificuldades da influência do mundo-da-vida nos sistemas especializados (HABERMAS, 1997b). Estas e outras questões (SANDERS, 1997; MOUFFE, 1999; SHAPIRO, 1999; CHAMBERS, 2003; 2009; SUSEN, 2011; FRASER, 1990; YOUNG, 2001; PUTNAM, 2008; MIGUEL, 2014; JUSTEN, 2014) podem ampliar a consciência do campo (JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a), tendo em mente que "o risco a ser evitado é o essencialismo teórico, isto é, o viés de direcionar o fenômeno a fim de que se encaixe dentro do contexto de um quadro único e integrado de referência"

(JUSTEN; MORETTO NETO; GARRIDO, 2014a, p. 240). Essa pluralidade é fortemente defendida por Habermas (2012a; 2012b).

[existe] a impressão de que eu esteja oferecendo uma teoria monolítica destinada a solucionar todos os problemas vitais. O senhor sabe que estou bem longe *disso*. De forma nenhuma eu correspondo à imagem tradicional do "filósofo", o qual explica o mundo a partir de um único ponto. [...]. Eu procuro os problemas particulares em seu respectivo lugar, isto é, nos discursos científicos que encontro diante de mim. A seguir, eu desenvolvo uma contribuição sobre um tema ou outro, digamos, por exemplo, na teoria das ações de fala ou na teoria moral, na filosofia do direito, na discussão sociológica sobre a racionalização social, na discussão filosófica sobre o conceito da modernidade, sobre o pensamento pós-metafísico, etc. Eu não espremo tudo no mesmo quadro teórico, como também não assimilo tudo aos mesmos conceitos básicos de uma grande teoria balística. [...] Temos que saber qual é o discurso no qual nos movemos respectivamente [...]. O aspecto filosófico disso tudo está somente na tentativa de não perder a visão de conjunto ao se passar de um discurso para o outro, de impedir que as categorias se congelem, de manter as linguagens das teorias liquefeitas e, finalmente, na tentativa de saber onde, por exemplo, devemos aplicar conceitos tais como "*autopoiesis*", "autoconsciência", ou "racionalidade" - e, principalmente, onde não podemos aplicá-los (HABERMAS, 1993, p. 107; grifo nosso).

A tese de Peres Junior (2013) com Anthony Giddens é um exemplo claro de outras possibilidades de compreensão da gestão social, além destes, as contribuições originadas das leituras de Alberto Guerreiro Ramos, Boaventura de Sousa Santos, Bernardo Kliksberg, Paulo Freire, Hilary Putnam, Amartya Sen, Hannah Arendt, Enrique Dussel e outros que não listo aqui - muitos destes autores com certeza Habermas não concordaria em vários pontos, no entanto não hesitaria em iniciar um amplo diálogo.

Por fim, indicamos alguns direcionamentos de pesquisa. Do ponto de vista empírico pesquisas que explorem as práticas da gestão social em diversos *loci* e problematizem em que medida elas se constituem (e se estruturam) em relação ao mundo-da-vida e os subsistemas especializados e, também, uma investigação dos valores atrelados ao mundo-da-vida e ao mundo dos sistemas na perspectiva dos públicos da gestão social, como também dos seus teóricos e estudiosos.

Como perspectiva teórica uma possibilidade é se aproximar de debates sobre os modelos atuais de deliberação e pós-deliberação pública; estudar a ética do discurso em Habermas e Karl-Otto Apel e suas contribuições para a legitimidade das ações/decisões na gestão social; avançar nas discussões sobre esfera pública na direção da existência de esferas públicas hegemônicas e contra-hegemônicas; explorar outras concepções acerca de conhecimento e interesse em Habermas e como ela implica nas epistemologias do campo e, por fim, como a comunicação e a linguagem podem ser fundamentos dessa forma de gerir que agregue o mundo-da-vida e o sistema em prol do bem público e do bem comum (caminhando para além de Habermas em uma perspectiva mais republicana).

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: COHN, G. (Org.). **Sociologia**, São Paulo: Editora Ática, 1986.

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F. A formação de esferas públicas e a gestão social no Brasil: uma leitura a partir dos movimentos sociais (junho e julho - 2013). In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL – ENAPEGS, 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira: RGS, 2014.

ALLEBRANDT, S. L.; SIEDENBERG, D. R.; SAUSEN, J. O.; DECKERT, C. T. Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, p. 914-945, 2011.

ALVES SOBRINHO, E. J. M.; INOJOSA, R. M. Gestão social nos municípios: a violência e a cultura de paz. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 2, p. 279-295, 2005.

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 1, p. 227-271, 1999.

ANDREWS, C. W. **Emancipação e legitimidade**: uma introdução à obra de Jürgen Habermas. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

ANDION, C.; SERVA, M. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. **Revista Venezolana de Economía Social**, v. 4, n. 7, p. 9-26, 2004.

ARAÚJO, E. T. **(In) consistências da gestão social e seus processos de formação**: um campo em construção. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, E. T. Gestão Social. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para a Formação em Gestão Social**. Salvador: CIAGS, v. 1, p. 85-90, 2014.

ARAÚJO, E. T.; BOULLOSA, R. Esfera pública, esfera social e gestão social: aproximações epistemológicas e ontológicas. In: 9ª CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA A AMERICA LATINA Y CARIBE, 2013, Santiago - Chile. **Anais...** Santiago: ISTR, 2013.

ARAÚJO, S. M. P.; CIANALLI, D. Trabalho e sobrevivência - o mundo da vida sob ameaça: racionalidade ou irracionalidade? **Sociedade e Estado**, v. 21, p. 289-314, 2006.

ASSIS, L. B.; PAES DE PAULA, A. P. Gestão Social e Bildung: Reflexões sobre a Importância da Formação para a Democratização no Setor Público. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 6, p. 57-64, 2014.

AVRITZER, L. Além da dicotomia estado / mercado: Habermas, Cohen e Arato. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 36, p. 213-222, 1993.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 18, n. 2, 2012.

AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, n. 50, p. 25-46, 2000.

BAXTER, H. **Habermas: The Discourse Theory of Law and Democracy**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2011.

BENHABIB, S. **Democracy and Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1996.

BENSON, A.; ALLEBRANDT, S. L.. Comunicação e informação no Programa Territórios da Cidadania: O caso do Território da Cidadania Noroeste Colonial. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, p. 247-261, 2014.

BOLZAN, J. **Habermas: razão e racionalização**. Ijuí: Editora Inijuí, 2005.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Limites da Natureza da Inovação ou Qual o Futuro da Gestão Social? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, XXXII. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

BOULLOSA, R. F.; SCHOMMER, P. C. Gestão social: caso de inovação em políticas públicas ou mais um enigma de Lampedusa? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, III 2009, Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). **Anais...** Petrolina e Juazeiro BA: RGS, 2009.

BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis 4: the contribution of Jürgen Habermas. **Organization Studies**, v. 15, n. 1, p. 1-45, 1994.

CABRAL, E. H. S. Espaço público e controle para a gestão social no Terceiro Setor. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 86, p. 30-55, 2006.

CABRAL, E. H. S. A gestão social do terceiro setor e suas dualidades. **Administração em Diálogo**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 21-34, 2008.

CABRAL, E. H. S. Uma Abordagem Normativa Para a Gestão Social no Espaço Público. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS, 2010, Lavras. **Anais...** Lavras: RGS, 2010.

CABRAL, E. H. S. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. **Revista de Administração Pública**, v. 45, p. 1915-1941, 2011.

CABRAL, E. H. S. Desenvolvimento e terceiro setor: possibilidades globais e escolhas locais. **Ciências em Debate**, v. 1, n. 1, p. 35-57, 2014.

CANÇADO, A. C. **Fundamentos teóricos da gestão social**. 2011. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

CANÇADO, A.C.; TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE**, v. 9, n. 3, Rio de Janeiro: FGV, set. 2011.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

CANÇADO, A. C.; VILLELA, L. E. ; SAUSEN, J. O. Social versus Gestão Estratégica. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão Social e Gestão Estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, p. 15-100, 2013.

CARVALHO, M. C. B. Gestão social: alguns apontamentos para debate. In: RICO, E. D. M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/IEE, p. 19-29, 1999.

CAVALCANTE, A. R. A racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas. **Educação e Filosofia**, v. 15, n. 29, p. 225-257, 2001.

CAVALCANTI, M.; NOGUEIRA, A. **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CHAMBERS, S. Deliberative democratic theory. **Annual Review of Political Science**, v. 6, p. 307-326, 2003.

CHAMBERS, S. Rhetoric and the public sphere has deliberative democracy abandoned mass democracy? **Political Theory**, v. 37, n. 3, p. 323-350, 2009.

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1996.

COHEN, J.; ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. MIT Press. Cambridge, 1992.

COSTA, S. Esfera Pública, Sociedade Civil e Movimentos Sociais No Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 38, p. 38-52, 1994.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? 2004. Disponível em: < <http://www.plataformademocratica.org>>. Acesso em 01 de set. de 2014.

DECKERT, C. T.; ALLEBRANDT, S. L.; SAUSEN, J. O. A Gestão Social no Território da Cidadania Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, p. 88-118, 2012.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial. In: LEITE, S. P.; DELGADO, N. G. **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, p.89-130, 2011.

DIAS, V. T. 'Gestão Social' e 'Terceiro Setor': contribuições críticas a partir da noção de Estado em Gramsci. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL, 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira, RGS: ENAPEGS, 2014.

DOMINGUES, J. M. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

DOWBOR, L. Tendências da gestão social. **Saúde e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 3-16, 1999.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL (VIII ENAPEGS). Disponível em: < <http://ufrb.edu.br/enapegs/>>. Acesso em: 5 de maio de 2014.

FARIA, J. H. Dimensões da Matriz Epistemológica em Estudos em Administração: uma proposição. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro, 2012. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

FERRAZ, A. T. R. Pensando a democracia e seu processo de adjetivação. **Agalia**, v. 85/86, p. 173-200, 2006.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão. In: FISCHER, T. M. D. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliações**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FISCHER, T. Organizações e interorganizações na gestão do desenvolvimento socioterritorial. **Organizações e Sociedade**, v. 11, p. 13-41, 2004.

FISCHER, T. Gestão social do desenvolvimento de territórios. **Revista Psicologia**, v. 12, n. 1, 113-119, 2012.

FISCHER, T. **Debate roda de diálogo 5: Da gerência social à gestão social**. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS, Cachoeira, 2014.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Gestão Social do desenvolvimento e interorganizações. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 12., Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2003.

FISCHER, T. M. D.; MELO, V. P.; CODES, A. L. Integração e gestão do desenvolvimento sócio-territorial: um estudo de organizações da sociedade civil em municípios baianos. In: XXVIII ENCONTRO DA ANPAD. Paraná, 2004. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.

FISCHER, T.; MELO, V. P.; CARVALHO, M. R.; JESUS, A.; ANDRADE, R. A.; WAIANDT, C. Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, v. 40, n. 5, p. 789-808, 2006.

FLEIG, D. G.; OLIVEIRA, L. C. S. F.; BRITO, M. J. Democracia, Participação e Gestão Social: Desafios da Construção dos Programas de Ação Temática de uma Organização Não Governamental. **Organizações & Sociedade**, v. 13, p. 119-138, 2006.

FLYNN, J. System and lifeworld in Habermas' theory of democracy. **Philosophy and Social Criticism**, v. 40, n. 2, p. 205-214, 2014.

FORESTER, J. Teoria crítica e análise organizacional. **Plural**, v. 1, p. 131-148, 1994.

FRANÇA FILHO, G. C. Gestão Social: um conceito em construção. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, IX., 2003, Salvador. **Anais...** Salvador: CIAGS/UFBA, jun. 2003.

FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JUNIOR, J. T.; MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C. (Orgs.). **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção**. Fortaleza: Imprensa Universitária. p. 26-37, 2008.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. **Social Text**, n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FREITAG, B. Sistema e "Mundo Vivido" em Habermas. **Geempa**, n. 1, p. 61-73, 1993.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. O colegiado de desenvolvimento territorial e a gestão social de políticas públicas: o caso do Território Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 46, p. 1201-1223, 2012.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; FERREIRA, M. A. M. Gestão social como projeto político e prática discursiva. In: VI ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA – EnAPG, 2014, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2014.

GARRIDO, P. O.; JUSTEN, C. E. Incubadoras de Gestão Social e Gestão Universitária: possibilidades e contribuições a partir de análise comparativa. **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade**, v. 3, p. 133-151, 2014.

GOHN, M. G. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

GUERRA, J. F. C.; TEODÓSIO, A. S. S. Gestão Pública Societal e Gestão Social: análise de aproximações e distanciamentos na práxis de uma política pública. **Pensamento & Realidade**, v. 27, p. 5-20, 2012.

HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, Ano XI, n. 21, p. 9-21, 2008.

HABERMAS, J. On Systematically Distorted Communication. **Inquiry**, n. 13, p. 205-18, 1970.

HABERMAS, J. Tendências da Juridicização. **Sociologia — Problemas e Práticas**, n. 2, p. 185-204, 1987.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **Passado como futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, n. 36, 1995.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 1, 1997a.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 2, 1997b.

HABERMAS, J. Uma conversa sobre questões da teoria política. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47, p. 85-102, 1997c.

HABERMAS, J. **Problemas de legitimación en el capitalismo tardío**. Madrid: Ediciones Cátedra, S. A., 1999.

HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**, v. 1, São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**, v. 2, São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

IIZUKA, E. S.; GONÇALVES-DIAS, S. L. F.; AGUERRE, P. Gestão social e cidadania deliberativa: a experiência de Ilha Comprida - São Paulo. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, p. 748-779, 2011.

INOJOSA, R. M.; JUNQUEIRA, L. A. P. Práticas e saberes: desafios e inovações em gestão social. **Organização & Sociedade**, v. 15, n. 45, p. 171-180, 2008.

JUNQUEIRA, L. A. P. Gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2004.

JUNQUEIRA, L. A. P. Organizações sem fins lucrativos e redes sociais na gestão de políticas sociais. In: CAVALCANTI, M. (org.). **Gestão social, estratégias e parcerias: redescobrimdo a essência da administração brasileira de comunidades para o Terceiro Setor**. São Paulo: Saraiva, p. 195-216, 2006.

JUSTEN, C. E. Problematizando a abordagem habermasiana nos estudos organizacionais: limitações em torno da categoria do político. In: XXXVIII ENCONTRO DA ANPAD, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2014.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O. Para além da dupla consciência: Gestão Social e as antessalas epistemológicas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 237-251, 2014a.

JUSTEN, C. E.; MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O. Do monólogo ao diálogo: o potencial emancipatório do programa Territórios da Cidadania Meio-Oeste Contestado revisitado à Luz da Gestão Social. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, p. 192-207, 2014b.

KEILHAUER, L. C. **Teoria da ação comunicativa e estudos organizacionais: uma reflexão crítica**. 1991. 310 p. Dissertação (Mestrado em Organização, Recursos Humanos e Planejamento) – Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 1991.

KEINERT, T. M. M. **Administração Pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. 2. ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

KELLY, T. Unlocking the iron cage: public administration in the deliberative democratic theory of Jürgen Habermas. **Administration & Society**, v. 36, n. 1, p. 38-61, 2004.

KJAER, P. Systems in Context: in the outcome of the Habermas/Luhmann-debate. **Ancilla Iuris**, p. 66-77, 2006.

KRITSCH, R. Disputas em torno da noção de sociedade civil na teoria política e social contemporânea: o diálogo entre Habermas e Cohen e Arato. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 38., 2014, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2014.

KRONEMBERGER, T. S.; GUEDES, C. A. M. Desenvolvimento territorial rural com gestão social: um estudo exploratório entre Brasil e Argentina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 2, p. 233-246, 2014.

LAVALLE, A. G. Crítica ao modelo da nova sociedade civil. **Lua Nova**, n. 47, p. 121-135, 1999.

LAVALLE, A. G. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 66, p. 91-109, 2003.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. “Democracia, pluralização da representação política e sociedade civil”. **Lua Nova**, n. 67, 2006.

LUBENOW, J. A. **A categoria de Esfera Pública em Jürgen Habermas**. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LUBENOW, J. A. A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança estrutural da esfera pública. **Trans/Form/Ação**, v. 35, p. 189-220, 2012.

LÜCHMANN, H. H. L. Democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 33, p. 1-46, 2002.

LÜCHMANN, L. H. H. Sociedade civil, esfera pública e democracia deliberativa. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2003, Campinas. **Anais...** Campinas, 2003.

MAGALHÃES, Ó. A. V.; MILANI, C.; SIQUEIRA, T.; AGUIAR, V. M. (Re) Definindo a sustentabilidade no complexo contexto da gestão social: reflexões a partir de duas práticas sociais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 4, n. 2, p. 01-17, 2006.

MAIA, M. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, dez. 2005.

MAIA, R. C. M. O papel democrático da sociedade civil em questão. **Lua Nova**, n. 81, 2010.

MARQUES, A. C. S. Os meios de comunicação na esfera pública: novas perspectivas para as articulações entre diferentes arenas e atores. **Líbero**, v. 21, p. 23-36, 2008.

MARTINS, B. V.; CARRION, R. S. M. Gestão Social: Um Olhar a partir de Perspectivas Latino-Americanas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: ENPAG, 2012.

MELO JUNIOR, L. C. M. Niklas Luhmann: a sociedade como sistema. **Sociedade e Estado**, v. 28, n. 3, p. 715-719, 2013.

MENDONÇA, P. Movimentos Sociais. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para a Gestão Social**. Salvador: CIAGS/UFBA, v. 1, p. 115-118, 2014.

MENEGHETTI, F. K. O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011a.

MENEGHETTI, F. K. Tréplica - O que é um Ensaio-Teórico? Tréplica à Professora Kazue Saito Monteiro de Barros e ao Professor Carlos Osmar Bertero. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 343-348, 2011b.

MIGUEL, L. F. Deliberacionismo e os limites da crítica: uma resposta. **Opinião Pública**, v. 20, p. 118-131, 2014.

MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O.; JUSTEN, C. E. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, p. 828-845, 2011.

MOUFFE, C. Deliberative democracy or agonistic pluralism? **Social Research**, v. 66, n. 3, p. 745-758, 1999.

NOBRE, M.. Apresentação. In: NOBRE, M. (Org.). **Livre Crítica de Teoria**. Campinas: Papyrus, v. 1, p. 7-8, 2008.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

NOBRE, M. **Choque de democracia: Razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras. 2013.

NOBRE, M.; TERRA, R. (Org.). **Direito e democracia: um guia de leitura**. São Paulo: Malheiros, 2008.

NOBRE, M.; REPA, L. **Habermas e a reconstrução: Sobre a categoria central da Teoria Crítica habermasiana**. Campinas: Papyrus, v. 1. 208p. 2012.

OLIVEIRA, V. A. R.; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE. BR**, Rio de Janeiro, v. 8, 4, p. 613–626, 2010.

PAES DE PAULA, A. P. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2005a.

PAES DE PAULA, A. P. Tréplica: Comparação Possível. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 51-52, 2005b.

PAES DE PAULA, A. P. Por uma nova gestão pública: reinserindo o debate a partir das práticas possíveis. In: CUNHA, A. S.; MEDEIROS, B. A.; AQUINO, L. C. (Org.). **Estado, Instituições e Democracia**: República. Brasília: IPEA, 2010.

PAES DE PAULA, A. P. Abordagem Freud-Frankfurtiana, pesquisa-ação e socioanálise: uma proposta alternativa para os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, n. 4, 2013.

PAES DE PAULA, A. P. Para Além dos Paradigmas nos Estudos Organizacionais: O Círculo das Matrizes Epistemológicas. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2014, Florianópolis - SC. **Anais...** Florianópolis, 2014.

PEREIRA, J. R. Gestão Social no contexto histórico e teórico das relações entre Estado, Mercado e Sociedade. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL: DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador, 2012.

PERES JUNIOR, M. R. **Gestão Social sob a ótica da Teoria da Estruturação**. 2013. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

PERES JUNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, L. C. Gestão Social sob a lente estruturacionista. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. 18-49, 2013.

PERES JUNIOR, M. R.; PEREIRA, J. R. Abordagens Teóricas da Gestão Social: uma análise de citações exploratórias. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 221-236, 2014.

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. Gestão Social: Perspectivas, Princípios e (De) Limitações. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS - EnEO, 2010, Florianópolis (SC). **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.

PINHO, J. A. G. Gestão social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, A. S.; SILVA JÚNIOR, J. T.; SCHOMMER, P. C.; CANÇADO, A. C. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento**: Ações, Articulações e Agenda. Recife: UNIVASF, 2010.

PINHO, J. A. G.; SANTOS, M. E. P. Aporias em torno do conceito de Gestão Social: dilemas teóricos e políticos. In: XXXVII ENCONTRO DA ANPAD, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

PUTNAM, H. **O colapso da verdade e outros ensaios**. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da Riqueza das Nações**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981.

REESE-SCHÄFER, W. **Compreender Habermas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

REPA, L. S. Direito e teoria da ação comunicativa. In: TERRA, R.; NOBRE, M. (Org.). **Direito e democracia: um guia de leitura de Habermas**. São Paulo: Malheiros, p. 55-72, 2008.

REPA, L. S. A reconstrução da história da teoria: observações sobre um procedimento da teoria da ação comunicativa. In: NOBRE, M.; REPA, L. S. (Org.). **Habermas e a reconstrução**. Campinas: Papyrus, p. 41-60, 2012.

RICO, E. M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/IEE, 1999.

RIGO, A. S.; CANÇADO, A. C. Gestão social e construção de espaços públicos: reflexões a partir da Rede Brasileira de Bancos Comunitários do Brasil. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, p. 37-44, 2015.

RISSE, T. Let's Argue!: Communicative Action in World Politics. **International Organization**, n. 54, p. 1-39, 2000.

ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAFATLE, V. Obra relaciona capitalismo e gestão de afetos. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/22485-obra-relaciona-capitalismo-e-gestao-de-afetos.shtml>>. Acesso em 20 de jan. de 2015.

SANDERS, L. M. Against Deliberation. *Political Theory*, **Thousand Oaks**, v. 25, n. 3, p. 1-17, 1997.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice**: O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. S. **Reinventar la democracia**: reinventar el Estado. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SANTOS, L. S.; SERVA, M. A Tensão entre a Racionalidade Substantiva e a Racionalidade Instrumental na Gestão Pública: novos caminhos de um campo de estudo. In: XXXVIII ENCONTRO DA ANPAD, 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2013.

SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, abr/jun, 1997a.

SERVA, M. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. **Revista de Administração Pública**, v. 31, n. 2, p. 108-134, 1997b.

SERVA, M.; ANDION, C. Por uma visão positiva da sociedade civil: uma análise histórica da sociedade civil organizada no Brasil. **Revista Venezuelana de Economia Social**, Ano 4, n. 7, p. 7-24, 2004.

SHAPIRO, I. Enough of deliberation: politics is about interests and power. In: MACEDO, S. (ed.). **Deliberative politics**: essays on Democracy and disagreement. Oxford: Oxford University Press, 1999.

SIEBENEICHLER, F. B. Apresentação à edição brasileira. In: HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social, v. 1, São Paulo: Martins Fontes, p. 07-26, 2012.

SILVA, F. C. Habermas e a Esfera Pública: reconstruindo a história de uma ideia. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 35, p.117-138, 2001.

SIQUEIRA, G.; SERVA, M. Tensão entre racionalidades na abordagem substantiva das organizações. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014.

SOUZA, J. J. F. De Goethe a Habermas: autoformação e esfera pública. **Lua Nova**, 1998, n.43, p. 25-57, 1998.

SOUZA, Y. S.; BIGNETTI, L. P. Introdução ao Fórum sobre Gestão Social. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 6, p. -17, 2013.

SUSEN, S. Critical notes on Habermas's theory of the public sphere. **Sociological Analysis**, v. 5, n. 1, p. 37-62, 2011.

TENÓRIO, F. G. Programa de estudos em gestão social da EBAP/FGV e relato de pesquisas com metodologias participativas. **Cadernos de Pesquisa**, n 25, p. 1-47, 1993.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de administração pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, F. G. Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado. **Revista Brasileira de Administração Pública**, Rio de Janeiro/FGV, v. 33, n.5, p. 85-102, 1999.

TENÓRIO, F. G. (Re) visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma réplica. **Revista ADM. MADE**, v. 13, n. 2, art. 51, p. 1-4, 2009.

TENÓRIO, F. G. Gestão social, um conceito não idêntico? Ou a insuficiência inevitável do pensamento. In: CANÇADO, A. C.; TENÓRIO, F. G.; SILVA JR, J. T. (Org.). **Gestão social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, v. 1, p. 23-36, 2012.

TENÓRIO, F. G. Tem razão a gestão social? In: III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-17, 2013.

TENÓRIO, F. G. Debate roda de diálogo 5: Da gerência social à gestão social. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS, 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira, 2014a.

TENÓRIO, F. G. Administração e a Questão Social: entre o 'Robinsonismo' e o 'Étiennismo'. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2014b.

TENÓRIO, F. G.; MARQUES FILHO, H. Cidadania deliberativa: um estudo de caso. In: VII CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa, Portugal, 2002.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; PORTO, E. C.; VIANA, B. F. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2008.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; MELO, W. S.; KRAEMER, C. F. B.; LOPES, J. F. R. Da redução sociológica à aplicação de critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos em arranjos institucionais na esfera pública. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.

TEODÓSIO, A. S. S. **Parcerias trissetoriais na esfera pública: perspectivas, impasses e armadilhas para a modernização da gestão social no Brasil.** 2008. Tese (Doutorado em Administração) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

TEODÓSIO, A. S. S. Parcerias Trissetoriais: caminhos e descaminhos de três experiências brasileiras. **Reuna**, v. 16, p. 43-60, 2011.

TEODÓSIO, A. S. S. Organizações da Sociedade Civil. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para Formação em Gestão Social.** Salvador: CIAGS, v. 1, p. 128-132, 2014.

TOWNLEY, B.; COOPER, D. J.; OAKES, L. Performance measures and the rationalization of organizations. **Organization Studies**, v. 24, n. 7, p. 1045-1071, 2003.

VANDENBERGHE, F. Os livros que Habermas não escreveu. **Boletim CEDES**, p. 1-7, 2010.

VANDENBERGHE, F. The books that Habermas hasn't written. **International Sociology**, v. 26, p. 597-603, 2011.

VANDENBERGHE, F. Gestão social: Uma disciplina em busca de teoria. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS, 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014.

VILLELA, L. E. Redes, desenvolvimento e gestão social em Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Rio de Janeiro. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 2, p. 101-221, 2013.

VILLELA, L. E.; COSTA, E. G. Avaliação de processos decisórios participativos no polo comercial Saara situado na cidade do Rio de Janeiro: uma fórmula de sucesso com problema em seu princípio ativo, a participação. In: CANÇADO, A; TENÓRIO, F. G; SILVA JR, J. T. (Org.). **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Unijuí, v. 1, p. 57-86, 2012.

VILLELA, L. R.; VIDAL, M. O.; MACEDO, L. F. A. Percepção dos conselheiros municipais e representantes da sociedade civil atuantes na 5ª Conferência Estadual das Cidades do Estado do Rio de Janeiro – participar nas decisões públicas é possível? **Cadernos Gestão Social**, v. 5, n. 1, p.149-162, 2014.

VIZEU, F. Ação Comunicativa e Estudos Organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n.4, p. 10-21, 2005.

VIZEU, F. Da racionalidade instrumental à racionalidade comunicativa: o caso de uma instituição psiquiátrica. **Organizações & Sociedade**, v. 36, p. 56-78, 2006.

VIZEU, F. Racionalidade Administrativa e Distorção Comunicativa nas Organizações Contemporâneas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 2009, XXXIII.; **Anais..** ENANPAD, 2009.

VIZEU, F.; CICMANEC, É. R. A música que encanta, o discurso que aprisiona: a distorção comunicativa em uma loja de departamentos. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, p. 149-164, 2013.

WANDERLEY, L. E. W. Desafios da sociedade civil brasileira em seu relacionamento dialético com o Estado e o mercado. In: RICO, E. D. M.; RAICHELIS, R. (Orgs.). **Gestão social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC/IEE, p. 105-127, 1999.

WANDERLEY, L. E. W.; RAICHELIS, R. Gestão pública democrática no contexto do Mercosul. In: SIERRA, G. (Org.). **Los rostros del Mercosur: el difícil camino de lo comercial a lo societal**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

WANDERLEY, L. E. W. Uma proposta inovadora: o público não estatal. **Serviço Social e Sociedade**, n. 86, p. 78-89, 2006.

WHITEHEAD, L. Bowling in the bronx: The uncivil interstices between civil and political society. **Democratization**, v. 4, n. 1, p. 94-114, 1997.

YOUNG, I. M. Activist challenges to deliberative democracy. **Political Theory**, v. 29, n. 5, p. 670-690, 2001.

YOUNG, I. M. Desafios ativistas à democracia deliberativa. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 13, 2014.

ZANI, F. B.; TENÓRIO, F. G. Gestão social do desenvolvimento: a exclusão dos representantes dos empresários? O caso do Programa Territórios da Cidadania Norte-RJ. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, n. 3, p.780-802, 2011.

ZANI, F. B.; TENÓRIO, F. G. Gestão Social do Desenvolvimento: O Desafio da Articulação de Atores Sociais no Programa Territórios da Cidadania Norte - RJ. **Revista Eletrônica Organizações e Sociedade**, v. 21, p. 853-873, 2014.

ZWICK, E.; PEREIRA, J. R. Interfaces Teórico-Conceituais entre Gestão Pública, Gestão Social e Gestão de Cooperativas: reflexões sobre o Interesse Público e a Democracia. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.

**ARTIGO 3 Entre o Mundo-da-vida e o Sistema: um Argumento
Comunicativo para a Avaliação em Gestão Social**

1 INTRODUÇÃO

Entre as peculiaridades apresentadas pelo tema da avaliação das ações desenvolvidas por instituições de interesse público destaca-se a natureza singular deste espaço público, no qual se articulam atores sociais, expressam-se valores e se realizam resultados colimados pela lente do desenvolvimento, da mudança social e da emancipação. Em especial, estas ações realizadas em prol do interesse público são oriundas do Estado, do mercado ou da sociedade civil (políticas públicas; projetos sociais; terceiro setor; esfera pública; parcerias trissetoriais, e outras), portanto, nestes *locus* é comum a existência de diversos atores sociais relacionados aos sistemas sociais e o mundo-da-vida delimitados até aqui (Estado, mercado e sociedade civil). Neste sentido, se configura como destacado no Artigo 2 (No Mundo-da-vida (*Lebenswelt*) e no Sistema (*System*): Refletindo sobre o Locus da Gestão Social e suas Tensões) de um *locus* compartilhado pelo mundo-da-vida e pelo sistema.

Diante dessa realidade, os processos avaliativos precisam considerar especificidades de um *locus* que no limite se refere a um cruzamento entre mundo-da-vida e sistema (VANDENBERGHE, 2014) e suas perspectivas. Essa questão nos foi colocada implicitamente por diversos trabalhos no campo da gestão social pelo campo (TENÓRIO et al., 2008; 2010; CABRAL, 2011; ALLEBRANDT et al., 2011; VILLELA; COSTA, 2012; DIAS, 2012; VILLELA, 2013; BOULLOSA; RODRIGUES, 2014; CABRAL; MUZY, 2014). Destes, surgem alguns questionamentos: como avaliar experiências no espaço local? Como avaliar experiências participativas e deliberativas? Como ações que resultem na produção de bens públicos impactem a qualidade de vida dos cidadãos? Como avaliar práticas desenvolvidas em um espaço compartilhado por atores, lógicas e interesses do mercado, do Estado e da sociedade civil? Como avaliar organizações que se situam (no espaço e na

esfera), que se situam no cruzamento do mundo-da-vida e dos subsistemas mercado e Estado? Enfim, como procuraremos argumentar sob a lente da gestão social, são *loci* em que não basta produzir fatos (mundo do sistema), é preciso também (re) produzir valores (mundo-da-vida). Afinal, a gestão social enquanto coerente com as *faces de Janus* deve ser capaz de olhar tanto para fatos quanto para valores; isto é, integrar comunicativamente o olhar para o mundo-da-vida e para o sistema. Ainda mais tendo em vista os impactos sociais negativos dessa dicotomia: "manter o dualismo formalista de fatos e valores que as teorias tradicionais realçam significa atuar a serviço do *status quo*" (TENÓRIO, 1998, p. 10).

Nesses *loci* acima citados o argumento da intangibilidade dos valores reproduzidos nestas ações retorna sempre como um impeditivo aos processos avaliativos como fatores que comprometeriam as avaliações objetivas. Sob o aspecto prático e teórico uma alternativa é conduzir as avaliações, conferindo importância aos processos de deliberação coletiva e participação democrática dos diversos atores sociais, considerando tanto os bens e seus impactos na qualidade de vida e no desenvolvimento (na acepção de Amartya Sen) e os valores públicos reproduzidos. Porém, esta providência seria apenas uma demanda estratégica para o sucesso das finalidades avaliativas? Ou se trata do reconhecimento de um processo peculiar à comunicação entre os atores que possa se constituir na essência dos instrumentos avaliativos que incorporem a natureza da gestão social? Ou, ainda, de outro modo, como a peculiaridade expressa na comunicação de valores e na produção de bens de interesse público vincula a gestão social ao processo avaliativo e aos mundos-da-vida dos diversos atores sociais?

Examinando a peculiaridade apontada acima, especialmente para os projetos de ação social no espaço público, Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) mostraram que os experimentos avaliativos destes projetos requisitam a

consideração de fatos, bem como a consideração de valores, como construções sociais, na forma de princípios que orientam a escolha e a realização destes fatos. Para os autores, valores e fatos concorrem ao mesmo requisito da racionalidade como atributo da possibilidade de sua identificação e comunicação. Esta abordagem permite superar o tratamento dos valores como atributos intangíveis e irracionais e os consideram epistemologicamente fundamentais para os processos avaliativos. Por exemplo, não há porque se recusar a identificar a reprodução do valor cooperação, a partir da percepção subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos, alegando que esta subjetividade a torna irracional. Em verdade este valor orienta escolhas de indivíduos e pode ser incorporado em processos avaliativos (HOUSE; HOWE, 2000; HOUSE, 2001; HOWE, 2002; CABRAL, 2011; CABRAL; MUZY, 2014).

O tratamento dos juízos de fato e dos juízos de valor como excludentes quanto à racionalidade e à possibilidade de comprovação, é conhecido na literatura como dicotomia fato x valor e se expressa na incomensurabilidade destes atos considerados como manifestações, respectivamente de juízos objetivos e subjetivos (HOUSE, 2001; HOUSE; HOWE, 2001; PUTNAM, 2002; 2008). De outra forma, os fatos são considerados verificáveis pela lógica ou observação empírica e os valores são considerados subjetivos e não verificáveis. Esta dicotomia remete a separação realizada por Immanuel Kant entre juízos analíticos e sintéticos e por David Hume entre questões de fato e relações de ideias (BENOIST, 1998; MARICONDA, 2006; PUTNAM, 2008). No século XX a distinção fato x valor foi defendida intensamente pelos positivistas lógicos (PUTNAM, 2008). Resumidamente, esta dicotomia pretende que a subjetividade dos valores seja sinônimo de impossibilidade de atribuir sentido (PUTNAM, 2008), enquanto que a objetividade dos primeiros seja a garantia de sua utilização como referência de racionalidade - consequentemente da sua cientificidade. O filósofo Hilary Putnam (2002; 2008)

discorreu longamente sobre o tema, mostrando a incoerência da dicotomia e do empobrecimento dos raciocínios que dela decorrem. Essa incoerência possui efeito nos processos avaliativos que se prendem a objetividade dos fatos, descuidando da reprodução dos valores, como se a subjetividade lhes subtraísse a realidade. No mais, as obras de Jürgen Habermas também sugerem possibilidades de superação da dicotomia entre fatos e valores, mesmo com algumas discordâncias em relação à abordagem de Hilary Putnam no que se refere especialmente a separação entre normas e valores (PUTNAM, 2008; HABERMAS, 1997a; LIMA, 2013; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2013).

Com base em Habermas consideramos que por meio da linguagem tanto fatos, normas e valores podem ser questionados: "Torna-se possível, através dessa linguagem, questionar a verdade dos fatos (do mundo objetivo), a correção ou justeza das normas (do mundo social) e a veracidade do interlocutor (mundo subjetivo)" (FREITAG, 1989, p. 13). Esse processo se realiza por meio do discurso no qual os participantes de uma discussão questionam as pretensões de validade. Portanto, através dessa discussão é possível pensar em processos de avaliação que considerem os mundos objetivo, social e subjetivo. Adiante, quem age estrategicamente (no sentido de Habermas) neutraliza o mundo-da-vida da coordenação das ações e, assim, se volta exclusivamente para os fatos: "[o mundo-da-vida] não fornece mais um adiantamento de consenso, porque o que age estrategicamente vê os dados institucionais e os outros participantes da interação apenas como fatos sociais" (HABERMAS, 1997a, p. 45-46).

O que este artigo se propõe é demonstrar a importância dos valores nos processos avaliativos e, assim, do mundo-da-vida; argumentando primeiramente que fatos e valores não são questões dicotômicas e que o próprio conceito de

fato como observável⁶² ou verificável é limitado. Segundo Putnam (2008, p. 39) “a visão positivista lógica original era de que um ‘fato’ era algo que podia ser certificado por mera observação e até mesmo por um mero relato de uma experiência sensorial”. Assim, é uma chamada para que avaliação retorne ao mundo-da-vida; tal qual, Husserl chamou todas as ciências no início do século XX.

[...] no campo originário da atividade humana, acredita Husserl, lidamos com seres e situações valorativamente apreendidos. Diferentes perspectivas de valores visam o mundo de múltiplas maneiras, cada uma com a pretensão de verdade, que para confirmar sua universalidade, exige o seu reconhecimento pelas demais, configurando assim uma estrutura intersubjetiva [...]. Desse modo, Husserl pretende garantir a possibilidade de uma discussão acerca dos valores que embasam a atividade teórica de um ponto de vista não reducionista (FERRAZ, 2004, p. 370-371).

Além disso, a dicotomia fato x valor pactua com uma cegueira cognitiva (PAES DE PAULA, 2014) e reflete também na separação dos conhecimentos técnico/teórico, prático e emancipatório - dessa forma, as análises e os processos avaliativos se tornam unidimensionais, parciais e seguindo uma lógica positivista voltado apenas para os fatos e o conhecimento técnico/teórico - especialmente nas mãos de avaliadores tecnocratas. Neste sentido, a superação de uma visão pautada no desempenho e no sistema da Administração (TENÓRIO, 2013b) caminha no reconhecimento da importância dos valores e

⁶² "Com isso, pode-se perceber que Hume não interpõe a sua “Lei” meramente à impossibilidade da passagem de enunciados factuais a enunciados valorativos, mas, que em razão da maneira como as ideias recomendam a noção de fato, não há, no tocante às virtudes, realmente nenhuma “questão de fato”. O motivo pelo qual isso não ocorre é porque, com relação às virtudes, não temos como formar uma imagem figurável das propriedades de uma determinada virtude hipotética, ao passo que poderíamos, sem a menor dúvida, fazer figurar as propriedades de uma flor qualquer, por exemplo" (MELLO JUNIOR, 2014, p. 6).

do mundo-da-vida em todas as práticas sociais, incluindo dessa forma os processos de avaliação.

Na gestão social outros trabalhos se atentaram para a dimensão da avaliação (TENÓRIO et al., 2008; 2010; BOULLOSA; RODRIGUES, 2014). A principal contribuição de Tenório et al. (2008; 2010) foi a apresentação de critérios de avaliação de processos decisórios deliberativos: processos de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum, que foram utilizados em uma série de pesquisas empíricas (ALLEBRANDT et al., 2011; VILLELA; COSTA, 2012; DIAS, 2012, VILLELA, 2013). Tais critérios são valores (re) produzidos pela gestão social, enquanto ação gerencial dialógica. Especificamente, relembrando a questão da dicotomia fato x valor, Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) desenvolveram metodologias avaliativas (*Mapa de Bens Públicos* e o *Mapa Semântico das ENCIR - Expectativas, Necessidades, Capacidades, Interesses e Representações*) que consideram equânimes de juízos de fato e de valor.

No campo da administração pública, Rowe e Frewer (2000) atestaram a carência de parâmetros adequados para a avaliação da participação deliberativa. E no campo da educação, House (2001), House e Howe (2000; 2001) e Howe e Ashcraft (2005) apresentaram um modelo de avaliação deliberativa que considera a inclusão, o diálogo e a deliberação. Outros autores (ROWE; FREWER, 2000; DRYZEK; LIST, 2003; LANDWEHR, 2005) também examinam a deliberação valendo-se de modelos (experimentos mentais e empíricos) e apontam a importância da explicitação dos valores coerentes com os processos decisórios para a interpretação dos resultados. Enfim, diversos autores destacam a importância de processos de avaliação que considerem valores democráticos participativos e deliberativos (ROWE; FREWER, 2000; SEN, 2000; PAPADOPOULOS; WARIN, 2007; TENÓRIO et al., 2008; 2010; CABRAL, 2011; ALMEIDA; CABRAL, 2013; CASTELLÀ; PARÉS, 2012;

VILLELA; COSTA, 2012; CABRAL; MUZY, 2014; BOULLOSA; RODRIGUES, 2014).

Esta parte da dissertação amplia as discussões para os aspectos epistemológicos, partindo de premissas sobre o debate da dicotomia fato x valor e valendo-se de argumentos que remetem ao conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) na acepção de Jürgen Habermas, como fundamento epistemológico dos processos e instrumentos de avaliação na gestão social. Com isso, é feita correspondência aos argumentos de diversos pesquisadores (incluindo aqui os autores) em gestão social que encontram no mesmo Habermas e no seu vasto repositório de discussões sobre ação comunicativa, esfera pública e democracia deliberativa sustentação para um modo especial de gestão nas esferas e nos espaços públicos (TENÓRIO, 1998; 2005; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Apresentaremos, também, dado a relevância dos processos discursivos e comunicativos para a avaliação as contribuições da ética da discussão de Habermas e, também sobre isso, os diálogos com Putnam.

Concomitantemente, o presente artigo pretende responder a questão: Como o conceito de mundo-da-vida pode contribuir para esclarecer as práticas da gestão social (especificamente processos de avaliação) que considerem as tensões de um *locus* (sociológico e epistemológico) compartilhado pelo mundo-da-vida e pelo sistema? Portanto, este artigo objetiva comunicar como o conceito de mundo-da-vida pode esclarecer o processo de avaliação em gestão social num *locus* (sociológico e epistemológico) que considere as tensões entre o mundo-da-vida e o sistema. O foco no mundo-da-vida não elimina importância do mundo-do-sistema (nem como perspectiva nem como possibilidade metodológica ou analítica), mas, indicamos de início que as avaliações comumente consideram apenas essa dimensão e, com isso, os fatos destituídos de considerações normativas e valorativas. Em suma, essa questão se remete a duas outras encontradas na literatura que discutem a importância do

conceito de mundo-da-vida, a saber: “que significa uma reflexão filosófica que tenha como protagonismo o mundo da vida?” (PIZZI, 2006, p. 115) e “que significa uma reflexão comunicacional que tenha como protagonismo o mundo da vida?” (MARTINO; MARQUES, 2013, p. 10). Portanto, de outra forma, este artigo pode ser interpretado como sendo: *Que significa um processo avaliativo que tenha como protagonismo o mundo-da-vida?*

Avançando na própria concepção de Habermas (2012a; 2012b) argumentamos que significa um processo que supera a dicotomia fato x valor e que ambos podem ser racionalmente considerados (pois fazem parte da vida cotidiana dos sujeitos sociais e são também parte de suas discussões) e que a avaliação deve ser considerada como um processo comunicativo e informacional capaz de revelar significados projetados intersubjetivamente no espaço público. Adiante, não é *colocar na mesma cesta* duas perspectivas que revelam posições ontológicas e epistemológicas diversas, mas buscar como Habermas, ainda na década de 1970 afirmou (HABERMAS, 1996): considerar a importância de ambos para reduzir a perspectiva unidimensional da sociedade - possibilitando ampliar a concepção de dicotomia em prol das tensões (SIQUEIRA; SERVA, 2014). Em um *locus* compartilhado sociologicamente pelo mundo-da-vida e sistema a compreensão também está atrelada a uma visão metodológica e epistemológica das duas *faces de Janus*.

Finalmente, o presente trabalho pretende oferecer uma contribuição teórica (SUTTON; STAW, 2003; WHETTEN, 2003; BERTERO, 2011; MENEGHETTI, 2011a; 2011b). Nesse processo, a argumentação será o elemento central, afinal, ela “[...] permanece [como] o único meio disponível para se certificar da verdade [pretensão], porque não há outra maneira de examinar as pretensões de verdade tornadas problemáticas” (HABERMAS, 2004, p. 49).

Finalmente, nossos argumentos se organizam em quatro seções além desta introdução. A parte seguinte apresenta o tema da avaliação e a questão da dicotomia fato x valor. Na terceira seção abordamos o conceito de mundo-da-vida, especialmente em Habermas. Em seguida, refletimos acerca da relevância de considerar o mundo-da-vida como argumento epistemológico na avaliação em gestão social e as formas de superação da dicotomia fato x valor. Nas considerações finais apresentamos as conclusões, as limitações dos trabalhos e uma breve agenda de pesquisas.

2 AVALIAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL E A DICOTOMIA FATO X VALOR

Nesta parte apresentamos uma discussão geral sobre a avaliação, buscando destacar as especificidades desta prática social, escolhida como *caso limite* para pensar a relevância do mundo-da-vida como argumento avaliativo em um *locus* (sociológico e epistemológico) da gestão social que considere as tensões entre o mundo-da-vida e o sistema. Nessa trajetória apresentamos algumas definições e características do processo avaliativo, especialmente a dimensão fato e valor. Para isso vamos abordar discussões oriundas de filósofos e teóricos da avaliação tendo em mente que assumimos "[...] a possibilidade de a reflexão interdisciplinar ser o mote por excelência do pensar da administração" (TENÓRIO, 2014, p. 16). Aqui, em especial da gestão social.

O termo avaliação possui diversas conotações e é usado das mais variadas formas. Isso se refere à questão que os processos de avaliação são singulares e formados por um emaranhado de fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e éticos, sendo relevante para o alcance de projetos sociais que resultem na produção de bens públicos e impactem a qualidade de vida dos cidadãos (ROWE; FREWER, 2000; SEN, 2000; PAPADOPOULOS; WARIN, 2007; TENÓRIO, et al., 2008; 2010; CABRAL, 2011; ALMEIDA; CABRAL, 2013; CASTELLÀ; PARÉS, 2012; VILLELA; COSTA, 2012; CABRAL; MUZY, 2014). No âmbito de projetos sociais, para Tenório (2003, p. 63) a avaliação "[...] serve para conhecer como foi executado o projeto, dar valor aos resultados obtidos, tomar decisões sobre a continuidade ou interrupção das ações, eliminar ou diminuir os efeitos negativos, aumentar os efeitos positivos". Por isso, a avaliação é essencial para aumentar a base informacional e, conseqüentemente, reduzir as incertezas das decisões.

No sentido aqui apresentado, ela é importante para avaliar experiências participativas e como a democracia (a qualidade da democracia) se efetiva

nesses processos. A passagem a seguir situa essas possibilidades em um amplo contexto.

De acordo com Parés e Castellà (2008), nas últimas décadas municípios ao redor do mundo têm desenvolvido experiências muito diversas de democracia participativa na busca de novas formas para governar sociedades cada vez mais complexas. No entanto, estes autores questionam até que ponto estas experiências resultam em um incremento efetivo de qualidade na democracia destes municípios ou unicamente representam um aumento no número de experiências participativas. Neste sentido, defendem que a academia necessita de um processo de reflexão sobre a qualidade das múltiplas experiências surgidas no âmbito da participação cidadã e por isso consideram imprescindível sua avaliação e caracterização para poder, assim, melhorá-las. Para estes autores [Parés e Castellà (2008)] a avaliação da participação cidadã se configura como uma ferramenta capaz de qualificar as experiências participativas, identificando suas debilidades e seus pontos fortes como forma de estabelecer as bases para sua melhora, servindo, portanto, como um instrumento de aprendizagem (TENÓRIO et al., 2008, p. 2).

Existe, no entanto, uma carência de trabalhos no que se refere aos processos de avaliação. Em especial, no campo das políticas públicas no Brasil, a avaliação foi colocada de lado durante muito tempo e começou a fazer parte dos estudos somente a partir da década de 1980. Cabe considerar que essas avaliações foram inicialmente desenvolvidas com foco na fiscalização e com o passar do tempo ganharam caráter estratégico, de controle social e participação social (COHEN; FRANCO, 1994; JANUZZI, 2012; BOULLOSA; RODRIGUES, 2014). Mesmo assim, Faria (2005) destaca o viés predominantemente técnico das avaliações.

A lacuna de estudos sobre avaliação refletiu nos campos da administração pública e da gestão social. Em particular, nas organizações sociais, Cabral (2011) destaca essa carência:

[...] a avaliação e suas técnicas não estão suficientemente difundidas no campo das organizações sociais. Entre as razões de natureza geral, destacam-se: a incipiente profissionalização no setor e a constatação de que as práticas de avaliação não traduzem ainda a existência de uma cultura sistemática e difundida. Entre as razões específicas, citamos: a ausência de uma metodologia específica que apreenda o conteúdo valorativo das ações sociais e a insistência em importar técnicas e argumentos tanto da área pública quanto da área privada, sem o necessário diálogo que aponte as singularidades desse novo campo (CABRAL, 2011, p. 1918).

Essa questão se faz importante, pois em decorrência do caráter técnico das avaliações, organizações que se situam em um *locus* compartilhado pelo mundo-da-vida e o sistema como o terceiro setor, apresentado por Cabral (2011) ou mesmo a noção de esfera pública de Tenório (2005) ou espaço compartilhado em Pereira (2012), apresentam diversas especificidades no processo de avaliação, dentre elas a necessidade de considerar além dos fatos (o que *tradicionalmente* sob a ótica positivista se considera em uma avaliação), os valores e a coordenação dialógica dos processos. Nesse ínterim, consideramos que a gestão social se candidata como capaz de pensar dentro do seu arcabouço práticas coerentes de avaliação. Esses espaços avaliativos podem ser também políticas públicas (tendo em mente seu impacto local) em que participam governo, empresas, ONGs, associações e outras organizações (TENÓRIO et al., 2008).

Conceitualmente, "entende-se por avaliação um processo sistemático de obtenção de informações destinado a emitir juízos de valor a partir de critérios estabelecidos" (CASTELLÀ; PARÉS, 2012, p. 214). E, também segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 35) é a "identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor ou mérito, a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado em relação a esses critérios". Conforme Boullosa e Rodrigues (2014, p. 153) "a avaliação é,

ainda, um processo de construção de significados ou de significâncias, no qual cada sujeito avaliador ou avaliado (diferentes atores com múltiplas realidades) deveria enfrentar um problema semântico relacionado à compreensão do significado da avaliação e dos seus processos". Finalmente, para Dias Sobrinho (2008, p. 193), "avaliação é produção de sentidos, prática social, portanto, intersubjetiva, relacional, aberta, polissêmica e carregada de valores, que põe em questão os significados dos fenômenos". Essas definições chamam atenção para a dimensão intersubjetiva, comunicativa e valorativa da avaliação, portanto nos abre a possibilidade de pensa-la a partir da ótica do mundo-da-vida e da ação comunicativa em Habermas.

Com isso, o processo avaliativo implica refletir acerca dos objetivos, determinar os critérios, os dados que serão necessários e as pessoas que o realizam, bem como os diversos atores envolvidos (CASTELLÀ; PARÉS, 2012). Para Castellà e Parés (2012) as finalidades da avaliação direcionam suas características, além de que os motivos para avaliar são diversos: exigência dos agentes financiados, testar a validade do projeto, identificar o impacto, fornecer dados sobre a possibilidade de continuação ou não, buscar recursos, dentre outros (TENÓRIO, 2003; CASTELLÀ; PARÉS, 2012). No âmbito da gestão social, argumentamos que a finalidade da avaliação não é apenas teleológica, com relação a fins, mas, informacional e comunicativa. Isto significa que os processos de avaliação devem ser capazes de comunicar os resultados aos diversos atores sociais ou públicos constituintes conforme utiliza Cabral (2011).

Outro ponto essencial é que na teoria da avaliação ainda são comuns as disputas entre aspectos qualitativos e quantitativos (ROWE; FREWER, 2000; HOUSE, 2001; HOUSE; ROWE, 2000; HOWE; ASHCRAFT, 2005) que refletem posições epistemológicas e ontológicas entre fatos e valores. Essa relação é conhecida como a dicotomia fato x valor (PUTNAM, 2002; 2008). Para Rodrigues (2013) essa dicotomia é problemática, pois considera os fatos

como observáveis e os valores como manifestações individuais e subjetivas e desconsideram as relações existentes neles. Como efeito "[...] podemos observar que as pessoas, no seu cotidiano consideram os valores (ética, política, direito) como assunto privado (subjetivo) e, portanto, não podem ser questionados ou discutidos racionalmente" (RODRIGUES, 2013, p. 77).

A separação radical entre fatos e valores gera dois problemas. Primeiro, as pessoas passam a acreditar que os conflitos morais e políticos só podem ser solucionados pelas vias *irracionais* da crença, do interesse pessoal e da força física violenta. Segundo problema, embora *fatos* e *valores* sejam conceitos distintos (fatos não são valores e vice-versa), na vida cotidiana eles aparecem imbricados de tal forma, que uma distinção radical entre eles oferecerá uma visão distorcida da realidade (RODRIGUES, 2013, p. 77).

Segundo Putnam (2008) a dicotomia fato x valor acredita que os valores⁶³ se ligam às subjetividades, emoções, sentimentos, preferências e, por isso, não possuem significado cognitivo (não cognitivismo), não geram conhecimento (MARICONDA, 2006) e não é possível atribuir-lhes sentido como afirmavam os positivistas lógicos (PUTNAM, 2008). House (2001) também apresenta que para os positivistas lógicos somente fatos são empiricamente verificáveis, e, portanto, relevantes.

A dicotomia fato × valor forçava a apresentação dos fatos como observáveis, enquanto os valores eram tratados como

⁶³ Para este artigo, os "valores são princípios e normas que orientam e refletem ações e comportamentos, induzindo-os e assumindo representações sociais simbólicas que os comunicam estabelecendo redes e vínculos sociais [...]" (CABRAL; MUZY, 2014, p. 344). Andersen et al. (2012) também destacam que os valores públicos podem ser vistos como princípios a ser seguidos democraticamente, direcionando as ações e a realização de fatos. Além disso, "toda prática humana, ainda quando se apresente como fato, está inegavelmente carregada de valores" (DIAS SOBRINHO, 2008, p. 194).

manifestações individuais, ou trans-substancializações coletivas, relativas a situações subjetivas e a julgamentos incomensuráveis entre si, que induziam os indivíduos a manifestarem classificações e preferências. Putnam e Walsh mostraram que, apesar da distinção metodológica entre fatos e valores, não se pode abordar a realidade com um critério que "fatora" os achados em uma "parte descritiva", tomados como valores, e uma "parte avaliativa", tomada como fato. Isso porque as ações dos homens em sociedade desenvolvem sociabilidades a partir de condições, escolhas e propósitos, parâmetros nos quais os fatos são valorizados como fatos à medida que expressam os valores determinados socialmente (CABRAL, 2011, pp. 1917-1918).

Essa questão separa os cognitivistas dos não cognitivistas, onde para os primeiros é "possível fundamentar a norma ética em princípios gerais e abstratos, de caráter secular e que em tese não postula qualquer diferença categorial entre o conhecimento dos fatos do mundo físico e os do mundo moral" (ROUANET, 1989, p. 28).

A dicotomia fato x valor impregnou o estudo das organizações sob a ótica positivista (TENÓRIO, 1998) que considera apenas a dimensão objetiva das organizações e, com isso, os fatos. Ramos (1981, p. 29) também afirmou que "[...] a dicotomia entre valores e fatos é falsa, na prática e em teoria tende a produzir uma análise defectiva". Em sua interpretação, a dicotomia fato x valor se relaciona aos imperativos da razão instrumental e do mercado.

O mercado é cego para fins intrínsecos das coisas e as considera, tanto quanto os próprios indivíduos, convertidos em força de trabalho, como 'dados', ou seja, como fatores de produção. Em consequência, as disciplinas contemporâneas, como economia, que aceitam como indiscutíveis a sociedade centrada no mercado, têm que ser isentas de conceitos de valor e exclusivamente interessadas em fatos. Nessas disciplinas está inferida a asserção de que valores são, simplesmente, aspectos da subjetividade humana [...] Assim sendo, não podem ser objeto de avaliação cognitiva (RAMOS, 1981, p. 38).

Como se observa, nessa direção, Guerreiro Ramos se define como um cognitivista e destaca que a dicotomia fato e valor restringe a compreensão das ciências sociais. Sobre a questão da economia citada, Putnam (2008) vai reconhecer que Amartya Sen é um economista que procurou superar uma das dimensões dessa dicotomia que é entre ética e economia, afinal, "do ponto de vista da filosofia de Hume [dicotomia fato x valor], estaríamos fadados a ter que manter enunciados éticos separados dos enunciados de fato" (MELLO JUNIOR, 2014, p. 8). Nesse sentido, a dicotomia fato x valor é coerente com algumas abordagens que separam economia e ética, enquanto o republicanismo que busca nos valores da virtude cívica e do bem comum a organização da sociedade refuta parcialmente essa dicotomia (acreditamos que a prática avaliativa democrática pode fomentar a reprodução dos valores republicanos). Mariconda (2006), de forma semelhante, considera que a dicotomia acontece quando os valores ficam restritos apenas a questões subjetivas e de preferências individuais e, assim, não possuem significado cognitivo, nesse sentido, "desqualificação da esfera do valor faz parte da estratégia do cientificismo de afirmação da universalidade da razão instrumental com o objetivo de ocultar o caráter valorativo da ideia fundamental que orienta a tecnociência atual: o controle (domínio) da natureza" (MARICONDA, 2006, p. 453-454). Em destaque, desconsiderar os valores tem base também na ideia de uma racionalidade instrumental, baseada em relações afins, afinal quando Habermas (2012b) apresenta o agir estratégico, argumenta que ele busca a maximização do proveito individual e da influência sobre o outro e não pressupõe referência aos três mundos, mas apenas ao mundo objetivo, isto é aos fatos.

É importante resaltar que em aproximação realizada por Serva (1997) a ideia dos valores na interpretação dos fatos de Guerreiro Ramos pode ser aproximada em Habermas do contexto normativo do mundo-da-vida: "a grande importância concedida aos valores é um traço característico e por demais

evidentes nas duas propostas. [...], fica evidente que os valores em que se fundam os princípios éticos são parte substancial em ambas as teorias" (SERVA, 1997, p. 120).

Em Habermas, podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que interpretação e valor também são duas esferas circunscritas e a todo o momento presentes na sua formulação. A interpretação das realidades e das emissões comunicativas se dá com base no contexto normativo do mundo-da-vida, em seu conceito cotidiano. Os valores fornecem a medida da interpretação da validade das pretensões dos agentes e condicionam o consenso, delimitando as possibilidades do entendimento. Por ter elaborado uma teoria de ação, Habermas demonstra a mecânica interpretativa dos fatos e das comunicações através de valores (SERVA, 1997, p. 121).

Dessa forma, também em Habermas é possível considerar a objetividade das normas e dos valores (pelo menos alguns) bem como a necessidade de processos de comunicação e discussão para sua validade intersubjetiva. Mesmo assim, Lima (2013, p. 459) destaca que Hilary Putnam e Jürgen Habermas são filósofos que "[...] se engajaram numa controvérsia sobre [...] o sentido cognitivo dos enunciados valorativos em face das pretensões normativas de validade e, também, em última instância, frente à reivindicação de validade objetiva do conhecimento acerca dos fatos". A principal diferença é que Habermas (1989; 1997a; 1997b) concebe normas (enunciado obrigatório) e valores (não obrigatório) como diferentes e que enquanto fatos possuem pretensões de verdade, normas assumem pretensões de correção normativa (AMIN, 2009). Putnam (2008) discorda e sustenta que na prática eles devem ser vistos como verdadeiros ou falsos (pretensão de verdade) e que não se pode separar como Habermas faz valores e normas. Apesar dessas divergências (PUTNAM, 2002; 2008; HABERMAS, 1989; 2004; 1997a), ambos concordam

que valores podem ser parte de uma discussão racional e possuem sua importância nas ações sociais (RODRIGUES, 2013).

No entanto, em outra leitura Freitag (1989) destaca que Habermas consegue através da ação comunicativa superar a dicotomia fato x valor, especialmente quando ele representa os mundos objetivo, social e subjetivo. No que se refere a essa ideia, segundo Freitag (1989, p. 13) a ação comunicativa permite uma conexão entre as partes (objetivo; social; subjetiva) realizadas por meio da linguagem: "um ponto interessante de tal tentativa de conexão teórica é a consideração habermasiana de o objetivo, o social e o mundo subjetivo abraçar uns aos outros dentro de um processo de comunicação" (FREITAG, 1989, p. 13).

Em sua *Teoria da ação comunicativa* (1981-1983) Jürgen Habermas faz o esforço de pensar, em uma nova totalidade, os três mundos (dos objetos, das normas e das vivências subjetivas), desmembradas pelas críticas da razão pura de Kant. Se aos três mundos correspondiam formas diferentes de ação (instrumental, normativa, reflexiva), uma nova visão teórica que integrasse os três mundos numa totalidade pressuporia uma forma de ação que não apresentasse as limitações de nenhuma das outras três. Somente a ação comunicativa é capaz de abarcar os três mundos, anteriormente isolados em esferas de ação estanques (FREITAG, 1989, p. 13).

Pelo que foi apresentado até aqui é patente que a gestão social supere no seu campo a dicotomia fato x valor para se materializar como uma possibilidade dialógica de gestão que produz bens e reproduz valores públicos.

Especificamente no campo da teoria da avaliação destacam-se os diversos trabalhos de House e Howe (2000; 2001) e Howe e Ashcraft (2005), que visam superar as dicotomias entre fatos e valores, tanto como pressuposto teórico quanto como abordagem metodológica. Para estes autores fatos e valores não habitam reinos diferentes e os valores podem ser avaliados

racionalmente. Para House e Howe (2001) a melhor compreensão possível é que fatos e valores é um *continuum*. Com esse posicionamento, eles desenvolveram um modelo de avaliação democrática deliberativa que indica a importância dos valores nos processos de avaliação e argumentam, que inclusive na identificação dos fatos a serem submetidos a um processo avaliativo, os valores funcionam como critérios de relevância, pois ao avaliarmos um fato apontamos com anterioridade o valor epistemológico dele através de um juízo de valor explícito. Com isso House e Howe (2001) destacam que os atributos da avaliação podem ser avaliados por três requisitos: inclusão (todos os envolvidos), diálogo (todas as perspectivas e interesses), deliberação (discussão sobre as divergências na busca por um entendimento comum). Esse processo destaca acima de tudo o interesse público.

Ryan (2004) destaca na literatura a existência de alguns modelos democráticos de avaliação: avaliação democrática (*democratic evaluation*), avaliação democrática deliberativa (*deliberative democratic evaluation*) acima citada e a avaliação comunicativa (*communicative evaluation*). No Brasil, Spink (2001) utiliza também a denominação avaliação democrática, afirmando que se refere a uma cidadania ativa em que os agentes se inserem em um debate coletivo. MacDonald (1976 *apud* Ryan, 2004) e MacDonald e Kushner (2004 *apud* Ryan, 2004) destacaram a importância do caráter democrático da avaliação já na década de 1970. Os trabalhos de House e Howe (2000; 2001) propõem a *deliberative democratic evaluation*, destacando os valores supracitados de inclusão, diálogo e deliberação. Para estes autores a avaliação é vital para uma sociedade democrática. Por fim, Niemi e Kemmis (1999) propõem a *communicative evaluation* se embasando em Habermas. Pelo exposto, a perspectiva avaliativa aqui discutida se aproxima mais do modelo de Avaliação comunicativa (NIEMI; KEMMIS, 1999; RYAN, 2004). O que se

diferencia é que defendemos através da ideia da metáfora de Janus duas faces e não apenas a gestão social situada no mundo-da-vida.

O Quadro 1 apresenta algumas das principais características das abordagens. Especificamente, sobre os valores destacamos que o modelo comunicativo destaca a democracia, a justiça e a emancipação.

Quadro 1 Tipologia descritiva de comparação de gêneros de avaliação democrática

Teorias e práticas	Avaliação Democrática	Avaliação Democrática Deliberativa	Avaliação Comunicativa
Fundações	Democracia liberal (Locke, 1988)	Democracia Participativa (Gutmann, 1987)	Democracia Deliberativa (Habermas, 1996)
Valores	Pluralismo e Cidadania Informada	Democracia, Justiça, Racionalidade	Democracia, Justiça, Emancipação
Localização institucional	Dentro das estruturas institucionais formais (sistema)	Dentro das estruturas institucionais formais (sistema)	Dentro de múltiplas esferas públicas (mundo-da-vida)
Metodologia	Estudo de caso	Métodos mistos	Métodos mistos críticos
Formulação de questões	Diversidade interesses, pluralismo	Visão tradicional em direção à injustiça	Localmente determinado
Papel do avaliador	Mediador de informação	Defensor dos princípios democráticos, negociador	Facilitador de um determinado tipo de conversa
Papel participante	Significativa fonte de conhecimento	Interesses presentes, informar a avaliação	Proprietários do processo
Justificação chave	Direito de saber [transparência]	Contribuir para a realização de uma sociedade democrática	Apoio efetivo para a mudança social
Práticas comunicativas	Relatório que aspira a ser “best seller”	Relatório tradicional	Estimular o discurso público, permitindo as redes de comunicação

Fonte: Adaptado de Ryan (2004, p. 455; tradução nossa).

Estes modelos são todos focados em uma dimensão democrática da avaliação (GREENE, 2006). A perspectiva de Niemi e Kemmis (1999) e Kemmis e McTaggart (2000) tem base na teoria da ação comunicativa de Habermas, no que diz respeito ao discurso público. Essa avaliação foca na construção de espaços de conversação pública (debate) onde os cidadãos podem debater e deliberar (RYAN, 2004). Esta questão pode ser relacionada aos critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos de Tenório et al. (2008; 2010), baseados no conceito de cidadania deliberativa e que possui aproximação com a abordagem *communicative evaluation* de Niemi e Kemmis (1999). Em Tenório et al. (2008; 2010) encontra-se semelhante ao de construção de um espaço de comunicação e deliberação no processo avaliativo, onde as decisões possuem legitimidade em decorrência da existência de processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum (TENÓRIO et al., 2010).

Coerente com essas discussões são os trabalhos de Cabral (2006, 2008, 2011) que apresentam a gestão social como uma forma de superar a dicotomia fato x valor, pois atua como produtora de bens públicos e reprodutora de valores. Para Cabral (2011, p. 1937) "os valores reproduzidos no espaço público são tomados como fundamentais para a construção do referencial que norteia o processo avaliativo" e que "a explicitação dos valores transmitidos e os benefícios gerados permitem que o processo de avaliação seja um agente de comunicação eficiente dos resultados, que passam a se revestir de significado objetivo para aqueles públicos" (CABRAL, 2011, p. 1937). A autora considera que "em última instância, os valores que, de modo coordenado e convergente, são compartilhados pelos públicos, permitindo a unificação desses resultados no processo de gestão, pois na perspectiva deles é que os resultados são considerados valiosos e representativos" (CABRAL, 2011, p. 1921-1922).

Finalmente, Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) são unânimes em ressaltar a especificidade dos resultados dos processos deliberativos, os quais não são esclarecidos sem o concurso de ferramentas que identifiquem a relevância de juízos de valor nos processos de gestão, que induzem à participação, à cooperação, à solidariedade ou impactos e mudanças sociais. Para tanto consideram o conceito de públicos constituintes (beneficiários, doadores, voluntários, empregados, instituidores e outros) e ENCIR (Expectativas, Necessidades, Capacidades, Interesses e Representações).

Cabral (2004; 2006; 2011) reconheceu como valores, em sua abordagem do espaço público, um conjunto de atributos: representatividade de interesses coletivos, democratização, qualidade, efetividade dos resultados, visibilidade social, cultura pública, universalidade, autonomia, controle, defesa social e sustentabilidade, como garantias coordenadas e convergentes de interesse público. Tenório et al. (2008; 2010) indicam também a importância dos valores expressos na gestão social voltados para o bem comum e o bem viver. No que se refere à avaliação de processos decisórios participativos e deliberativos, Tenório et al. (2008; 2010) destacam (como critérios/dimensões) a discussão, a inclusão, o pluralismo, a igualdade participativa, a autonomia e o bem comum - que pela aceção deste trabalho são todos valores normativamente atrelados ao espaço e a esfera pública democrática. Boullosa e Rodrigues (2014) afirmam igualmente que a avaliação deve ser inclusiva e considerar os atores que a integram, são mobilizados ou afetados pelo objeto da avaliação. Ainda no campo da gestão social outros valores são destacados como cidadania, equidade, justiça, bem-estar social, reciprocidade, solidariedade e igualdade (MAIA, 2005). Outros valores e critérios encontrados na literatura internacional (no âmbito da avaliação) são: acessibilidade, qualidade da deliberação, eficiência/eficácia, transparência, representatividade, independência e sustentabilidade (ROWE; FREWER, 2000;

PAPADOPOULOS; WARIN, 2007). Em especial, como antes demonstrado destacam-se a inclusão, o diálogo e a deliberação (HOUSE; HOWE, 2001).

Na parte final deste artigo apresentaremos como perspectivas que atendam de alguma forma estas questões o Mapa de Bens Públicos e o Mapa Semântico das ENCIR (CABRAL, 2011; CABRAL; MUZY, 2014) e os critérios de cidadania deliberativa (TENÓRIO et al., 2008; 2010). Justificamos que estes trabalhos são coerentes, pois possuem a linguagem e comunicação como base de suas proposições.

3 LINGUAGEM, COMUNICAÇÃO E INTERSUBJETIVIDADE: A VOLTA AO MUNDO-DA-VIDA (*LEBENSWELT*)

Nosso principal argumento neste artigo caminha na direção do conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) principalmente conforme interpretação de Habermas (1989; 1997a; 2002; 2012b). Para aborda-lo apresentaremos também o conceito de ação comunicativa e sua relação de mútua constituição com o *lebenswelt* (HADDAD, 1997). Afinal, o próprio Habermas (2012b, p. 218) afirma: "ele [o mundo-da-vida] constitui um conceito complementar ao do agir comunicativo". Com isso, a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas pode ajudar a avançar nas discussões sobre a avaliação em gestão social e colaborar para a proposta de uma perspectiva comunicativa. Neste artigo, o foco recai sobre o sentido pragmático-linguístico da concepção de mundo-da-vida de onde emergem questões relacionadas à linguagem, à comunicação e à intersubjetividade - que defendemos ser necessárias em um processo avaliativo na gestão social.

O termo mundo-da-vida (*lebenswelt*) está presente na tradição filosófica do século XX. Ele foi primeiro utilizado por Edmund Husserl e "ganhou várias apropriações e variações, tanto na filosofia, em particular nos trabalhos de Heidegger e Habermas, quanto na sociologia de Schütz, Luckmann e Berger" (MARTINO; MARQUES, 2013, p. 2). O conceito é importante também nas obras de Maurice Merleau-Ponty, Ludwig Wittgenstein, Hans-Georg Gadamer, Karl-Otto Apel e Paul Ricoeur (ZILLES, 2002). De forma geral, em diversas abordagens da fenomenologia, da hermenêutica e da filosofia analítica (DOMINGUES, 1999).

Em Husserl⁶⁴ (2002) ele aparece como parte da crítica ao objetivismo e o afastamento das ciências modernas em relação ao horizonte da experiência e de sentido dos indivíduos comuns, do *Lebenswelt*, do *reino de evidências originárias*. Nesse ínterim, o diagnóstico de Husserl é que as ciências se afastam do mundo-da-vida (ZILLES, 2002; DUTRA, 2005; PIZZI, 2006). Pois, para ele "é preciso recolocar a subjetividade transcendental no centro da reflexão para recuperar o mundo-da-vida, das experiências pré-científicas originárias sobre as quais historicamente são constituídas as próprias ciências" (ZILLES, 2002, p. 33). Todas as ciências, tanto as interpretativas como as matemáticas e naturais possuem seus fundamentos no mundo-da-vida.

A própria raiz das evidências lógico-matemáticas encontra-se, pois, no mundo-da-vida. O universo de idealidade das ciências modernas nasce no próprio mundo-da-vida, pois é constituído a partir das formas sensíveis das coisas na experiência cotidiana. Pela imaginação, a partir delas se desenham as formas geométricas ideais puras, que não são as reais, mas de corpos idealizados. Erroneamente passou-se a considerar tais idealidades como objetivas (ZILLES, 2002, p. 33).

Conforme coloca Benoist (1998) Husserl busca apresentar as condições sob as quais a ciência faz sentido ao homem e, com isso, reconectar a mesma com as intuições básicas do mundo-da-vida, "esse mundo no qual se desdobra a atividade prático-histórica do homem, tendo como fundo um universo social

⁶⁴ Conforme Pizzi (2006) em Husserl temos vários mundos-da-vida: mundo-da-vida circundante, mundo-da-vida concreto, mundo-da-vida originário e mundo-da-vida primordial. Neste artigo apresentamos uma visão geral do conceito em Husserl, principalmente em *A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia* (HUSSERL, 2002) onde ele "elabora uma ontologia do mundo-da-vida no qual tenta superar o antagonismo entre o objetivo-naturalista e o subjetivo-transcendental do pensamento moderno. Enraíza tanto a explicação das ciências naturais como a compreensão dos saberes culturais, lutando contra a absolutização do paradigma científico, que empobrece os problemas humanos" (ZILLES, 2002, p. 7).

partilhado" (BENOIST, 1998, p. 210). Habermas (1996) também afirma que Husserl buscou no mundo-da-vida a fundação do sentido da ciência, terreno da prática da vida cotidiana e da experiência.

Husserl hizo entonces una jugada bien original (también bajo la impresión de un momento histórico oscurecido en términos totalitarios). Convirtió el mundo de la vida en olvidado fundamento de sentido de las ciencias. La escisión del mundo en ser corporal y en ser psíquico no reflejaba a su juicio sino la autocomprensión objetivista de las ciencias, que se ocultan a sí mismas el contexto de nacimiento que para ellas constituye el mundo de la vida (HABERMAS, 1996 p. 60).

No mais, não é nossa pretensão abordar as diversas significações que o termo *lebenswelt* possui em Husserl (ZILLES, 2002; STEIN, 2005; PIZZI, 2006). Assim, passamos para a (re) interpretação de Habermas e as conectamos com outros autores acima citados, inclusive com o próprio Husserl.

Segundo Domingues (1999) e Vandenberghe (2011) o conceito de mundo-da-vida foi consolidado em Habermas em uma mistura da fenomenologia, do interacionismo simbólico e da filosofia linguística. Nesse processo, Habermas (2012b) procura romper com a filosofia da consciência a qual o conceito de mundo-da-vida se prendia na fenomenologia em direção a intersubjetividade (modelo comunicativo da razão). Desta forma, rompe com o modelo sujeito-objeto em direção ao sujeito-sujeito, argumentando que "[...] enquanto os conceitos básicos da filosofia da consciência obrigarem a compreender o saber exclusivamente como um saber sobre algo no mundo objetivo, a racionalidade é medida pela maneira como o sujeito solitário se orienta pelos conteúdos de suas representações e de seus enunciados" (HABERMAS, 2000, p. 437). Essa questão indica uma crítica também à ideia de racionalidade com relações afins, materializada apenas pelos fatos. Criticando essa perspectiva ele defende a necessidade da categoria interação

(até então negligenciada), através da linguagem - superando a razão solipsta kantiana em direção à razão dialógica. Fica patente que Habermas (2012b) vai destacar a unidimensionalidade do conceito husserliano de *lebenswelt*.

Um dos principais pontos de tensão entre Husserl e Habermas deriva do papel atribuído à experiência dentro da abordagem fenomenológica. Se em Husserl a experiência individual pode estabelecer uma mediação entre o sujeito particular e o mundo, em Habermas a experiência individual (meditação, reflexão subjetiva) só consegue ser mediadora se for submetida a um teste intersubjetivo de validade, realizado não sob a forma de uma troca linguageira ingênua, mas sob a forma do discurso. Habermas critica Husserl de permanecer atado à filosofia da consciência, enquanto ele privilegia o agir intersubjetivo (MARTINO e MARQUES, 2013, p. 10).

Essa é a principal crítica de Habermas (1996; 2012a; 2012b) ao conceito fenomenológico de mundo-da-vida. Adiante, ao apresentar sua concepção Habermas (2012b) baseia-se principalmente em discussões, além de Husserl, de Alfred Schütz, Peter Berger e Thomas Luckmann. Na perspectiva sociológica e fenomenológica, Schütz (1979) defende que,

[...] o '*mundo-da-vida* cotidiana' significará o mundo intersubjetivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado. Ele agora se dá à nossa experiência e interpretação. Toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores a ele, às nossas próprias experiências e àquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de 'conhecimento à mão', funcionam como um código de referência (SCHÜTZ, 1979, p. 72).

Schütz (1979, p. 74), considera também que "o homem, na vida diária [...] tem, a qualquer momento, um estoque de conhecimento à mão que lhe serve como um código de interpretações de suas experiências passadas e presentes e,

também, determina sua antecipação das coisas que virão". Este é o mundo-da-vida entendido como estoque de interpretações na nossa vida cotidiana. Freitag (1993) filia-se à concepção de Habermas, mas deixa claras as semelhanças com essa posição de Schütz (1979), apenas acrescenta que em Habermas o mundo-da-vida não é estanque em decorrência da sua reprodução pela ação comunicativa que origina um conhecimento falível.

O "mundo vivido" [mundo-da-vida] compõe-se da experiência comum a todos os atores, da língua, das tradições e da cultura partilhada por eles. Ele representa aquela parte da vida social cotidiana na qual se reflete "óbvio", aquilo que sempre foi o inquestionado. O mundo vivido apresenta, contudo, duas facetas: a faceta da continuidade e das "certezas" intuitivas e a faceta da mudança e do questionamento dessas mesmas certezas. O que sempre foi "taken for granted" pode ser questionado graças às características intrínsecas da ação comunicativa (FREITAG, 1993, 141).

Por sua vez, Berger e Luckmann (1985, p. 36) apresentam que o mundo-da-vida "[...] origina no pensamento e na ação dos homens comuns" e que "[...] apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo" (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 40). Mesmo assim, apesar do caminho em direção à intersubjetividade nestes três autores, para Habermas (2000) eles não rompem com o paradigma do sujeito: "[...] práxis do mundo-da-vida é ainda interpretada, segundo a filosofia da consciência, como atuação de uma subjetividade transcendentalmente fundamental" (HABERMAS, 2000, p. 112). Consoante Habermas, tanto Husserl quanto Schütz, Berger e Luckmann em sua descrição fenomenológica, não apreendem a alteridade da experiência cotidiana, isto é, da intersubjetividade dos atores sociais. Assim, Habermas (2012a; 2012b) pensa o mundo-da-vida na perspectiva da comunicação (das leituras de Mead e Peirce) e considerando as pretensões de validade do ato de fala (incorporando a teoria dos

atos de fala de Austin e Searle) como elemento fundamental da integração social.

Consequentemente, para Habermas (2012a) o mundo-da-vida é estruturado pela cultura, sociedade e personalidade possuindo como *medium* a linguagem⁶⁵. Estas estruturas se atualizam por processos de reprodução cultural (paradigmas culturais), social (ordens legítimas) e socialização (estruturas pessoais), em que, "[...] aquilo que entra na ação comunicativa a partir dos recursos do pano de fundo do mundo-da-vida, flui através das comportas da tematização e possibilita o domínio das situações, constitui a reserva de conhecimento preservado no seio das práticas comunicativas" (HABERMAS, 2002, p. 138). Para o autor, *cultura* é a reserva de conhecimento à qual os participantes buscam suas interpretações, *sociedade* as ordens legítimas e *personalidade* as competências que permitem ao sujeito falar e agir.

Ainda mais, seguindo algumas aproximações, nesse momento, com Husserl e Schütz o mundo-da-vida é caracterizado por uma certeza (saber implícito), uma totalidade e seus elementos remetem-se constantemente uns aos outros: é o local de experiências compartilhadas formadoras do plano de fundo do tecido social. Portanto, relaciona-se com as experiências cotidianas, o estoque de conhecimento, valores e normas que utilizamos em nossas interpretações das situações diárias (ROCHA, 2007). Para Habermas (1989) normas e valores são inseridos no mundo-da-vida, ou ainda, "[...] cada mundo-

⁶⁵ Benoist (1998) em uma discussão sobre o mundo-da-vida em Husserl, apresenta também a importância da linguagem e sua amplitude: "a comunicação sempre remete à possibilidade da comunicação, na abertura, por ela pressuposta, de uma possível reciprocidade, preservando a possibilidade de que as regras de seu jogo sejam revisadas em contato com o interlocutor, aquele cuja intervenção é a única a assinalar-lhe o sentido. Em outros termos, o que é dado através da linguagem não é certamente a universalidade, mas a exigência de universalidade enquanto princípio mesmo de seu funcionamento, assinalado que é na definição do 'exprimível'. É na linguagem, relação originária com o mundo, que o mundo é dado, isto é, mais exatamente, buscado como um mundo" (BENOIST, 1998, p. 232).

da-vida equipa os seus membros com um estoque comum de saber cultural, de padrões de socialização, valores e normas" (HABERMAS, 2001, p. 193). De outra forma, é no mundo-da-vida que compartilhamos intersubjetivamente experiências culturais e histórias, um consenso de plano de fundo fundamental para o agir comunicativo: um "[...] horizonte no qual os que agem comunicativamente se encontram *desde sempre*" (HABERMAS, 2012b, p. 218; grifos no original) ou "autoevidências cotidianas" (HABERMAS, 1990, p. 48). Sinteticamente, o mundo-da-vida aparece nas suas diversas obras como reserva de conhecimento preservado, reservatório para interações, autoevidências cotidianas, reserva de interpretações, valores compartilhados, totalidade codada, plano de fundo, saber implícito e horizonte (HABERMAS, 1989; 1990; 2001; 2002; 1997a; 1997b; 2012a; 2012b).

O mundo-da-vida forma o horizonte para situações de fala e constitui, ao mesmo tempo, a fonte das interpretações, reproduzindo-se somente através de ações comunicativas. O saber que constitui o pano de fundo do mundo-da-vida revela um aspecto que chama minha atenção: é o caráter pré-predicativo e pré-categorial, que já despertara a curiosidade de Husserl, que fala num fundamento esquecido do sentido da prática cotidiana e da experiência do mundo (HABERMAS, 1997a, p. 41).

Consequentemente, ele é complementar ao agir comunicativo, afinal, "[...] racionalidade comunicativa exprime-se na força unificadora da fala orientada ao entendimento mútuo, discurso que assegura aos falantes envolvidos um mundo-da-vida intersubjetivamente partilhado" (HABERMAS, 2004, p. 107). Nesse mesmo sentido, a questão das normas e valores aparece novamente: "no agir comunicativo em sentido forte, os envolvidos não só partem do pressuposto de que se orientam por fatos e dizem o que considera verdadeiro e o que pensam, mas também da ideia de que perseguem seus planos de ação

apenas dentro dos limites de normas e valores vigentes" (HABERMAS, 2004, p. 120).

Habermas (2012a) analisa a racionalidade comunicativa pelo fio do entendimento linguístico enquanto mecanismo de coordenação da ação (pragmática⁶⁶ formal). Para ele somente o agir comunicativo pressupõe a linguagem como *medium* do entendimento, onde pelo menos dois sujeitos referem-se a algo no mundo objetivo, social e subjetivo. Com isso ele pode definir o agir comunicativo.

Chamo comunicativas as interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade. No caso de processos de entendimento mútuo linguísticos, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem uns com os outros sobre algo, pretensões de validade, mais precisamente, pretensões de verdade, pretensões de correção e pretensões de sinceridade, conforme se referam a algo no mundo objetivo (enquanto totalidade dos estados de coisas existentes), a algo no mundo social comum (enquanto totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas de um grupo social) ou a algo no mundo subjetivo próprio (enquanto totalidade das vivências a que tem acesso privilegiado) (HABERMAS, 1989, p. 79).

O autor destaca que as ações precisam de um contexto, uma interação livre de constrangimentos e distorções - nesse ínterim propõe uma *situação ideal de fala*.

[...] Chamo ideal a uma situação de fala em que as comunicações não somente não vêm impedidas por influxos

⁶⁶ "A ideia da resgatabilidade de pretensões de validade criticáveis impõe idealizações, produzidas pelas pessoas que agem comunicativamente; com isso, elas são arrancadas do céu transcendental e trazidas para o chão do mundo da vida" (HABERMAS, 1997a, p. 37).

externos contingentes, nem tampouco pelas coações que se seguem da própria estrutura da comunicação. A situação ideal de fala exclui as distorções sistemáticas da comunicação [...]. As situações ideais de fala têm que cumprir primeiro, duas condições triviais: 1) todos os participantes potenciais em um discurso têm que ter a mesma oportunidade de empregar atos de fala comunicativos, de sorte que em todo momento tenham a oportunidade tanto de abrir um discurso como de perpetuá-lo mediante intervenções e réplicas, perguntas e respostas; 2) todos os participantes no discurso têm que ter igual oportunidade de fazer interpretações, afirmações, recomendações, dar explicações e justificações e de problematizar, julgar ou refutar as pretensões de validade delas, de sorte que no fim das contas nenhum preconceito permaneça isento da tematização e da crítica. (HABERMAS, 2001, p. 153 apud ZWICK; SILVA; BRITO, 2014, p. 393).

Adiante, esse conceito é modificado posteriormente por Habermas. Segundo Nobre (2011) a situação ideal de fala é antecipada pelos falantes. Caso isso não aconteça os atores acabam caindo em uma contradição performativa, isto é, "negar a validade que é ao mesmo tempo pressuposta por ele em sua fala [...] [contradição entre o que é dito e como se diz]" (REPA, 2008, p. 295). Conforme Repa (2008) isso fica claro na expressão: *É verdade que não existe nenhuma verdade.*

A ação comunicativa⁶⁷ se caracteriza por pressupor a cada vez uma série de condições como: que não haja assimetrias de poder, dinheiro ou posição social entre os sujeitos que pretendem se entender, que os sujeitos só se deixem convencer pelo melhor argumento; ou que não haja distúrbios psicológicos que atrapalhem a comunicação. Salta aos olhos, entretanto, que condições como essas *jamais se cumprem* no mundo real das relações sociais, em que as assimetrias e dissimetrias entre os sujeitos são a

⁶⁷ "Em primeiro lugar, eu não afirmo que as pessoas gostariam de agir comunicativamente, mas que elas são obrigadas a agir assim" (HABERMAS, 1993, p. 105).

regra e não a exceção. Mas esse é justamente o argumento de Habermas: ao orientar sua ação para o entendimento, os sujeitos *antecipam necessariamente* tais condições ideais, pois sem elas não seria possível uma ação comunicativa; simultaneamente, entretanto, tais condições necessárias não são cumpridas, o que permite, por sua vez, que sejam detectadas todas as *distorções* da comunicação — aqueles *obstáculos* que impedem a cada vez a plena realização de uma ação comunicativa (NOBRE, 2011, p. 57).

A posição inicial sofreu várias críticas de Albrecht Wellmer (autor também da segunda geração da “Escola de Frankfurt”). Wellmer (1997) vai destacar que em Habermas existe uma versão 'forte' e uma versão 'fraca' da tese segundo a qual o consenso se aninha na linguagem como o seu *telos*. Na primeira é a tese da teoria da verdade como consenso, relacionada a uma *situação ideal de fala*, no segundo caso é uma teoria pragmática do significado que mantém um nexo entre significado e validade, entre pretensões de validade e fundamentações (WELLMER, 1997).

No mais, critico, seguindo Wellmer, a ideia trazida por Peirce e Apel de uma comunidade comunicativa ideal tanto quanto minha própria referência à "situação ideal de fala" como uma *fallacy of misplaced concreteness*. Estas imagens têm pretensão de concretude porque sugere um estágio final alcançável no tempo, o que não pode ser o caso. Não obstante, persevero no conteúdo idealizante dos requisitos inevitáveis e pragmáticos de uma práxis em que apenas o melhor argumento deve prevalecer. Somente depois do abandono do conceito de verdade como correspondência é que se pode elucidar o sentido incondicionado de pretensões de verdade, referindo-se a uma "justificação sob condições ideais" (Putnam) (HABERMAS, 1997c, p. 95).

Neste sentido, "a verdade produzida nesse novo contexto é processual e depende dos membros integrantes do grupo" (FREITAG, 1989, p.13), isto é, ela possui um caráter falível e exige ao mesmo tempo racionalidade (argumentação)

e justificação. Desta forma, para Habermas (1997c, p. 96) não se pode igualar verdade à aceitabilidade racional, pois "aquilo que em algum momento foi tido racionalmente como verdadeiro pode se revelar como falso" e, dessa forma, "chamamos um enunciado de 'verdadeiro' quando estamos convencidos de que ele também no futuro vai resistir a todas as objeções — o que não exclui a possibilidade de que nos equivoquemos" (HABERMAS, 1997c, p. 96). Colocando isso, não há motivos para retirar dessas relações cotidianas os valores (pelos menos os aqui considerados como públicos e democráticos; da qual a democracia é um deles) que estão entrelaçados nesse convencimento racional.

Os estudos de Habermas nessa direção vão apresentar a possibilidade de fundamentação moral em processos de discussão, especialmente em *Consciência Moral e Agir Comunicativo* (HABERMAS, 1989). Em uma das seções deste texto apresentaremos as contribuições da ética da discussão aos processos avaliativos, fundamentais para a *validação* de processos, perspectivas, instrumentos ou técnicas de avaliação, baseada em uma perspectiva da linguagem e da comunicação.

Voltando à questão do mundo-da-vida é importante destacar que este conceito aparece nas obras de Habermas desde a década de 1960, com a publicação de *A Lógica das Ciências Sociais* [1967], *Conhecimento e Interesse* [1968], *Técnica e Ciência como Ideologia* [1968], *Crise de Legitimação do Capitalismo Tardio* [1973] e *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico* [1976], no entanto, sua (re) formulação mais ampla vai ser somente em *Teoria do Agir Comunicativo* [*Theorie des kommunikativen handelns*] de 1981, na segunda consideração intermediária do volume II da obra - conforme detalhamos na Introdução da dissertação e no Artigo 2. Habermas (1997a; 1997b) também tem o conceito de mundo-da-vida como relevante nas suas discussões.

Quando se introduzem os conceitos de mundo da vida e de ação comunicativa como conceitos complementares, dizendo-se que o mundo-da-vida se reproduz através da ação comunicativa, imputa-se então aos valores e, sobretudo ao uso da linguagem voltado para o entendimento uma carga integrativa apenas sustentável numa sociedade que corresponda ao modelo intencionalista da socialização comunicativa pura. Defendi-me deste idealismo hermenêutico já em *Theorie des kommunikativen Handelns*. Agora, com Bernhard Peters, tomei outro caminho para manifestar minhas preocupações contra tal incompreensão idealista da integração social que alguns equivocadamente me atribuem. Considerações dessa natureza poderiam ser igualmente expressas na linguagem da teoria sistêmica de Luhmann ou na linguagem da teoria do poder de Foucault. Em vez disso, faço um uso metodológico da comunidade comunicativa ideal para tornar visíveis os inevitáveis momentos de inércia da sociedade (HABERMAS, 1997a, p. 95).

Em *Direito e Democracia*, considera novamente que o mundo-da-vida forma: "[...] o horizonte para situações de fala e constitui ao mesmo tempo a fonte das interpretações, reproduzindo-se somente através de ações comunicativas" (HABERMAS, 1997b, p. 41), manifestando-se nas tradições, ordens legítimas e identidades pessoais.

O conceito "mundo-da-vida", da teoria da comunicação, também rompe com o modelo de uma totalidade que se compõe de partes. O mundo-da-vida configura-se como uma rede ramificada de ações comunicativas que se difundem em espaços sociais e épocas históricas; e as ações comunicativas, não somente se alimentam das fontes das tradições culturais e das ordens legítimas, como também dependem das identidades dos indivíduos socializados. Por isso, o mundo-da-vida não pode ser tido como uma organização superdimensionada, a qual os membros se filiam, nem como uma associação ou liga, na qual os indivíduos se inscrevem, nem como uma coletividade que se compõe de membros. Os indivíduos socializados não conseguiram afirmar-se na qualidade de sujeitos, se não encontrassem apoio nas condições de reconhecimento recíproco, articuladas nas tradições culturais e estabilizadas

em ordens legítimas e vice-versa. A prática comunicativa cotidiana, na qual o mundo da vida certamente está centrado, resulta, *com a mesma originariedade*, do jogo entre reprodução cultural, integração social e socialização (HABERMAS, 1997a, p. 111-112; grifo no original).

O conceito de mundo-da-vida também vai compor obras como *Consciência Moral e Agir Comunicativo*, 1983; *O Discurso Filosófico da Modernidade*, 1985; *Pensamento Pós-metafísico*, 1988; *Racionalidade e Comunicação*, 1996; *Verdade e Justificação*, 1999, e; *Entre Naturalismo e Religião*, 2005; dentre outras obras. Não sendo intento abordar todas essas possibilidades, voltamos à *Teoria do Agir Comunicativo e Direito e Democracia* para destacar, finalmente, a relação entre mundo-da-vida e sistema, pois consideramos esta discussão da avaliação, presentes dentro de um *locus* compartilhado por estas estruturas e perspectivas. Adicionamos que essa relação foi densamente discutida no Artigo 2. Aqui, apenas trazemos a parte necessária para que este artigo possa ser compreendido de forma autônoma (mais coerentemente, interdependente).

Como já destacado o modelo dual (DOMINGUES, 1999; SIEBENEICHLER, 2012) permite com que Habermas (2012b) reinterprete as patologias sociais através da tese da colonização do mundo-da-vida pelo sistema, isto é, dos imperativos teleológicos estratégicos sobre a ação comunicativa, “expansão das relações de poder e da lógica do mercado sobre as relações sociais” (LÜCHMANN, 2002, p. 7-8).

A colonização do mundo da vida vai aniquilando os contextos capazes de comunicação, a integração social por meio do entendimento linguístico. As interações regidas pelos meios sistêmicos acabam exonerando a ação comunicativa como modo de coordenação da ação, substituída por meios de comunicação deslinguistizados; uma instrumentalização dos recursos comunicativos do mundo-da-vida pelos imperativos sistêmicos. O engate

institucional dos mecanismos de integração sistêmica no mundo-da-vida acaba solapando, burocraticamente, o espaço da formação discursiva da vontade coletiva, o espaço da opinião pública (LUBENOW, 2013, p. 170).

Segundo Rouanet (1987) quando o sistema tenta colonizar o mundo-da-vida a racionalidade da reprodução simbólica (comunicativa) vai sendo crescentemente substituída pela racionalidade instrumental, e, com isso, surgem diversas patologias sociais como anomia social, alienação e reificação (VANDENBERGHE, 2011).

Habermas descobre o alastramento irracional de formas de racionalidade econômica e administrativa, destituídas de linguagem [pelo menos da linguagem que tem o entendimento/consenso com *telos* inerente], as quais passam a infiltrar-se subrepticamente em esferas vitais que são estruturadas sempre de acordo com um sentido ético, estético e comunicativo (SIEBENEICHLER, 2003, p. 39).

Essa colonização representa em Habermas (2012b) um elemento que dificulta a autonomia do mundo-da-vida e a reprodução, inclusive dos valores. No entanto, Habermas (1997b) concebe no íterim de uma reformulação da esfera pública (LUBENOW, 2012) a possibilidade dos fluxos comunicacionais oriundos do mundo-da-vida influenciar os sistemas administrativos e econômicos - perspectiva defendida pela gestão social com inspiração habermasiana (TENÓRIO, 2005; PEREIRA, 2012; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013; ALCÂNTARA; PEREIRA; SILVA, 2014).

Advertidamente neste trabalho, focamos nas concepções do mundo-da-vida em detrimento das contribuições da teoria dos sistemas (Habermas estuda e integra a obra de Parsons e Niklas Luhmann para relacionar as duas visões da sociedade). Consideramos mais detidamente o mundo-do-sistema nas discussões presentes no Artigo 2 (**No Mundo-da-vida (*Lebenswelt*) e no**

Sistema (System): Refletindo sobre o Locus da Gestão Social e suas Tensões) juntamente com a ideia de um *locus* compartilhado sociologicamente entre mundo-da-vida e sistema. Aqui, no que se refere ao sentido epistemológico, consideramos o retorno ao mundo-da-vida como uma crítica ao domínio da razão instrumental sobre as experiências cotidianas (PIZZI, 2006) e sobre as perspectivas avaliativas - materializadas na perspectiva positivista voltada apenas para os fatos. Argumentamos, por fim, como fizemos anteriormente, que o olhar de Janus não pode estar voltado apenas para uma das dimensões da sociedade: *É possível, então, que a avaliação desenvolva faces de Janus?*

4 A AVALIAÇÃO NA BUSCA DO OLHAR DE JANUS

4.1 Argumentos do mundo-da-vida para a avaliação

Iniciamos, por discutir o papel da linguagem e da comunicação nos processos avaliativos, para em seguida os valores.

A linguagem se constitui em Habermas (1989; 2012a; 2012b) de *medium* para o entendimento e abre espaço com a teoria pragmática "[...] para a substituição da consciência transcendental kantiana - tida como fonte e condição de possibilidade de relações sociais - por práticas de uma comunicação que se realiza mediante linguagem comum" (SIEBENEICHLER, 2012, p. xix). Portanto, a ação comunicativa faz referência a pretensões de validade: verdade, correção e sinceridade na relação entre pelo menos dois sujeitos dispostos a interagirem mediante atos de fala (HABERMAS, 2012a). Especialmente, no agir comunicativo em sentido forte: "quando se pode criticar um ato ilocucionário sob todas as três pretensões de validade" (HABERMAS, 2002, p. 119) rompendo apenas com a referência ao mundo dos fatos. Consequentemente, considerar a importância do mundo-da-vida, da comunicação e da linguagem como conceitos interdependentes: "[...] a viabilidade da nova configuração teórica depende basicamente do conceito 'mundo-da-vida' entendido como pano de fundo linguístico do agir comunicativo" (SIEBENEICHLER, 2012, p. xxii).

Assim, no diálogo livre de coerção, os atos de fala demandam pretensões de validade, referência ao mundo objetivo, social e subjetivo. Conforme se constata no Quadro 2 apenas a ação comunicativa é que faz referência reflexiva aos três mundos, logo, de alguma forma supera pelo menos uma das facetas da dicotomia fato x valor.

Quadro 2 Ações sociais, pretensões de validade e referência aos mundos

Tipo de ação	Pretensão de validade	Referência ao mundo
Ação teleológica (estratégica)	Verdade	Objetivo
Ação normativa	Correção/legitimidade	Objetivo; Social
Ação dramaturgica	Autenticidade	Objetivo; Subjetivo
Ação comunicativa	Entendimento	Todos os três mundos

Fonte: Adaptado de Reese-Schäfer (2010).

Se as pretensões são aceitas pelo outro (*alter*) tem-se que o entendimento (*verständigung*): "a união dos participantes da comunicação sobre a validade de uma exteriorização" (HABERMAS, 2012b, p. 221), passo necessário para o consenso (*einverständnis*) ou acordo: "reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade que o falante une a uma exteriorização" (HABERMAS, 2012b, p. 221). As noções de pretensões de validade em processos de avaliação são fundamentais, pois somente com o reconhecimento intersubjetivo é que os atores sociais, públicos constituintes, poderão aceitar como legítima a construção dos instrumentos e indicadores - quando nesses processos eles se submeterem "aos critérios públicos da racionalidade comunicativa" (HABERMAS, 2002, p. 123). A proposta da gestão social de Tenório (1998) destaca essa dimensão de forma ampla, aqui buscamos a leitura no sentido do processo avaliativo em um *locus* compartilhado.

Portanto, no contexto da *gestão social* orientada pela racionalidade comunicativa, os atores, ao fazerem suas propostas, não podem impor suas pretensões de validade sem que haja um acordo alcançado comunicativamente no qual todos os participantes exponham suas argumentações. Existe argumento quando os requisitos de validade se tornam explícitos em termos de até que ponto podem ser oferecidas boas razões para eles em lugar da coação ou força. Estes argumentos são expostos através da *razão*, do conhecimento; portanto, discursivamente. Quem fala expõe suas idéias de maneira racional e quem ouve reage tomando posições motivadas também pela razão (TENÓRIO, 1998, p. 16-17).

Isso significa que durante a avaliação quando não se chega ao consenso, isto é, os proferimentos forem problematizados, os diversos atores sociais poderão "[...] abandonar as certezas preestabelecidas e ingressar em um processo de construção argumentativa da validade em questão" (OLIVEIRA; AYRES; ZOBOLI, 2011, p. 368). No mais, é importante destacar o que se entende por argumentação:

Denominamos argumentação o tipo de discurso em que os participantes tematizam pretensões de validade controversas e procuram resolvê-las ou criticá-las com argumentos [...] A "força" de um argumento mede-se, em dado contexto, pela acuidade das razões; esta se revela, entre outras coisas, pelo fato de o argumento convencer ou não os participantes de um discurso, ou seja, de o argumento ser capaz de motivá-los, ou não, a dar assentimento à respectiva pretensão de validade (HABERMAS, 2012a, p. 48).

As deliberações advindas desse processo argumentativo é parte essencial da construção do ambiente avaliativo que tem como horizonte um mundo-da-vida compartilhado. Neste sentido, um *ambiente avaliativo* (CABRAL, 2011; HOUSE; HOWE, 2001) se aproxima de uma *comunidade de comunicação*⁶⁸ "[...] cujos inquiridores (falantes) reconhecem a sua experiência reflexiva nos processos de argumentação, como orientação normativo-crítica geral dos discursos produzidos no mundo-da-vida" (HERDY, 2006, p. 47-48). Não há, dessa forma, processo avaliativo sem comunicação e sem linguagem. Isto é, "Não há 'mundo-da-vida' sem significados; não há 'mundo-da-vida' sem

⁶⁸ Termo utilizado em Karl-Otto Apel (2000). Tenório (1998, p. 16; grifo nosso) também utiliza a expressão ao abordar a ação/racionalidade comunicativa: "Sob este novo paradigma - racionalidade comunicativa - em uma ação social, somente pode ser considerado capaz de responder pelos seus atos aquele que seja capaz, como membro de uma comunidade de comunicação, de orientar sua ação com pretensões de validade intersubjetivamente reconhecidas".

comunicação" (MARTINO; MARQUES, 2013, p. 7). Logo, com Habermas (2012b) destacamos a importância destas categorias nos processos avaliativos e do mundo-da-vida enquanto instância compartilhada. Essa consideração se aproxima também da perspectiva do mundo-da-vida em Schütz (1979), bem como de algumas das interpretações do conceito em Husserl.

Dito isso, em um processo de avaliação a comunicação com todos os públicos se torna fundamental. Como a linguagem confere significado ao mundo em que se vive e este significado orienta a ação das pessoas (VIZEU, 2005), é importante considerar que os processos de avaliação devem ser capazes de explicitar tanto os fatos quanto os valores que fazem parte do mundo-da-vida dos indivíduos - pois ambos são *significados* pelos atores sociais através dos conteúdos interpretativos que possuem ao seu dispor e das possibilidades de escolhas, as liberdades.

Os argumentos de Habermas (2012a; 2012b) possuem como núcleo o uso da linguagem como método fundamental de coordenação das ações, para os debates da esfera pública e da democracia nas sociedades complexas. Isso se faz verdade, pois suas obras defendem o uso público da razão. Os processos de avaliação são, neste sentido, momentos importantes de *direito à palavra* e de expressão pragmática-moral do diversos atores sociais envolvidos. Buscamos argumentar neste artigo que os instrumentos e processos de avaliação devem ser capazes de organizar os significados correlatos entre o mundo-da-vida e a sistematização avaliativa, isto é, reunir fatos e valores. Niemi e Kemmis (1999) e Ryan (2004) também argumentam a importância da comunicação nos processos avaliativos através da conversa e da reflexão entre as diversas partes interessadas no processo.

Pelo que argumentamos, a avaliação cumpre um papel comunicacional e informacional⁶⁹ e deve, portanto, ser capaz de elucidar os valores transmitidos e os benefícios alcançados - impactos sociais, de modo que a avaliação apareça como uma prática social que se constitui entre o mundo-da-vida e o sistema. Assim, é imperioso considerar o ponto de vista de todos os indivíduos afetados - o tópico a seguir explora essa acepção de forma mais densa com a Ética do discurso/discussão.

4.2 Contribuições da ética da discussão para a avaliação

Uma das questões pertinentes ao processo deliberativo é a leitura do *imperativo categórico* em direção à ética da discussão. Essa ética do discurso em Jürgen Habermas sugere que a racionalidade e a argumentação são necessárias para a formação de normas éticas nas sociedades modernas desencantadas⁷⁰. A tese defendida nesta seção é que nos processos avaliativos, todos os atores sociais ou públicos constituintes *atingidos* ou que potencialmente possam ser atingidos pelas decisões devem fazer parte do processo. Com isso, indicamos no caminho de Habermas a possibilidade de atender aos princípios de discussão (D) e universalidade (U). Antes de fazer isso, devemos destacar que na ética do discurso Habermas restringe como possível de argumentação apenas as normas, desconsiderando as questões

⁶⁹ Por ser informacional contribui também para a perspectiva da gestão social apresentada em Cançado, Pereira e Tenório (2013), a saber: "[...] tendo como tarefas [da gestão social] na sociedade civil sistematizar os saberes alternativos, estruturar avaliações técnicas especializadas voltadas para o bem comum, fortalecer a esfera pública municiando-a de informações de qualidade, dentre outras" (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013, p. 103).

⁷⁰ "Sem a retaguarda de cosmovisões metafísicas ou religiosas, imunes à crítica, as orientações práticas só podem ser obtidas, em última instância, através de argumentações, isto é, através de formas de reflexão do próprio agir comunicativo" (HABERMAS, 1997a, p. 132).

valorativas (FREITAG, 1992). Por isso, finalmente apresentaremos as principais diferenças entre as abordagens de Putnam e Habermas acerca dos valores e como os processos avaliativos podem ser beneficiar desse debate sem polarizar os argumentos.

Habermas (1989) não apresenta a mesma pretensão de validade para fatos e valores. Fatos e mundo objetivo têm como pretensão de validade a verdade e normas, a correção normativa, enquanto valores, a adequação em determinado contexto cultural (RODRIGUES, 2013). No entanto, alguns valores podem ser corporificados em normas⁷¹ e alcançar pretensões de validade universal (em forma de discurso).

Não vinculamos tal pretensão normativa de validade [universal] a valores culturais; no entanto, os valores pleiteiam e corporificarão em normas; em face de uma matéria que careça de regulamentação, eles podem obter obrigatoriedades gerais. À luz de valores culturais, as carências de um indivíduo revelam-se plausíveis também para outros indivíduos situados na mesma tradição [...] Neste caso, os envolvidos podem esperar uns dos outros que cada um deles, em situações correspondentes, oriente seu agir segundo valores preceituados de maneira normativa para todos os atingidos (HABERMAS, 2012a, p. 171-172).

Habermas (1997a) destaca que normas possuem sentido deontológico, obrigam seus destinatários de forma generalizada e, por sua vez, os valores são teleológicos e compartilhados intersubjetivamente variando entre determinadas culturas e grupos sociais - determinados mundos-da-vida. Assim, somente as normas seriam objetivas (PUTNAM, 2008).

⁷¹ "[...] os valores culturais encerram, é verdade, uma pretensão de validade intersubjetiva, mas encontram-se tão entrelaçados com a totalidade de uma forma de vida particular que não podem originariamente pretender uma validade normativa no sentido estrito - eles candidatam-se, em todo o caso, a materializar-se em normas que deem vez a um interesse universal" (HABERMAS, 1989, p. 126).

Contra isso, Putnam⁷² (2008) afirma que Habermas está incorrendo em um *sociologismo com relação aos valores* e defende que eles também devem fazer parte de um processo de discussão para que se busque um vocabulário comum. Freitag (2005) que desenvolve seus trabalhos tendo Habermas como grande referência também destaca isso:

A insistência de Habermas em manter a distinção conceitual e formal entre "valores" e "normas" nem sempre é convincente. Enquanto as normas podem e devem ser submetidas a um procedimento discursivo para adquirirem sua validade, os "valores" ficam relegados ao campo do "mundo vivido" e, aqui, ao subsistema cultural, de onde não têm condições de se desprenderem para fins de uma "validação universal" (FREITAG, 2005, p. 195).

Segundo Putnam (2008) a objetividade pressuposta para as normas implica em objetividade para pelo menos alguns valores e acusa Habermas de um naturalismo e não cognitivismo em relação aos valores. Habermas, em réplica, afirma que a tentativa de conciliação de Putnam (2002; 2008) cai em um realismo cognitivo: "[afirma Habermas que] Putnam transfere o realismo epistemológico para o registro de um realismo axiológico" (LIMA, 2013, p. 476). Habermas (2004) defende um naturalismo fraco preservando um dualismo metodológico entre mundo-da-vida e mundo objetivo - para Lima (2013; 2014) essa posição é um cognitivismo fraco. Por isso, Putnam (2008) afirma que Habermas trata as normas em sentido kantiano, e os valores naturalisticamente: "Eles [os valores] são vistos como produtos sociais contingentes, que variam conforme variam os diferentes 'mundos-da-vida'" (PUTNAM, 2008, p. 151). Lima (2013, p. 221-222) nos esclarece mais este debate:

⁷² "Ao rechaçar a dicotomia, recolocando a questão da 'objetividade' dos valores, Putnam refuta também a neutralidade axiológica na filosofia prática, isto é, a ideia geral fortemente vinculada à ética deontológica de matriz kantiana, de que os valores não são passíveis de tematização racional enfática" (LIMA, 2013, p. 470).

Seguindo evidentes inspirações hegelianas, Habermas sustenta que aos valores corresponde certa objetividade, mas não uma objetividade que devesse ser entendida de modo realista segundo o modelo de comprovação factual do conteúdo empírico. Trata-se de uma objetividade que repousa sobre o reconhecimento intersubjetivo de padrões axiológicos para os quais podemos encontrar boas razões com referência a uma forma de vida correspondente. Portanto, seguindo Hegel, Habermas concebe a objetividade dos juízos de valor como intersubjetividade (Habermas 2002b, p. 98), isto é, concebe tal objetividade com referência a determinadas comunidades (LIMA, 2013, p. 477).

No entanto, a posição de Habermas não torna os valores irracionais. Em *Direito e Democracia* o mesmo faz uma crítica a Weber, afirmando que ele não reconheceu o núcleo moral do direito, pois Weber "entendeu as ideias morais como orientações valorativas subjetivas; os valores eram tidos como conteúdos não racionalizáveis, inconciliáveis com o caráter formal do direito" (HABERMAS, 1997b, p. 201) e, dessa forma, não foi capaz de entender que "no interior de determinadas tradições e formas culturais de vida, [alguns valores] se *recomendam* como mais importantes que outros valores, e a validade deontológica de normas que *obrigam* indistintamente todos os destinatários" (HABERMAS, 1997b, p. 201). Sobre isso, existe uma consideração mais esclarecedora que deixa evidente a possibilidade de consideração racional dos valores.

Na interpretação de Habermas, Weber é cético quanto à fundamentação racional de questões valorativas. Este último considera que as decisões valorativas são basicamente subjetivas, na medida em que a realidade se caracteriza por uma pluralidade de interesses e admitindo o pragmatismo, por um "politeísmo" de valores correlatos. Este pluralismo axiológico teria um caráter irreduzível. Weber não admite, assim, a possibilidade de uma fundamentação objetiva ou de uma universalização das questões normativo-valorativas, baseada no uso de razões,

argumentos ou interpretações críticas, de caráter vinculante, tal como Habermas postula para a racionalidade normativa (RIVERA, 1995, p. 18).

Mesmo na *Teoria do Agir Comunicativo* existe a ideia que 'racionais' não são apenas os atos de fala que se referem a fatos, mas também os que se referem a normas e valores - até mesmo aqueles entendidos como subjetivos.

Denominamos racionais os sujeitos capazes de agir e falar que na medida do possível não se enganam quanto a fatos e relações meio-fim. Mas é evidente haver também outros tipos de exteriorizações para as quais pode haver boas razões, mesmo que não vinculadas a pretensões de verdade ou êxito. Em contextos de comunicação não chamamos de racional apenas quem faz uma asserção e é capaz de fundamentá-la diante de um crítico, tratando de apresentar as evidências devidas. Também, é assim chamado de racional quem segue uma norma vigente e se mostra capaz de justificar seu agir em face de um crítico, tratando de explicar uma situação dada à luz de expectativas comportamentais legítimas. E é chamado de racional até mesmo quem exterioriza de maneira sincera um desejo, um sentimento ou um estado de espírito, quem revela um segredo, admite ter cometido um ato qualquer, etc., e então se mostra capaz de dar a um crítico a certeza dessa vivência revelada, tratando de tirar consequências práticas disso e comportar-se a partir dali de maneira consistente (HABERMAS, 2012a, p. 43-44).

Declaradamente, Habermas (1989) se define como um cognitivista, mesmo que seja um cognitivismo fraco (LIMA, 2013; 2014). Dessa forma, não aceita a dicotomia fato x valor. Sua refutação está marcada pela racionalidade comunicativa e pela ética da discussão, mesmo que isso não faça com que sejam iguais aos fatos. Neste artigo, consideramos como coerentes, os valores não são fatos, nem fatos são valores (nem a negativa lógica de ambos) são diferentes e peculiares, mas não dicotômicos como querem os positivistas lógicos que retiram dos últimos a possibilidade de prática científica e discursiva (PUTNAM,

2008). Isso fica claro, em nota de *Consciência Moral e Agir Comunicativo* onde Habermas afirma: "[...] não tenho a intenção de defender qualquer dualismo ontológico entre determinados domínios da realidade (por exemplo, cultura versus natureza, valores versus fatos ou outras demarcações neokantianas de natureza semelhante)" [...] (HABERMAS, 1989, p. 58). Por isso, consoante Rodrigues (2013) Habermas também supera a dicotomia entre fatos e valores, mostrando que ambos podem alcançar uma decisão racional, e para Freitag (1989) isso ocorreria mediante a ação comunicativa.

Assim, as expressões valorativas "podem ser submetidas à crítica [assumem a forma da crítica estética] e serem justificadas ou fundamentadas, podendo as ações dos atores serem consideradas racionais" (CAVALCANTE, 2001, p. 249). Em comum também, tanto normas quanto valores são dependentes de relações comunicativas e do mundo-da-vida, afinal, para Habermas (2002, p. 100), "a realidade social das normas de ação e dos valores entra no discurso através dos componentes ilocutórios dos atos de fala". Finalmente, a posição de Habermas é defendida, segundo Rodrigues (2013) pelo medo de etnocentrismo diante da pluralidade de valores das sociedades modernas. Pois, os valores culturais estão dentro do horizonte do mundo-da-vida de um grupo cultural – assim, não contam como universal (HABERMAS, 2012a; 2012b).

Todavia, para Rouanet (1989) os valores poderiam ser discutíveis por vias discursivas (processo de argumentação) sem grandes problemas dentro da abordagem da ética do discurso do próprio Habermas. Ainda, na década de 1980 Rouanet afirmava que os estudos de Habermas superavam os abismos entre fatos, normas e valores ainda fortemente vigentes pela visão positivista da realidade.

[...] o conceito de justificação discursiva elimina o abismo entre questões teóricas e questões normativas, que desde

Hume, mas especialmente em Weber e nos positivistas modernos considera unicamente as proposições descritivas como suscetíveis de validação; as proposições prescritivas, ou relativas a valores, pertencem à esfera da mera opinião, e não são, a rigor, nem verdadeiras nem falsas. Com sua teoria da validação consensual de afirmações e recomendações (proposições normativas) Habermas tenta revogar esse interdito positivista, voltando à tradição grega, para a qual as questões relativas à vida desejável eram mais que quaisquer outras, suscetíveis de serem verdadeiras (ROUANET, 1980, p.18-9 *apud* RODRIGUES, 2013, p. 75-76).

Como síntese do debate, pelo menos determinados valores podem ser considerados além do mundo-da-vida de determinado ator social, desde que este ator em um processo dialógico e argumentativo possa chegar a um consenso com outros (*alter*) - discursivamente.

Da análise de Putnam da dicotomia fato/valor obtivemos um caráter objetivo dos valores, que possibilita que eles sejam conhecidos e discutidos racionalmente. Do seu debate em relação à dicotomia normas/valores com Habermas, depreende-se que, apesar do dissenso em alguns pontos, ambos os filósofos concordam que os valores possuem sim esse caráter de objetividade [cognitivismo fraco em Habermas e forte em Putnam], ainda que sob diferentes perspectivas, e que é possível engajar-nos numa discussão a respeito dos valores (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2013, p. 57).

Neste sentido, não desconsideramos as questões colocadas por Habermas, mas avançamos em relação ao ambiente avaliativo na importância dos valores nas práticas da gestão social. E, voltando a Husserl (2002), observamos também que nele o conceito de mundo-da-vida pretendia romper a dicotomia objetivo-subjetivo e, ainda: “[...] Husserl pretende garantir a possibilidade de uma discussão acerca dos valores que embasam a atividade teórica de um ponto de vista não reducionista” (FERRAZ, 2004, p. 379-371).

Portanto, ao utilizarmos os princípios U e D o fazemos, então, como possibilidades de pensa-los como direcionamentos (categóricos) dos processos avaliativos. Para isso, consideramos os valores presentes na literatura nacional e internacional no âmbito das práticas de gestão participativas e deliberativas. Dentre estes valores, a democracia⁷³ é considerada um valor passível de justificação universal. Outros destacados são a autonomia, bem comum, diálogo, igualdade, inclusão, interesse público, pluralismo, igualdade, sustentabilidade e participação (BOZEMAN, 2007; TENÓRIO et al., 2008; 2010; ANDERSEN et al., 2012; CABRAL, 2011). No âmbito internacional, os *public values* levantados por Jorgensen e Bozeman (2007) podem servir de orientação. Dentre os 72 valores do inventário dos autores, destacamos os mais próximos da proposta da gestão social e da participação dos cidadãos: escolha coletiva, bem comum, democracia, diálogo e interesse público. E, Cabral (2011) considera também um conjunto de atributos do espaço público: visibilidade, controle, defesa social, democratização, representatividade de interesses coletivos, sustentabilidade, cultura pública, autonomia, universalidade, qualidade e efetividade. Estes valores podem criar representações comuns, narrativas compartilhadas e troca de significados e, como reconhece Bozeman (2007), proporcionam um consenso normativo.

Estes princípios exigem uma aplicação intersubjetiva e não monológica desta regra de argumentação e permite a distinção de normas, valores e procedimentos (indicadores, instrumentos e processos) válidos dos não válidos. O princípio ético-discursivo (D) exige que "uma norma só deve pretender

⁷³ "[...] *los evaluadores deben ser defensores, de la democracia y del interés público. La democracia aspira a incorporar todos los intereses legítimos. Desde nuestro punto de vista, el interés público no es estático y, a menudo, no es inicialmente identificable, para emerge (o debe hacerlo) a través de unos procedimientos democráticos, adecuadamente acatados, en los que la evaluación desempeña un papel*" (HOUSE; HOWE, 2001, p. 138).

validez quando todos os que possam ser concernidos por ela cheguem (ou possam chegar), enquanto participantes de um Discurso prático, a um acordo quanto à validade dessa norma" (HABERMAS, 1989, p. 86). Por sua vez, o princípio U (universalidade) afirma que: "[...] as normas válidas têm que merecer o reconhecimento por parte de todos os concernidos" (HABERMAS, 1989, p. 86). Na prática do campo da avaliação, autores como Rowe e Frewer (2000) e House e Howe (2001) já alertaram sobre a importância dos *atingidos* por um processo avaliativo participarem efetivamente da construção dos meios de avaliação e a aceitação pública do processo, como também Tenório et al. (2008; 2010) mediante o conceito de cidadania deliberativa. Com isso, supera-se comunicativamente a ideia de que a avaliação seja apenas uma ação com relações afins - estratégica e monológica realizados por tecnoburocratas.

Para House e Howe (2001) deve haver a inclusão, o diálogo e a deliberação com todos os envolvidos no processo de avaliação, para que, através desse processo se busque um acordo. Para tanto, é preciso "*reunir las perspectivas enfrentadas, de manera que las partes interesadas puedan emprender una deliberación y entablar un diálogo*" (HOUSE; HOWE, 2001, p. 135). Com a presença de todos os públicos interessados, os valores devem ser considerados e discutidos, pois é somente pelo diálogo e deliberação que se pode chegar a conclusões válidas (HOUSE; HOWE, 2001). Neste mesmo norte, em Habermas (1997b) é a ação comunicativa que fornece elementos para a formação da vontade coletiva e uma situação de avaliação democraticamente constituída (NIEMI; KEMMIS, 1999), isto é, os pontos de vista e preferências dos participantes devem ser sujeitos à crítica e análise racional (HOUSE; HOWE, 2001).

Considerando os princípios D e U, essa perspectiva tem como fundamento epistemológico o mundo-da-vida na acepção de Habermas e a relação fato e valor em Putnam que permite, em conjunto, constatar que na

prática cotidiana dos diversos atores sociais fatos e valores são interdependentes, inclusive na dos próprios avaliadores e que ambos devem ser considerados nos processos avaliativos. Se o diálogo não for inclusivo pode levar a equívocos no processo avaliativo, ainda mais em um *locus* onde as perspectivas de mundo-da-vida e sistema se fazem presentes no espaço público.

Assim, é importante que a construção das formas de avaliação tenha reconhecimento intersubjetivo, para que possa explicitar da maneira mais próxima possível o mundo-da-vida dos públicos constituintes e os impactos sobre ele. Estes princípios eliminam a possibilidade de criação de uma forma de avaliação padrão, pois exigem, através dos princípios da discussão, que não sejam replicáveis no processo de captar as especificidades, tanto os bens produzidos como os valores reproduzidos. O que fica como procedimentos sistemáticos (universalizáveis) são os processos, os valores democráticos (democracia, autonomia, bem comum, diálogo, igualdade, inclusão, interesse público, pluralismo, igualdade, sustentabilidade e participação) e as formas de organizar essas demandas, as quais serão apresentadas na última seção em dois processos identificados na literatura da gestão social.

Por fim, os valores listados acima são os considerados para pensar as práticas avaliativas que buscam com *o olhar de Janus* superar a dicotomia fato x valor. Essa superação se faz, inegavelmente, pela comunicação de valores e fatos. Através da linguagem, considerando que com os significados (de fatos e valores) intersubjetivamente compartilhados é possível rejeitar a dicotomia, sem abrir mão de distinções analíticas e conceituais - conforme exige Habermas. Neste sentido, Putnam (2008) e Habermas (2004) concordam que o significado é construído através das relações cotidianas e mediadas pela linguagem (LIMA, 2013). Neste ponto, eles são consensuais compartilhando um pragmatismo kantiano (HABERMAS, 2004; PUTNAM, 2008). Além disso, Habermas (2007, p. 45) considera que "[...] se os significados 'não estão na cabeça', como quer

Putnam, só a linguagem pode ser o veículo intersubjetivo pelo qual esses significados tomam corpo".

As linguagens enquanto sistemas conceituais formam conjuntos de condições possibilitadoras, um meio no qual se estabelece intersubjetivamente o contato com o mundo e também, por isso, o incremento recíproco de nosso saber do mundo e dos sistemas conceituais (LIMA, 2014, p. 203).

Estas discussões nos permitiram mostrar a importância da comunicação e da linguagem (e do mundo-da-vida intimamente relacionado com estas categorias) para a construção dos sentidos e significados da avaliação e da consideração dos valores no processo avaliativo - essa abordagem contribui notadamente para conceber uma dialogicidade entre fatos e valores.

4.3 Fatos, valores e o *locus* da avaliação entre o mundo-da-vida e o sistema

Nesta seção apresentamos dois processos avaliativos que se relacionam com as discussões apresentadas até aqui e foram encontrados no âmbito da gestão social. No final, integramos as duas perspectivas e as localizamos dentro do contexto das relações entre mundo-da-vida e sistema.

Os trabalhos de Tenório et al. (2008; 2010⁷⁴) apresentam critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos desenvolvidos a partir do conceito de cidadania deliberativa (TENÓRIO, 1998; 2005). Os critérios apresentados (Quadro 3) são considerados direcionamentos capazes de legitimar os processos avaliados, tendo em vista a participação de atores sociais do Estado, do mercado e da sociedade civil. Desta forma, coerente com as

⁷⁴ Estes critérios foram utilizados em diversos artigos e, com destaque, nas obras *Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios de análise* (TENÓRIO, 2012b) e *Gestão Social e Gestão Estratégica: experiências em desenvolvimento territorial* (TENÓRIO, 2013c) organizados pelo professor Fernando Guilherme Tenório.

abordagens de House e Howe (2001) no que tange aos processos de avaliação e também com as discussões de Hanberger (2001). Para este último a avaliação corrobora para legitimar os programas ou políticas públicas, bem como projetos oriundos de empresas ou organizações da sociedade civil que envolva o interesse público.

Quadro 3 Cidadania deliberativa: critérios de análise

Categoria	Descrição	Crítérios
Processo de discussão	Discussão de problemas através da autoridade negociada na esfera pública. Pressupõe igualdade de direitos e é entendido como um espaço intersubjetivo e comunicativo que possibilita o entendimento dos atores sociais envolvidos.	Canais de difusão
		Qualidade da informação
		Espaços de transversalidade:
		Pluralidade do grupo promotor
		Órgãos existentes
		Órgãos de acompanhamento
Inclusão	Incorporação de atores individuais e coletivos anteriormente excluídos dos espaços decisórios de políticas públicas.	Abertura dos espaços de decisão
		Aceitação social, política e técnica
		Valorização cidadã
Pluralismo	Multiplicidade de atores (poder público, mercado e sociedade civil) que, a partir de seus diferentes pontos de vista, estão envolvidos no processo de tomada de decisão nas políticas públicas	Participação de diferentes atores
		Perfil dos atores
Igualdade participativa	Isonomia efetiva de atuação nos processos de tomada de decisão nas políticas públicas	Forma de escolha de representantes
		Discursos dos representantes
		Avaliação participativa
Autonomia	Apropriação indistinta do poder decisório pelos diferentes atores nas políticas públicas.	Origem das proposições
		Alçada dos atores
		Perfil da liderança
		Possibilidade de exercer a própria vontade
Bem comum	Bem-estar social alcançado através da prática republicana	Objetivos alcançados
		Aprovação cidadã dos resultados

Fonte: Tenório et al. (2008, p. 11).

Segundo os autores a proposta possui dimensões e critérios (indicadores), a saber: processos de discussão, inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, autonomia e bem comum. Eles foram construídos com base em trabalhos realizados em experiência internacional e com base no conceito de cidadania deliberativa. Concomitantemente, os autores relacionam essa construção também com os conceitos de mundo-da-vida e intersubjetividade, pois consideram que:

A cidadania deliberativa consiste assim, em levar em consideração a pluralidade de formas de comunicação – morais, éticas, pragmáticas e de negociação – em que todas são formas de deliberação. O marco que possibilita essas formas de comunicação é a Justiça, entendida como a garantia processual da participação em igualdade de condições. Desta forma, Habermas procura a formação da opinião e da vontade comum não só pelo caminho do autoentendimento ético, mas também por ajuste de interesse por justificação moral. Sob a *cidadania deliberativa* tanto formas de deliberação dialógicas quanto instrumentais, são institucionalizadas e válidas (legítimas) na formação da opinião e da vontade política. Transferem-se as condições de virtude do cidadão para a institucionalização de formas de comunicação em que possam ser feitos debates éticos, morais, pragmáticos e de negociação. Ela tem como base, portanto, as condições de comunicação, que permitem pressupor que decisões racionais podem ser tomadas no processo político (TENÓRIO et al., 2008, p. 5).

Dentro do escopo da gestão social, os autores consideram: "[a] *Gestão social* contrapõe-se à *gestão estratégica* à medida que tenta substituir a gestão tecnoburocrática, monológica, por um gerenciamento participativo, dialógico, no qual o processo decisório é exercido por meio de diferentes sujeitos sociais" (TENÓRIO et al., 2008, p. 9). Neste sentido, é uma proposta coerente com a visão aqui adotada: avaliação como processo participativo, deliberativo, comunicativo e valorativo - adjetivos que se referem diretamente à tentativa de superar a dicotomia entre fatos e valores e de se considerar as tensões que

emergem dos *locus* situados entre o mundo-da-vida e o sistema. Os critérios apresentados por Tenório et al. (2008; 2010) são também coerentes com o paradigma deliberativo apresentado por Habermas (2008), em destaque no que se refere as suas referências à inclusão, igualdade, publicidade, transparência e troca de argumentos.

O paradigma deliberativo oferece como seu ponto de referência empírico principal um processo democrático que supostamente deveria gerar a legitimidade através de um procedimento de formação da opinião e da vontade que garante (a) publicidade e transparência para o processo deliberativo; (b) inclusão e igual oportunidade para a participação, e; (c) uma pretensão justificada para resultados obtidos através da troca de argumentos (HABERMAS, 2008, p. 11).

Para Tenório (2012) a cidadania deliberativa implica na participação cidadã em espaços públicos democraticamente compostos pelos poderes executivo, legislativo e judiciário (também pode estar presente) conselhos municipais, movimentos sociais, associações de bairro, sindicatos, instituições religiosas e outras, dessa forma, constituindo um espaço compartilhado por diversos atores sociais, onde não deve haver privilégios (igualdade participativa). Neste sentido, Tenório (2012) expande o conceito de esfera pública em direção também a arranjos institucionais. Esse argumento é coerente tendo em vista os trabalhos de Leonardo Avritzer (1999; 2007; 2008; 2012), especialmente o trabalho *New Public Spheres in Brazil: Local Democracy and Deliberative Politics* (AVRITZER, 2006).

Villela (2012) acrescenta que os critérios representam um modelo que pode ser utilizado para análise em avaliação de políticas públicas ou ações da esfera pública. Nesse sentido, é coerente com a avaliação em um *locus* compartilhado entre os sistemas especializados e o mundo-da-vida.

Segundo Tenório et al. (2008, p. 9-10) "a objetividade de cada intervenção depende do mundo vivido de cada interventor na discussão", essa possibilidade de colocar a objetividade como entendida a partir do mundo-da-vida/intersubjetividade é característica desse processo, onde o processo de discussão é fundamental. O que este artigo busca avançar em relação a essa colocação é que sob os ditames positivistas os fatos são considerados pela lógica da ação instrumental e dessa forma desconexos da noção de valores. Procuramos demonstrar que a ação comunicativa de Habermas rompe com essa polarização (FREITAG, 1989) e com Putnam (2008) e House e Howe (2001) que a dicotomia entre fato x valor possui tanto uma concepção de fato como de valor limitada. Rompendo com isso, a gestão social pode se relacionar tanto com fatos tanto com valores de forma democrática.

Além disso, a inclusão é fundamental para que os diversos atores sociais participem dos processos avaliativos, bem como o pluralismo com a participação de diversos atores com suas necessidades e demandas (oriundas tanto do mundo-da-vida quanto dos subsistemas). Desta forma, no *locus* compartilhado o pluralismo e a inclusão representam uma descentralização do poder administrativo e burocrático em prol da prática cooperativa e fundada, conforme Habermas (1997a), na *solidariedade social* que emerge das ações comunicativas. Em especial, fazendo relação com os critérios apresentados por Howe e House, destacamos que os processos de inclusão, diálogo e deliberação acerca de valores (e fatos) se tornam pilares dessa concepção avaliativa, pois "estes públicos constituintes [atores sociais] se identificam por diferentes valores determinando expectativas, necessidades, capacidades, interesses e representações sociais da missão" (CABRAL, 2008, p. 30). A relação entre estas lógicas e os envolvidos na avaliação pode ser constatada também em Cabral e Muzy (2014, p. 342) que afirma que a avaliação deve considerar os diversos públicos constituintes, o que "possibilita o reconhecimento dos

diversos grupos sociais que se diferenciam pelas ENCIR [expectativas, necessidades, capacidades, interesses e representações], associando-se em termos dos valores relevantes que os projetos comunicam".

A igualdade participativa, "se apóia no nivelamento das oportunidades de atuação efetiva nos processos de tomada de decisão. Dotados de informação e com acesso livre aos canais de deliberação" (TENÓRIO et al., 2008. p. 13) e a autonomia "possibilita o direito de escolha e/ou não aceitação das condições políticas, econômicas ou sociais vigentes" (TENÓRIO et al., 2008. p. 13). Neste sentido, os atores, especialmente os ligados à sociedade civil devem ter autonomia e igualdade participativa diante dos atores do mercado e do Estado - isso implica diretamente na legitimidade das decisões, avaliações e demais práticas sociais colimadas como um processo gerencial dialógico. Por fim, Tenório et al. (2008; 2010) colocam o bem comum e ressaltam que "representa os benefícios tangíveis ou intangíveis para a comunidade ou localidade" (TENÓRIO et al., 2008. p. 14). Neste sentido, superando a dicotomia fato x valor os benefícios podem ser representados pela análise dos impactos/melhorias ou reflexos nas condições de vida e bem-estar das comunidades em referência à concepção apresentada por Amartya Sen. E, consoante o mesmo isso deve ser feito sem eliminar dos processos as dimensões éticas (SEN, 2000; PUTNAM, 2008). Aqui, estabelecemos uma ponte com uma perspectiva que se candidatou especificamente a superar a dicotomia fato x valor nos processos avaliativos, especialmente Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014), que têm forte embasamento nas obras de Amartya Sen.

Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) apresentam dois instrumentos para a orientação do processo avaliativo e a identificação dos objetos de avaliação, de maneira a superar a dicotomia fato x valor: Mapa de Bens Públicos e o Mapa Semântico das ENCIR (Expectativas, Necessidades, Capacidades, Interesses e Representações). Conforme Quadros 4 e 5.

Quadro 4 Mapa de Bens Públicos⁷⁵.

Recursos	Custos Sociais
Atividades	Intervenções
Focos	Temas
Projetos	Ações
Bens Públicos	Fatos e Valores
Beneficiário	Foco do Impacto
Resultados	Indicadores
Capabilities	Dimensões
Benefício	Impacto

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Cabral e Muzy (2014).

Quadro 5 Mapa de Bens Públicos e Mapa Semântico das ENCIR

	ENCIR	Significado	Questões Linguagem	Modo de fruição
Fatos / Valores	Expectativas	visão do futuro	qual?	mediato
	Necessidades	função do que faz ou recebe	como?	imediatos
	Capacidades	o que sabe e tem liberdade de fazer ou receber	quanto?	bem mensurável
	Interesses	o que o leva a fazer ou receber	por quê?	instrumentos
	Representações	o que simboliza	o quê?	símbolos

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Cabral e Muzy (2014).

Estes foram desenvolvidos embasados em obras de Amartya Sen (*evaluative space*), Hilary Putnam (fato e valor) e Adalbert Evers (concepção de terceiro setor). Especificamente para o caso dos projetos sociais, Cabral (2011) identifica a presença de diversos *públicos constituintes* relacionados ao Estado, ao mercado, à sociedade civil e às comunidades. Essa abordagem como foi demonstrado no Artigo 2 possui proximidades com a concepção de esfera pública apresentada em Tenório (2005) e espaço compartilhado em Pereira

⁷⁵ Tanto o Mapa de Bens Públicos quanto o Mapa das ENCIRs aparece em Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) em formato horizontal. Aqui, invertemos em decorrência de formatação.

(2012). Neste sentido, é coerente com o espaço aqui apresentado como sendo um *locus* de relações entre o mundo-da-vida e o sistema.

As discussões apresentadas em Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) auxiliam no processo dialógico de tradução no mundo-da-vida dos significados dos processos de avaliação. Segundo os autores eles são voltados para a comensurabilidade prática dos juízos de fato e valor e é realizada pelo processo avaliativo como instrumentos comunicativos. Com base em Amartya Sen⁷⁶ em uma expressão valorativa acerca de um fato, transmitimos o significado da experiência e do campo das possibilidades. Desta forma, as escolhas e a liberdade de escolha se tornam fundamentais em um processo de avaliação na gestão social. Além disso, não somente no sentido *negativo* (liberdade de coações externas), mas também *positivo* (possibilidade de participação em uma prática comum) (HABERMAS, 1995). Essa liberdade pode ser pensada também em termos de Habermas no sentido argumentativo (SIEBENEICHLER, 2011). Dessa forma, a liberdade pode ser pensada também como referente à possibilidade de diálogo entre os diversos atores sociais e relacionada à inclusão e ao pluralismo no ambiente avaliativo (TENÓRIO et al., 2008; 2010), caminhando assim, para o conceito de liberdade comunicativa.

Em Habermas, esse tema [liberdade comunicativa] é abordado na perspectiva da participação em uma atividade linguística que permite a reconstrução racional de pressupostos inevitáveis da atividade cotidiana comunicativa. Sob esse ângulo, o tema da liberdade da vontade humana pode ser abordado à luz de um conceito de liberdade comunicativa uma vez que implica, não somente a possibilidade de se posicionar criticamente em termos de “sim” ou “não”, isto é, mediante o uso de argumentos racionais, mas também o fato de que esse posicionamento

⁷⁶ A perspectiva de Amartya Sen (1997; 2000) mostra que os valores sopesados garantem a possibilidade prática de adequação múltipla e alternativa de meios às finalidades, sem transigir com a ética na escolha destes meios.

se dá sempre no interior de uma comunidade de comunicação. Por conseguinte, a liberdade comunicativa pode ser entendida, em um sentido amplo, como faculdade ou competência que torna possíveis posicionamentos críticos quanto a argumentos ou pretensões de validade no interior de uma prática comunicativa cotidiana (SIEBENEICHLER, 2011, p. 341-342).

Sobre os Mapas apresentados, não é nosso intuito descrever como os mesmos funcionam segundo Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014), mas apenas indicar como eles podem ser pensados no que tange ao argumento do mundo-da-vida e da superação da dicotomia fato x valor.

O Mapa Semântico das ENCIR (Expectativas, Necessidades, Capacidades, Interesses e Representações) também concorre à perspectiva de superar a dicotomia fato x valor⁷⁷. Este último cumpre a ideia de explicitar comunicativamente os significados/interpretações que emanam do mundo-da-vida dos públicos constituintes (beneficiários, doadores, voluntários, empregados, instituidores e outros envolvidos) ou atores sociais que participam dos processos participativos deliberativos (CABRAL; MUZY, 2014).

Destacamos que para Cabral (2011) o Mapa de Bens Públicos, por sua vez, se refere a um inventário dos bens e valores desenvolvidos, articulados de acordo com sua relação normativa, de modo a captar os bens públicos produzidos e os valores reproduzidos de acordo com sua concepção do processo original de gestão. Desta forma, busca explicitar os valores do processo avaliativo em que se situam os diversos atores sociais. Segundo Cabral e Muzy (2014) trata-se de uma tentativa de superar o raciocínio causal e finalista, além de afastar a redução do processo avaliativo a um esquema de pareamento de

⁷⁷ Semelhante a ideia de Janus, Cabral e Muzy (2014) argumentam que os fatos e valores devem ser incorporados na racionalidade do diálogo e comunicados como complementares (faces de uma mesma moeda).

meios e fins e garantir a explicitação dos valores como elementos de vinculação dos fatos avaliativos.

Para adequar aos critérios/valores da inclusão e a pluralidade, o exemplo da experiência oferecida em Cabral (2011) destaca que cada coluna dos instrumentos avaliativos deve ser preenchida para os diversos públicos constituintes. Neste ponto, fazemos uma consideração ímpar que permite apresentar o porquê de fatos e valores não serem dicotômicos e que nenhum deles pode ser tratado de forma subjetiva, nem tampouco estritamente objetiva (no sentido *coisificante* da palavra), nesse sentido ambos precisam passar pelo crivo da intersubjetividade; recorreremos assim, neste momento à Husserl.

Não partilhamos o mesmo *Lebenswelt* com todos os seres humanos, não é verdade que todos os homens do mundo tenham em comum conosco todos os objetos que constituem nosso *Lebenswelt* [...] e isto, mesmo se tais homens ingressassem em nossa comunidade atual, como sempre lhes é possível. [...] Objetos existentes para nós, embora talvez de maneira cambiante, concebidos ora de maneira concorde, ora não, não existem para eles; desses objetos não têm nenhuma apreensão [*Auffassung*], nenhuma experiência [*Erfahrung*] enquanto objetos: mesmo que vejam estes objetos, se é que veem como dizem os *nossos* objetos. [...] Vamos introduzir, neste círculo de humanidade, um banto; então, ficará claro que, no lugar de uma de nossas obras de arte, ele verá seguramente outra coisa [*er sieht zwar ein Ding*], não, porém, o objeto de nosso *Umwelt*, a obra de arte (HUSSERL, 1973 p. 496-497 *apud* BENOIST, 1998, p. 220-221).

Por isso, nossas considerações são realizadas para um ambiente local de avaliação. Afinal, conforme Boullosa e Rodrigues (2014, p. 151) "se cada avaliação possui sua própria lógica e pesquisa avaliativa, não é possível imaginar que exista uma receita comum". House e Rowe (2000) destacam também o caráter de unicidade de cada caso a ser avaliado. A generalização e universalização apresentadas anteriormente se referem, em última instância, a

dimensão da democracia (e seus valores). Estes fatos, normas e valores serão também em cada caso colocados em discussão. Mesmo que para a democracia, a tensão entre facticidade e validade expressa através do direito assegure sua legitimidade.

Posto isso, argumentamos que estes são os dois exemplos na literatura que consideraram o processo avaliativo em maior profundidade. A diferença principal é que a perspectiva apresentada por Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) consideram explicitamente a dicotomia fato x valor (buscando sua superação) e se constitui de um processo aberto tanto para os fatos quanto para os valores (os quais são identificados no próprio processo). Ambos possuem em comum a defesa de em última instância, de diversos valores democráticos atrelados à noção de espaço público, esfera pública e cidadania deliberativa - bem como a possibilidade de leitura na direção do mundo-da-vida dos atores sociais envolvidos. Ambos são também apresentados como processos que visam à racionalidade entendida tanto para fatos como para valores.

[...] é necessário que o processo ocorra de maneira dialógica, intersubjetiva, isto é, a troca de interpretações da realidade entre os concernidos à situação-problema (cidadãos, agentes públicos, agentes econômicos, agentes sociais, etc.) deve acontecer de modo a que todos tenham direito a expor suas razões. Contudo, a razão que cada um dos envolvidos expuser deve contribuir para o entendimento do óbice em pauta, bem como das necessidades da comunidade, do bem comum (TENÓRIO, 2013a, p. 8).

Concomitantemente, a avaliação aqui apresentada consiste, em sequência, na identificação do processo comunicativo entre diversos atores sociais estabelecido no ambiente avaliativo, de maneira a sugerir a construção de instrumentos, processos e técnicas para se coletar as informações necessárias à explicitação dos valores e fatos em tela.

Neste sentido, na gestão social enquanto campo que possibilita esse diálogo com o interesse público é relevante a tomada de decisão coletiva livre de coerção, dialogicidade, a transparência e a autonomia dos públicos. Neste espaço, os atores sociais devem se orientar por ações comunicativas, as únicas capazes de reproduzir o mundo-da-vida nas suas relações com o saber cultural, as ordens legítimas e a identidade pessoal (HABERMAS, 2012b). É importante lembrar que para Schütz (1979) e Habermas (2012b) o mundo-da-vida se relaciona com o conhecimento acumulado através de experiências. O conhecimento avaliativo vai ser então construído durante todo o processo, que se diferencia de um processo padronizado/linear de aplicação de instrumentos genéricos, ou a contagem dos fatos como número de envolvidos, total de investimento ou uso dos recursos - a contagem de fatos é apenas a dimensão ou face de Janus voltada unicamente ao mundo dos sistemas e a racionalidade estratégica cujos processos discursivos visam *unidimensionalmente* desempenho.

Finalmente, o saber/conhecimento avaliativo aqui apresentado ganha *status* de interação mediada pela linguagem: "[...] assim que concebemos o saber como algo mediado pela comunicação, a racionalidade encontra sua medida na capacidade de os participantes responsáveis da interação orientarem-se pelas pretensões de validade que estão assentadas no reconhecimento intersubjetivo" (HABERMAS, 2000, p. 437). Isto é, a linguagem e a comunicação se tornam fundamentais nas práticas de gestão e avaliação, principalmente se as consideramos como ações voltadas para o entendimento e o esclarecimento. Neste sentido, o empreendimento de Habermas sempre foi reconhecer a possibilidade de uma dimensão intersubjetiva da realidade social em que o uso da linguagem é o método fundamental para que os seres humanos coordenem suas ações. Isso responde à questão original que orienta este artigo, descrevendo para a experiência avaliativa como o conceito de mundo-da-vida

pode contribuir para esclarecer o processo de avaliação em gestão social e garantindo a consideração dos valores como elementos dotados de racionalidade.

Como síntese, a Figura 1 destaca duas características importantes desse processo e considera as perspectivas apresentadas em Tenório et al. (2008; 2010), Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014).

Primeiramente, conforme afirmado anteriormente tratamos do processo avaliativo em um *locus*, espaço ou esfera pública pela interseção do Estado, mercado e sociedade/comunidade (TENÓRIO, 2005; CABRAL, 2011⁷⁸; CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013) e, desta forma, também um espaço de influências e tensões (CABRAL, 2011) entre o mundo-da-vida e o sistema (representados pelas setas em cinza-escuro; colonização, influência e resistência do espaço compartilhado). A figura deixa claro, como a partir deste espaço a gestão social e o processo de avaliação precisam de uma *face de Janus*. Nesse espaço, ilustramos critérios/valores (TENÓRIO et al., 2008; 2010), atores sociais e processos (CABRAL, 2011; CABRAL; MUZY, 2014) de forma ilustrativa. Em especial, os critérios/valores não possuem posição fixa e dessa forma flutuam em um espaço tridimensional, bem como os atores sociais e as relações Estado, mercado e sociedade. Esta Figura também pode ser pensada em Cançado, Sausen e Villela (2013, p. 86) onde os mesmos afirmam que "[...] a gestão social aponta a necessidade de interlocuções entre o Estado, o mercado e

⁷⁸ Os trabalhos de Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) realizam suas discussões sobre avaliação especificamente para o *locus* do terceiro setor. No entanto, é importante destacar que para eles o terceiro setor é um espaço social interrelacional, intermediário e híbrido de ações sociais relacionadas ao Estado, mercado e comunidades. Com isso, é um locus de diversos públicos constituintes e suas ENCIR (Expectativas, Necessidades, Capacidades, Interesses e Representações). Conforme já alertado próximo ao que Tenório (2005) chama de esfera pública e Pereira (2012) de espaço compartilhado.

a sociedade civil, levando à busca de um equilíbrio entre os imbricados e interdependentes interesses".

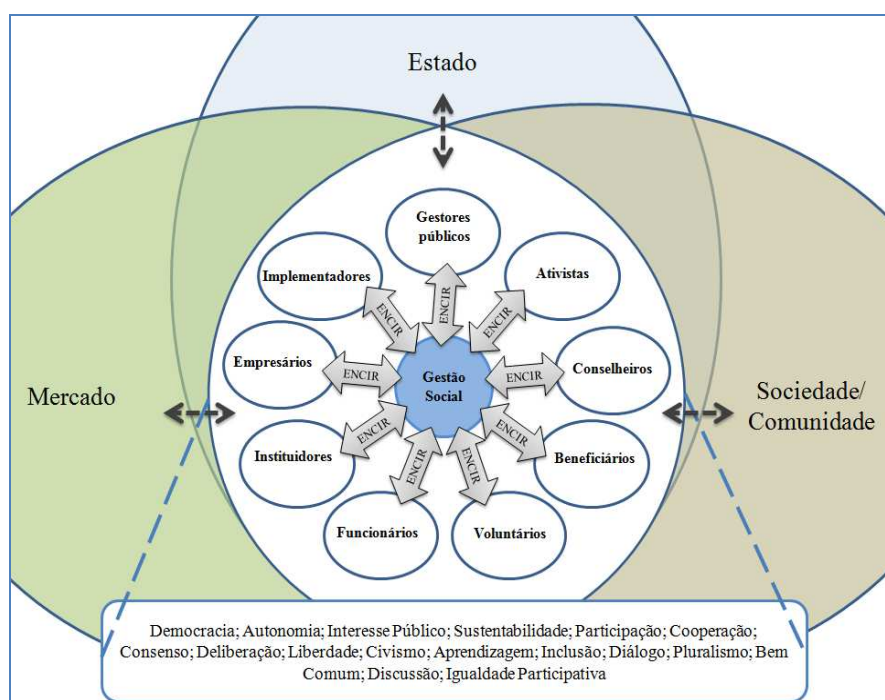


Figura 1 Avaliação na gestão social entre o mundo-da-vida e o sistema
Fonte: Elaborado pelos autores⁷⁹.

Nessa representação, as informações geradas pelo processo avaliativo se tornam elementos de comunicação entre os sistemas sociais e o mundo-da-vida:

[...] a informação, enquanto codificada, reconstitui-se através dos meios, nas zonas de trocas e negociação entre os sistemas e os mundos-da-vida - mediação, porém constituída numa relação histórica e não "lógica" plausível, então, de ambivalências e de transformações (GÓMEZ, 2009, p. 117).

⁷⁹ A figura pretende elucidar graficamente as relações estabelecidas no *locus* avaliativo. Ela não guarda dimensões empiricamente verificadas.

A ilustração também nos permite lembrar a colonização do mundo-da-vida pelo sistema (HABERMAS, 2012b) realizada por sistemas que não utilizam a linguagem como *medium* das ações. Esta colonização (a burocratização pode ser entendida como uma de suas possibilidades; avaliações tecnocráticas, centralizadoras e hierárquicas; exigências imperativas de produtividade e desempenho e outras) impõe restrições à importância dos processos comunicativos entre os diversos atores sociais, criando assim diversas tensões.

Neste espaço público [área em branco na figura], reconhecemos o campo de tensões estruturais onde se debatem as relações, os interesses e as necessidades, as expectativas dos indivíduos que atuam publicamente. Essas tensões se manifestam principalmente nas relações entre o mercantil e a esfera pública; entre o mundo uniforme das organizações com discursos e finalidades dirigidas e o mundo plural e inespecífico abordado pela comunidade; entre o mundo formal das organizações estruturadas e a informalidade comunicada pela comunidade e seus valores (CABRAL, 2008, p. 25).

É exatamente para evitar as *patologias* decorrentes deste fenômeno que destacamos a importância dos valores públicos e sua reprodução. Bem como do direcionamento da avaliação pelo agir comunicativo. Como nos questionamos no início: este modelo avaliativo seria apenas uma demanda estratégica (dos Sistemas) para o sucesso das finalidades avaliativas? Ou se trata do reconhecimento de um processo peculiar à comunicação entre os atores que possa se constituir na essência dos instrumentos avaliativos que incorporem a natureza da gestão social? Buscamos esclarecer que este processo é peculiar por considerar o mundo-da-vida tanto nas interações com os sistemas sociais quanto do ponto de vista epistemológico.

Outra faceta da colonização pode ser pensada em relação à própria ciência avaliativa. Se pensarmos com Husserl (1997) e Habermas (2012b) é possível observar que os processos avaliativos que se prendem apenas em fatos pelo viés dos positivistas lógicos (PUTNAM, 2008) se distanciam do mundo-da-vida (onde também habita ou se fundamenta a própria ciência): "[...] o racionalismo ocidental orienta-se, única e exclusivamente pela esfera dos fatos" (PIZZI, 2006, p. 82-83). A eliminação dos juízos de valor dos processos é uma forma de transformar os processos avaliativos em atividades que passam a ser coordenadas por outros meios que não os linguísticos, simbólicos, valorativos e comunicativos - retirando também conforme alertou Guerreiro Ramos (1981) os aspectos éticos.

Quanto aos processos e instrumentos (ou técnicas) destacados, um último questionamento se faz pertinente: "será que a utilização de algum tipo de método [ou técnica] não instrumentaliza a razão comunicativa?" (TENÓRIO, 2008, p. 39).

Cabe de início considerar que a concepção da técnica como apenas agenciamento de meios para a consecução de fins não é também totalizante (SILVA, 2007). Assim, o sentido de instrumentos e técnicas (seja do ponto de vista tecnológico ou metodológico) aqui utilizado supera a ideia de causa apenas como finalidade, já que a acepção instrumental da expressão causal é apenas uma de suas significações (DOMINGUES, 1999). Também é patente superar "a ideia de que se trata apenas de fazer algo a partir de alguma coisa para certo fim" quando na verdade revela um "compromisso entre a produção da coisa e a finalidade a que deveria servir" (SILVA, 2007, p. 369). O compromisso aqui na gestão social se destaca pela relação entre fatos e valores - na qual a emancipação emerge como fim último. Além disso, colocamos que na origem grega, técnica (*techné*) que não se distanciava da arte (*Por onde nos perdemos?*), e pode ser quando um *artesão fabrica um vaso* (SILVA, 2007). É

na interpretação de um trabalho de *artesanato* que esperamos que a *armação* avaliativa aqui apresentada seja entendida, não como uma aplicação instrumental e tecnoburocrática. Contra essa ideia restrita, em *Técnica e Ciência Como Ideologia*, 1968, "Habermas irá advogar pela razão e agir comunicativas, como saídas para o sistema do império da técnica e da razão instrumental" (PARANÁ, 2014, 162). Logo, nossa proposta procura não cair nesse sentido da *técnica* ou de *instrumentos* - tanto do ponto de vista de metodologia de pesquisa quanto também de tecnologias sejam elas *softwares*, aparelhos eletrônicos e outras.

Finalmente, no próprio Habermas (1989; 1990; 2012a; 2012b) se constata que a ação comunicativa faz referência a coisas no mundo objetivo, social e subjetivo. A avaliação como procedimento que faz referência a isso supera então a concepção estreita de fato, com isso não é a existência de uma "planilha" em papel ou eletrônica, por exemplo, que impede uma ação comunicativa, mas a orientação da ação do sujeito que a utiliza, ela será estratégica, se orientada de forma monológica e instrumental, sem adequação às pretensões da ação orientada ao entendimento, desta forma, os parâmetros intersubjetivos podem levar a uma linguagem comum (STRUCHINER, 2007)⁸⁰.

A objetividade da experiência não é possível sem a intersubjetividade envolvida para se chegar "ao entendimento inicial", pois como dirá mais adiante "as regras de inferência não podem por elas mesmas gerar resultados que possam compelir e, assim, não podem ser reproduzidas no nível semântico como algoritmos". O processamento argumentativo da informação tem que assumir a forma de uma prática intersubjetiva

⁸⁰ Podemos ler isso no sentido da formação da opinião pública e do poder comunicativo: "[...] os fluxos comunicacionais não apenas regeneram o sistema administrativo, mas são capazes de dirigi-lo, isto é, de direcionar capacidades e conhecimentos instrumentais para a realização de fins determinados comunicativamente" (NOBRE, 2008, p. 24).

(HABERMAS, 1972, p. 256-257 *apud* SILVEIRA 2013, p. 39).

É assim que surge o mundo objetivo: a partir de vivências subjetivas, são definidos padrões objetivos cuja determinação deve valer para todas as pessoas [intersubjetividade], pelo menos durante um determinado período de tempo. O problema é que nós nos esquecemos disso (STRUCHINER, 2007, p. 242; grifo nosso).

Desta forma, buscamos fugir de soluções tipicamente técnicas (no sentido reducionista), pois "a solução de tarefas técnicas não está referida à discussão pública [...]" e exclui a participação da população levando à *despolitização* (HABERMAS, 1994, p. 71). A ação comunicativa nos permite, assim, uma revisão dessas questões e suas adequações a um contexto democrático.

As críticas da ciência e da cultura habermasiana e frankfurtiana então se articulam: a práxis se anula diante do comportamento condicionado e é absorvida pela *techné*. A consciência tecnocrática exclui do horizonte social as questões práticas (comunicativas) e o positivismo exclui do horizonte cognitivo as normas e valores, uma vez que as proposições descritivas são empiricamente controláveis, enquanto as proposições normativas não. As proposições normativas foram condenadas à inverificabilidade e à contingência da mera opinião, mas a teoria da ação comunicativa veio para tentar corrigir isso (PAES DE PAULA, 2013, p. 527).

Assim, é possível a construção de indicadores (qualitativos ou quantitativos) desde que tenham sua aceitação *originária* dos atingidos pelo processo - no sentido colocado pela ética da discussão de Habermas (1989) e pela aceitação racional mediante debate público (TENÓRIO et al., 2008; 2010). Como estava presente na fala de Repetto (2014) precisamos pensar para traduzir instrumentos para a gestão social (ou *reduzir* como Tenório et al., 2008). Aqui,

destacamos novamente que normalmente as avaliações se prendem à lógica do sistema (demandas e racionalidades do Estado e do mercado), dentro de uma defesa científica positiva, eliminando os valores como apenas resíduos das relações. A busca que fazemos é por trazer de volta essa dimensão esquecida do mundo-da-vida, a partir do qual não abrimos mão dos fatos (*sensíveis* ou não), mas apenas reconstruímos nossas relações com os mesmos de forma mais comunicativa e simbólica, isto é, como certamente assegura Habermas, humana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo final da dissertação, buscamos as contribuições do conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) por considerar que os processos de avaliação são relacionais e comunicativos. Tendo por base que este conceito em suas diversas tradições inclui as experiências cotidianas objetivas, subjetivas e intersubjetivas; assim, ao considerar o mundo-da-vida nos processos de avaliação estamos destacando a importância dos valores, comumente solapados pelos métodos positivistas. No âmbito da gestão social defendemos e argumentamos que as ações de avaliação demandam o agir comunicativo, para que sejam capazes de reproduzir valores do mundo-da-vida na interação, no espaço público com os diversos públicos constituintes e nos fatos produzidos. Ainda, destacando que a distinção humeana "[...] quando inflada, ou seja, levada ao extremo da distinção, impõe que não teremos e não poderemos ter juízos de fato que se refiram à ética" (MELLO JUNIOR, 2014, p. 6).

Sobre a importância de superar essa visão da dicotomia fato x valor, vemos em Gaulejac (2007, p. 293-294) que a gestão costuma "apoiar-se no registro material [...] é a razão pela qual ela não fornece respostas satisfatórias sobre o registro simbólico". E, para ele é na linguagem que o homem comunica, elabora e internaliza as ordens simbólicas de sua ação. Conseqüentemente, é preciso que a gestão se liberte das 'coisas de uso' (fatos em sentido restrito) para definir um sentido comum para suas ações. Finalmente, o autor coloca que "Espera-se da gestão esta coerência [...] entre o vivido e o conceito, entre o prescrito e o realizável, entre a cifra e o que ela mede" (GAULEJAC, 2007, p. 297) - vínculo realizado através da superação da dicotomia fato x valor.

Posto isso, este artigo objetivou comunicar como o conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) pode esclarecer o processo de avaliação em gestão social, que pode ser entendido como a busca por explicitar fatos, valores e seus

respectivos significados intersubjetivamente compartilhados. Argumentamos que o processo avaliativo é revelador de valores quando orientado pelo entendimento e pela compreensão dos signos e não somente pela finalidade instrumental da decisão. Neste sentido, a experiência avaliativa é esclarecimento e não estabelecimento estratégico de causas teleológicas. Encontramos-nos com o raciocínio de Habermas que aplicadas aos experimentos avaliativos permitem estabelecer a base epistemológica. Neste mesmo sentido, apresentamos uma das tendências prática/teoria da avaliação que é o foco na participação dos interessados (NIEMI; KEMMIS, 1999; HOUSE; HOWE, 2000; 2001; MARK, 2001; HANBERGER, 2001).

Em contraposição, a tecnocracia (abordagem tecnocrática da avaliação - foco apenas no instrumental) as abordagens da avaliação participativa proporcionam com que as três formas de conhecimento (instrumental, relacional e crítica) sejam desenvolvidas simultaneamente. Este argumento foi utilizado por nós durante todo o artigo e encontrado também nos textos *What is participatory research? A theoretical and methodological perspective* (PARK, 1993) e *The case for participatory evaluation in an era of accountability* (CHOUINARD, 2013) - que por sinal destaca as contribuições de outro defensor da dialogicidade, Paulo Freire. Estes artigos afirmam que na perspectiva democrática e comunicativa o conhecimento não está enquadrado em termos estritamente técnicos. Para tanto, assim como colocou Paes de Paula (2014) a integração dos interesses deve ser realizada mediante uma comunicação coordenada dos mesmos. Logo, é preciso mais uma vez "[...] lembrar aos especialistas que seu conhecimento especializado não constitui todo o conhecimento, mas encontra seu objetivo, seu fundamento e sua unidade no mundo-da-vida (VANDENBERGHE, 2010, p. 7)".

No sentido apresentado, nos demais textos que compõem esta dissertação, a avaliação também deve ter um olhar de Janus, entre o mundo-da-

vida e os sistemas, entre fatos e valores/normas; enfim, deve ser capaz de coordenar os diversos atores sociais tendo em vista a integração das formas de saber, a liberdade e possibilidades de escolhas das diversas *formas de vida*. Essa integração é possível através da linguagem e da comunicação como meios de formação da opinião pública. Não podemos desconsiderar as *patologias* de uma colonização do mundo-da-vida e, assim, o olhar de Janus deve ser acima de tudo crítico. Desta forma, nas relações, em último recurso, se tenha o mundo-da-vida como protagonista, afinal, para o próprio Habermas (1997a, p. 45) "a sociedade tem que ser integrada, em última instância, através do agir comunicativo".

É bom que se esclareça também que a volta ao mundo-da-vida não significa abandonar a objetividade dos fatos em direção aos valores, mas apenas considerar que ambos fazem parte da construção social e dos processos avaliativos. O que se considera é que se faça referência reflexiva aos mundos objetivo, social e subjetivo - ação comunicativa - tendo em vista, a partir desse horizonte, ser capaz de dialogar com os sistemas e como Habermas (2004) deixa claro, pode se estabelecer também ações estratégicas *abertas* - a escolha não é transcendental, ela é contínua em nossa atividade cotidiana (HABERMAS, 1989). Consequentemente, a avaliação precisa considerar os conteúdos significativos cotidianamente expressos pelos públicos em sua interpretação dos fatos, valores e normas.

Por fim, concluímos provisoriamente que o conceito de mundo-da-vida é um fundamento epistemológico coerente dos processos e instrumentos da avaliação (com atenção especial aos princípios U e D) que considera os fatos, as normas e os valores do espaço público no âmbito da proposta da gestão social. Neste texto focamos como esses conceitos são férteis em análises sociais e especialmente no âmbito da gestão social, como uma possível chave de leitura para se compreender e construir possibilidades de avaliação. Argumentamos,

também, que as interpretações emergirão de saberes implícitos que serão compartilhados pelos participantes da interação, isto é, acessados no mundo-da-vida quando estes coordenarem suas ações comunicativamente. A aproximação que Habermas faz na *Teoria do Agir Comunicativo* entre a ação comunicativa e o mundo-da-vida, nos leva a considerar que a comunicação deve ser a base da criação de processos e instrumentos de avaliação - uma visão intersubjetiva em que a relação ocorre entre sujeitos, seus fatos (bens e serviços) e valores produzidos e reproduzidos. Assim, ao considerar o mundo-da-vida nos processos de avaliação estamos destacando a importância dos valores, comumente solapados pelos métodos positivistas.

Como limitações da pesquisa, destacamos uma abordagem resumida das discordâncias entre Jürgen Habermas e Hilary Putnam acerca das especificidades com que tratam fatos, valores e normas (não foram discutidos os textos de Putnam, *Antwort auf Jürgen Habermas*, de 2002 e *Werte und normen* de 2001 e a réplica de Habermas *Werte und normen: ein kommentar zu Hilary Putnams kantischen pragmatismus* de 2002a); restrição do conceito de mundo-da-vida a alguns autores, quando sua significação é bem mais ampla e, ainda, a carência de um debate mais profundo sobre o que entendemos por técnica, instrumento e causalidade. Sugerimos que essas limitações sejam foco de futuros trabalhos, tanto teóricos quanto empíricos.

Uma possibilidade de avanço é na direção dos trabalhos do filósofo Donald Davidson sobre a objetividade dos fatos. Além disso, é preciso que a filosofia e a ciência *conversem* - pressupostos normativos e condições empíricas. Para tanto devemos adotar uma consciência falibilista que Habermas segue de Peirce.

Acima de tudo, caso essa perspectiva de avaliação seja problematizada, esperamos iniciar um processo de trocas de argumentos. Assim, "o processo de argumentação está intimamente associado com o processo de aprendizagem, já

que sendo os proferimentos racionais falíveis e passíveis de serem melhorados, sempre é possível uma nova aprendizagem como consequência das falhas ocorridas numa discussão" (CAVALCANTE, 2001, p. 250).

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F. A formação de esferas públicas e a gestão social no Brasil. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL -ENAPEGS, 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira: RGS, 2014.

ALLEBRANDT, S. L.; SIEDENBERG, D. R.; SAUSEN, J. O.; DECKERT, C. T. Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 9, p. 914-945, 2011.

ALMEIDA, E. A. C.; CABRAL, E. H. S. Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 34, p. 267-290, 2013.

AMIN, C. A. A. Normas versus valores, uma análise a partir de Jürgen Habermas. **Revista Jurídica**, v. 11, n. 93, p. 01-12, 2009.

ANDERSEN, L. B.; JØRGENSEN, T. B.; KJELDSEN, A. M.; PEDERSEN, L. H.; VRANGBÆK, K. Public values and public service motivation: conceptual and empirical relationships. **American Review of Public Administration**, v. 20, n. 10, p. 1-20, 2012.

APEL, K-O. **Transformação da filosofia II: o a priori da comunidade de comunicação**. 2. ed São Paulo: Edições Loyola, 2000.

AVRITZER, L. Teoria crítica e teoria democrática: da impossibilidade da democracia ao conceito de esfera pública. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 53, p. 161-187, 1999.

AVRITZER, L. New public spheres in Brazil: local democracy and deliberative politics. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 30, p. 623-637, 2006.

AVRITZER, L. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: da Autorização à Legitimidade da Ação. **Dados**, v. 50, p. 443-464, 2007.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional. **Opinião Pública**, v. 14, p. 43-64, 2008.

AVRITZER, L. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. **Opinião Pública**, v. 8, p. 383-398, 2012.

BENOIST, J. "O Mundo para Todos": Universalidade e Lebenswelt no último Husserl. **Discurso**, n. 29, p. 209-238, 1998.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERTERO, C. O. Réplica 2 - o que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 338-342, 2011.

BOULLOSA, R. F.; RODRIGUES, R. W. S. Avaliação e Monitoramento em Gestão Social: Notas Introdutórias. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 3, p. 145-178, 2014.

BOZEMAN, B. **Public Values and Public Interest: counterbalancing economic individualism**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2007.

CABRAL, E. H. S. Gestão social no terceiro setor: avaliação de processos e missão institucional. **Oficina do CES**, v. 190, p. 1-43, 2004.

CABRAL, E. H. S. Espaço público e controle para a gestão social no Terceiro Setor. **Serviço Social e Sociedade**, v. 86, p. 30-55, 2006.

CABRAL, E. H. S. A gestão social do terceiro setor e suas dualidades. **Administração em Diálogo**, v. 11, n. 2, p. 21-34, 2008.

CABRAL, E. H. S. Valores e espaço público: referenciais e instrumentos para a avaliação de projetos sociais. **Revista de Administração Pública**, v. 45, p. 1915-1941, 2011.

CABRAL, E. H. S.; MUZY, P. T. Os valores e o valor da moeda: hipóteses sobre a comensurabilidade e a monetarização do impacto de projetos sociais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 339-356, 2014.

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: Editora CRV, 2013.

CANÇADO, A. C.; VILLELA, L. E.; SAUSEN, J. O. Social versus Gestão Estratégica. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão Social e Gestão Estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, p. 15-100, 2013.

CASTELLA, C.; PARÉS, M. Participação e qualidade democrática: uma proposta de critérios de qualidade: In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios e análise**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 1, p. 207-251, 2012.

CAVALCANTE, A. R. A racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas. **Educação e Filosofia**, v. 15, n. 29, p. 225-257, 2001.

CHOUINARD, J. A. The case for participatory evaluation in an era of accountability. **American Journal of Evaluation**, v. 34, n. 2, p. 237-253, 2013.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**, v. 13, n. 1, p. 193-207, 2008.

DIAS, A. F. Capítulo 9 - Região do Coredes Noroeste Colônia e Caleiro (RS). In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: FGV, p. 159-180, 2012.

DOMINGUES, J. M. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

DRYZEK, J. S.; LIST, C. Social choice theory and deliberative democracy: A reconciliation. **British Journal of Political Science**, v. 33, p. 1-28, 2003.

DUTRA, D. J. V. **Razão e Consenso em Habermas**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-110, 2005.

FERRAZ, M. S. A. Lições do mundo-da-vida: o último Husserl e a crítica ao objetivismo. **Scientiae Studia**, v. 2, n. 3, p. 355-372, 2004.

FREITAG, B. A questão da moralidade: da razão prática de Kant à ética discursiva de Habermas. **Tempo Social**, v. 1, n. 1, p. 7-44, 1989.

FREITAG, B. Habermas e a filosofia da modernidade. **Perspectivas**, v. 16, p. 23-45, 1993.

FREITAG, B. **Itinerários de Antígona**: a questão da moralidade. Campinas: Papyrus, 1992.

FREITAG, B. **Dialogando com Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

GÓMEZ, M. N. G. Habermas, informação e argumentação. In: PINZANI, A.; LIMA, C. M.; DUTRA, D. V. (Coord.). **O pensamento vivo de Habermas**: uma visão interdisciplinar. Florianópolis: NEFIPO, 2009.

GREENE, J. Evaluation, democracy, and social change. In: SHAW, I. F.; GREENE, J. C.; MARK, M. M. **The SAGE Handbook of Evaluation**, SAGE Publications, 2006.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **Passado como futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1994.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, n. 36, 1995.

HABERMAS, J. **Textos y Contextos**. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. I, 1997a.

- HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. II, 1997b.
- HABERMAS, J. Uma conversa sobre questões da teoria política. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47, P. 85-102, 1997c.
- HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- HABERMAS, J. **Verdade e Justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.
- HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- HABERMAS, J. Comunicação política na sociedade mediática: o impacto da teoria normativa na pesquisa empírica. **Líbero**, Ano XI, n. 21, p. 9-21, 2008.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.
- HADDAD, F. Habermas: herdeiro de Frankfurt? **Novos Estudos CEBRAP**, v. 48, p. 67-84, 1997.
- HANBERGER, A. Policy and program evaluation, civil society, and democracy. **American Journal of Evaluation**, v. 22, n. 2, p. 211-228, 2001.
- HERDY, R. O pragmatismo metodológico: a comunidade da comunicação como limite da agência. **Direito, Estado e Sociedade**. v. 28, p. 47-58, 2006.
- HOUSE, E. R. Unfinished business: causes and values. **American Journal of Evaluation**, v. 22, n. 3, p. 309-315, 2001.
- HOUSE, E. R.; HOWE, K. R. Deliberative democratic evaluation. **New Directions for Evaluation**, n. 85, p. 1-12, 2000.

HOUSE, E. R.; HOWE, K. R. **Valores en evaluación e investigación social**. Madrid: Morata, 2001.

HOWE, K. R. **Closing methodological divides**: toward democratic educational research. USA: Kluwer Academic Publishers, 2002.

HOWE, K. R.; ASHCRAFT, C. Deliberative democratic evaluation: successes and limitations of an evaluation of school choice. **Teachers College Record**, v. 107, n. 10, p. 2274-2297, 2005.

HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora Alínea, 2012.

JØRGENSEN, T. B.; BOZEMAN, B. Public values: an inventory. **Administration & Society**, v. 39, n. 3, p. 354-381, 2007.

KEMMIS, S.; MCTAGGART, R. Participatory action research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.) **Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks CA: Sage, p. 567-605, 2000.

LANDWEHR, C. Rational choice, deliberative democracy and preference transformation. **Studies in Social and Political Thought**, v. 11, p. 40-68, 2005.

LIMA, E. C. Realismo cognitivo, naturalismo e pragmatismo ético: a estrutura normativa das 'formas de vida' segundo Habermas e Putnam. **Principia**, v. 17, n. 3, p. 459-488, 2013.

LIMA, E. C. Notas sobre o debate entre Putnam e Habermas em torno da objetividade dos valores: normatividade, realismo e pragmatismo. **Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 11, n. 2, p. 201-227, 2014.

LUBENOW, J. A. A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança estrutural da esfera pública. **Trans/Form/Ação**, v. 35, p. 189-220, 2012.

LUBENOW, J. A. O que há de político na Teoria da Ação Comunicativa? Sobre o déficit de institucionalização em Jürgen Habermas. **Revista Philosophos**, v. 18, p. 157-190, 2013.

LÜCHMANN, H. H. L. Democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. **Cadernos de pesquisa**. n. 33, p. 1-46, 2002.

MAIA, M. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, p. 1-18, 2005.

MARICONDA, P. R. O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor. **Scientiae Studia**, v. 4, n. 3, p. 453-472, 2006.

MARK, M. M. Evaluation's future: furor, futile, or fertile? **American Journal of Evaluation**, v. 22, n. 3, p. 457-479, 2001.

MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. Modalidades e derivações da comunicação no mundo-da-vida: sentidos, experiência e interação. In: XXII ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2013, Salvador. **Anais...** Salvador, v. 1. p. 1-15, 2013.

MELLO JUNIOR, A. F. Do não cognitivismo ao cognitivismo dos enunciados éticos – a mudança nas noções de fato e de objetividade em Hilary Putnam. **Revista Redescrições**, v. 5, n. 3, p. 1-28, 2014.

MENEGHETTI, F. K. O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011a.

MENEGHETTI, F. K. Tréplica - O que é um Ensaio-Teórico? Tréplica à Professora Kazue Saito Monteiro de Barros e ao Professor Carlos Osmar Bertero. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 343-348, 2011b.

NIEMI, H.; KEMMIS, S. Communicative evaluation. **Lifelong Learning in Europe**, n. 4, p. 5-64, 1999.

NOBRE, M. Introdução. In: NOBRE, M.; TERRA, R. R. (Org.). **Direito e Democracia**. Um guia de leitura de Habermas. São Paulo: Malheiros, p. 16-35, 2008.

NOBRE, M. **A Teoria Crítica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

OLIVEIRA, L. A.; AYRES, J. R. C. M.; ZOBOLI, E. L. C. P. Conflitos morais e atenção à saúde em Aids: aportes conceituais para uma ética discursiva do cuidado. **Interface**, v.15, n.37, p. 363-375, 2011.

PAES DE PAULA, A. P. Abordagem Freudo-Frankfurtiana, pesquisa-ação e socioanálise: uma proposta alternativa para os Estudos Organizacionais. **Cad. EBAPE. BR**, v. 11, n. 4, 2013.

PAES DE PAULA, A. P. Para Além dos Paradigmas nos Estudos Organizacionais: O Círculo das Matrizes Epistemológicas. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014.

PAPADOPOULOS, Y.; WARIN, P. Are innovative, participatory and deliberative procedures in policy making democratic and effective? **European Journal of Political Research**, n. 46, p. 445-472, 2007.

PARANÁ, E. Racionalidade e técnica em Marcuse e Habermas: saídas para o dilema da jaula de ferro? **Pós-Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, p. 151-168, 2014.

PARK, P. What is participatory research? A theoretical and methodological perspective. In: PARK, P.; MILLER, M. B.; HALL, B.; JACKSON, T. **Voices of Change: Participatory Research in the United States and Canada**. Westport: Bergin & Garvey, p. 1-20, 1993.

PEREIRA, J. R. Gestão Social no contexto histórico e teórico das relações entre Estado, Mercado e Sociedade. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL: DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DOS TERRITÓRIOS, 2012, Salvador. **Anais...** Salvador, 2012.

PIZZI, J. **O mundo-da-vida**: Husserl e Habermas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

PUTNAM, H. **The collapse of the fact/value dichotomy**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

PUTNAM, H. **O colapso da verdade e outros ensaios**. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da Riqueza das Nações. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981.

REESE-SCHÄFER, W. **Compreender Habermas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

- REPA, L. Contradição performativa. In: NOBRE, M. (Org.). **Curso Livre de Teoria Crítica**. Campinas: Papyrus, p. 295-297, 2008.
- REPETTO, F. Debate roda de diálogo 5: Da gerência social à gestão social. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL - ENAPEGS, 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira, 2014.
- RIVERA, F. J. U. **Agir comunicativo e planejamento social**: uma crítica ao enfoque estratégico. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1995.
- ROCHA, S. M. Televisão, mundo-da-vida e mobilidade simbólica: a favela e seus moradores na visão de adolescentes. **Revista de Sociologia e Política**, n. 29, p. 131-145, 2007.
- RODRIGUES, S. M. O Problema da validade de proposições morais no trabalho do professor. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, v. 1, n.1, p. 71-85, 2013.
- RODRIGUES, S. M.; OLIVEIRA, J. R. As consequências para a educação da dicotomia entre fatos e valores morais. **Revista Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia**, v. 6, n. 6, p. 29-59, 2013.
- ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- ROUANET, S. P. **Teoria crítica e psicanálise**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- ROWE, G.; FREWER, L. J. Public participation methods: a framework for evaluation. **Science, Technology, & Human Values**, v. 25, n. 1, p. 3-29, 2000.
- RYAN, K. E. Serving public interests in educational accountability: alternative approaches to democratic evaluation. **American Journal of Evaluation**, v. 25, n. 4, p. 443-460, 2004.
- SCHÜTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SEN, A. Quality of life and economic evaluation. **Academia Sinica Economic Papers**, v. 25, n. 3, p. 269-316, 1997.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVA, M. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. **Revista de Administração Pública**, v. 2, n. 31, p. 108-34, 1997.

SIEBENEICHLER, F. B. **Jürgen Habermas**: razão comunicativa e emancipação. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

SIEBENEICHLER, F. B. Sobre o conceito de liberdade comunicativa. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**, n. 17, p. 341-360, 2011.

SIEBENEICHLER, F. B. Introdução à edição brasileira. In: HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, p. 08-26, 2012.

SILVA, F. L. Martin Heidegger e a técnica. **Scientiae Studia**, v. 5, n. 3, p. 369-374, 2007.

SILVEIRA, L. F. B. Habermas lendo Peirce. **Trans/Form/Ação**, v. 36, n. spe, p. 33-44, 2013.

SIQUEIRA, G.; SERVA, M. Tensão entre racionalidades na abordagem substantiva das organizações. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014.

SPINK, P. K. **Avaliação Democrática**: propostas e práticas. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2001.

STEIN, E. **Mundo vivido**. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2005.

STRUCHINER, C. D. Fenomenologia: de volta ao mundo-da-vida. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 13, n. 2, 241-246, 2007.

SUTTON, R. I.; STAW, B. M. O que não é teoria. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, p. 74-78, 2003.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Avaliação de projetos comunitários**: uma abordagem prática. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

TENÓRIO, F. G. (Re) visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. **Tem razão a administração?** Ensaios de teoria organizacional. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2008.

TENÓRIO, F. G. Escopo Teórico. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local**: critérios de análise. Rio de Janeiro: FGV Editora, v. 1, p. 19-34, 2012a.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local**: critérios de análise. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012b.

TENÓRIO, F. G. Tem razão a gestão social? In: III COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Organizações, Racionalidade e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-17, 2013a.

TENÓRIO, F. G. **O Pensamento Organizacional sob o Olhar de Janus**: Ensaios Críticos. Ijuí-RS: Editora UNIJUÍ, 2013b.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão social e gestão estratégica**: experiências em desenvolvimento territorial. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 2, 2013c.

TENÓRIO, F. G. Administração e a Questão Social: entre o 'Robinsonismo' e o 'Étiennismo'. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2014.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; PORTO, E. C.; VIANA, B. F. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: ANPAD, 2008.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; MELO, W. S.; KRAEMER, C. F. B.; LOPES, J. F. R. Da redução sociológica à aplicação de critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos em arranjos institucionais na esfera pública. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.

VANDENBERGHE, F. Os livros que Habermas não escreveu. **Boletim CEDES**, p. 1-7, 2010.

VANDENBERGHE, F. The books that Habermas hasn't written. **International Sociology**, v. 26, p. 597-603, 2011.

VANDENBERGHE, F. Gestão social: Uma disciplina em busca de teoria. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO SOCIAL – ENAPEGS, 2014, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2014.

VILLELA, L. E. Escopo Metodológico. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e Desenvolvimento Local: critérios e análise**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 1, p. 35-49, 2012.

VILLELA, L. E. Redes, desenvolvimento e gestão social em Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Rio de Janeiro. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, v. 2, p. 101-221, 2013.

VILLELA, L. E.; COSTA, E. G. Avaliação de processos decisórios participativos no polo comercial Saara situado na cidade do Rio de Janeiro: uma fórmula de sucesso com problema em seu princípio ativo, a participação. In: CANÇADO, A; TENÓRIO, F. G; SILVA JR, J. T. (Org.). **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Unijuí, v. 1, p. 57-86, 2012.

VIZEU, F. Ação Comunicativa e Estudos Organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 4, p. 10-21, 2005.

WELLMER, A. Consenso como telos da comunicação linguística? **Novos Estudos CEBRAP**, n. 48, p. 85- 96, 1997.

WHETTEN, D. A. O que constitui uma contribuição teórica? **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, p. 69-73, 2003.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções práticas**. São Paulo: Edusp, 2004.

ZILLES, U. A fenomenologia husserliana como método radical. In: HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 11-55, 2002.

ZWICK, E.; SILVA, I. C.; BRITO, M. J. Estratégia como prática social e teoria da ação comunicativa: possíveis aproximações teóricas. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 12, p. 384-400, 2014.

REFLEXÕES FINAIS

Nesta dissertação objetivamos comunicar onde se situa a gestão social na relação mundo-da-vida (*lebenswelt*) e sistema (*system*) na concepção da sociedade proposta por Jürgen Habermas. Em direção a este objetivo, argumentamos que mesmo com a influência de Habermas na concepção do conceito de gestão social, seu arcabouço teórico ainda é pouco abordado pelo campo - comprovado no Artigo 1 (**Caminhos e perspectivas de diálogos da gestão social com as obras de Jürgen Habermas**). Neste artigo, uma revisão bibliográfica, afirmamos que são poucas as obras do autor exploradas, com destaque apenas para a *Mudança Estrutural da Esfera Pública* e *Teoria do Agir Comunicativo* e que uma gama de trabalhos faz referência a Habermas através de leitura realizada por outros autores. Percebemos, além disso, uma grande carência de referências a leituras de autores que realizam diálogos críticos com Habermas e indicamos que o autor ainda tem muito a contribuir com o desenvolvimento e consolidação do campo da gestão social - para isso ela precisa ser explorada e criticada, considerando as diversas 'hermenêuticas' de seus textos. Ressaltamos, também, alguns indícios de *banalização* de referências a Habermas ou de referências realizadas sem uma consideração mais ampla de suas obras.

Esperamos que esta dissertação, apesar das suas limitações, seja um primeiro passo para que novas contribuições ao campo da gestão social e da gestão sejam realizadas a partir de Habermas, assim, um caminho de leitura proposto perpassa pela *Teoria do Agir Comunicativo*, *Direito e Democracia*, *Técnica e Ciência Como "Ideologia"*, *Racionalidade e Comunicação*, *A Inclusão do Outro*, *A Constelação Pós-nacional*, *Passado Como Futuro*, *Conhecimento e Interesse*, *Consciência Moral e Agir Comunicativo*, *Pensamento Pós-Metafísico* e o *Discurso Filosófico da Modernidade*.

Acrescentamos que nossa leitura foi realizada apenas parcialmente dos textos, conforme Quadro 6 e que a própria *Teoria do Agir Comunicativo* com suas mais de 1.200 páginas ainda é um *oceano* a ser explorado por nós.

Constatamos, também, que a relação mundo-da-vida e sistema é pouco problematizada no âmbito da gestão social no que diz respeito ao seu *locus* e, em decorrência disso, no artigo dois procuramos contribuir nesse sentido. Em **No Mundo-da-vida (Lebenswelt) e no Sistema (System): Refletindo sobre o Locus da Gestão Social e suas Tensões**, buscamos situar e problematizar o *locus* da gestão social nas relações entre o mundo-da-vida e o sistema estabelecidas por Habermas. Apresentamos nesse caminho os diversos *loci* encontrados no campo da gestão social e discutimos os mesmos sob o ponto de vista das relações entre mundo-da-vida e sistema. Como principais resultados, encontramos que na produção científica nacional sob a lente da relação mundo-da-vida↔sistema aparecem três noções do *locus* da gestão social: a) o mundo-da-vida; b) encruzilhadas entre o mundo-da-vida e o sistema, e; c) qualquer esfera (mundo-da-vida e sistema). Debates que essas diferenças revelam a pluralidade do campo, mas não o isenta de críticas também. O fundamental que foi constatado é a tendência de que, qual seja a perspectiva é preciso que os processos sejam gerenciais dialógicos, democráticos e coletivos. Com isso, apesar dos desafios, a gestão social pode ocorrer nos sistemas. Debates que os arranjos institucionais do mundo-da-vida também não são *ideais*, pois estão envoltos por mecanismos da racionalidade estratégica e instrumental. Desta forma, tendo em mente a totalidade da sociedade, a gestão social assume a *possibilidade objetiva* de democratizar tanto o mundo-da-vida (suas dimensões institucionais e o cotidiano) e o sistema (mercado e Estado). Um desafio que parece *ilusório* (dado à hegemonia da ação instrumental/estratégica e a colonização e suas patologias sociais), no entanto, é uma perspectiva normativa coerente com as teorias e práticas que propomos. Afinal, longe de ser um

idealista, Habermas admite que "Pensar contra a desesperança, por fim, não é somente um motivo, mas sim uma obrigação, porque, caso contrário, em muitas situações não seríamos mais capazes de agir, mas apenas de paralisarmos-nos" (HABERMAS, 2013, p. 230). Assim, não se trata de voltar ao paradigma da consciência (do sujeito autodeterminado), mas de avançar em construções intersubjetivas, que produzam fatos, legitimem normas e reproduzam valores públicos. Nesse sentido, é que a gestão social deve ter uma face de Janus (uma voltada ao mundo-da-vida⁸¹ e outra ao sistema). Somente a face do mundo-da-vida mina a crítica de Habermas que depende da relação mundo-da-vida e sistema, sem isso, não há crítica.

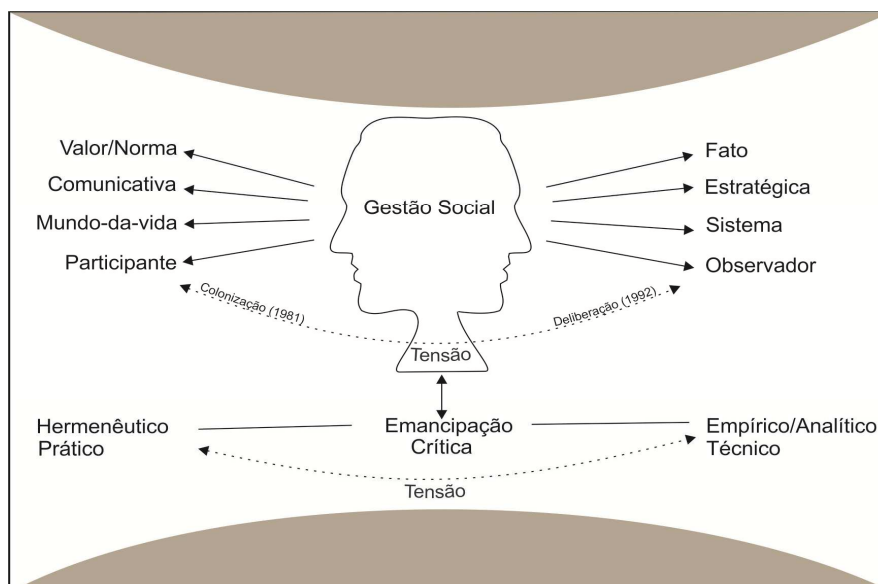


Figura 1 A gestão social e sua face de Janus

⁸¹ Ainda mais porque não podemos manter uma gestão como sendo embasada somente no mundo-da-vida, pois, conforme Habermas ele não é um saber em sentido estrito (HABERMAS, 2002). Quando o mundo-da-vida entra em contato com os atos de fala em determinada ação comunicativa ele deixa de ser pano de fundo (decompõe-se). Por isso, valemo-nos também do sentido pragmático-formal, epistemológico e sociológico deste amplo conceito.

O "olhar de Janus" é capaz de se voltar ao mesmo tempo ao sistema e ao mundo-da-vida, sendo assim "gestão social" (ação gerencial dialógica). É exatamente a sua capacidade de olhar tanto ao mundo-da-vida e ao mundo-do-sistema que mantém sua orientação normativa voltada à emancipação (mediante uma abordagem crítica) de onde é capaz de integrar os interesses e as perspectivas de produção do conhecimento, considerando tanto as perspectivas do mundo-da-vida quanto do sistema. Neste sentido, é capaz de superar a dicotomia fato *versus* valor, bem como considerar a relação ação comunicativa e estratégica e suas tensões. Diferentemente da gestão social, a gestão tradicional, pública e privada, mantém-se apenas focada no olhar para o sistema, com isso um olhar monológico (TENÓRIO, 2013) desconsiderando as estruturas do mundo-da-vida. Com isso um olhar voltado apenas ao desempenho. Desta forma, propor a gestão social como faces de Janus é, em última instância, defender um retorno das práticas e dos conhecimentos ao mundo-da-vida (dimensão solapada pelo positivismo). No entanto, todos esses movimentos são permeados por tensões, isto é, não significa *colocar tudo na mesma cesta* (FARIA, 2012). Ilustramos também a tese da colonização e a deliberação na relação mundo-da-vida e sistema. Por fim, o que a figura apresenta com base em Habermas é que a emancipação é uma relação entre as diversas esferas da vida social e, além disso, uma visão menos unilateral, só pode ser possível considerando ambas as perspectivas. Adiante, como a figura apresenta essas discussões também possuem seus pontos cegos (parte escura da figura).

Logo, diante de uma consciência falibilista é preciso romper também com as visões de que a gestão social se volta somente pelas práticas que estão de acordo com seu tipo ideal, isto é, destacamos que é preciso também se voltar para os *loci* onde as ações são instrumentais e estratégicas, no intuito de compreendê-las sobre categorias teóricas e analíticas que permitem a crítica

destas, bem como fomentar práticas sociais (*saídas*) que possam garantir a autonomia do mundo-da-vida. Isso leva em consideração que "as teorias científicas deveriam se desdobrar em um saber tecnicamente aplicável, mas também em um saber para orientar a atividade prática, ambos sendo orientados pelo interesse emancipatório" (PAES DE PAULA, 2013, p. 523). Neste sentido, segundo a autora "quando reduzimos a ciência a único tipo de interesse estamos pactuando com uma cegueira cognitiva" (PAES DE PAULA, 2014, p. 9). Essa perspectiva coloca que o conhecimento tanto do mundo-da-vida quanto do sistema é necessário para a gestão social. Conforme o próprio Habermas (1997a) argumentou, tanto as perspectivas do observador como do participante são necessárias para compreender a realidade. Como anteriormente afirmado a integração social depende de ambas as racionalidades e a sua interpretação de ambas as visões.

O que problematizamos é que se deve atentar para que as estruturas do mundo-da-vida não sejam tratadas da mesma maneira que as estruturas dos sistemas, isto é, que o interesse técnico não se sobreponha ao interesse comunicativo e emancipatório. Essa sobreposição implicaria em uma tecnocracia em relação às decisões que precisam da legitimidade que emerge da formação da vontade nas esferas públicas.

Apresentamos ainda no Artigo 2 que as possibilidades (*locus* institucional) da gestão social se encontram em um *continuum* entre o mundo-da-vida e o sistema, todavia, argumentamos que não se pode afastar do horizonte do mundo-da-vida mesmo que se considere as possibilidades dos pontos de vista do participante e do observador. Nesse mesmo sentido, lembramos com Habermas (1997a) que não devemos desprezar nenhuma das visões, pois adotaríamos uma perspectiva unidirecional. É nesse sentido que Habermas considera que a sociedade é formada por procedimentos de integração sistêmica e social, em uma relação de complementaridade. Assim,

não há uma contradição intrínseca entre sistema e mundo-da-vida. Porém, o diagnóstico de Habermas em 1981 (HABERMAS, 2012a; 2012b) é que o mundo-da-vida está sendo *colonizado* pela racionalidade do mundo-do-sistema (como destacamos um diagnóstico ainda válido). Esse processo causa patologias sociais ao ponto que causa a *deslinguisticção* das relações sociais e a existência de comunicações distorcidas. Posteriormente, Habermas em *Direito e Democracia* renova seu diagnóstico e mostra que o mundo-da-vida pode influenciar e direcionar o sistema - isto não significa que um seja *inimigo do outro* (mas, a inclusão do outro). Assim, ele apresenta a tese das eclusas em que a deliberação pública (HABERMAS, 1997a; 1997b) se torna elemento fundamental na relação mundo-da-vida e sistema. Apesar, das limitações desses diagnósticos eles são importantes para a gestão social e podem ser *operacionalizadas* em pesquisas empíricas.

Mediante essas considerações a gestão social se apresenta como capaz de tensionar as relações e visões do mundo-da-vida e do sistema. Neste momento, argumentamos também com Habermas que os conceitos de mundo-da-vida e sistema (em conjunto) representam uma chave de leitura sociológica e epistemológica do *locus* das ações gerenciais dialógicas, defendidas pela gestão social. Essa visão permite problematizar diversas tensões da gestão social que se materializam entre o mundo-da-vida e sistema; Estado, mercado e sociedade civil; agir comunicativo e agir estratégico, público e privado; coerção e espaço livre de fala; fato e valor; ciências empíricas e ciências compreensivas; dominação e emancipação. Com isso, a gestão social mantém suas categorias analíticas (fundamentos) contrapostas, mas, buscando ter uma *face de Janus*. O que proporciona *olhar* para diversas situações e *loci* onde mundo-da-vida e sistema coexistem em relações mais ou menos cooperativas e mais ou menos conflituosas (HABERMAS, 1989). Com isso, esperamos ter deixado claro que não era nosso objetivo apresentar um *locus* ideal para a gestão social, no

entanto, com base em Habermas defender a tese que ela precisa ter uma face de Janus voltada ao mundo-da-vida e outra ao sistema (ao mesmo tempo).

Por fim, o artigo três (**O Retorno ao Mundo-da-vida: um Argumento Comunicativo para a Avaliação em Gestão Social**) comunica como o conceito de mundo-da-vida pode esclarecer o processo de avaliação em gestão social num *locus* (sociológico e epistemológico) que considere as tensões entre o mundo-da-vida e o sistema. Neste artigo final da dissertação, buscamos as contribuições do conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) por considerar que os processos de avaliação são relacionais e comunicativos. Tendo por base que este conceito em suas diversas tradições inclui as experiências cotidianas objetivas, subjetivas e intersubjetivas; assim, ao considerar o mundo-da-vida nos processos de avaliação estamos destacando a importância dos valores, comumente solapados pelos métodos positivistas. No âmbito da gestão social, defendemos e argumentamos que as ações de avaliação demandam o agir comunicativo, para que sejam capazes de reproduzir valores do mundo-da-vida na interação, no espaço público com os diversos públicos e os fatos produzidos. Argumentamos, também, que a adjetivação e substantivação de social possibilita à gestão social superar dialogicamente a incomunicabilidade entre os interesses técnico, prático e emancipatório do conhecimento e as lacunas teóricas e relacionais entre o mundo-da-vida e o sistema, somente possível com uma face de Janus.

Conforme Bauman (1977), emancipatório é o interesse que pode elucidar a comunicação sistematicamente distorcida; em Habermas tanto o positivismo quanto o hermenêutico são voltados para fatos; emancipatório só pode ser realmente qualificado na interação com os públicos - seja ele técnico ou prático.

Terminando este trabalho, não voltaremos às limitações e pesquisas futuras indicadas em cada artigo, mas acrescentamos que os maiores desafios

foram os dois ensaios onde as reflexões e contradições da gestão social e das obras de Habermas foram constatemente colocadas no *mundo cotidiano* do pesquisador. Além disso, deixamos mais questões e possibilidades do que necessariamente respostas. Afinal, é com as pretensões de validade sendo criticadas que podemos iniciar um discurso em busca de *consensos possíveis*. Sobre pesquisas futuras indicamos apenas uma abordagem mais ampla em direção à linguagem e à comunicação que podem contribuir com direcionamentos teóricos, práticos, técnicos e emancipatórios para a gestão social. Ainda, mais, pois conforme Ana Paula Paes de Paula é através da linguagem que podemos romper com incomunicabilidade entre as diversas perspectivas e interesses do conhecimento. Esse caminho pode nos indicar também como (*é e deve ser*) possível o protagonismo do mundo-da-vida nas suas relações com o sistema - buscando romper com o *pensamento único* e com uma face de Janus voltada apenas para o desempenho e para a gestão instrumental e estratégica. Ou ainda, enfrentar uma realidade em que *a dialética senhor e escravo* ainda não se resolveu conforme afirmou o professor Fernando Tenório.

Terminamos, assim, com uma passagem de Maurice Merleau-Ponty, filósofo fenomenólogo francês, que utiliza em vários momentos o conceito de mundo-da-vida. A passagem seguinte nos indica como caminho, estudos no âmbito da gestão social voltados para a linguagem, para a comunicação e para a fala - abaixo um significado de mundo-da-vida próximo ao que aqui discutimos. Com ele indicamos que gerir é, antes de tudo, comunicar, pois, comunicar é, antes de tudo, significar o mundo e se situar nele.

Vivemos em um mundo no qual a fala está *instituída*. Para todas essas falas banais, possuímos em nós mesmos significações já formadas. Elas só suscitam em nós pensamentos secundários; estes, por sua vez, traduzem-se em outras falas que não exigem de nós nenhum esforço

verdadeiro de expressão, e não exigirão de nossos ouvintes nenhum esforço de compreensão. Assim, a linguagem e a compreensão da linguagem parecem evidentes. O mundo linguístico e intersubjetivo não nos espanta mais, nós não o distinguimos mais do próprio mundo, e é no interior de um mundo já falado e falante que refletimos. Perdemos a consciência do que há de contingente na expressão e na comunicação, seja junto à criança que aprende a falar, seja junto ao escritor que diz e pensa pela primeira vez alguma coisa, seja, enfim, junto a todos os que transformam um certo silêncio em fala. Todavia, está muito claro que a fala constituída, tal como opera na vida cotidiana, supõe realizado o passo decisivo da expressão.

Nossa visão sobre o homem continuará a ser superficial enquanto não remontarmos a essa origem, enquanto não reencontrarmos, sob o ruído das falas, o silêncio primordial, enquanto não descrevermos o gesto que rompe esse silêncio.

A fala é um gesto, e sua significação um mundo.

(MERLEAU-PONTY, 1999, p. 250).

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Z. **Por uma Sociologia Crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1977.
- FARIA, J. H. Dimensões da Matriz Epistemológica em Estudos em Administração: uma proposição. In: XXXVI ENCONTRO DA ANPAD, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2012.
- HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. I, 1997a.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. II, 1997b.
- HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, v. I, 2012^a
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, v. II, 2012b.
- HABERMAS, J. "Pensar contra a desesperança é uma obrigação" resposta a Georg Lohmann. **Trans/Form/Ação**, v. 36, n. 3, p. 225-230, 2013.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PAES DE PAULA, A. P. Abordagem Freudo-Frankfurtiana, Pesquisa-Ação e Socioanálise: Uma proposta alternativa para os Estudos Organizacionais. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 11, p. 520-542, 2013.
- PAES DE PAULA, A. P. Para Além dos Paradigmas nos Estudos Organizacionais: O Círculo das Matrizes Epistemológicas. In: IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO, 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2014.
- TENÓRIO, F. G. **O Pensamento Organizacional sob o Olhar de Janus**: Ensaio Crítico. Ijuí-RS: Editora UNIJUÍ, 2013.